



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO
PSICOSSOCIAL

Lais Sette Galinari

Prática de atos infracionais na adolescência: Padrões de conduta e perfis psicossociais

Ribeirão Preto

2019



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO
PSICOSSOCIAL

Lais Sette Galinari

Prática de atos infracionais na adolescência: Padrões de conduta e perfis psicossociais

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Mestre em Ciências

Área de concentração: Psicologia em Saúde e
Desenvolvimento

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Galinari, Lais Sette

Prática de atos infracionais na adolescência: Padrões de conduta e perfis psicossociais, 2019.

197 p. : il : 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Orientador: Bazon, Marina Rezende

1. Adolescente em conflito com a Lei; 2. Delinquência Juvenil;
3. Análise de Conglomerados; 4. Perfis Psicossociais

Nome: Galinari, Lais Sette

Título: Prática de atos infracionais na adolescência: Padrões de conduta e perfis psicossociais

Dissertação apresentada à Filosofia, Ciência e Letras
de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para
a obtenção do título de Mestre em Ciências
Área de concentração: Psicologia em Saúde e
Desenvolvimento

Aprovada em ___/___/2019

Comissão Julgadora

Prof.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

ESTE ESTUDO FOI DESENVOLVIDO JUNTO AO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL (GEPDIP)

Apoio financeiro:

O desenvolvimento deste estudo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mediante a concessão de bolsa de mestrado, processo número 2017/19381-5, com vigência de agosto de 2018 a novembro de 2019.



Dedico esse trabalho aos adolescentes e profissionais com os quais tive contato ao longo da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Marina Rezende Bazon, por ser para mim um modelo de pesquisadora e professora, tanto tecnicamente quanto eticamente. Por todos os ensinamentos e oportunidades de desenvolvimento que me ofereceu, garantindo as condições para que eu fosse capaz de realizar esse trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª. Ruth Estevão, por todos os aprendizados e por ser pioneira no entendimento da relevância de estudos tipológicos no campo da delinquência juvenil.

À Organização Comunitária Santo Antônio Maria de Claret e a todos seus profissionais, pelo apoio durante a realização da pesquisa.

À Fundação CASA e a todos seus profissionais, pelo apoio durante a realização da pesquisa. Instituição sem a qual, não teria sido possível a realização da investigação tal como foi feita.

Aos meus amigos e colegas do GEPDIP, por todo o incentivo e auxílio no cotidiano da realização da pesquisa, especialmente ao André, Lyara, Mariana e Rafaelle, que estiveram comigo durante esses dois anos e sem dúvida me ajudaram a deixar o trabalho mais leve.

Ao Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa e ao Prof. Dr. Jorge Luis Bazán, pela generosidade das contribuições em meu exame de qualificação, auxiliando na melhoria de meu trabalho.

Ao apoio concedido a esta pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na forma de Bolsa de Mestrado.

Aos meus pais, Heron Galinari e Renata Sette Abrantes, por serem meus primeiros exemplos pessoais e profissionais. Com quem aprendi a importância da educação e de se dedicar a aquilo que nos propomos a fazer. Por todo o afeto e apoio que me oferecem, me dando a confiança necessária para perseverar com otimismo durante meu caminho.

RESUMO

Galinari, L. S. (2019). *Prática de atos infracionais na adolescência: Padrões de conduta e perfis psicossociais* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

As diretrizes legais vigentes do sistema socioeducativo preconizam que os adolescentes em conflito com a lei sejam atendidos considerando as suas necessidades e dificuldades individuais, tanto para definição da medida socioeducativa mais adequada, quanto para a realização de intervenções que promovam a reinserção social e a prevenção da reincidência em atos infracionais. Essas diretrizes não especificam, todavia, referenciais teórico-metodológicos que possam nortear a avaliação dos adolescentes, com vistas à identificação de suas necessidades/dificuldades e auxiliem no alcance dos objetivos citados. Partindo das evidências sobre o fato de os adolescentes em conflito com a lei constituírem um grupo bastante heterogêneo em termos de padrão de conduta delituosa, assim como em termos de necessidades e dificuldades psicossociais, considera-se que o referencial taxonômico, aplicado ao fenômeno da delinquência juvenil, pode auxiliar no estabelecimento de uma tipologia composta por perfis diferenciados de jovens, que sistematizem essas diferenças, visando uma melhor compreensão do fenômeno, bem como uma orientação mais clara às intervenções jurídicas e psicossociais. Portanto, no presente realizou-se uma investigação visando o estabelecimento de perfis condutuais e psicossociais de adolescentes em conflito com a Lei, do sexo masculino, a partir de dados empíricos coletados no contexto sociocultural brasileiro. Os perfis foram gerados com base em dados coletados junto a uma amostra de 400 adolescentes em conflito com a lei. Os instrumentos empregados na coleta de dados foram o Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ), o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA), a Escala de Autocontrole (EAC) e o Inventário Jesness-Revisado-Brasileiro (IJ-R-Br). Para a elaboração dos perfis foram utilizadas as variáveis coletadas pelo QCJ e pelo IJ-R-Br. Foram encontrados quatro perfis por meio da análise de classes latentes que posteriormente foram caracterizados a partir das variáveis avaliadas pelo QCJ, IJ-R-Br, IHSA e EAC por meio da ANOVA de Welch e pós-teste de Bonferroni. Os perfis encontrados foram nomeados, de acordo com suas características principais, “Infrator Circunstancial”, “Infrator Subsocializado”, “Infrator Conflitual” e “Infrator Antissocial” e apontam diferenças significativas entre os adolescentes infratores, tanto em relação ao padrão da conduta delituosa, quanto em relação à exposição a fatores de risco / de proteção psicossociais, associados a cada um dos perfis e ao funcionamento psicológico. Esses resultados, além de contribuir com para a compreensão do fenômeno, em toda a sua complexidade, poderão ajudar nas reflexões sobre as avaliações necessárias para auxiliar a determinação das medidas socioeducativas e a proposição personalizada de intervenções psicossociais.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a Lei; Delinquência Juvenil; Análise de Conglomerados; Perfis Psicossociais;

ABSTRACT

Galinari, L. S. (2019). Committing offences in adolescence: Conduct patterns and psychosocial profiles. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The current legal guidelines of the socio-educational system recommend that adolescents in conflict with the law receive treatment considering their individual needs and difficulties. However, these guidelines do not specify theoretical-methodological frameworks that may guide the assessment of adolescents, with a view to identifying their needs / difficulties. There is evidence that juvenile offenders are a heterogeneous group in terms of conduct and associated psychosocial variables. An empirical typology can help to systematize information in order to identify different profiles, allowing a better understanding of the phenomenon and a prior orientation to the interventions. In this study, we worked with data from a sample of juvenile male offenders (n = 400) in order to describe a conductual and psychosocial typology in the Brazilian sociocultural context. Data were collected with structured and standardized instruments. These instruments evaluated variables of self-reported delinquency, self-control, beliefs, values, attitudes, social skills and variables related to social regulation (bonding, models and control in family, school, peers and community). The profiles found in the sample were identified by performing a latent class analysis and a posterior characterization performing a Welch's ANOVA and a Bonferroni's post test. The most suitable model was the one of 4 classes. The typology resembles others described in the literature, constructed in other realities, helping to understand that the phenomenon in question, to a great extent, transcends sociocultural specificities. The types were named as "Circumstantial offender", "Sub socialized offender", "Conflictual offender" and "Antisocial offender" due to their main characteristics. These types show significant differences between the adolescents' offenders, both in relation to the pattern of criminal conduct, as well as in relation to exposure to risk / protective psychosocial factors associated with each of the profiles and psychological functioning. These results help in reflections on the determination of judicial measures and treatment programs.

Keywords: Adolescent in conflict with the Law; Juvenile delinquency; Cluster Analysis; Psychosocial profiles;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização dos estudos em relação ao delineamento metodológico, segmento da amostra, objetivo geral, tamanho amostral e tipo de análise dos dados.....	63
Tabela 2. Categorias temáticas dos estudos revisados.....	66
Tabela 3. Caracterização etária dos participantes.....	85
Tabela 4. Variáveis investigadas no estudo a partir do referencial da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência	95
Tabela 5. Caracterização do padrão de uso de substâncias psicoativas dos adolescentes da amostra	106
Tabela 6. Caracterização da conduta delituosa dos adolescentes da amostra.....	107
Tabela 7. Caracterização da conduta delituosa a partir dos delitos investigados	108
Tabela 8. Estatísticas de ajuste para o modelo de classes latentes	109
Tabela 9. Resultado da análise de classes latentes	111
Tabela 10. Distribuição das classes em relação ao tipo de medida socioeducativa	114
Tabela 11. Caracterização das classes em relação a idade e a conduta delituosa.....	116
Tabela 12. Caracterização das classes em relação a uso de substâncias e conduta delituosa (n=270)	118
Tabela 13. Caracterização das classes em relação a variáveis sociais.....	120
Tabela 14. Caracterização das classes em relação ao autocontrole (n=270)	122
Tabela 15. Caracterização das classes em relação a habilidades sociais (n=270).....	124
Tabela 16. Caracterização das classes em relação ao funcionamento psicológico avaliado pelo IJ-R-Br (n=400)	126
Tabela 17. Síntese das características das classes identificadas	127
Tabela 18. Indicação das necessidades interventivas das classes identificadas	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência (adaptado por Komatsu, 2014 de: Le Blanc, 1997a; Le Blanc & Le Blanc, 2014: p. 10).....	40
Figura 2. A regulação do comportamento delituoso pela família (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)	43
Figura 3. A regulação do comportamento delituoso pela escola (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)	45
Figura 4. A regulação do comportamento delituoso pelos pares (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)	47
Figura 5. A regulação do comportamento delituoso pelas atividades de rotina (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b).....	49
Figura 6. A regulação do comportamento delituoso pelas normas (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)	50
Figura 7. Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos artigos	61
Figura 8. Distribuição em porcentagem dos adolescentes da amostra (n=400) e da população da região Sudeste por classe econômica segundo Critério Brasil	86
Figura 9. Ano escolar declarado pelos participantes em porcentagem (n=400)	86
Figura 10. Representação gráfica da concentração de adolescentes nas faixas abaixo e acima da norma.....	112
Figura 11. Porcentagem de adolescentes “acima da norma” de cada classe	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 O REFERENCIAL TAXONÔMICO APLICADO AO FENÔMENO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL.....	29
3 REFERENCIAL TEÓRICO: A TEORIA DA REGULAÇÃO SOCIAL E PESSOAL DA CONDUTA NA ADOLESCÊNCIA.....	37
4 TIPOLOGIAS EMPÍRICAS EM DELINQUÊNCIA JUVENIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	59
4.1 As Metatrajetórias da conduta delituosa.....	67
4.2 Perfis psicológicos.....	70
4.3 Perfis Psicossociais.....	72
4.4 Considerações sobre os resultados da revisão de literatura.....	77
5 OBJETIVO	81
6 MÉTODO.....	83
6.1 Aspectos éticos	83
6.2 Participantes	84
6.3 Instrumentos	87
6.4 Procedimento de coleta de dados.....	96
6.5 Procedimento de análise de dados	97
7 RESULTADOS.....	105
8 DISCUSSÃO	129
8.1 As classes encontradas: síntese.....	129
8.2 Considerações teóricas sobre as classes e similaridades com perfis da literatura.....	132
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	155

APÊNDICES E ANEXOS	169
Apêndice 1. TCLE para participante com mais de 18 anos	169
Apêndice 2. TCLE para participante com menos de 18 anos	171
Apêndice 3. Termo de assentimento para participante com menos de 18 anos.....	173
Apêndice 4. Autorização judicial para coleta de dados	175
Apêndice 5. Script Análise Classes Latentes R e resultados	176
Apêndice 6. Tamanho do efeito das diferenças entre as classes.....	180
Anexo 1. Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ)	182

1 INTRODUÇÃO

Há, no Brasil, hoje, aproximadamente duzentos mil adolescentes em conflito com a lei, cumprindo alguma medida socioeducativa (SDH, 2016). O atendimento a esses adolescentes se dá num sistema socioeducativo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990), tendo por base as Regras de Beijing, que são as regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, adotadas em 1985. Essas regras buscam suprir a necessidade de indicações para a prevenção do crime e para o tratamento dos infratores; trata-se de um conjunto de regras mínimas relativas à Justiça da Infância e da Juventude e à proteção dos jovens para servir de modelo aos Estados membros. Tais regras reconhecem que os jovens estão em uma fase peculiar do desenvolvimento humano, mais vulnerável naquilo que diz respeito à implicação em comportamentos desviantes, e que eles requerem, portanto, uma atenção e uma assistência especiais, uma vez que estão em uma etapa da vida que se caracteriza por um aumento súbito e simultâneo de alterações hormonais, neurais, sociais e de pressões da vida, bom como da própria personalidade.

O sistema socioeducativo deve, não só responsabilizar o adolescente pelo ato infracional praticado, reafirmando a proteção de interesses da sociedade, mas proteger o jovem e criar as condições para o seu pleno desenvolvimento, atentando-se a suas dificuldades e necessidades de intervenção psicossocial. Nesse sentido, é possível a aplicação de diversas medidas (mais ou menos restritivas de liberdade, com maior ou menor duração), de acordo com a gravidade do ato e as necessidades do adolescente. Os focos das ações de intervenção a serem trabalhados no quadro da medida judicial devem ser as necessidades/dificuldades relacionadas com a prática de atos infracionais (Beijing, 1985; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, 2012).

Nessa perspectiva, para que os objetivos almejados no escopo do Sistema de Justiça Juvenil sejam tangíveis, faz-se necessário considerar as diferenças entre os adolescentes em conflito com a lei, tanto para definir a medida socioeducativa a ser aplicada, quanto para adequar as ações de acompanhamento no contexto de cada medida judicial. As diretrizes legais vigentes indicam a importância de o acompanhamento dispensado aos adolescentes, no quadro das medidas socioeducativas, ser personalizado, ou seja, ser ajustado às necessidades e às dificuldades de cada adolescente (ECA, 1990; SINASE, 2012).

Os documentos normativos indicam a necessidade de uma intervenção personalizada ao exigir, no escopo da execução da medida socioeducativa, a elaboração de um Plano

Individual de Atendimento, o PIA, no qual descreve-se, em conjunto com o adolescente e seus familiares, quais ações deverão ser realizadas durante a execução da medida socioeducativa, considerando as necessidades/dificuldades do adolescente, visando sua reinserção social (SINASE, 2012; SDH, 2016). Contudo, essas orientações não comportam qualquer especificação quanto a referenciais teórico-metodológicos para a avaliação dessas necessidades e dificuldades e as ações de intervenção que poderiam/deveriam ser implementadas no sentido de alcançar os objetivos principais das medidas - a interrupção da prática infracional e a reinserção social. Tampouco especificam referenciais para apreender diferenças que podem caracterizar os adolescentes, seja em termos de padrões de conduta infracional, seja em termos psicossociais. Assim, coloca-se um desafio com relação às estratégias para se conseguir levar em conta a demanda de personalização do atendimento socioeducativo, de forma a operacionalizar a atividade de avaliação e de intervenção, de modo a apreender e a alcançar as múltiplas e diferentes necessidades que os jovens podem apresentar, relacionadas com a prática de atos infracionais na adolescência.

As evidências da literatura indicam que a efetividade do sistema socioeducativo no tocante à diminuição da reincidência infracional está condicionada à sensibilidade que o sistema possui frente às necessidades de intervenção dos adolescentes (Lowenkamp & Latessa, 2004; Mcguire, 2008). Focalizando o sistema prisional (adulto), Harding, Morenoff, Nguyen, Bushway e Binswanger (2019) demonstram que o encarceramento, quando comparado com medidas comunitárias, em meio aberto, não tem efeito diferente na diminuição do cometimento de crimes violentos. Esse estudo foi feito a partir de um delineamento experimental natural, com uma coorte de 111,110 adultos condenados por crimes. Os autores, então, discutem a importância de um sistema que seja voltado à reabilitação, que implemente um programa composto por intervenções visando prevenir o comportamento violento, uma vez que apenas o aspecto sancionatório não se mostra capaz de gerar os efeitos desejados. Existem meta-análises que indicam as principais necessidades de intervenção que os adolescentes que estão no sistema de justiça juvenil apresentam (Izzo & Ross, 1990; Dowden & Andrews, 1999; Wilson & Lpsey, 2000). Segundo a meta-análise realizada pelo centro de pesquisa em justiça juvenil do governo canadense, por exemplo, os melhores efeitos sobre a reincidência advêm da atenção às principais necessidades dos jovens, implementando intervenções visando aprendizagens relativas à regulação da raiva, à atenuação/diminuição de atitudes antissociais, às habilidades cognitivas, acadêmicas e habilidades sociais (Latimer, 2003).

A atenção a essas necessidades, no sistema socioeducativo, não significa, contudo, que todos os adolescentes que estão no sistema de justiça juvenil, as apresentem de igual maneira, sendo necessária a personalização do atendimento de acordo com necessidades individuais (Andrews, Zinger, Hoge, Bonta, Gendreau & Cullen, 1990; Lowenkamp & Latessa, 2004). No âmbito acadêmico-científico, muitos estudos apresentam evidências de que os adolescentes infratores constituem um grupo bastante heterogêneo, diferenciando-se em aspectos sociais e pessoais; por consequência, a noção de que necessitam de intervenções também diferenciadas é também sublinhada (Le Blanc, 2003; Le Blanc, 2006; Komatsu & Bazon, 2015; Bazon & Galinari, 2018). Nessa linha, trabalhos nacionais, no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), mostram com clareza a possibilidade de identificar e descrever grupos de adolescentes infratores, em termos de padrões de conduta delituosa e de exposição a variáveis de risco sociais e pessoais/psicológicas, a partir de dados empíricos (Komatsu & Bazon, 2015; Bazon & Galinari, 2018). Assim, a ideia de que os adolescentes infratores são diferentes entre si, no sentido de apresentarem necessidades/dificuldades diferentes, em termos de modalidades e de intensidade, é basicamente um consenso.

Considerando as inúmeras possibilidades de combinação entre variáveis de interesse, relacionadas ao fenômeno da delinquência juvenil, a abordagem taxonômica tem sido usada para sistematizar diferenças importantes em meio a adolescentes infratores, resumindo-as em termos de diferentes “perfis”, uma vez que consegue englobar vários aspectos inerentes ao fenômeno, auxiliando na compreensão das necessidades/dificuldades dos adolescentes. Os procedimentos básicos para o estabelecimento de tipologias empíricas nessa área implicam, em geral, na verificação do grau de engajamento do adolescente em delitos (aferindo a frequência com que pratica delitos, por exemplo) e o de sua exposição a fatores de risco específicos para a delinquência. As informações nessas dimensões possibilitam a classificação dos adolescentes em subgrupos que se diferenciam, levando em conta distintas trajetórias da conduta delituosa e o risco de persistência desta, no tempo (LeBlanc, 2006). É importante ressaltar que as tipologias assim construídas consideram, predominantemente, variáveis dinâmicas, uma vez que o seu objetivo principal é identificar diferentes necessidades a partir de aspectos maleáveis, ou seja, passíveis de intervenção, distanciando-se do objetivo de ser um sistema meramente classificatório, com um fim em si mesmo.

Defende-se que o estabelecimento e a difusão sobre a existência de perfis em meio aos adolescentes em conflito com a lei podem incrementar a sensibilidade dos diferentes profissionais que atuam no sistema socioeducativo às diferenças existentes entre eles, para

além dos delitos pelos quais são apreendidos pela polícia e processados na justiça juvenil. Ademais, o estabelecimento de perfis pode efetivamente oferecer parâmetros, baseados em evidências, suscetíveis de auxiliarem nas reflexões sobre a intensidade da medida judicial (tipo e duração da medida socioeducativa), bem como sobre os conteúdos e ações que devem compor os programas a serem executados no quadro das medidas socioeducativas, de modo que esses sejam mais adequados às necessidades/dificuldades próprias de cada perfil. Agrupar e sistematizar variáveis relevantes para a avaliação e a compreensão das diferentes trajetórias da conduta delituosa e os respectivos fatores de risco associados, oferece a base para a realização de uma intervenção sensível às diferenças, focada nas variáveis que de fato estão relacionadas com o comportamento, em cada perfil (Harris & Jones, 1999; Jones & Harris, 1999; Mezzich, 1991; Schwalbe, Macy, Day & Fraser, 2008). Tal refinamento do sistema socioeducativo aumentaria sua eficácia e propiciaria maior racionalidade na destinação de recursos públicos.

Para além dos ganhos de natureza prática, pesquisas com uma perspectiva tipológica vem se tornando cada vez mais importantes pela contribuição no plano teórico que também oferecem, pois auxiliam na compreensão do fenômeno da delinquência juvenil, em vista aos processos etiológicos inerentes aos diferentes perfis e aos níveis da problemática (Le Blanc e Fréchette, 1989; Brennan, Breitenbach & Dieterich, 2008; Brennan, 2010). Em síntese, uma tipologia de adolescentes infratores, compreendendo diferentes perfis comportamental-social-psicológico, além de permitir uma melhor compreensão do fenômeno do envolvimento de adolescentes com a prática de atos infracionais, em toda a sua complexidade, é suscetível de oferecer os parâmetros para a avaliação de cada adolescente e para a interpretação dos dados desta avaliação, bem como para a proposição das formas de acompanhamento socioeducativo, ou mais propriamente às intervenções psicossociais a serem implementadas (Harris & Jones, 1999).

Harris e Jones (1999), em trabalho precursor, no qual estabeleceram perfis diferenciados em meio a jovens infratores, tendo por base dados de uma amostra de adolescentes judicializados estadunidenses, já insistiam sobre o fato desses poderem/deverem ser utilizados como guia para fins de avaliação e de intervenção em seu país. Este tipo de investigação tem subsidiado políticas públicas na área em alguns contextos socioculturais, como no Canadá e no Chile, por exemplo. Em províncias nesses dois países, dispõe-se de guias de referência para a avaliação e a intervenção psicossocial diferenciada, junto a adolescentes em conflito com a lei, de acordo com as necessidades/dificuldades descritas em perfis identificados em pesquisas tipológicas. Esses guias têm o objetivo de propor uma

metodologia de avaliação, bem como os parâmetros de interpretação desta avaliação, baseada nos perfis estabelecidos, de modo que este processo auxilie na escolha das intervenções mais adequadas, a partir das necessidades/dificuldades dos adolescentes implicados com a Justiça Juvenil (Piché, 2006; Desjardins, 2011; Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Chesta, Lagos, Salvo, Báez & Berríos, 2014).

Mediante todos esses apontamentos, no presente estudo propôs-se estabelecer uma tipologia relativa a adolescentes em conflito com a lei, identificando e descrevendo perfis comportamentais-sociais-psicológicos, de modo que esses permitissem vislumbrar a heterogeneidade intragrupo, indicativas de diferenciações necessárias ao justo/adequado acompanhamento socioeducativo dos adolescentes. Esse esforço constitui-se em uma estratégia que visa à síntese da complexa gama de informações sobre os jovens em categorias empíricas úteis e, também, conceitualmente significativas, com o objetivo de tornar essas informações disponíveis de maneira mais sistematizada, alinhando-se aos apontamentos inerentes às Regras de Beijing (1985), que ressaltam a importância de avaliar aspectos relacionados com a delinquência juvenil, bem como com as necessidades particulares dos jovens que estão no sistema.

O estabelecimento de uma tipologia empírica útil deve dar-se a partir da seleção de variáveis - predominantemente maleáveis, passíveis de intervenção -, as quais, de antemão, são conhecidas por estarem significativamente relacionadas ao fenômeno da delinquência juvenil, para, a partir disso, identificar se essas operam de diferentes formas para diferentes grupos de adolescentes. Dispor de um referencial teórico robusto, no qual as variáveis privilegiadas estejam integradas num sistema coerente ajuda muito. É certo que toda tipologia empírica padece dos limites inerentes às características da amostra a partir da qual foi construída, em termos de representatividade fenomênica. Nessa perspectiva, é sempre importante ponderar sobre o seu alcance. No caso do presente estudo, adianta-se, conforme será abordado, posteriormente, com mais detalhes, os adolescentes, cujos dados foram utilizados, foram, em parte, recrutados no contexto de programas de execução de medida de liberdade assistida (16% da amostra) e, em maior parte, em programas de execução de internação provisória e não-provisória (84%). Entendendo que o sistema socioeducativo brasileiro preconiza medidas socioeducativas que variam no tocante à intensidade de restrição de liberdade imposta ao adolescente (numa ordem da menor a maior restrição – advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade, internação), e que essas devem ser aplicadas em se considerando a gravidade do ato e as necessidades do adolescente, é possível cogitar ter-se conseguido estabelecer uma tipologia

afeita mais propriamente a adolescentes infratores considerados “mais graves”, do ponto de vista judicial, que não pode ser generalizada.

De todo modo, sendo este um primeiro estudo tipológico na realidade brasileira, acredita-se que, apesar das limitações, os resultados que serão apresentados e discutidos oferecem uma contribuição significativa, tanto científica quanto prática, pois trazem à luz, com bastante clareza uma heterogeneidade psicossocial que precisa ser considerada no sistema socioeducativo.

2 O REFERENCIAL TAXONÔMICO APLICADO AO FENÔMENO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

A palavra Taxonomia vem do grego *Taxis* (ordem) e *Nomos* (lei, norma), e tem como objetivo central a sistematização de um determinado fenômeno, organizando-o a partir de uma lógica, aglomerando aquilo que é similar e separando aquilo que é diferente (Robredo, 1994). Busca designar e ordenar o universo do conhecimento para determinar com base nas suas relações o local preciso e exato das coisas em um esquema organizado (Aganette, Alvarenga & Souza, 2010). Ao mapear determinado domínio, de forma exploratória, permite identificar, classificar e criar categorias conceituais que podem, inclusive, se tornar foco de desenvolvimento teórico e de teste de hipóteses. Além disso, uma taxonomia validada tem o potencial de facilitar a comunicação científica, ao fornecer um sistema preciso de referência e nomenclatura (Brennan, 2010).

Esse método foi aplicado, pela primeira vez em 1.735, com a Taxonomia de Lineu, que teve como objetivo classificar e hierarquizar os seres vivos em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies. Desse modo, o procedimento passou a ser reconhecido como metodologia própria ao campo das ciências biológicas. A Taxonomia de Bloom (1956), todavia, ao classificar os objetivos educacionais em níveis (avaliação, síntese, análise, aplicação, compreensão e conhecimento), mostrou que o método podia ter utilidade também em outras áreas do conhecimento (Aganette, Alvarenga & Souza, 2010).

De lá para cá, consolidou-se como estratégia metodológica importante em diferentes campos científicos, embora se ressalte que um único método taxonômico não é capaz de responder a questões tão particulares e complexas encontradas nas diferentes áreas do conhecimento, fazendo-se necessário considerar que métodos taxonômicos distintos atendem às peculiaridades dos fins para os quais estes são construídos, não podendo ser automaticamente transferidos de uma área do conhecimento para a outra sem as modificações necessárias, de acordo com o objetivo proposto (Novo, 2007; Aganette, Alvarenga & Souza, 2010). Em relação às ciências que estudam o comportamento humano, Lenzenwger (2004) discute que análises taxonométricas não devem envolver uma ou mais variáveis quaisquer, ao se buscar compreender um fenômeno. Para realizar uma taxonomia empírica, segundo o autor, é necessário um referencial teórico, ou melhor, um modelo científico que articule de forma clara a existência de uma possível taxonomia e, além disso, considerar se a taxonomia dará contribuições para a compreensão do fenômeno, dos processos envolvidos, dos constructos e/ou, ainda, ao próprio modelo teórico utilizado.

Com relação aos estudos em delinquência juvenil, o referencial taxonômico é congruente com aqueles pressupostos teóricos que afirmam que a conduta delituosa em adolescentes pode ter diferentes etiologias e fatores associados. Enquanto alguns estudiosos defendem teorias gerais, entendendo as diferenças inerentes ao fenômeno em termos de grau (variação quantitativa), no tocante à “intensidade” da conduta delituosa, outros defendem a necessidade de estabelecer modelos teóricos particulares, em função da existência de diferentes tipos de delinquência/diferentes categorias, em termos não só quantitativos, mas qualitativos, que remetem a diferentes processos etiológicos, sendo que isso pode ser justificado tanto teoricamente, quanto empiricamente (Brennan & Brietbach, 2009; Brennan, 2010). Nessa linha que hipotetiza a existência de “diferentes delinquências juvenis”, alguns autores buscam construir taxonomias explicativas em torno de fatores biológicos, psicológicos, em termos de personalidade e sociais. A posição taxonômica sugere que a complexidade do comportamento antissocial não pode ser reduzida a uma única teoria explicativa geral / universal. Essa posição assume a existência de diferentes etiologias, entendendo que a abordagem taxonômica é capaz de revelar essas diferenças em termos de categorias compreensíveis e coerentes (Brennan, Breitenbach & Disterich, 2008; Brennan, 2010). Desse modo, em relação à utilização de sistemas taxonométricos para a compreensão da delinquência juvenil, Brennan (1987), autor que produziu muitos trabalhos a respeito da aplicação desse método no contexto da justiça juvenil, discute que esses surgiram com dois propósitos gerais diferentes, porém relacionados. Primeiro, a aplicação do método visou construir novas classificações; segundo, visou classificar, em um contexto clínico, casos existentes na realidade prática em “tipos”, de modo a sistematizar a avaliação e a intervenção na área. Segundo o autor, para esse tipo de aplicação, a taxonomia precisa estar em coerência com o referencial teórico que a fundamentou.

É possível construir taxonomias empíricas, a partir da coleta de dados empíricos, ou taxonomias teóricas, a partir de um referencial específico, por meio de atividade clínica. Se, por um lado, as taxonomias teóricas/clínicas são elaboradas a partir de algumas observações sistemáticas e especulações teóricas, as empíricas provêm dos métodos taxonométricos, empregando-se uma abordagem quantitativa que abarca técnicas para separar os indivíduos em subgrupos a partir de um ou mais parâmetros, buscando maior objetividade, precisão na descrição e na mensuração do fenômeno. Brennan (1987) argumenta que esses dois tipos de taxonomia podem se relacionar na medida em que é possível o estabelecimento de uma taxonomia empírica, com a consideração de um maior número de variáveis, com uma menor chance de sobreposição, a partir da coleta de dados e métodos de análise quantitativos, se

utilizando, porém, de um modelo teórico consistente para a seleção das variáveis a serem estudadas e para a interpretação dos resultados.

Brennan (1987), ao fazer uma análise de estudos taxonômicos, discute que esse referencial metodológico sofreu muitas críticas por permitir uma demasiada simplificação do fenômeno, a partir da distribuição dos adolescentes em classes. Porém, o autor afirma que os estudos taxonômicos mais recentes, ao considerarem variáveis de diferentes dimensões, significativas em termos teóricos, com maior rigor metodológico, melhoraram a confiabilidade desse método. Segundo o autor, para implementação de um estudo visando uma taxonomia com bom nível de precisão, consistência e confiabilidade, sem simplificar demasiadamente o fenômeno, é necessário considerar os seguintes aspectos: 1) Seleção das variáveis a serem estudadas a partir de um referencial teórico robusto e previamente testado, possibilitando um embasamento teórico que descreva precisamente as variáveis e dê significado aos resultados encontrados; 2) Definição de um método de agrupamento adequado; 3) Realização de testes para verificar a validade interna e externa dos resultados. Somente a partir desse processo uma tipologia pode ser utilizada para o desenvolvimento de técnicas de avaliação (Brennan, 1987).

Schwalbe, Macy, Day e Fraser (2008) reiteram o fato de que, por mais que uma taxonomia seja estabelecida de forma adequada, ela nunca dará conta de explicar os indivíduos em sua totalidade. Todavia, esses autores também discutem que o seu uso no campo da Justiça Juvenil representa um grande avanço para a área, uma vez que as decisões em relação à medida judicial e à intervenção psicossocial a ser implementada junto a cada adolescente têm sido, na maior parte das vezes, tomadas de forma arbitrária e subjetiva.

Embora a estrutura taxonômica e de classes latentes no campo das ciências do comportamento, ou mais especificamente, no da delinquência juvenil, possa ser caracterizada por divisões mais frágeis, baseadas em critérios de identificação menos precisos, se comparadas às estabelecidas em outras áreas, como química, física e biologia, sua utilidade prática/clínica não é desprezível. Em efeito, segundo Lenzenweger (2004), uma certa imprecisão nos limites entre as classes que constituem uma tipologia é uma característica de taxonomias que envolvem muitas variáveis e dimensões, em qualquer área do conhecimento.

É fato que, na atualidade, já se dispõe de numerosos estudos concernindo adolescentes infratores, nos quais se propõe uma infinidade de perfis diferentes, com nomes diferentes (os quais, em algumas situações, dizem respeito a um perfil muito similar), uma vez que não existe consenso em relação a uma taxonomia única de adolescentes infratores. Isso, em parte, deve-se ao fato de o processo de estabelecimento da nomenclatura acontecer antes mesmo de

um rigoroso processo de validação dos perfis, o que dificulta a comunicação e a sistematização do conhecimento no campo; essa situação é reflexo do estágio muito inicial do referencial taxonômico no campo da delinquência juvenil (Brennan, 2010).

De modo geral, a abordagem metodológica da taxonomia, aplicada ao fenômeno da delinquência juvenil, tem como objetivo, a partir da elaboração de tipologias: a descrição sumária de fenômenos complexos, multidimensionais (que contém interrelações e estruturas latentes), com clareza de representação; o estabelecimento de parâmetros para a predição do comportamento, que auxiliem nas tomadas de decisão e na definição das intervenções necessárias; confirmar ou testar modelos teóricos (Brennan, 1987; Le Blanc & Fréchette, 1989; Brennan, 2010). Em relação aos estudos que tem como objetivo a descrição dos fenômenos, uma grande contribuição desse método é a capacidade de descrever dimensões novas ou complexas, por constituir-se em uma forma de lidar com uma grande quantidade de informações.

A implicação de adolescentes na prática de delitos é, de maneira geral, um fenômeno complexo, multidimensional, e determinado por inúmeras variáveis que contém interrelações, que foram estruturas latentes “escondidas”, que requerem identificação, descrição e explicação cuidadosas. Diversos estudos, sobretudo na Criminologia, descrevem uma diversidade grande de padrões de conduta delituosa e de variáveis associadas. A descrição taxonômica é utilizada para dar conta desse tipo de objeto, pois possibilita uma economia cognitiva ao sumarizar uma gama de informações complexas buscando clareza de representação e descrição. O agrupamento de objetos similares em classes homogêneas é uma forma pela qual muitas informações podem ser progressivamente sintetizadas para revelar estruturas latentes, buscando a descrição e a simplificação das similaridades entre as amostras, de tal modo que seja possível desenvolver classes do objeto. Uma taxonomia descritiva, quando considera as diversas dimensões relacionadas com o fenômeno, é capaz de orientar uma intervenção diferenciada, para um mesmo público, de acordo com as diferenças entre os subgrupos (Brennan, 1987).

Conforme já mencionado, já existem experiências de aplicação prática desse método em algumas realidades de outros países. No contexto estadunidense, foi elaborado um software de avaliação de risco e de necessidades de intervenção para adolescentes infratores, o COMPAS (*Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions*), para utilização em instituições correcionais do país, o qual, além do protocolo de avaliação de risco, integra um sistema de classificação dos indivíduos em uma tipologia identificada pelos autores, que auxilia na identificação de necessidades de intervenção (Northpointe, 2015). Além disso, em outras realidades socioculturais, existem também manuais voltados para profissionais da área, elaborados a partir de tipologias empíricas, visando oferecer subsídios

para uma avaliação e uma intervenção diferencial (Piché, 2006; Desjardins, 2011; Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Chesta, Lagos, Salvo, Báez & Berríos, 2014).

Um desses manuais consiste em um guia proposto pelo governo da província do Quebec, no Canadá, para orientar o trabalho de acompanhamento psicossocial de adolescentes infratores. No guia explana-se sobre o Modelo Integrado de Intervenção Diferencial (MIID) que, segundo os autores (Piché, 2006; Desjardins, 2011), surgiu da necessidade de um referencial para dar foco nas intervenções do sistema de justiça juvenil, considerando diferenças entre os adolescentes, em termos quantitativos e qualitativos. A tipologia proposta no guia foi identificada a partir dos dados coletados junto 470 adolescentes infratores, na cidade de Montréal (Fréchette & Le Blanc, 1987). Sobre a tipologia empírica, Fréchette, que era psicólogo, com o auxílio de profissionais da prática, elaborou uma versão mais completa e detalhada, abarcando aspectos de natureza clínica, dificilmente apreendidos por meio dos procedimentos de análise quantitativa. Esse guia apresenta dois componentes, um sistema de classificação entre os diferentes tipos/perfis e um inventário de estratégias para selecionar os objetivos e as formas de intervenção a depender da avaliação (ou seja, do perfil identificado) (Piché, 2006).

Em termos da avaliação, o guia sublinha a necessidade de diferenciar o padrão de conduta delituosa do adolescente, no sentido de discriminar se trata de um padrão que remete a uma delinquência comum, típica da adolescência, ou a uma delinquência distintiva, atípica, que requer intervenção. A delinquência comum se caracteriza como uma manifestação de condutas delituosas pontuais, de baixa gravidade, desassociada de fatores de risco específicos. Já delinquência distintiva se caracteriza uma manifestação persistente, mais ou menos grave, em termos de quantidade e qualidade de delitos e de fatores de risco associados, de acordo com os quatro perfis descritos a seguir:

- a) **Divergente esporádico:** apresenta uma conduta delituosa esporádica, associada a poucos fatores de risco. Se diferencia de uma delinquência comum, na medida que apresenta algumas características pessoais e sociais específicas: busca pelo risco, dificuldade em prever os riscos que assume, agindo de forma inconsequente, uso de drogas leves e baixa adesão a normas escolares e familiares. A dificuldade de performance na escola pode ser uma fonte de irritação. O ambiente familiar é relativamente adequado.
- b) **Inadequado regressivo:** apresenta uma conduta delituosa frequente, em geral, com pouca gravidade e planejamento, contra a propriedade. A delinquência é uma forma de “adaptação social, resignada”, e de uma socialização criminal. Caracteriza-se por apresentar vínculos sociais pouco desenvolvidos. No plano pessoal é retraído e tem dificuldades nas relações interpessoais (baixa competência social), além de dificuldades

escolares precoces e significativas, em relação ao desempenho. Mantém associação a pares desviantes. A família é, em geral, negligente; apresenta-se como ambiente pouco estimulante e subsocializado.

- c) **Conflitual explosivo:** apresenta uma conduta delituosa frequente, composta por atos mais graves, incluindo delitos contra pessoas. Esta pode ter um aumento rápido, quando o adolescente está sob muitas pressões e em conflitos com outros, sobretudo com figuras de autoridade. No ambiente familiar o relacionamento mostra-se deteriorado, conflitivo. O vínculo com as instituições sociais está abalado, mas o adolescente não apresenta valores criminalizados e atitudes antissociais. Apresentam muitos sentimentos de infelicidade e tensão.
- d) **Estruturado autônomo:** apresenta uma conduta delituosa precoce, reiterada e diversa, que pode ser grave. É o perfil com maior risco criminogênico e com maior déficits em habilidades sociais. No plano pessoal apresenta muitos déficits psicológicos; egocentrismo acentuado e insensibilidade ao outro. Portanto, tem dificuldades afetivas e relacionais; é manipulador. Ademais, rejeita normas sociais, manifestando clara oposição a figuras de autoridade e atitudes antissociais. Pode fazer uso abusivo de drogas. Na escola, apresenta muitos problemas de comportamento; dificuldades de adaptação na escola. O vínculo com as instituições sociais é tênue. Associa-se quase que exclusivamente a pares criminalizados. Muitos problemas familiares relativos à violência, negligência e abuso.

O outro guia identificado é chileno. Esse, por sua vez, apresenta o Modelo Multidimensional de Avaliação Diferenciada para Adolescentes (MMIDA), o qual decorreu de um estudo tipológico realizado com dados de uma amostra de 330 adolescentes judicializados na região da Araucania, no sul do Chile (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017). Na identificação e descrição dos perfis, os autores excluíram adolescentes que possuíam problemas de saúde mental e apresentavam uma delinquência comum. Assim, por meio de uma técnica de análise de clusters, chegaram à proposição de cinco perfis diferentes. O guia indica tanto um protocolo de avaliação para diferenciar os perfis, quanto uma discussão a respeito de estratégias de intervenção, considerando as diferentes necessidades dos adolescentes. Na denominação dos perfis os autores empregam sempre o termo “trajetória”, buscando enfatizar a perspectiva desenvolvimental adotada para compreender o fenômeno. Os perfis são os seguintes:

- a) **Trajetória normal desviada.** Padrão de conduta delituosa próxima a comum, porém em maior frequência, mas sempre com baixa gravidade. Abuso de substâncias presente, com progressivo afastamento da escola e da família na adolescência. Pouca supervisão

familiar e afiliação a pares infratores. Funcionamento psicológico preponderantemente normativo, com características de egocentrismo e rebeldia.

- b) **Trajetória transgressora vinculada.** Prática de delitos com início precoce. Essa é frequente e pode ser grave, com roubos. Alternam entre comportamentos antissociais e pró sociais, apresentando boa vinculação com família e com amigos. Apresentam abuso de substâncias com a função de socialização a pares antissociais. Tendência à transgressão em função da ligação ao seu grupo de referência que é em parte composto por indivíduos criminalizados.
- c) **Trajetória passiva desesperançada.** Prática de delitos com início precoce. Afastamento precoce da escola, com associação a pares infratores e negligência familiar. No plano pessoal, caracteriza-se pela passividade, inibição, insegurança e características depressivas.
- d) **Trajetória explosiva autodestrutiva.** O padrão de conduta delituosa caracteriza-se pela diversidade de atos, sendo muitos deles disruptivo, graves, contra pessoa. Apresenta abuso de substâncias e abandono escolar por problemas de comportamento. Tem experiências traumáticas na família. No plano pessoal, caracteriza-se pela instabilidade emocional, oscilação, expressão de emoções intensas, impulsividade e pessimismo.
- e) **Trajetória antissocial estabilizada.** A prática de delitos é muito precoce. Essa caracteriza-se pela alta frequência e diversidade. A motivação é utilitária. Possui pouca vinculação social. No plano pessoal, apresenta forte orientação antissocial, acentuado egocentrismo, instabilidade emocional e baixa tolerância frustração. Nas interações manipula visando dominação e poder.

É possível identificar semelhanças entre os perfis propostos por ambas tipologias, o que é algo recorrente na área. Alguns autores discutem que, salvo algumas peculiaridades, provavelmente decorrentes de características específicas das realidades socioculturais onde os estudos são realizados e, talvez, de diferenças metodológicas, os perfis, ou melhor, as características principais nos perfis tendem a se repetir nos estudos com objetivos similares, o que reforça a hipótese de que o fenômeno da delinquência juvenil e as diferentes necessidades de intervenção podem ser descritas e explicadas, considerando diferenças etiológicas qualitativas, em termos de diferentes “tipos”. Nessa perspectiva, Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008), ao analisarem estudos tipológicos clássicos da área (Jesness, 1988; Moffit, 1993; Van Voorhis, 1994; Lykken, 1995; Harris & Jones, 1999; Aslma & Lapsley, 2001), depreenderam cinco tipos básicos, ou estruturas básicas, identificadas e descritas nesses estudos. Alguns desses estudos focam mais em aspectos psicossociais e não descrevem os diferentes padrões de conduta delituosa dos tipos, o que pode ser considerada uma limitação, apesar disso, também apresentam similaridades com os perfis apresentados anteriormente. São eles:

- a) **Infrator normal ou situacional.** Nesse, o padrão de conduta é, geralmente, descrito com pouco grave. A delinquência seria acidental ou pontual, funcionando, às vezes, como modo de enfrentamento diante de situações estressoras que sobrecarregam o adolescente. Nesse tipo, denota-se poucos fatores de risco e funcionamento psicológico normativo, sem problemas interpessoais significativos.
- b) **Infrator socializado/sociopata comum/infrator subcultural.** Esse tipo teria como característica principal a quebra de um processo desenvolvimental de socialização convencional, relacionado com histórico de privação social, podendo ser resultante de uma parentalidade pouco competente ou criminalizada e do convívio em um ambiente com subcultura criminalizada.
- c) **Infrator limitado à adolescência.** Nesse os adolescentes possuiriam um funcionamento normativo. Sua delinquência, que é temporária, é explicada por uma busca de sensações, rebeldia e identificação momentânea com uma subcultura antissocial, em virtude de uma associação a pares infratores, no período.
- d) **Infrator neurótico/internalizante.** Esse teria como principal característica mal-estar psicológico, manifesto na forma de depressão, ansiedade social, e outros problemas de saúde mental. Esses adolescentes teriam muitos sentimentos negativos como raiva e, no plano interpessoal seriam retraídos e/ou hostis. Esse quadro seria, geralmente, associado de abuso parental severo, negligência e rejeição interpessoal.
- e) **Infrator grave subcontrolado/impulsivo e não-socializado.** Nesse a conduta delituosa seria frequente, diversificada/versátil e grave. Os problemas de comportamento teriam se manifestado precocemente. No plano pessoal, seriam impulsivos, agressivos, simplistas, pouco sensível ao outro e manifestariam busca pelo risco. No interpessoal seriam manipuladores e manifestariam charme superficial.

(Brennan, Breitenbach & Dieterich, 2008, p. 5)

Considerando a importância que estudos de taxonomia em delinquência juvenil podem ter para o campo, Brennan (2010) sublinha que esse método é ainda muito negligenciado na área e que seriam necessários mais estudos, principalmente em razão do fato de ainda não existir um consenso a respeito dos perfis identificados e descritos nas investigações já realizadas com dados de adolescentes infratores. O autor afirma que todos, até o momento, são provisórios e passíveis de contestação. Sublinha também que não há consenso sobre quais aspectos precisam ser avaliados para a elaboração de uma taxonomia relevante e consistente. Na presente investigação, os aspectos privilegiados são aqueles destacados na Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta, nas quais lida-se concomitantemente com variáveis descritivas da conduta delituosa, variáveis atinentes aos contextos de socialização e funcionamento psicológico. O modelo teórico é apresentado a seguir.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: A TEORIA DA REGULAÇÃO SOCIAL E PESSOAL DA CONDUTA NA ADOLESCÊNCIA

Mediante a necessidade de dispor de um referencial teórico específico, robusto, que orientasse a escolha das variáveis para a investigação norteadada pelo objetivo de estabelecer uma tipologia empírica consistente, optou-se, para a realização do presente estudo, pela Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta (TRSPC) (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Fréchette & Le Blanc, 1989; Le Blanc, 2003; Le Blanc, 2006). Esta teoria vem sendo elaborada e aperfeiçoada ao longo de vários anos, no escopo de numerosos estudos empíricos, longitudinais e transversais, no seu contexto de origem, além de estar sendo usada e testada em nosso contexto sociocultural, em diferentes estudos também empíricos (Bazon & Estevão, 2012; Silva & Bazon, 2014; Komatsu & Bazon, 2015; Alves, 2016; Salgado, 2017; Franco & Bazon, 2018; Komatsu, Costa & Bazon, 2018; Silva & Bazon, 2018). Essa é uma teoria que integra, numa perspectiva sistêmica, variáveis sociais e pessoais relacionadas ao comportamento antissocial, além daquelas que descrevem a própria conduta delituosa na adolescência, sendo um dos modelos teóricos citados por Brennan e Brietbach (2009), como compatíveis com o método taxonômico.

Pode-se afirmar que esta teoria foi elaborada na Criminologia, enquanto área do conhecimento científico específico, na qual se dedica a estudos relacionados ao fenômeno criminal e, dentro disso, aos determinantes da conduta delituosa (Sutherland & Cressey, 1966). É importante sublinhar que, na Criminologia, há diferentes abordagens de investigações: de um lado, tem-se as mais tradicionais, pelas quais se toma como objeto de estudo a conduta delituosa de uma maneira estática, buscando pelos fatores associados a essa, num ponto do tempo, de modo a propor modelos explicativos generalistas; de outro lado, tem-se as abordagens mais contemporâneas, nas quais se adota uma perspectiva longitudinal, tomando como objeto de estudo as trajetórias da conduta delituosa, e os fatores associados à continuidade e à descontinuidade desta, no tempo, no curso de vida dos indivíduos. Estas têm ajudado a identificar e a sistematizar os fatores relevantes em cada caso, de acordo com a fase da vida dos indivíduos (Molina & Gomes, 2007). A TRSPC decorre de investigações no espectro desta segunda abordagem do fenômeno.

Os modelos teóricos gerados no escopo de investigações realizadas com essa perspectiva longitudinal/temporal são, em geral, denominados “desenvolvimentais”. Via de regra, eles integram múltiplos fatores, em geral, organizados em um conjunto de estrutura sistêmica dinâmica. As teorias apresentam um caráter sistêmico na medida em que o modelo

define uma estrutura, a organização de seus componentes, e que ele estabelece a existência de relações recíprocas, com direcionamento. O caráter dinâmico advém do fato de se debruçarem sobre as alterações e as constâncias nas variáveis, ao longo do tempo, e seus impactos no sistema (Le Blanc, 2006). Têm como foco o desenvolvimento (ou não) da conduta delituosa, abrindo a possibilidade para compreender que (e como) a manifestação desta, num dado momento, pode ou não estar na esteira de uma problemática mais ou menos significativas, a depender da sinergia que decorre da interação entre os diferentes fatores (que podem ser de risco e de proteção), de um tempo a outro da vida do indivíduo. A TRSPC apresenta essas características e, assim como outros modelos construídos nessa perspectiva, assume um pluralismo causal, entendendo isso como uma característica intrínseca ao desenvolvimento humano, o que é compatível à perspectiva tipológica (Brennan & Brietbach, 2009).

Além disso, a TRSPC descreve a existência de diferentes trajetórias do comportamento desviante ou antissocial e, especificamente, da conduta delituosa, em meio aos adolescentes, e suas relações com diferentes variáveis sociais e pessoais, sendo, portanto, um referencial teórico congruente aos pressupostos taxonômico. A definição desses comportamentos, de acordo com esta teoria, é que os comportamentos desviantes/antissociais, na adolescência, são aqueles reprovados socialmente, incluindo condutas divergentes como rebelião familiar, escolar e consumo de álcool e outras drogas, assim como aquelas que remetem aos delitos previstos no código penal (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Le Blanc, 2003; Le Blanc, 2006). Para a compreensão do desenvolvimento do comportamento divergente/delituoso em adolescentes, Le Blanc (2006) indica a importância de se atentar a três sistemas diferentes que mantêm interações entre si, influenciando-se reciprocamente, que seriam: 1) o sistema que descreve o comportamento desviante em si; 2) os controles sociais aos quais o indivíduo está submetido o comportamento; e 3) o sistema do autocontrole que descreve quais aspectos individuais, de personalidade, relacionam-se com a regulação do comportamento desviante.

A conduta em adolescentes, no que diz respeito às variáveis sociais seria, então, regulada a partir da interação variáveis atinentes ao quatro mecanismos: 1) Vínculo com a sociedade e seus membros; 2) Desenvolvimento psicológico (desenvolvimento do alocentrismo e da capacidade de autorregulação/autocontrole, em contraposição ao egocentrismo típico das fases iniciais do desenvolvimento e da impulsividade); 3) Constrangimentos exercidos pelas instituições sociais e pelas pessoas frente ao comportamento desviante/antissocial; 4) Modelos sociais, relativos à exposição às influências

e às oportunidades antissociais (em contraposição às pró-sociais) (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Le Blanc, 2003).

O vínculo social diz respeito às várias formas por meio das quais os indivíduos se mantêm juntos, ligados. Este é estabelecido com as instituições sociais e seus membros e reflete uma necessidade primária, de todo indivíduo, que é a de se integrar-se em determinada realidade social e cultural. O vínculo social seria uma proteção fundamental contra a atividade desviante, garantindo a conformidade aos padrões convencionais de conduta. Em termos operacionais, ele se constitui a partir do apego às pessoas, investimento em atividades convencionais e empenho/compromisso em relação às instituições sociais, aos seus valores e normas. O desenvolvimento psicológico, representado na noção de continuum desenvolvimental entre o egocentrismo-alocentrismo, por seu turno, remete às aquisições pessoais relacionadas à maturação psicológica, ao natural desenvolvimento e consequente diferenciação que caracteriza a capacidade de autocontrole/autorregulação. Assim, esse mecanismo de natureza pessoal, de regulação da conduta, envolve a capacidade de se orientar em direção aos outros e de se interessar pelos outros, de se colocar no lugar do outro e de considerar as demais pessoas em processos de tomada de decisão. Portanto, funciona também como fator de proteção ao engajamento em atividades antissociais, especialmente em atividades que implicam em violência interpessoal. Os constrangimentos sociais regulam a conformidade às regras, às normas, por meio das reações sociais frente ao comportamento desviante/antissocial, podendo ser essas reações formais ou informais. O constrangimento formal refere-se às sanções impingidas por instituições sociais como a escola, a polícia e o próprio sistema de justiça, ao passo que o constrangimento informal se refere à reação das pessoas com as quais o adolescente mantém relações interpessoais de proximidade, como familiares e amigos, manifestando-se por meio do estabelecimento de regras, de supervisão e de punições. A experiência dos constrangimentos formais e informais é suscetível de produzir o constrangimento interno. Este remete ao controle do comportamento desviante decorrente da interiorização das regras e das normas de conduta veiculadas nas diferentes instituições - família, escola e sociedade em geral; trata-se, portanto, da adesão às normas sociais convencionais. Em termos desenvolvimentais, o constrangimento externo precede o interno, no processo de socialização. É, porém, o constrangimento interno que funciona como última barreira à emissão do comportamento desviante na adolescência. Os modelos, por fim, tratam da existência de padrões sociais que moldam as condutas. Modelos pró-sociais, incluindo influências e oportunidades, garantem a conformidade, pois promovem, por meio de modelação e de modelagem, a emissão deste tipo de comportamento. Modelos antissociais,

referindo-se à exposição dos indivíduos a influências e oportunidades antissociais, remetem aos processos de modelação e de modelagem aos quais um indivíduo é submetido, em seu contexto de vida, para a emissão de condutas antissociais. O mecanismo representado pelos modelos antissociais referem-se às aprendizagens que se pode realizar quando se está, por exemplo, exposto, de modo frequente, a situações de violência, por morar em uma comunidade caracterizada por uma alta taxa de criminalidade, e por relacionar-se pessoalmente com colegas/amigos e/ou com adultos, figuras significativas, que apresentam comportamentos desviantes como consumir drogas lícitas e/ou ilícitas e/ou praticar delitos (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Le Blanc, 2003; Le Blanc, 2006; Le Blanc, 2010). Na figura 1 temos a representação da Teoria Geral da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência.

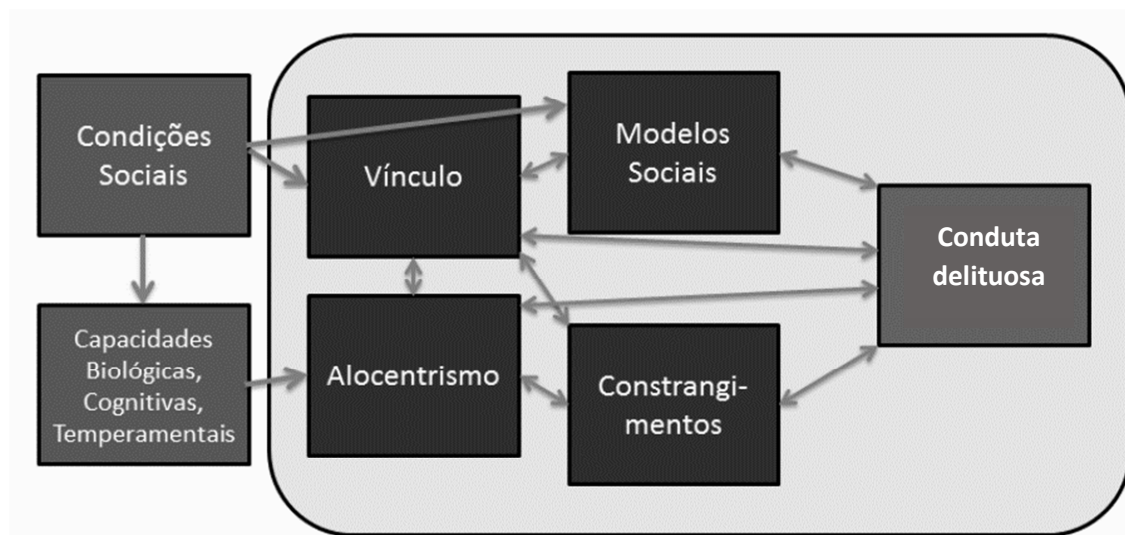


Figura 1. Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência (adaptado por Komatsu, 2014 de: Le Blanc, 1997a; Le Blanc & Le Blanc, 2014: p. 10)

Reitera-se que a Teoria, em virtude de seu caráter sistêmico e dinâmico, pressupõe que a esses mecanismos da regulação se relacionam, ou seja, inter-influenciam (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Le Blanc, 2003; Le Blanc, 2006; Bazon, Komatsu, Panosso, & Estevão, 2011). A partir das interações entre os mecanismos de regulação da conduta, tem-se aumento ou diminuição da probabilidade de o adolescente manifestar comportamentos desviantes, e, mais especificamente, de se envolver na prática de delitos. Muitas das variáveis que compõem os mecanismos foram testadas empiricamente a partir de estudos longitudinais com adolescentes e sua influência encontra-se descrita em teorias denominadas como “teorias de meio-alcance”, nas quais se aplica o raciocínio geral, da TRSPC, descrito acima, às diferentes

dimensões da regulação do comportamento social: as sociais (regulação escolar, familiar, pelas atividades de rotina, pelos pares de idade e normativa) e a pessoal (regulação psicológica) (Le Blanc, 2003).

As metatrajetórias da conduta delituosa

Conforme o já mencionado, as teorias criminológicas desenvolvimentais, como é o caso da TRSPC, se interessam pelo desenvolvimento da conduta delituosa, e não no simples fato de um adolescente ter ou não cometido um delito. Esse foco de preocupação deriva das inúmeras investigações feitas, desde a década de 1940, baseadas no método da delinquência autorrevelada (*self-reported delinquency*), as quais demonstraram, sistematicamente, em diferentes culturas, que a maior parte dos adolescentes se implica, em alguma medida, em atividades desviantes/antissociais, inclusive em delitos. Em meio a todos eles, contudo, somente um pequeno grupo não se implicaria em qualquer tipo de atividade desviante e um outro pequeno grupo se implicaria de maneira significativa, apresentando um padrão de conduta delituosa mais preocupante. Em efeito, neste último grupo, notar-se-ia o desenvolvimento da conduta delituosa, ao longo do tempo (Le Blanc & Fréchette, 1989; Moffit, 2018).

A análise do desenvolvimento da conduta delituosa se apoiou, desde as primeiras investigações, no estabelecimento de parâmetros suscetíveis de indicar variações no nível de engajamento do adolescente em prática de delitos, permitindo descrever diferentes trajetórias da conduta delituosa. Nesse sentido, Le Blanc e Fréchette (1989) sublinham o fato de ser necessário escolher variáveis pertinentes para compor o constructo e o investigar. Eles destacam algumas das variáveis possíveis: a) a natureza dos delito(s) praticado(s) pelo adolescente (frequência, variedade, gravidade/violência do ato); b) modo de realização do delito (nível de participação no delito, nível de planejamento do delitos, antes da passagem ao ato, uso de meios/instrumentos como armas ou outras ferramentas, presença de cúmplices); c) fatores que criaram condições para o cometimento do delito (a motivação - hedonista ou utilitária, a tensão (ou não) experienciada durante sua execução, a intoxicação (ou não) antes/durante à passagem ao ato, a capacidade (ou não) de antecipação da reação de pessoas próximas e das consequências do(s) delito(s) para si e para o indivíduo). A partir da análise dessas variáveis, segundo os autores, é possível descrever diferentes padrões de condutas que remetem a diferentes trajetórias de desenvolvimento, cuja identificação auxilia aferição do nível de engajamento do adolescente em práticas delituosas e, assim, na melhor compreensão da real problemática apresentada pelo adolescente (Le Blanc & Fréchette, 1989; Le Blanc, 2002).

O emprego de variáveis como as mencionadas acima torna possível, por exemplo, avaliar se a trajetória iniciou-se precocemente; se se trata de uma trajetória persistente (composta pela prática de delitos em uma alta frequência, num espectro temporal determinado); se ela remete a um polimorfismo comportamental (com diversificação da conduta, ao longo do tempo) e se, dentro disso, houve um agravamento (uma escalada, dos delitos menos graves – ou não violentos – aos mais graves – violentos). Em termos de processos, permitem verificar se há um processo de aceleração ou de desaceleração na manifestação da conduta – com aumento ou com diminuição da frequência – ou, ainda, de especialização (quando se deixa de cometer alguns tipos de delito, para cometer apenas um tipo), de modo a verificar se há um processo de desistência do comportamento delituoso.

Os autores argumentam que não é possível obter informações fidedignas sobre a trajetória da conduta delituosa a partir de consulta à documentação relativa à atividade das agências de controle (BOs ou processos judiciais, por exemplo), na qual se tem acesso à delinquência legal. No plano da sociedade, a delinquência legal representa uma parcela pequena dos delitos praticados. No plano dos indivíduos, uma vez que alguns podem se envolver em delitos e nunca serem apreendidos ou serem apreendidos e processados por uma parte dos delitos que praticaram, apenas, os dados oficiais, constantes em tal documentação, não permite avaliar efetivamente o padrão de conduta delituosa e, por conseguinte, aferir o nível de engajamento do adolescente em delitos. Ademais, por ocasião do registro oficial dos delitos, por parte das instituições de controle social, raramente se atém ou se detalham informações sobre a conduta delituosa, que se consideram relevantes; desse modo, propõem que investigações efetivamente interessadas no fenômeno da delinquência juvenil sejam realizadas por meio do método da delinquência auto-declarada/autorrevelada pelo próprio jovem (Le Blanc & Fréchette, 1989; Le Blanc, 2002).

A regulação da conduta delituosa pela família

Essa teoria de meio alcance ressalta a importância das variáveis no âmbito da instituição família e propõe um modelo sistêmico articulando as variáveis que melhor explicam a delinquência juvenil, em diferentes momentos da adolescência, atinentes à família (Le Blanc & Janosz, 2002; Dib, 2012). As variáveis principais dessa teoria de meio alcance são: a) Status socioeconômico; b) Configuração familiar; c) Conjugalidade; d) Modelos na família; e) Vínculos familiares (Apego e Investimento); e f) Constrangimentos familiares. A figura 2 esquematiza o modelo da regulação da conduta adolescente pela família.

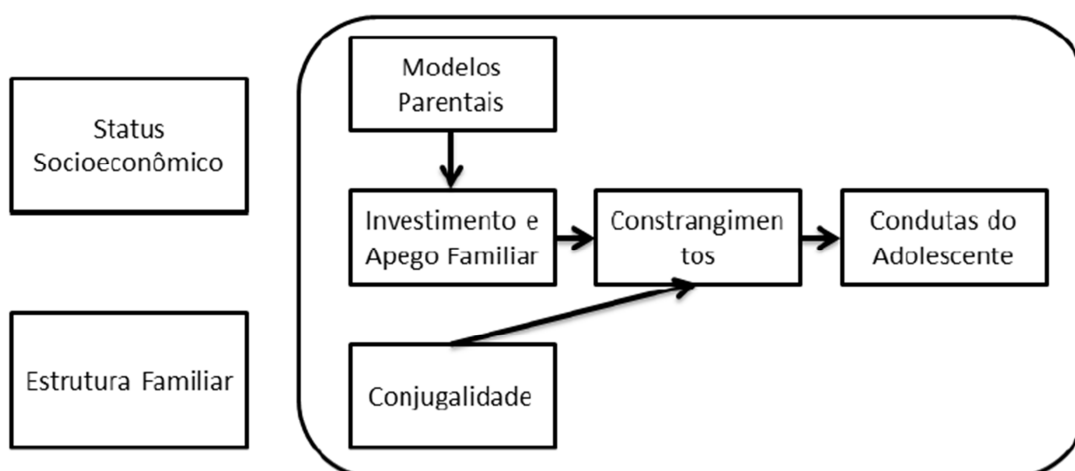


Figura 2. A regulação do comportamento delituoso pela família (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)

O status socioeconômico e a configuração familiar são as condições de contexto – que modulam os efeitos das variáveis atinentes aos mecanismos de regulação -, mas não são determinantes do comportamento adolescente. Elas referem-se às condições nas quais a família vive. A conjugalidade também cria condições para o funcionamento familiar e refere-se à qualidade da vida do casal; por exemplo, se há presença de vínculos harmoniosos, demonstração de afeto e respeito entre eles ou não e, mesmo, se há episódios de violência. Os modelos na família referem-se ao comportamento social dos adultos da família, à forma com que se comportam; por exemplo, se apresentam condutas e valores pró-sociais, divergentes, violentos ou criminalizados – o que gera influências atitudinais e define os valores familiares. Os comportamentos adultos, em geral, dos pais, desviantes podem ser, por exemplo, consumo abusivo de álcool e/ou outras drogas e/ou práticas de delitos, com ou sem histórico de envolvimento com a justiça (Le Blanc & Janosz, 2002; Dib, 2012).

Em relação às variáveis proximais, ou seja, aos mecanismos de regulação propriamente, que têm uma influência maior frente no comportamento desviante, na adolescência, tem-se, primeiramente, os vínculos familiares, que são constituídos pelo apego e pelo investimento, ou seja, pelo apego do adolescente em relação aos pais/cuidadores e pelo investimento que existem da parte dos membros da família em atividades compartilhadas. O comportamento de apego é entendido como a busca aos membros da família, enquanto apoio social, em função da ligação afetiva que se construiu ao longo do tempo, por meio da comunicação de qualidade, favorecendo a percepção acertada, por parte do adolescente, das expectativas dos pais/cuidadores, pelo adolescente, o que resulta em maior ou em menor

identificação afetiva. O investimento seria o tempo investido na vida familiar, em atividades em comum, de lazer e em tarefas domésticas. Os constrangimentos familiares, por sua vez, enquanto mecanismo de regulação, referem-se aos limites e às possibilidades colocados para o adolescente pela família, considerando seus valores e normas, sendo operacionalizadas pelas práticas parentais, em termos de disciplina e supervisão, sendo que essas podem ser adequadas ou não (abusivas e/ou negligentes).

Embora as variáveis de condição e o ambiente familiar - qualidade das relações conjugais e os modelos parentais - não mostrem ligações diretas com a conduta delituosa, eles podem determinar a qualidade do vínculo entre pais e filhos, que seria a condição fundamental para a aceitação dos constrangimentos colocado pela família, por parte do adolescente, e a conformidade às normas (Le Blanc & Janosz, 2002). O vínculo familiar modula a força que os constrangimentos familiares têm em relação às condutas adolescentes. Quando os constrangimentos familiares são validados pelo adolescente, desenvolve-se o constrangimento interno, o qual remete à interiorização das regras familiares. Ou seja, se o adolescente considera as regras e as práticas familiares legítimas, ele as internaliza e as sanções, quando aplicadas, são aceitas mais facilmente por ele. Do contrário, se não há um processo de legitimação das regras familiares, episódios de rebelião familiar, relacionados a comportamentos de desobediência crônica, a fuga de casa, furtos dentro de casa e até mesmo violência interpessoal, são possíveis. Esses comportamentos, por seu turno, favorecem as condutas divergentes e delituosas na adolescência fora do ambiente familiar (Le Blanc & Janosz, 2002; Dib, 2012).

No contexto do GEPDIP, esta teoria da regulação familiar foi, de algum modo testada, em uma investigação transversal, com uma amostra de adolescentes do sexo masculino, visando verificar as diferenças significativas, nas variáveis do modelo em uma comparação entre 36 adolescentes judicializados e 32 não judicializados. Os resultados validaram o modelo denotando especialmente um vínculo familiar mais frágil e constrangimentos mais inadequados, com mais dificuldades familiares, para controlar o comportamento do jovem, no grupo dos judicializados (Dib, 2012)

A regulação da conduta delituosa pela escola

De igual modo ao modelo anterior, a proposição da teoria da regulação da conduta pela escola, parte dos fatores de risco relativos à escolarização, mais fortemente associados à delinquência juvenil (Le Blanc, 2006; Silva, 2013; Silva & Bazon, 2018). As principais variáveis nessa teoria de meio alcance são: a) Escolaridade dos pais; b) Estresse escolar; c)

Desempenho; d) Vínculo escolar; e) Constrangimentos escolares. A figura 3 esquematiza o modelo da regulação do comportamento delituoso pela escola.

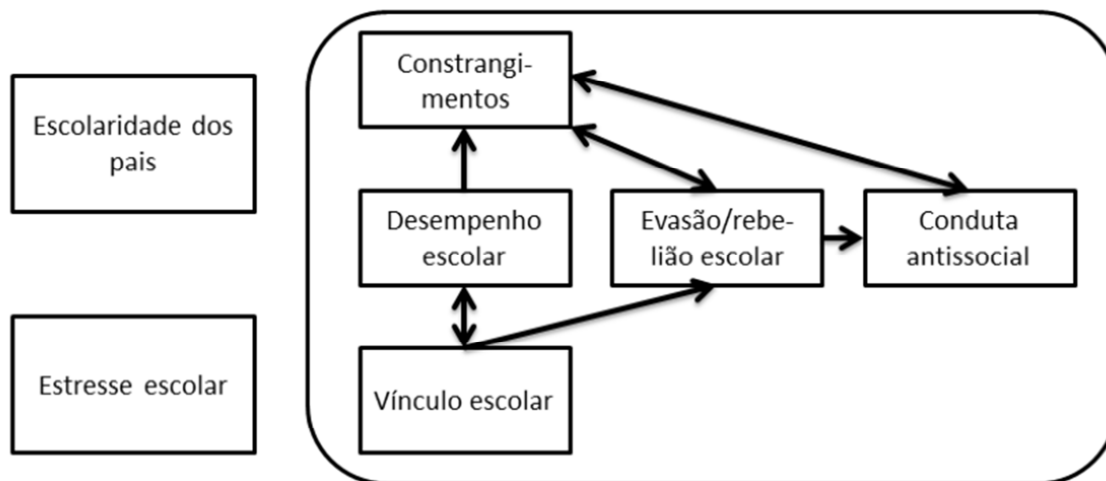


Figura 3. A regulação do comportamento delituoso pela escola (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)

A escolaridade dos pais, assim como o estresse escolar (relativo ao nível de tensão emocional do adolescente em relação a situações vistas como intimidantes, como se sentir vigiado) são as condições de contextos desse modelo, que funcionam como pano de fundo para os processos inerentes aos mecanismos de regulação da conduta pela escola, mas não têm efeito direto no comportamento adolescente (Le Blanc, 2006; Silva, 2013). Em seguida, tem-se o desempenho escolar; esse, por sua vez, é o elemento central da regulação da conduta pela escola. O bom desempenho representa o fato de o adolescente estar conseguindo realizar as atividades propostas pela escola, o que fomenta em si o sentimento de competência escolar, assim como o vínculo com a instituição. O vínculo escolar tem três componentes: o investimento na escolarização – retratado no tempo dedicado aos estudos; o empenho frente à educação – retratado no sentimento de valorização da escola, da escolarização em si e, por conseguinte, no compromisso com as atividades propostas pela escola; o apego aos professores – retratado na percepção dos professores como figuras de apoio, como figuras sobre as quais se pode contar no caso de dificuldades escolares, gerando identificação afetiva e sentimento de confiança e de segurança. Em relação aos constrangimentos escolares, tem-se os informais – que são os comportamentos dos professores quando solicitam mudança de comportamento, em sala de aula, por exemplo; e os formais – que são os procedimentos

institucionalizados, empregados no controle da disciplina, como advertências e suspensões (Le Blanc, 2006; Silva & Bazon, 2018).

Conforme o já mencionado, o bom desempenho favorece o vínculo escolar, assim como a efetividade dos constrangimentos, uma vez que permite que o adolescente se sinta competente no ambiente escolar, o que motiva sua participação nas atividades, favorecendo o investimento nas aulas e nas tarefas/trabalhos acadêmicos, a adesão às normas escolares, diminuindo as chances de indisciplina e a necessidade de constrangimentos externos. Do contrário, um baixo desempenho escolar, com possível defasagem, representando uma possível presença de dificuldades no processo ensino-aprendizagem, fomenta em geral a desvinculação escolar e propicia afiliação a pares com dificuldades semelhantes (Le Blanc, 2006). Quanto melhor mais forte o vínculo escolar, maior é a legitimação das regras escolares, por parte do adolescente, e a conformidade em relação a essas, ou seja, maior o próprio constrangimento interno, o que diminui a necessidade de sanções formais – de constrangimentos externos exercidos por professores e funcionários. As sanções formais, quando sofridas, na medida em que o adolescente não apresentar um vínculo forte com a escola e não tiver interiorizado as normas/regras escolares, tendem a ampliar a desadaptação escolar e potencializar o afastamento do adolescente do ambiente escolar. Nessa esteira, a rebelião escolar é mais provável, sendo essa expressão por problemas de comportamento externalizantes na escola, mas também por desinteresse e absenteísmo e, eventual, abandono escolar. Essa, por sua vez, funciona como fator de risco para a conduta delituosa (Le Blanc, 2006; Silva & Bazon, 2018). Desse modo, entende-se que uma experiência escolar negativa pode contribuir para a emergência e a manutenção dos comportamentos desviantes dentro e fora da escola, e que esses constituem uma forma de responder às dificuldades e aos insucessos vivenciados, não apenas referentes à aprendizagem, mas também à socialização na escola, concernente às relações com professores e pares (Silva, 2013).

No contexto do GEPDIP, pesquisas buscaram testar essa teoria de meio alcance, verificando a existência de diferenças significativas nas variáveis integrantes do sistema, entre adolescentes do sexo masculino: 15 adolescentes infratores-evadidos, 15 adolescentes infratores-estudantes, 15 adolescentes não infratores-evadidos e 15 adolescentes não-infratores-estudantes. Os resultados reafirmaram a importância do desempenho para a vinculação escolar e os dos constrangimentos escolares formais para a implicação na delinquência, sendo que o grupo de adolescentes infratores evadidos foi o que apresentou mais indicadores de uma experiência escolar mais negativa (Silva, Cianflone & Bazon, 2016; Silva & Bazon, 2018).

A regulação da conduta delituosa pelos pares de idade

Na fase da adolescência, algumas características dos pares de idade (colegas, amigos, namorados, etc) podem favorecer ou limitar o comportamento desviante. Segundo o modelo teórico em questão, as características mais relevantes são: a) Amplitude da rede de pares; b) Aprovação dos pares pelos pais/responsáveis; c) Apego aos pares; d) Investimento nas atividades compartilhadas com os pares; e) Empenho/engajamento em relação aos pares; f) Natureza das filiações (tipo de pares de idade) (Le Blanc, 2006; Bazon & Estevão, 2012). A figura 4 esquematiza o modelo da regulação do comportamento delituoso pelos pares.

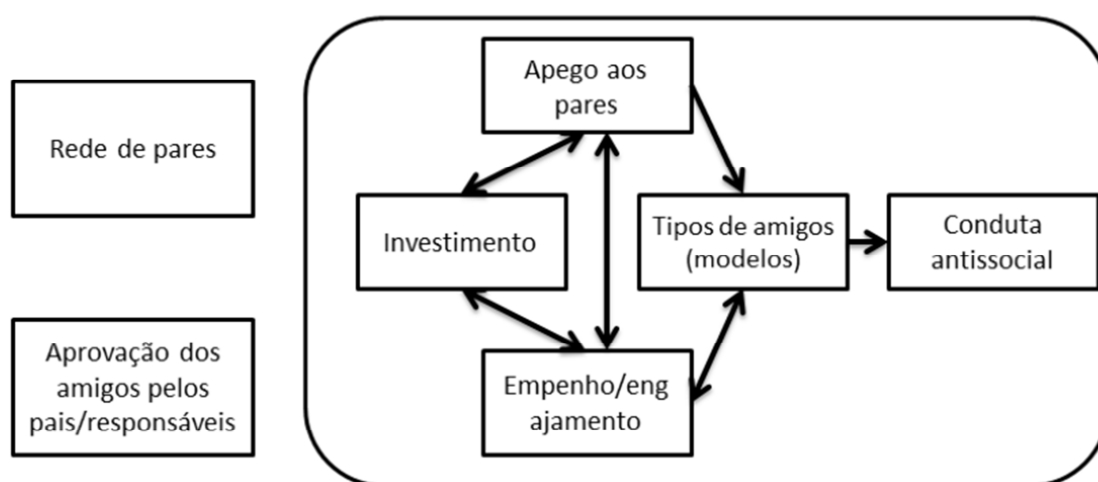


Figura 4. A regulação do comportamento delituoso pelos pares (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)

A amplitude da rede de pares refere-se ao fato de o adolescente pertencer a uma rede grande ou pequena de pares. A aceitação dos pares pelos pais/cuidadores, por sua vez, refere-se ao fato de os responsáveis conhecerem os colegas e amigos com os quais o adolescente gasta parte do seu tempo, e os aprovar, considerando as condutas sociais que têm. Essas duas variáveis compõem o contexto no qual a regulação da conduta se processa. O apego aos pares diz respeito à comunicação, à confiança e à identificação afetiva; o investimento diz respeito ao tempo gasto em atividades com os amigos; o engajamento/empenho refere-se à importância atribuída, pelo adolescente, aos pares à atitude que valida os valores e as condutas dos colegas/amigos, por vezes em contraposição ao que propõem as figuras de autoridade. Nesse sentido, o empenho implica em uma lealdade da parte do adolescente aos pares, e indica quanto do seu comportamento é regulado pelos pares. Nesse sentido, o empenho representa um espécie de constrangimento às condutas do adolescente, cuja fonte

são os pares de idade; ele é capaz de indicar a força da pressão que eles podem exercer sobre o comportamento do adolescente, o nível de sensibilidade do adolescente às opiniões dos pares (Le Blanc, 2006).

Desse modo, esse sistema descreve o mecanismo pelo qual o apego, o investimento e o empenho/engajamento face aos pares de idade influenciam as condutas adolescente, destacando que a direção desta depende, fundamentalmente, da natureza das afiliações, ou seja, do tipo de colega/amigo com os quais o adolescente fica mais e sente-se mais próximo. Eles podem ser desviantes ou não. Por exemplo, se o adolescente estiver em um grupo de pares com condutas desviantes/delituosas, as atividades desviantes tenderão a ser numerosas. Ao contrário, se estiver em grupo com pares apresentando condutas maciçamente convencionais, a atividade desviante será rara (Le Blanc, 2006).

No contexto do GEPDIP, essa teoria de meio alcance também foi testada, no sentido de verificar a validade do modelo, junto a 75 adolescentes, comparando infratores e não infratores do sexo masculino, no sentido de verificar a existência de diferenças significativas. Os resultados mostraram que os adolescentes infratores teriam efetivamente mais afiliações desviantes, incluído nisso a ligação com pares maiores de idade criminalizados, com os quais gastariam boa parte do seu tempo. Nessa linha, eles também se sentiriam mais vulneráveis às pressões exercidas pelos pares para se conduzir de uma determinada maneira, no caso, para cometer delitos (Bazon & Estevão, 2012).

A regulação da conduta delituosa pelas atividades de rotina

Esse sistema sintetiza a proposição sobre o impacto da natureza das atividades nas quais o adolescente investe seu tempo, na emergência e na manutenção das condutas sociais que apresenta, subentendendo o fato de que atividades com maior investimento de tempo tendem a tornarem-se habituais e a modularem o estilo de vida do adolescente. Assim, se o investimento é em atividade de natureza convencional, o estilo de vida tenderá a ser habitual; se o investimento é em atividades de natureza desviante, o estilo tenderá a ser desviante (Alves, 2016). As principais variáveis nessa teoria de meio alcance são: a) Tempo compartilhado com adultos; b) Atividades estruturadas de ocupação do tempo livre; c) Tempo gasto com colegas/amigos; d) Frequentação de lugares divergentes; e) Dinheiro de bolso; f) Exposição à modelos agressivos (Le Blanc, 1997; Alves, 2016). A figura 5 esquematiza o modelo da regulação do comportamento delituoso pelas atividades de rotina.



Figura 5. A regulação do comportamento delituoso pelas atividades de rotina (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)

Temos aquelas atividades realizadas que poderiam funcionar como fatores de proteção dentro da rotina, que seriam: O tempo compartilhado com adultos (na família, religião, escola, atividades culturais, atividades lazer/ esportivas supervisionadas por adultos) atividades estruturadas de ocupação do tempo livre, tanto individuais como em grupo, como presença de atividades culturais na rotina (cinema, teatro, música, leitura), tempo gasto com amigos conversando, prática de esportes e hobbies. Já uma rotina com muitas atividades desestruturadas seriam fatores de risco, uma vez que coloca o adolescente em uma posição mais disponível para realizar comportamentos de risco (Le Blanc, 1997; Alves, 2016).

Desse modo, o tempo gasto em atividades convencionais pode funcionar como uma barreira frente a realização de atividades divergentes. Atividades desestruturadas – que não tem um objetivo específico, relacionadas com ócio, como passar tempo na rua com amigos e sem a supervisão de um adulto, podem aumentar a probabilidade de o comportamento divergente aparecer (Le Blanc, 1997; Le Blanc, 2001; Le Blanc, 2006). Além disso, o tempo ocioso e o “dinheiro de bolso” podem favorecer uma adulez precoce, com maior autonomia do que a esperada para um adolescente e a frequência de lugares considerados divergentes, que não seriam adequados para adolescentes e poderiam favorecer o desenvolvimento de atitudes favoráveis à prática de delitos e a comportamentos delituosos em si, além da exposição a modelos agressivos por meio do uso indiscriminado e sem supervisão de televisão e internet (Le Blanc, 1997).

No contexto do GEPDIP, uma investigação junto a 102 adolescentes do sexo masculino da população, no sentido de testar esse modelo, na realidade sociocultural brasileira, mostrou que atividades com a família e atividades supervisionadas por adultos funcionam como um fator de proteção frente ao engajamento em atividades delituosas, ao passo que frequência de lugares destinados a adultos funcionavam como fator de risco (Alves, 2016).

A regulação da conduta delituosa pelas normas

A regulação da conduta pelas normas remete aos processos em função dos quais o adolescente adere ou não ao sistema normativo da sociedade convencional e conseqüentemente. Ou seja, ao processo pelo qual desenvolve-se o constrangimento interno. O processo de internalização das normas das instituições sociais acontece na medida em que o indivíduo aceita e legitima essas normas de conduta, segundo aquilo que veicula as figuras em posição de autoridade nas instituições: os pais, os professores, os agentes de controle social, de tal forma que, a uma certa altura, essas normas são tomadas como suas e constituem suas crenças e valores pessoais. Desse modo, a regulação da conduta pelo sistema normativo remete ao desenvolvimento da moralidade, sendo que essa atua como fator de proteção frente às influências e às oportunidades desviantes (Le Blanc, 2001; Alves, 2016). As variáveis principais desse sistema são: a) Sanções parentais; b) Percepção de riscos; c) Técnicas de neutralização; d) Adesão às normas; e) Sanções escolares e g) Modelos desviantes na família. A figura 6 esquematiza o modelo da regulação do comportamento delituoso pelas normas.

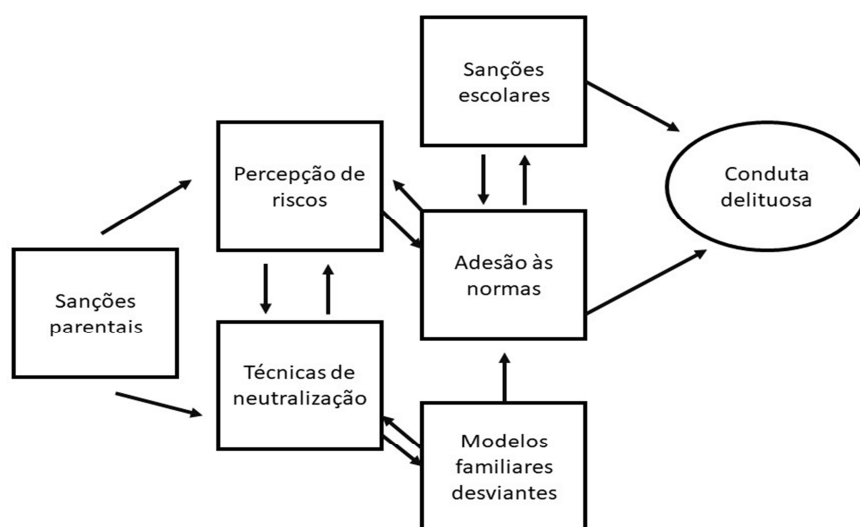


Figura 6. A regulação do comportamento delituoso pelas normas (adaptado por Komatsu 2014 de: Le Blanc, 1997b)

Nesse sistema, como variável contextual, temos a conduta divergente parental. Atitudes e práticas parentais congruentes com as atitudes aceitas socialmente, favorecem a adesão as normas sociais por meio do desenvolvimento do constrangimento interno em crianças e adolescentes (Alves, 2016). O respeito a figuras de autoridade indica o nível de conformidade que o adolescente tem em relação as normas sociais, e, segundo Le Blanc, sobretudo na adolescência, pode ser sintetizado na instituição policial, que nos indica a noção de legitimidade das regras sociais que o adolescente possui. A adesão às normas reflete a importância que o adolescente atribui ao respeito as normas convencionais. As técnicas cognitivas de neutralização são as atitudes que permitem ao adolescente evitar a sua própria responsabilização de seus comportamentos divergentes. A percepção do risco é o quanto o adolescente considera o risco de ser pego por algum comportamento seu (Le Blanc, 2001; Alves, 2016).

A quantidade de sanções parentais e escolares nos indicam a aplicação de constrangimentos externos formais, o que aponta um constrangimento interno falho, uma baixa adesão as normas convencionais. Além disso, a passagem do adolescente pelo sistema juvenil aponta a possibilidade de o adolescente ter passado por processos de rotulação e estigmatização, o que favorece a adesão a normas antissociais (Alves, 2016).

No contexto do GEPDIP, o modelo foi testado a partir dos dados de uma amostra de 102 adolescentes do sexo masculino da população. Os resultados apontaram que comportamentos parentais desviantes, baixa percepção do risco de apreensão, uso de técnicas cognitivas de neutralização e o baixo respeito por figuras de autoridade se mostraram fortemente associados a um maior engajamento em prática de delitos, funcionando como fatores de risco (Alves, 2016).

A regulação pessoal da conduta delituosa

Conforme o já mencionado, no modelo geral da TRSPC, a regulação da conduta no plano pessoal, remete à noção de alocentrismo que, por seu turno, remete ao movimento de afastamento do natural egocentrismo, que caracteriza o sujeito humano nas etapas iniciais do desenvolvimento. Tal afastamento dá-se em função de processos de maturação e de estímulos ambientais, no plano das inúmeras interações sociais experienciadas pelo indivíduo. As aquisições inerentes a um maior alocentrismo (ou a um menor egocentrismo) manifestar-se-iam por meio de uma gradativa ampliação na capacidade de consideração do outro – das outras pessoas e do meio – nos processos de tomada de decisões; aquisições, portanto, relativas a uma capacitação crescente para pensar sobre os outros e para agir considerando

isso. Uma personalidade mais egocentrada (em que o desenvolvimento de tais capacidades se mostra aquém do que poderia se esperar para o indivíduo, comparando-o como o seu grupo de referência etária) caracterizar-se-ia por um mais baixo autocontrole (Le Blanc, 2006). Assim, a regulação da conduta delituosa, naquilo que afeta aos aspectos pessoais, dar-se-ia, para Le Blanc (2006), em função do nível de autocontrole alcançado.

O autocontrole, hoje, é um conceito amplamente estudado, que compõe vários modelos explicativos da conduta divergente e delituoso na adolescência (Wikstrom & Treiber, 2007). Num dos modelos teóricos mais difundidos, o autocontrole foi entendido como tendo um caráter unidimensional e estático, ou seja, era compreendido como uma aquisição remetendo a uma capacidade estável, ao longo do curso da vida, para inibir comportamentos impulsivos e/ou egocentrados (Gottfredson & Hirschi, 1990). No escopo de inúmeras investigações, o conceito foi revisado e passou a ser entendido enquanto traços globais de personalidade, com componentes cognitivos, de temperamento e atitudinais, sendo definido como o “controle exercido pelo indivíduo em relação aos seus próprios sentimentos, impulsos e ações” (Tremblay, Boulerice, Arseneault & Niscale, 1995; Tittle, Ward, Grasmick, 2003), adquirindo, assim, um caráter multidimensional. Ademais, alguns estudos também evidenciaram mudanças quantitativas e qualitativas em relação ao autocontrole do indivíduo, ao longo do curso de vida, o que permitiu concebê-lo como uma capacidade mutável, suscetível a variações (Caspi, 1993; Sampson & Laub, 1993; Marizot & Le Blanc, 2005).

O desenvolvimento do autocontrole estaria na intersecção de aspectos biológicos e psicológicos, do indivíduo, e de seu meio. Esse processo é melhor explicado em teorias específicas, atinentes ao desenvolvimento da personalidade. Nesse sentido, retoma-se brevemente, aqui, o modelo teórico taxonômico, denominado *Big Five*, no qual se propõe a existência de disposições básica, humanas, de base biológica, na forma de se conduzir, em termos de estilo e de ritmos, que poderiam ser sintetizadas em cinco principais traços. Os indivíduos se diferenciariam entre si e ao longo de sua vida na hierarquização, na intensidade da predominância desses traços (Klimstra, 2012). Os cinco grandes traços são: a) Neuroticismo (tendência a experimentar o estresse); b) extroversão (tendência a dominância social e emotividade positiva); c) abertura a experiência (curiosidade, criatividade e imaginação); d) agradabilidade (ajuda, cooperatividade e gentileza); e) conscienciosidade (organização, perseverança e responsabilidade).

Por algum tempo esses traços, vistos como essencialmente genéticos, eram entendidos como imutáveis, mas, atualmente, apesar de serem entendidos como constructos relativamente estáveis, considera-se que são suscetíveis à influência de variáveis ambientais, como às

relações que o indivíduo estabelece e às normas sociais às quais é submetido. As evidências apontam que a personalidade é caracterizada tanto pela relativa estabilidade quanto por mudanças ao longo da vida do indivíduo (McAdams & Oslon, 2010). A personalidade pode mudar em relação à intensidade de um traço (sem alterar qual é mais predominante) e aos níveis médios dos traços, mudando sua ordem em termos de predominância, o que indica a existência de um curso desenvolvimental dos traços ao longo da vida (Roberts, Walton & Viechtbauer, 2006). Alguns autores, indicam, por exemplo, que ao final da adolescência, por conta de processos maturacionais, espera-se que o neuroticismo diminua e que a agradabilidade, a conscienciosidade e a extroversão aumentem (Klimstra, Hale, Raaijmakers, Branje, & Meeus, 2009). Por conta disso, McAdams e Oslon (2010) discutem sobre a relevância de se identificar os fatores sociais e contextuais relacionados com as diferentes trajetórias de mudança da personalidade. Soto e Tackett (2015), por sua vez, discutem que esse processo maturacional não teria um desenvolvimento linear. Os autores apresentam a hipótese da “disrupção”, propondo que transições biológicas, psicológicas e sociais sejam acompanhadas por “mergulhos temporais” em alguns aspectos da maturação da personalidade. Por exemplo, os níveis médios de agradabilidade, conscienciosidade e abertura a experiências tenderiam a diminuir na segunda etapa da infância para o início da adolescência e, gradualmente, a aumentar no final da adolescência e no início da vida adulta.

Em efeito, a infância e a adolescência são períodos chave para o desenvolvimento da personalidade (Soto & Tackett 2015). A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano na qual espera-se que as aquisições, em termos de capacidades cognitivas e de pensamento abstrato, auxiliem no desenvolvimento da personalidade (Klimstra, 2013). Por conta da intensidade das mudanças que ocorrem, alguns autores discutem que esse período é mais caracterizado pela instabilidade do que pela estabilidade (Erikson, 1959; Marcia, 1980; Hill & Edmonds, 2017). O desenvolvimento da personalidade nessa fase relaciona-se com mudança de traços e também com outras camadas do self, com a revisão de crenças, valores e atitudes, com vistas à formação identitária. Roberts e Delvecchio (2000) mostram em sua meta análise que na adolescência os traços apresentam menos estabilidade do que em qualquer outra fase futura. Desse modo, pode parecer problemático descrever características disposicionais de adolescentes, sendo necessário discuti-las dentro dessa perspectiva de menor estabilidade. Essa peculiaridade da adolescência é relevante de ser considerada já que essa fase do desenvolvimento pode ser considerada um período mais sensível à intervenção por ser mais suscetível a mudanças do que as fases seguintes.

Especificamente em relação a aplicação do modelo dos cinco grande fatores para o estudo da personalidade de crianças e adolescentes, John e Soto (2014) propõe que a estrutura “little six” poderia descrever melhor a hierarquia de traços na infância e na adolescência – esse modelo representa a união conceitual das dimensões de traços mais proeminentes nessa fase – extraversão, agradabilidade, conscienciosidade, neuroticismo, abertura a experiências e atividade. A última dimensão, atividade, na infância tem a característica de energia física e motora, remetendo à impulsividade, sendo que no início da adolescência apareceria como motivação e competitividade, sendo que no final da adolescência e no começo da vida adulta, essa dimensão deveria passar a ter um papel menor, considerando um desenvolvimento normativo.

Alguns traços de personalidade, quando predominantes, na juventude, apresentam robustas associações com problemáticas de saúde mental. Adolescentes com baixo nível de agradabilidade, de conscienciosidade e alto nível de neuroticismo apresentam maiores taxas de problemas de comportamento externalizantes, comportamentos antissociais, agressivos e de violação de regras (Soto & Tackett, 2015). A partir destas evidências, discute-se a importância de se considerar a personalidade, nas duas disposições básicas, ou seja, nos traços, ao se estudar o desenvolvimento de determinadas problemáticas na adolescência, inclusive a dos comportamentos antissociais. Todavia, até mesmo para teorias consagradas como a do *Big Five*, é importante considerar para a compreensão dos comportamentos humanos, as camadas mais superficiais da personalidade, aquelas que se constroem por sobre as disposições básicas, em função das aprendizagens que faz no contexto das interações, ou seja, os aspectos individuais que, apesar de remeterem a uma dimensão pessoal, têm um componente social maior, ou seja, que sofrem uma influência social mais direta. Essas camadas remetem às crenças, aos valores e às atitudes, constructos centrais da formação identitária. O conceito de formação identitária vem dos estudos da Psicologia do Desenvolvimento, entendendo que essa é uma tarefa muito importante na adolescência, que um indivíduo precisa enfrentar (Erikson, 1950; Marcia, 1980). Já a conceituação de crenças, valores e atitudes vem dos estudos teóricos e empíricos da Psicologia Social, que compreendem esses aspectos de funcionamento cognitivo dos indivíduos em relação a fenômenos sociais como, por exemplo, pertencimento a determinados grupos e discriminação em relação a outros grupos, violência e preconceito (Fishbein, 1963; Stern, Kalof, Dietz, & Guagnano, 1995).

Para Erikson (1950), a formação identitária é o núcleo da tarefa desenvolvimental da adolescência, apesar de que mudanças nos traços também ocorrem nessa etapa. O processo de

mudança dos traços e da formação identitária são importantes de serem estudados uma vez que existe uma forte associação desses aspectos com um bom ajustamento psicológico, o que pode favorecer uma boa adaptação do indivíduo ao seu meio. A identidade é compreendida como a integração do senso subjetivo de si, da própria história de vida, da personalidade do indivíduo (Syed & Seiffge-Krenke 2013). Na adolescência, a formação identitária é marcada pela flutuação no modo como o indivíduo se percebe (Erikson, 1959; Marcia, 1980), sendo que esse processo de formação da identidade pode causar mudanças na personalidade do adolescente, aumentando (ou diminuindo) a identificação com regras sociais, o que afeta o quanto o adolescente vai se comportar em conformidade com normas pró-sociais (Roberts et al, 2005).

A qualidade e os tipos de relação que o indivíduo estabelece são relevantes no processo de formação identitária (Neyer & Lehnart, 2007). Nessa linha, a metanálise realizada por Kroger, Martinussem e Marcia (2010) indica que contextos adversos de desenvolvimento podem resultar em um atraso na formação identitária e em uma maior variação dos estados maturacionais. Nos estudos longitudinais da metanálise, que buscaram estudar padrões desenvolvimentais da formação identitária, da adolescência até o início da vida adulta, os autores apontam que uma parte importante dos adolescentes não tinham alcançado uma formação identitária no início da vida adulta.

Diferenças individuais na capacidade de lidar com as crises identitárias influenciam as dimensões da personalidade dos adolescentes. O ponto de passagem da adolescência para vida adulta é comumente visto com expectativas de amadurecimento, o que pode gerar uma pressão que encoraja os indivíduos a desenvolver certos traços de personalidade (Hogan & Roberts, 2004). Por exemplo, para Hill e Lapsely (2011), durante a adolescência, algum nível de ideação narcisista e de autopercepção inflada, deve ser considerada uma característica normativa, e vista como uma estratégia de preservação do autoconceito frente às flutuações identitárias, sendo que essas características tenderiam a diminuir ao longo do desenvolvimento.

Quanto à relação do processo de formação identitária e a delinquência juvenil, existem evidências que apontam que adolescentes infratores apresentam mais defasagens no processo de consolidação da identidade quando comparados com a população geral (Klimstra, Crocetti, Hale, Kolman, Fortanier & Meeus, 2011). Adams, Munro, Munro, Doherty-Poirer e Edwards (2005), ao avaliar 1.450 adolescentes de ambos sexos identificaram que um maior engajamento, autorrevelado, em prática de delitos, se mostrou relacionado com um estilo de identidade difuso e evitativo. Os autores explicam que esse estilo é caracterizado por uma

evitação defensiva frente a situações que exigem tomadas de decisão, e por com componentes de baixo autocontrole e impulsividade.

Considerando que a identidade é um constructo com dimensões pessoais e sociais, Hitlin (2003) aponta em seu trabalho, tanto a partir de análises teóricas quanto empíricas, que os valores que o indivíduo possui podem ser considerados o núcleo da identidade, sendo a ligação entre a dimensão mais individual da identidade e a estrutura social na qual está inserido. Além disso, o autor argumenta que o sistema de valores é um constructo mais facilmente operacionalizável para ser estudado de maneira empírica, que o constructo de identidade. Assim, os valores seriam um componente fundamental no estudo da identidade. Tal como a identidade, os valores sofrem influência de variáveis sociodemográficas, embora sejam experienciados em um subjetivo como algo pessoal.

Para a compreensão do sistema de valores é necessário, primeiramente, a definição do conceito de crenças, que estão em sua base. Para Fishbein (1963), as crenças são descritivas, remetendo ao que o indivíduo acredita ser as características de um determinado objeto. As crenças definem e descrevem esse objeto/fenômeno para o indivíduo. O valor é uma crença endurecida/cristalizada, de que alguns padrões de comportamentos ou de finalidades são preferíveis a outros, sendo que os valores operam e, portanto, podem ser estudados, em um nível individual, institucional e, até mesmo, societal (Rokeach, 1973). No nível individual, um valor é um desejo, uma motivação transsituacional, com variações de importância, de princípios que guiam um indivíduo. O conteúdo primário de um valor é o tipo de objetivo/motivação que ele expressa. Precisa atender a cinco critérios para ser considerado como tal, nessa concepção teórica: 1) ser uma concepção ou crença; 2) incluir um estado final ou comportamento final desejável; 3) transcender uma única situação específica; 4) guiar a seleção e avaliação de comportamentos e eventos; 5) serem elencados em ordem de importância relativa (Schwartz, 1994, citado por Hitlin, 2003). A metanálise realizada por Parks-Leduc, Feldman e Bardi (2015) indicou uma relação consistente entre os traços e os valores. Esses são de fato constructos distintos, sendo que os traços que possuem uma dimensão mais cognitiva, como abertura a experiências, são mais associados aos valores pessoais, quando comparados com traços que remetem a uma dimensão mais emocional, como neuroticismo/estabilidade emocional.

Os valores funcionam como uma base para as atitudes, e remetem a um componente ainda menos abstrato que a identidade, os valores e as crenças (Hitlin, 2003). Stankov (2007) define a atitude como um estado de mente ou um sentimento em relação a um acontecimento, que pode ser um objeto ou uma situação social. Ou seja, uma atitude é sempre referente a ser

favorável ou desfavorável a algo, a uma ação, como, por exemplo, uma atitude favorável à violência para a resolução de conflitos. As atitudes de um indivíduo dizem respeito à avaliação que faz de objeto, de uma situação, baseadas nos valores que ele possui. A ligação entre as atitudes e a conduta é mais proximal, que entre os valores e a conduta (Ajzen & Fishbein, 1977; Schwarts, 1996). Stern, Kalof, Dietz e Guagnano (1995) ressaltam a importância dos processos de socialização na formação das atitudes, sobretudo da influência dos pares de idade e seus comportamentos, reiterando que elas se assentam nos valores em construção.

Nesse ponto, vale mencionar que alguns autores defendem que a abordagem tipológica pode ser uma boa estratégia para o estudo da personalidade, uma vez que ela considera a interação dos traços em um único indivíduo, ou seja, uma constelação de traços que representaria um tipo de personalidade (Asendorpf & Denissen, 2006; Klimstra, 2012). Asendorpf e Denissen (2006) argumentam que os tipos de personalidade parecem ter mais validade em termos de valores preditivos do que quando considerado traços de personalidade individualmente além de representarem constructos mais úteis e aplicáveis. Os tipos de personalidade podem ser usados para estudar o desenvolvimento da personalidade, tanto olhando para transições entre tipos de personalidade ou examinando trajetórias de personalidade.

Em consonância a essas explicações, para Le Blanc (2006), o autocontrole, quando baixo, manifesta-se através da desinibição do comportamento (impulsividade, baixa inteligência, pouco interesse por atividades muito exigentes/trabalhosas intelectualmente, orientação não-verbal), da extroversão (autocentração cognitiva, pouco interesse pela necessidade dos outros, baixa tolerância à frustração), e da emotividade negativa. Ainda segundo o autor, com exceção da emotividade negativa, todos os outros aspectos já haviam sido destacados na teoria proposta por Gottfredson e Hirschi (1990), sendo que as pesquisas posteriores, que buscaram testar esta teoria, apontaram o caráter multidimensional do conceito (Vazsony, Pickering, Junger & Hessing, 2001; Conner, Stein & Longshore, 2008). Para ele, ainda, a orientação antissocial (que é subentendida como crenças, valores e atitudes antissociais conforme o explanado acima), se constrói por força da exposição a modelos e a oportunidade antissociais e também são centrais no tocante aos aspectos pessoais relevantes para a compreensão da regulação da conduta delituosa na adolescência (Le Blanc, 2006).

No contexto de pesquisa do GEPDIP, com uma amostra de adolescentes do sexo masculino, ao comparar 30 adolescentes judicializados e 30 adolescentes não judicializados, os resultados indicaram que os adolescentes infratores eram mais egocentrados em relação aos

padrões adaptativos, tinham maior orientação antissocial, mais traços de impulsividade e de hostilidade (Panosso, 2009). Ainda no contexto do grupo de pesquisa, outras investigações avançaram no sentido de indicar que uma conduta delituosa com (inclusive com delitos violentos) também pode ter associação com aspectos de autocontrole e atitudes antissociais (Franco, 2018; Komatsu, 2019). No estudo de Komatsu (2019), essas variáveis compuseram o modelo preditor para a reincidência violenta, em conjunto com outras variáveis sociais (pares infratores e atraso escolar), além do histórico de já ter cometido um delito violento.

4 TIPOLOGIAS EMPÍRICAS EM DELINQUÊNCIA JUVENIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

A proposta dessa seção é apresentar uma revisão da literatura concernindo estudos com objetivos similares ao do presente estudo, visando situar a presente investigação no campo, analisando as investigações já realizadas, orientadas pelo objetivo de identificar e descrever diferenças relevantes em meio a adolescentes infratores, de modo a estabelecer perfis e/ou metatrajetórias da conduta delituosa. A revisão pretende contribuir para a sistematização dos resultados das investigações já realizadas, visando um mínimo de integração dos achados, realçando os perfis de adolescentes infratores identificados, de forma a discutir parâmetros para a avaliação e a intervenção psicossocial na área, conforme recomendação feita por Brennan, Breitenbach e Disterich (2008).

A revisão sistemática é um método que estabelece de maneira padronizada um procedimento de busca, de seleção e de análise dos estudos, que permite uma apreciação crítica da qualidade das evidências científicas disponibilizadas (Mancini & Sampaio, 2006). Para tal fim, foram adotados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar estudos que, a partir de dados empíricos, verificaram, em função de variáveis pessoais e/ou sociais e/ou descritivas da conduta, a existência de subgrupos de adolescentes infratores; b) caracterizar os estudos em relação aos objetivos, ao delineamento metodológico e aos resultados encontrados; c) sintetizar e comparar os resultados encontrados nos diferentes estudos. Hipotetizou-se que os estudos selecionados teriam aferido alguns perfis com similaridades, apesar das diferenças metodológicas e no background sociocultural, relativo às amostras de adolescentes infratores estudadas, corroborando a noção de diferenças intragrupo, e a necessidade de avaliação dessas diferenças e de uma intervenção diferencial. Assim, buscou-se contribuir para a síntese do conhecimento na área, levando em conta informações sobre como as pesquisas vem sendo realizadas, seu alcance e limite.

Para identificar os estudos foi realizado um levantamento nas bases de dados bibliográficos PsycInfo, Web of Science e SciELO; um primeiro em Setembro de 2017 e, um segundo em Setembro de 2018, para a atualização da busca bibliográfica, adotando-se os mesmos procedimentos e critérios. A PsycInfo foi escolhida por ser uma base que indexa periódicos relevantes na área da Psicologia; a Web of Science por ser uma base multidisciplinar, que possibilita o acesso a outras áreas do conhecimento que estudam o tema; a SciELO, também multidisciplinar, por indexar periódicos científicos produzidos por pesquisadores da América Latina e Caribe. Desse modo, considerou-se que a utilização em

conjunto dessas três bases de dados possibilitaria a apreensão de uma gama significativa da produção de conhecimento científico na área.

A busca dos estudos nas três bases de dados foi realizada com o cruzamento das seguintes palavras-chave, que poderiam aparecer em qualquer campo do artigo: a) *Juvenile Delinquency AND Taxonomy*; b) *Juvenile Delinquency AND Typology*; c) *Juvenile Delinquency AND Profiles*. Os termos *Juvenile Delinquency*, *Taxonomy* e *Typology* foram escolhidos por serem descritores tanto na PsycInfo quanto na Web of Science; o termo *Profiles* por ser um descritor na PsycInfo.

Além disso, os seguintes critérios para o levantamento foram adotados: estudos publicados nos últimos 21 anos; estudos de base empírica e publicados em revistas com revisão por pares. A partir daí, mediante o levantamento, os critérios de inclusão dos manuscritos para a revisão foram: a) artigos que tivessem em seus resultados a descrição de subgrupos estabelecidos a partir de dados coletados junto a amostras de adolescentes, gerando perfis/tipos e/ou metatrajetórias de conduta delituosa; b) artigos escritos em inglês, espanhol, francês ou português. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: a) artigos que tivessem lidado com dados de outros segmentos que não adolescentes infratores; b) artigos que não buscassem chegar à descrição dos subgrupos; c) artigos pautados na descrição de subgrupos a partir do tratamento de dados de infratores relacionados a delito de natureza específica, pré-determinada, como “infratores sexuais”, por exemplo.

A leitura dos resumos dos trabalhos identificados, à luz dos critérios de inclusão e de exclusão, permitiu uma primeira seleção de trabalhos. Na figura 7 está representada a estratégia de busca utilizada para a seleção dos artigos. Dos trabalhos excluídos após a leitura dos resumos, 33% tinham como foco adultos, 23% focalizavam perfis em meio a adolescentes especificamente implicados em delitos sexuais, 15% não orientavam no sentido de estabelecer uma tipologia, 12%, apesar de terem como tema a adolescência, não abordavam a temática de delinquência juvenil. Ademais, ressalta-se que três artigos, embora pertinentes, foram excluídos por não terem sido encontrados na íntegra.

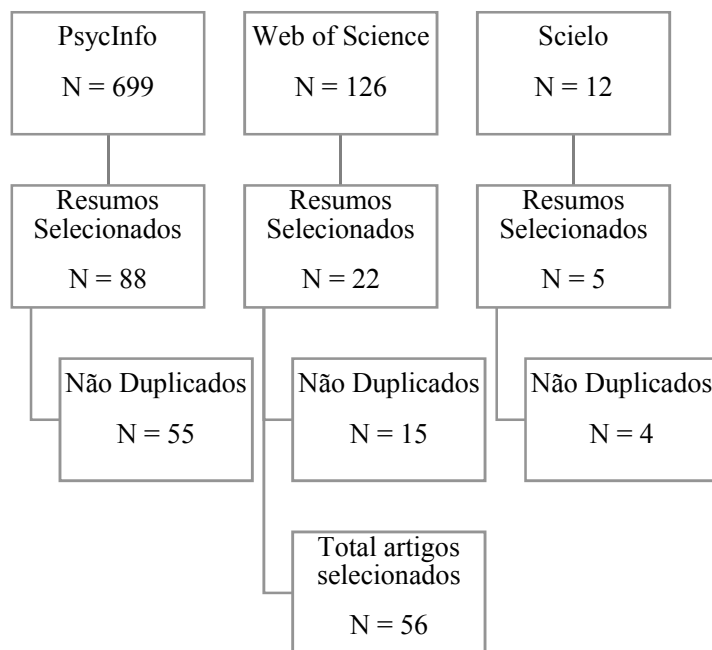


Figura 7. Fluxograma da estratégia de busca e seleção dos artigos

Após a seleção dos trabalhos e sua leitura na íntegra, informações relacionadas foram compiladas em uma planilha, em torno das seguintes categorias: autores, título, ano de publicação, nacionalidade do primeiro autor, objetivo geral do estudo, número de participantes, descrição da amostra utilizada, procedimento estatístico/análise dos dados e principais resultados encontrados. Em seguida, considerando que os resultados encontrados são condicionados às variáveis avaliadas em cada estudo, os principais resultados de cada estudo foram agrupados em categorias sintéticas, de modo a organizar essa informação e discutir os resultados encontrados pelos estudos. Um total de 56 artigos científicos foi revisado. A grande parte (70%) foi publicada nos últimos 10 anos, sendo que 29 foram publicados entre 2012 e 2018, 17 entre 2007 e 2011, e 12 entre 1999 e 2006. A maioria das produções é proveniente dos Estados Unidos (61%), seguido da Holanda (11%), Austrália (4%) e Canadá (4%). É importante ressaltar também que no levantamento bibliográfico não se encontrou estudo de revisão, produzido nesse campo.

Como é possível observar na Tabela 1, quanto ao delineamento metodológico, todos os estudos adotaram uma abordagem quantitativa. Há estudos longitudinais e transversais. Os longitudinais tiveram como método de análise estatística predominante as análises de regressão (68%), sendo que aproximadamente metade foi realizada com adolescentes infratores (54%) e o restante com adolescentes da população geral (46%). É possível perceber que o número amostral de cada estudo é bastante variado, com média de 15.590 participantes,

desvio padrão de 28.824 e mediana de 1.716 participantes. Os estudos com amostras de adolescentes da população geral contaram, em geral, com mais participantes que aqueles realizados com amostras de adolescentes infratores. Os estudos transversais, por seu turno, adotaram como método de análise empreenderam procedimentos de agrupamento, como análises de cluster e de classes latentes (72%). A grande maioria (94%) foi realizada com amostras de adolescentes infratores. O número de participantes foi, em média, menor que a dos estudos longitudinais, mas também bastante variado: média de 638 participantes, desvio padrão de 1.078 e mediana de 249 participantes.

Tabela 1. Caracterização dos estudos em relação ao delineamento metodológico, segmento da amostra, objetivo geral, tamanho amostral e tipo de análise dos dados

Tipo do Estudo	Segmento da amostra	Objetivo geral do estudo	N	Tipo de análise de dados	
Estudos Longitudinais (22)	População geral (10)	Identificar variáveis preditoras da criminalidade adulta em adolescentes	10.0000	Análises de regressão	
		Verificar se a participação em gangs aumenta ou diminui a probabilidade do contato com a justiça em subgrupos formados segundo a taxonomia de Moffit	20745	Análises de regressão	
		Testar empiricamente a teoria de trajetórias infracionais em relação à precocidade	13852	Análises de regressão	
		Investigar os fatores associados ao subgrupo de adolescentes abstinentes	8984	Análises de regressão	
		Verificar diferenças em características dos subgrupos de adolescentes que cometem delitos e aqueles se abstêm, segundo dado de delinquência autorrevelada, em relação a sua rede de pares	4359	Análises de regressão	
		Identificar fatores moderadores nos perfis da taxonomia de Moffit	3173	Análises de regressão	
		Analisar características do subgrupo de adolescentes que se abstêm de qualquer tipo de delinquência autorrevelada	1758	Análises de regressão	
		Investigar a relação entre idade de início de manifestação do comportamento delituoso e persistência do comportamento	1716	Análise de classes latentes	
		Verificar se passar por serviço de proteção na infância é um fator de risco para a delinquência, considerando diferentes perfis em termos de envolvimento em delitos	794	Análises de regressão	
		Investigar o componente maturacional nos diferentes grupos da taxonomia de Moffit	524	Análises de regressão	
	Adolescentes infratores (12)		Comparar modelos estatísticos para analisar trajetórias de comportamento de adolescentes infratores	-	Análise de classes latentes
			Verificar a existência de diferentes trajetórias no cometimento delitos violentos de acordo com variáveis pessoais	9421	Análise de classes latentes
			Determinar se a trajetória persistente e a limitada à adolescência têm diferenças categóricas	2175	Análise de classes latentes
			Testar a hipótese postulada por Moffit de que infratores persistentes teriam alto risco de problemas em termos de saúde mental e física, na vida adulta	1758	Análises de regressão
			Testar os modelos teóricos de trajetória desenvolvimental de Moffit e de Frick para delinquência feminina	1354	Análises de regressão
			Identificar perfis de vitimização em meio a adolescentes infratores e verificar a existência de relação entre histórico de vitimização e de uso abusivo de álcool	1354	Análise de classes latentes
			Identificar perfis em meio a adolescentes infratores considerando a exposição à violência comunitária e a sintomatologia para depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e hostilidade	700	Análises de regressão
			Examinar a co-ocorrência de uso crônico de substâncias psicoativas, problemas internalizantes e delinquência persistente	500	Análises de regressão
			Testar a estabilidade de perfis de jovens com início precoce de manifestação de delitos	308	Análise de classes latentes
			Investigar a existência de perfis de risco para a reincidência	210	Comparação das médias
			Examinar fatores de risco distais e proximais em grupos com diferentes trajetórias delituosas	203	Análises de regressão
			Identificar tipos em meio a adolescentes do sexo feminino, com relação ao padrão de cometimento de delitos, e verificar sua predição quanto a problemas de saúde e à criminalidade adulta	114	Análises de regressão

Adolescentes da população (2)	Avaliar a vitimização e o cometimento de delitos em adolescentes	1475	Comparação das médias e análises de correlação
	Buscar possíveis padrões no cometimento de delitos em relação a episódios de vitimização	1000	Comparação das médias e análises de correlação
Estudos Transversais (34) Adolescentes infratores (32)	Elaborar uma tipologia de adolescentes infratores	5800	Análise de cluster
	Identificar subgrupos/perfis em meio adolescentes infratores considerando fatores de risco e características pessoais	2010	Análise de cluster
	Identificar subgrupos/perfis de adolescentes infratores do sexo feminino em relação aos riscos e necessidades criminógenas	1731	Análise de classes latentes
	Examinar a estrutura taxonômica em duas grandes amostras de adolescentes infratores em relação a variáveis sócio-psicológicas.	1572	Análise de cluster
	Identificar diferenças entre sexos em relação aos fatores de risco associados à reincidência infracional	1396	testes de qui quadrado e análises de correlação
	Identificar subgrupos/perfis de adolescentes infratores em relação a fatores de risco associados e avaliar quais fatores predizem reincidência de cada grupo	1111	Análise de classes latentes
	Investigar a possibilidade de estabelecer uma taxonomia de adolescentes infratores em relação a traços psicopáticos	740	Análise de classes latentes
	Identificar perfis de risco em meio a adolescentes infratores	673	Análise de cluster
	Identificar diferentes perfis em relação ao funcionamento psicológico	652	Análise de cluster
	Identificar diferentes perfis de risco e de necessidades em meio a adolescentes infratores	542	Análise de classes latentes
	Identificar perfis de exposição a fatores de risco e de proteção em meio a adolescentes infratores do sexo feminino e masculino	416	Análise de classes latentes
	Identificar diferentes perfis de adolescentes infratores a partir do tipo de delito cometido e os fatores de risco associados	395	Comparação entre médias
	Identificar subgrupos/tipos de adolescentes infratores em relação a características de personalidade, especificamente em relação a traços gerais com psicopatologia e traços psicopáticos	342	Análise de classes latentes
	Identificar classes/tipos de adolescentes infratores de alto risco	315	Análise de clusters
	Identificar perfis de risco em meio a adolescentes infratores	308	Análise de cluster
	Analisar padrões de abuso emocional, físico e sexual em adolescentes infratores internados e investigar a associação desses perfis e psicopatologia e comportamentos delituosos	260	Análise de classes latentes
	Identificar perfis de resiliência em meio a adolescentes infratores	215	Análise de cluster
	Avaliar o risco de reincidência de acordo com diferentes perfis de problemas de saúde mental e de uso de substâncias	186	Análises de Correlação e Regressão
	Investigar relações entre empatia cognitiva e afetiva com a agressão reativa e proativa	177	Análise de cluster e Análises de Correlação e regressão
	Testar a teoria de Moffit e investigar diferenças entre adolescentes do sexo masculino e feminino	174	Análise de clusters
Identificar subclasses do transtorno opositivo desafiador e suas relações com comportamento delituoso	158	análise de classes latentes	

Identificar perfis de risco à saúde em infratoras utilizando indicadores psicológicos de bem-estar, comportamentos de risco para a saúde e status de saúde	153	Análise de perfil latente
Testar a hipótese de os adolescentes infratores formarem agrupamentos distintos em relação a características de personalidade e ao tipo de delito	142	Análises de regressão e correlação
Identificar perfis psicológicos em meio a adolescentes infratores do sexo masculino e feminino e investigar suas relações com sintomas de problemas em saúde mental	141	Análise de cluster
Identificar subgrupos/tipos de adolescentes infratores do sexo feminino em relação à trajetória infracional e os fatores associados	133	Análise de classes latentes
Identificar perfis considerando as dimensões de personalidade de Eysenck, a delinquência e a reincidência.	126	Análise de cluster
Examinar a relação entre gênero, ajustamento sócio-emocional e comportamento desviante em meio a adolescentes infratores graves.	105	Análises de Correlação e Regressão
Explorar a existência de uma tipologia psicológica de adolescentes infratores do sexo masculino	103	Análise de cluster
Identificar subgrupos/tipos de adolescentes infratores em relação à personalidade	101	Análise de cluster
Caracterizar um grupo de adolescentes infratores do sexo feminino em relação a características de personalidade, comparando-as com adolescentes infratores do sexo masculino e com adolescentes do sexo feminino com problemas clínicos	90	Correlação e Comparação entre médias
Identificar subgrupos/tipos em relação a características de personalidade em adolescentes reincidentes em condutas antissociais	86	Análise de cluster
Caracterizar uma amostra de adolescentes infratores em relação a indicadores de risco psicossocial e estabelecer uma tipologia do comportamento delinquente em relação à história de exposição a risco psicossocial e a adversidades na infância.	63	Correlação

Pode-se entender as diferenças entre os estudos em função dos objetivos norteadores. Grande parte dos longitudinais buscou investigar o desenvolvimento da conduta delituosa, identificando trajetórias diferenciadas, de modo que a abordagem requerida devia ser longitudinal, com coleta e tratamento de dados de uma amostra grande de adolescentes, tanto da população geral, quanto de infratores, ao longo tempo, e análises de regressão para identificar variáveis preditoras das diferentes trajetórias. Os estudos com recorte transversal buscaram, em sua maioria, agrupar adolescentes infratores em termos de características psicossociais, no sentido de aferir as necessidades nos diferentes perfis dos adolescentes que se encontram no sistema de justiça juvenil. Nesse caso, fez-se necessário o uso de métodos de análise estatística considerados taxonométricos, ou seja, capazes de identificar subgrupos em uma amostra, de modo poder descrever tipos/perfis.

Compreende-se que os perfis/tipos e as metatrajetórias de conduta delituosa identificados e descritos nos resultados dos estudos estão condicionados aos seus objetivos e às medidas selecionadas pelos pesquisadores para realizar os agrupamentos a partir dos dados coletados. Dentro disto, os principais resultados - ou seja, os agrupamentos identificados - são apresentados de forma sumária e discutidos em relação à descrição das características dos perfis/tipos/metatrajetórias encontrados, considerando as variáveis e os tipos de medidas utilizados nas investigações. Conforme se nota na tabela 2, 17 estudos identificaram e descreveram tipos relativos a padrões de trajetórias da conduta delituosa (metatrajetórias); 13 identificaram e descreveram tipos relativos funcionamento psicológico; 26 identificaram e descreveram perfis relativos a fatores psicossociais. A seguir, os estudos são sintetizados e discutidos no escopo de cada uma dessas três grandes categorias.

Tabela 2. Categorias temáticas dos estudos revisados

Categorias	Parâmetros considerados para os agrupamentos e estabelecimento das tipologias
Metatrajeórias da conduta delituosa (17)	Identificação de trajetórias de desenvolvimento da conduta delituosa e fatores associados
Perfis psicológicos (13)	Identificação de agrupamentos de adolescentes infratores em termos de variáveis pessoais/psicológicas e descrição de perfis - personalidade/funcionamento psicológico e problemas de saúde mental.
Perfis psicossociais (26)	Identificação de agrupamentos em meio a adolescentes da população e infratores em termos de padrões de comportamento antissocial / conduta delituosa, com vistas a descrever tipos a partir de variáveis psicossociais associadas, como os fatores de risco e de proteção.

4.1 As Metatrajetórias da conduta delituosa

Os 17 artigos apresentados nessa seção foram agrupados por terem como foco a identificação de trajetórias da conduta delituosa na adolescência, a partir de uma perspectiva desenvolvimental (Kratzer & Hodgins, 1999; Loeber, Stouthamer-Loeber, & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001; Piquero, Brezina & Turner, 2005; Piquero, Daigle, Gibson, Piquero, & Tibbetts, 2007; Kreuter & Muthén, 2008; Walters, 2011; Reingle, Jennings, & Maldonado-Molina, 2012; Wiesner, Capaldi, & Kim, 2012; Kolivoski, Shook, Goodkind, & Kim, 2014; Rulison, Kreager, & Osgood, 2014; McGee et al., 2015; Owens & Slocum, 2015; Barrett & Katsiyannis, 2016; El Sayed, Pacheco, & Morris, 2016; Nedelec, Park, & Silver, 2016; Petkovsek, Boutwell, Barnes & Beaver, 2016; El Saye, Piquero & Teneyck, 2018). Alguns dos estudos buscaram complementar, a partir de dados empíricos, a taxonomia de Moffit (1993, citado por Kratzer & Hodgins, 1999), pela qual postula-se a existência de pelo menos duas metatrajetórias: uma na qual a conduta seria limitado à adolescência, e outra na qual a conduta se estenderia da adolescência à vida adulta. Segundo a autora, essas metatrajetórias teriam diferentes etiologias e, conseqüentemente, diferentes conjuntos de fatores associados. Todos os estudos que tiveram como um dos objetivos testar empiricamente essa teoria, corroboraram a taxonomia proposta, indicando a existência de pelo menos duas metatrajetórias e, para além disso, algumas contribuições novas destacadas a seguir (Kratzer & Hodgins, 1999; Loeber, Stouthamer-Loeber, & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001; Piquero, Daigle, Gibson, Piquero, & Tibbetts, 2007; Kreuter & Muthén, 2008; Reingle, Jennings, & Maldonado-Molina, 2012; Wiesner, Capaldi, & Kim, 2012; Kolivoski, Shook, Goodkind, & Kim, 2014; McGee et al., 2015; Barrett & Katsiyannis, 2016; El Sayed, Pacheco, & Morris, 2016; Nedelec, Park, & Silver, 2016; El Saye, Piquero & Teneyck, 2018).

Kratzer e Hodgins (1999), acompanhando longitudinalmente quase 14.000 participantes, descrevem quatro metatrajetórias da conduta delituosa: uma persistente com início precoce; uma limitada à adolescência; uma com início na vida adulta; e uma outra trajetória com uma conduta delituosa descontínua. Os adolescentes do sexo masculino cuja conduta delituosa persistia na vida adulta apresentavam um histórico de mais problemas de comportamento na infância e problemas na família. Seriam os responsáveis pela maior quantidade de delitos contabilizados na amostra. Esses haviam iniciado a prática de delitos mais precocemente, sendo essa mais frequente e diversificada.

El Sayed, Pacheco e Morris (2016) identificaram três trajetórias: duas similares as de Moffit, e uma terceira caracterizada por um início de prática de delitos mais tardio, na

adolescência, mas também persistente, se mantendo ao longo da vida adulta. Por conta disso, os autores discutem o poder da variável “precocidade” em relação à persistência da conduta, ressaltando que essa nova metatrajetória identificada se mostrou associada a uma maior prática de delitos na vida adulta. Eles afirmam que esse novo resultado só foi possível a partir da utilização de um método de análise diferente, a análise de classes latentes.

No mais, considerando as prováveis diferenças entre trajetórias persistentes masculinas e femininas, em relação ao cometimento de delitos, El Saye, Piquero e Teneyck (2018), por seu turno, buscaram testar a teoria de Moffit fazendo o acompanhamento longitudinal de uma amostra de adolescentes infratores de sexo feminino. Os autores concluíram que essa é a teoria que melhor explica o desenvolvimento da conduta, a persistência e os processos de desistência nas diferentes metatrajetórias, não havendo diferenças significativas entre o observado na investigação e no já estabelecido para o sexo masculino.

Além de testar a existência de trajetórias da conduta delituosa, alguns estudos buscaram investigar também as variáveis associadas a essas diferentes trajetórias. A trajetória persistente, ao longo da vida, se mostrou associada, nos estudos, a uma precocidade maior no início da prática de delitos (Kratzer & Hodgins, 1999), a um uso de substâncias psicoativas maior (Loeber, Stouthamer-Loeber & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001), a uma probabilidade de experienciar adversidades físicas e de saúde mental ao longo da vida maior (Piquero, Daigle, Gibson, Piquero & Tibbetts, 2007), a uma associação maior a pares desviantes (Wiesner, Capaldi & Kim, 2012), a uma frequência maior de institucionalização por questões de proteção (Kolivoski, Shook, Goodkind & Kim, 2014), e a experiências adversas na primeira infância mais frequentes, incluindo dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde mental, atendimento em serviços de proteção à criança devido a negligência e à violência familiar, precocidade na entrada no sistema de justiça juvenil e características psicológicas relacionadas a agressividade (Barrett & Katsiyannis, 2016).

Já a trajetória limitada à adolescência mostrou-se associada a menos problemas na primeira infância, menos problemas de comportamento, menos indicadores de saúde mental prejudicada (Kratzer & Hodgins 1999; Aalsma & Lapsley, 2001), a maior envolvimento parental (Reingle, Jennings & Maldonado-Molina, 2012), a menor probabilidade de ter tido uma experiência de institucionalização por questões de proteção (Kolivoski et al., 2014), a maior tempo gasto com estudos, a relações familiares percebidas como mais positivas (McGee et al., 2015) e a um maior controle dos impulsos, comparando-se com a trajetória persistente. Os dados dos adolescentes cuja conduta descreviam esta trajetória, se comparados

com os de adolescentes apresentando uma delinquência pontual, indicariam, contudo, defasagens desenvolvimentais, e exposição a fatores de risco sociais mais significativa (Barrett & Katsiyannis, 2016).

Alguns estudos também identificaram variáveis que, apesar de estarem relacionadas ao fenômeno da delinquência juvenil, não se mostraram determinantes para discriminar trajetórias da conduta delituosa. Dentro disso: destacam-se: práticas parentais na primeira infância (Wiesner, Capaldi & Kim, 2012); (i)maturidade, (baixo) autocontrole, conflito entre os genitores (Nedelec, Park & Silver, 2016); participação em gangues (Petkovsek, Boutwell, Barnes & Beaver, 2016).

Piquero, Brezina e Turner (2005) também retomam a taxonomia proposta por Moffit (1993), na qual se propõe a existência de uma pequena porcentagem de adolescentes que não se implicaram atividades divergentes e delituosas nessa fase de vida, hipotetizando que tais adolescentes teriam déficits interpessoais e seriam menos aceitos pelos pares, supondo que ter alguma – pequena/pontual – atividade divergente/delituosa durante a adolescência seria normativo em termos estatísticos. Segundo os autores, a hipótese não foi, de maneira geral, sustentada pelos resultados; esses apontaram que, apesar de representarem um pequeno subgrupo, esses jovens tinham mais características pró-sociais e maior aprovação pelos pares, quando comparados aos adolescentes que cometiam delitos de forma persistente, sobretudo na segunda metade da adolescência. A partir dos dados do acompanhamento longitudinal, verificou-se também que eles tinham mais chance de terem um melhor ajustamento emocional na vida adulta (Piquero, Brezina, & Turner, 2005; Rulison, Kreager, & Osgood, 2014; Owens & Slocum, 2015).

El Sayed, Pacheco e Morris (2016), por seu turno, discutem o potencial do método de análise de classes latentes para refinar os resultados encontrados em estudos longitudinais, com o objetivo de investigar tipos de trajetórias da conduta delituosa, uma vez que em seu estudo, em comparação aos métodos estatísticos mais tradicionais, essa análise foi capaz de fornecer dados mais robustos em relação às diferentes trajetórias estabelecidas por Moffit, e de revelar estruturas latentes que se relacionariam a trajetórias distintas, reafirmando os apontamentos feitos por Kreuter e Muthén (2008). Assim, esses autores destacam o fato de terem encontrado uma nova trajetória utilizando o método de análise de classe latentes, que era caracterizada pela persistência no cometimento de delitos na vida adulta, apesar da ausência da variável precocidade.

Por fim, destaca-se o trabalho de Walters (2011), o qual também parte da tipologia descrita por Moffit (1993). Esse autor buscou verificar se a diferença entre as trajetórias

limitada à adolescência e persistente implicaria de fato em uma taxonomia, sendo essas duas trajetórias tipos distintos com etiologias diferentes, ou se essas diferenças existiriam devido a diferenças de intensidade de um único processo etiológico. A partir de sua análise o autor concluiu que essas duas metatrajetórias seriam melhor explicadas como tendo uma única natureza dimensional e que se diferenciariam em termos de níveis, diferenças quantitativas, e não como tipos diferentes, ou seja, como categorias qualitativamente diferentes. Assim, para o autor, a diferenciação entre as duas trajetórias não poderia ser considerada uma taxonomia verdadeira. Esse resultado se contrapõe ao que foi encontrado nos demais estudos mencionados, o que revela uma necessidade de um aprofundamento na investigação sobre o tema, sobretudo fazendo uma análise dos diferentes métodos estatísticos.

4.2 Perfis psicológicos

Um total de 13 artigos tiveram como objetivo identificar perfis com relação a características psicológicas em adolescentes infratores (Blackburn, 2000; Espelage et al., 2003; Cauffman, Piquero, Broidy, Espelage & Mazerolle, 2004; Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006; Stefurak & Calhoun, 2007; Vinet & Bañares, 2009; Nederlof, van der Ham, Dingemans, & Oei, 2010; Edens, Marcus & Vaughn, 2011; Decuyper et al., 2013; Aebi et al., 2015; Aebi et al., 2016). Cinco desses se propuseram a investigar diferenças no campo psicológico entre adolescentes infratores utilizando o mesmo instrumento, o Inventário Clínico para Adolescentes de Millon (MACI) que, embora constitua um inventário de avaliação de personalidade geral, é muito utilizado para estudar delinquência juvenil em razão de algumas de suas escalas. Esse instrumento é capaz de investigar estilos de personalidade que surgem ao longo do desenvolvimento infantil e que se estabilizariam no final da adolescência (Vinet & Bañares, 2009). A partir de uma análise de clusters, tanto em amostras masculinas quanto femininas, de adolescentes infratores, todos os estudos encontraram perfis diferenciados: um que se caracterizou pelo alto egocentrismo e valores antissociais; outro por altos níveis de depressão/ansiedade; e, um terceiro, pelo fato de não apresentar problemas psicológicos em níveis clínicos (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006; Stefurak & Calhoun, 2007; Vinet & Bañares, 2009).

Os padrões de personalidade marcados por problemas de saúde mental, de natureza mais internalizante (introversão, inibição, autodegradação) foram significativamente mais frequentes em meio a adolescentes infratoras do sexo feminino (Vinet & Bañares, 2009;

Espelage et al., 2003). No perfil atinente a uma personalidade mais egocentrada e orientada por valores antissociais, em alguns dos estudos, também se agregou as características “insensibilidade emocional em relação aos outros” e “baixo autorcontrole / baixa inibição dos impulsos” (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006). Em dois estudos, a partir apenas de amostras de adolescentes infratores do sexo masculino, o perfil caracterizado por altos níveis de depressão foi subdividido: em um deles os sintomas depressivos viriam acompanhados de um retraimento social; no outro viriam acompanhados de problemas de comportamentos externalizantes e disruptivos (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet & Salvo, 2005).

Os demais estudos que avaliaram variáveis psicológicas a partir de outros instrumentos também chegaram a um perfil de adolescentes infratores caracterizado por não apresentar níveis clínicos de problemas psicológicos (Espelage et al., 2003; Cauffman, Piquero, Broidy, Espelage & Mazerolle, 2004; Decuyper et al., 2013; Aebi et al., 2015; Aebi et al., 2016). Decuyper e colaboradores (2013), a partir do referencial teórico do Big-Five, também encontraram um perfil psicológico caracterizado por um funcionamento egocentrado, pouca sensibilidade ao outro e baixo controle de impulsos, e outro caracterizado por um funcionamento perpassado sentimentos negativos, ansiedade e depressão, e marcado por alto nível de estresse e baixa tolerância à frustração, além de controle de impulsos ainda menor que o do primeiro perfil descrito.

Alguns dos estudos tiveram por objetivo encontrar os agrupamentos com relação a diagnósticos psiquiátricos. Edens, Marcus e Vaughn (2011) buscaram investigar a possibilidade de criar uma taxonomia de adolescentes infratores em relação a traços psicopáticos. Ao testar vários métodos taxonométricos, os autores concluíram que as diferenças em relação à psicopatia em meio a adolescentes judicializados são melhor explicadas em relação a uma gradação dimensional, em termos de intensidade de pontuação nos traços, que em relação a etiologias distintas. Contrapondo-se a esse posicionamento dos autores, Blackburn (2000) havia afirmado que o sistema de categorização não é, necessariamente, incompatível com medidas dimensionais e que isso dependeria do objetivo do sistema de classificação.

Ainda concernindo uma tipologia em termos de diagnósticos psiquiátricos, Aebi et al. (2016) focalizaram os critérios relacionados ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e encontraram estruturas latentes distintas, que concorreram para uma taxonomia na qual se

diferenciou um perfil relativo a adolescentes que não apresentavam TOD, um relativo àqueles que o apresentavam em um nível moderado, e um em um nível alto/severo.

Dois estudos se propuseram a investigar a relação entre os diferentes perfis de adolescentes infratores e os tipos de delitos cometidos, buscando entender se havia diferenças psicológicas entre os jovens implicados em delitos contra pessoas e em delitos contra a propriedade. Nesses se verificou que os diferentes perfis psicológicos não se mostraram associados a diferentes tipos de delitos. Apesar disso, é importante pontuar que os autores buscaram uma relação entre os perfis psicológicos e os delitos oficiais, o que não necessariamente expressa o padrão de conduta delituosa dos adolescentes, como já se demonstrou em diversas pesquisas da área (Taylor et al., 2006; Nederlof, van der Ham, Dingemans, & Oei, 2010). Nederlof, van der Ham, Dingemans e Oei (2010) discutem que a compreensão da trajetória da conduta é mais importante que a análise dos delitos oficiais.

Para Decuyper et al. (2013), a subdivisão de adolescentes infratores em relação a perfis de funcionamento psicológico é importante uma vez que ajuda a discriminar fatores gerais, relacionados com a delinquência, dos fatores que estão relacionados a um tipo específico de conduta delituosa. Alarcon et al. (2005), para além disso, discutem a importância da avaliação psicológica no contexto judiciário uma vez que os diferentes perfis de funcionamento psicológico em adolescentes infratores podem constituírem-se em um fator relevante em termos de reincidência e de violência, ajudando, assim, na definição da intervenção mais adequada, sem se desconsiderar a importância das variáveis contextuais no processo avaliativo.

4.3 Perfis Psicossociais

Os 26 artigos nessa seção classificaram os adolescentes infratores a partir em diversas variáveis, concomitantemente (condutuais, sociais e psicológicas) (Jones & Harris, 1999; Dembo & Schmeidler; 2003; Cuevas, Finklhor, Turner & Ormrod, 2007; Odgers et al., 2007; Brennan et al., 2008; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Lemos, 2010; Mowder, Cuummings & Mckinney, 2010; Onifade, Smith Nyandoro, Davidson II, & Campbell, 2010; Whitney, Renner, & Herrenkohl, 2010; Mulder, Vermunt, Brand, Bullens, & Marle, 2012; Reingle, Jennings, & Maldonado-Molina, 2012; Geluk et al., 2014; Guebert & Olver, 2014; Henneberger, Oudkerk, Reppucci & Odgers, 2014; van der Put et al., 2014; Baskin & Sommers, 2015; Drummond, Dizgun, Kelling, 2016; Hillege, Walker, Bishop, Nurius, & Logan-Greene, 2016; Cuervo, Villanueva, González, Carrión & Busquets 2015; Cuervo,

Villanueva, & Perez, 2017; Euler, Steinlin & Stadler, 2017; Mulder, Vermeiren & van Domburgh, 2017; Davis, Dumas, Berey, Merrin & Tan, 2018). Alguns selecionaram variáveis que já eram consideradas pela literatura como a fatores de risco e/ou de proteção à delinquência juvenil, buscando encontrar perfis considerando a trajetória de delitos cometidos, o uso de substâncias, aspectos familiares, escolares, relação com os pares, lazer e tempo livre, personalidade, crenças, valores e atitudes (Andrews & Bonta, 2006). Esses estudos foram realizados com amostras de adolescentes infratores. Um instrumento frequentemente usado, para avaliar esses fatores de risco e/ou proteção é o *Youth Level of Case Management Inventory* (YLS/CMI) (Onifade et al., 2008; Onifade et al., 2010; Guebert & Olver, 2014; Cuervo et al., 2015).

Em relação aos estudos visando a elaboração de perfis com base em fatores de risco e de proteção, alguns buscaram avaliá-los em relação ao risco para a reincidência, classificando-os em termos de nível de exposição ao risco, sendo esses: baixo, moderado ou alto. Muitos encontraram um perfil caracterizado por apresentar baixo risco de reincidência infracional (Brennan et al., 2008; Cuervo, Villanueva, & Perez, 2017; Geluk et al., 2014; Hillege, Mulder, Vermeiren & van Domburgh, 2017; Onifade et al., 2008; Onifade, Smith Nyandoro, Davidson II, & Campbell, 2010; Reingle, Jennings, & Maldonado-Molina, 2012; Schwalbe et al., 2008; Whitney, Renner, & Herrenkohl, 2010). Em alguns dos estudos, dentre os perfis de baixo risco, foi identificado um perfil de jovens que pontuaram em um nível não-clínico nas dimensões psicológicas e sociais avaliadas, ou seja, um perfil apresentando pontuações normativas, semelhantes às dos adolescentes da população geral (Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Whitney et al., 2010; Brennan et al., 2008). No estudo de Cuervo et al. (2017), esse perfil derivou de um agrupamento de adolescentes que pontuaram, ainda que baixo, somente em dimensões contextuais/sociais como tempo livre, escola e pares.

Alguns estudos identificaram um perfil caracterizado por exposição significativa a fatores de risco, circunscritos a uma única dimensão, como o de Schwalbe e colaboradores (2008), que encontraram um subgrupo de adolescentes com sérios problemas escolares, incluindo baixo desempenho e problemas de comportamento na escola, mas baixo nível de necessidade nos demais fatores avaliados. Outros estudos encontraram um perfil no qual os fatores de risco significativos estavam delimitados à família - caracterizada por práticas parentais negativas, violência familiar, abuso e negligência (Walker, Bishop, Nurius, & Logan-Greene, 2016; van der Put et al., 2014; Lemos, 2010; Onifade et al., 2008; Hillege et al., 2017). Em outros, identificou-se um perfil para o qual a prática de delitos se mostrou

relacionada apenas a problemas no campo da saúde mental, incluindo o uso abusivo de drogas (Walker et al., 2016; Mulder, Vermunt, Brand, Bullens, & Marle, 2012; Jones & Harris, 1999; Hillege et al., 2017).

Boa parte das investigações também aponta para a existência de um perfil caracterizado por apresentar um nível de risco moderado para a reincidência infracional, somadas pontuações em variáveis de dimensões sociais e, em menor medida, em variáveis pessoais, referentes a personalidade, atitudes e valores (Cuervo, Badenes & Castillo, 2017; Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Brennan, et al., 2008; Hillege et al., 2017). Foi frequente a identificação de um subgrupo, nas diferentes amostras, apresentando risco moderado para reincidência infracional, em razão de presença significativa em problemas escolares, de afiliação a pares desviantes e de uso de substâncias, e de manifestação de uma atitude hostil frente a figuras de autoridade (Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Cuervo, Badenes & Castillo, 2017). No estudo de Schwalbe et al. (2008), esse subgrupo ainda apresentou traços de hiperatividade e de desatenção. Já no estudo de Whitney, Renner e Herrenkohl (2010), o subgrupo do qual derivou esse perfil de risco moderado caracterizou-se por apresentar pontuações significativas em muitos fatores de risco - histórico de abuso físico, problemas de comportamento precoce, problemas em dimensões sociais (escola, família e pares) -, mas também pontuações significativas em fatores protetivos, sobretudo em apoio social (destacando-se, aí, o envolvimento em grupo religioso), e em avaliação de inteligência, quando comparado com ao subgrupo do qual derivou um perfil de risco alto. Neste último, preponderaria pontuações significativas em variáveis relacionadas a risco em todas as dimensões avaliadas. É interessante notar que na maior parte dos estudos que descreveram esse perfil de risco alto, o subgrupo amostral que lhe deu origem foi pequeno. No estudo de Cuervo et al. (2017), por exemplo, o agrupamento de adolescentes com este perfil foi constituído por 5% de uma amostra de um total de 210 adolescentes. No de Onifade e colaboradores (2010), por 8% de uma amostra de 308 adolescentes infratores. Walker e colaboradores (2016), que também encontraram um agrupamento similar, consideraram que esses jovens teriam uma necessidade de tratamento mais complexa, requerendo uma abordagem multidimensional, uma vez que apresentariam defasagens em quase todas as áreas (comportamento disruptivo na escola, baixo desempenho escolar, menor interação positiva com adultos, pais/responsáveis com menos habilidades parentais, histórico de negligência, abuso, uso de álcool e drogas e pares antissociais). No estudo de Mulder et al. (2012), o subgrupo mais problemático, com maior envolvimento em delitos de todo tipo, dirigido tanto

a pessoas, quanto a propriedade, foi composto pelos adolescentes que apresentaram os escores mais altos em diferentes fatores de risco pessoais e sociais: egocentrismo, baixa capacidade de introspecção, baixo controle dos impulsos, transtorno de conduta, além de problemas com figuras de autoridade, uso abusivo de drogas, rede de pares criminalizados, oriundos de famílias com pais/cuidadores com baixa habilidades parentais e/ou negligentes.

Nessa seção, tem-se ainda estudos que encontraram subgrupos diferentes em termos de natureza de delitos cometidos e de fatores de risco associados. Nesses destaca-se um subgrupo de adolescentes implicados apenas em delitos contra pessoa, os quais se caracterizariam por apresentar significativamente mais comportamento agressivo, mais baixa tolerância à frustração e menor empatia/preocupação com os outros e por apresentar transtornos de conduta e de ansiedade (Odgers et al., 2007; Mulder, Vermunt, Brand, Bullens, & Marle, 2012; Guebert & Olver, 2014). Os autores consideraram delitos contra pessoa os seguintes atos: lesão corporal, ameaça, direção imprudente, roubo, resistência à detenção policial, homicídio, crimes contra a saúde pública e abuso doméstico (Cuervo, Villanueva, González, Carrión & Busquets 2015; Euler, Steinlin & Stadler, 2017)

Em alguns dos estudos, esse subgrupo se distinguiria por apresentar menor resiliência (Mowder, Cuummings & Mckinney, 2010) e maior exposição à violência comunitária na infância (Baskin & Sommers, 2015; Odgers et al., 2007), sendo que, em relação a esse fator de risco, no estudo de Baskin e Sommers (2015), verificou-se que maturidade e apoio social funcionariam como variáveis moderadoras, ou seja, seriam fatores protetivos. No estudo de Reingle, Jennings e Maldonado-Molina (2012), o principal moderador do risco para implicação em delitos violentos foi alto nível de envolvimento parental.

Em um dos estudos com adolescentes infratores do sexo feminino, verificou-se que aquelas que apresentavam uma trajetória de delitos violentos estavam mais a risco de reincidência e a apresentavam mais problemas de saúde mental, quando comparadas a infratoras que não tinham implicação em delitos violentos (Henneberger, Oudkerk, Reppucci & Odgers, 2014). O uso abusivo de drogas, quando presente, destacou-se como característica de um perfil multireincidente, independentemente da natureza do delito (violento e não violento) em amostras de adolescentes infratores do sexo masculino (Mulder, Vermunt, Brand, Bullens, & Marle, 2012; Guebert & Olver, 2014). No estudo de Dembo e Schmeidler (2003) chama-se a atenção para o fato de que um perfil caracterizado por menor frequência de delitos apresentaria menor uso de substâncias.

Os estudos que buscaram identificar perfis com engajamento na prática de delitos, considerando as diferentes trajetórias possíveis e os episódios de vitimização ao longo de sua

vida, encontraram um subgrupo de adolescentes sem histórico de vitimização (Cuevas, Finklhor, Turner & Ormrod, 2007; Drummond, Dizgun, Kelling, 2016; Davis, Dumas, Berey, Merrin & Tan, 2018). Cuevas et al.(2007), a partir dos dados de uma amostra de adolescentes da população, encontraram três perfis de adolescentes que cometiam delitos e que eram vitimizados: um que apresentava episódios de vitimização doméstica; outro sofria bullying e abuso sexual; um outro era submetido a múltiplos tipos de vitimização. Ademais, identificaram um subgrupo de jovens que haviam sido vitimizados, mas não tinham uma delinquência persistente. O estudo de Drummond, Dizgun e Kelling (2016), também com uma amostra da população, identificaram que a maior parcela dos jovens que cometiam delitos violentos, tinham episódios de vitimização (81%), enquanto apenas uma parcela daqueles adolescentes que haviam sido vitimizados cometiam delitos violentos (33%), o que indica a necessidade de investigar os fatores relacionados com esse tipo de trajetória. Davis e colaboradores (2018), com uma amostra de adolescentes judicializados, também encontraram um subgrupo de adolescentes infratores que haviam sofrido múltiplas formas de vitimização, sendo que esse também era o que apresentava mais uso abusivo de álcool. Os autores avaliaram a capacidade das variáveis regulação emocional e controle de os impulsos funcionarem como fator protetivo à delinquência naqueles casos em que havia experiência de vitimização e verificaram o papel protetivo apenas para o subgrupo que havia sido vitimizado indiretamente, ou seja, que não havia sido alvo de violência direta, mas presenciado violência.

Jones e Harris (1999) e Brennan, et al. (2008), apesar de terem avaliado fatores de risco e de proteção e realizado o procedimento estatístico de análise de clusters para agrupar os adolescentes, deram mais ênfase na descrição dos diferentes perfis encontrados, que à classificação em termos de nível de risco (se baixo, moderado ou alto). Os autores destacam um perfil com poucas problemáticas, oriundos de famílias com bom envolvimento parental, apresentando envolvimento escolar, valores pró-sociais e poucos pares infratores. No agrupamento identificado por Jones e Harris (1999), uma característica psicológica negativa seria a imaturidade. Ambos estudos encontraram um tipo com problemas internalizantes importantes, mas que não teria se caracterizaria por apresentar valores antissociais ou comportamentos agressivos em níveis significativos. Jones e Harris (1999) descreveram esse perfil como “nervosos e machucados”, apresentando altos níveis de auto-culpabilização e de sentimento de rejeição na família. Brennan, et al. (2008), além de encontrarem um perfil similar a esse, encontraram um com as características de problemas de comportamento internalizantes somados a presença de valores antissociais e atitudes hostis.

Nos dois estudos também se descreve um perfil em relação ao qual a principal característica seria, impulsividade, o baixo autocontrole, baixa empatia, comportamento agressivo, valores antissociais, uso abusivo de drogas, pares criminalizados e falhas importantes no ambiente escolar. Jones e Harris (1999) ainda caracterizam esse perfil como apresentando uma visão muito pessimista do futuro, com baixa vinculação familiar e escolar.

Em muitos dos estudos aqui reunidos, ao constatarem a existência de perfis diferentes em termos de características psicossociais, de exposição a fatores de risco e de proteção, portanto, em termos de necessidades de intervenção, argumenta-se sobre a importância dessas diferenças serem consideradas no âmbito do sistema de justiça juvenil, em termos de avaliação e de intervenção.

4.4 Considerações sobre os resultados da revisão de literatura

É importante discutir que ao comparar os estudos reunidos nas três categorias, na grande maioria deles os autores encontravam um subgrupo de adolescentes infratores que não apresentavam muitos problemas. Seja por apresentarem menos fatores de risco e mais fatores de proteção, seja por não apresentarem dificuldades psicológicas significativas, ou seja, em níveis clínicos, e pelo fato de a trajetória da conduta delituosa apresentada ser menos importante, com menor frequência delitos, com delitos pouco graves, começando tardiamente e se interrompendo precocemente (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Schwalbe et al., 2008; Vinet & Bañares, 2009; Cuervo, Villanueva, & Perez, 2017; El Saye, Piquero & Teneyck, 2018). Por outro lado, o grupo de adolescentes infratores considerados com um maior número de problemáticas também tinham diferenças entre si, estando expostos a diferentes fatores de risco e apresentando características psicológicas distintas, por exemplo: alguns teriam mais atitudes antissociais e maior egocentrismo; outros experienciarão mais sentimentos negativos e sintomas de ansiedade e depressão (Schwalbe et al., 2008; Brennan et al., 2008; Vinet & Bañares, 2009).

Em relação aos perfis de fatores de risco e de proteção, poucos estudos consideraram em uma análise variáveis protetivas e de resiliência, o que representa uma lacuna importante, no conhecimento científico produzido, já que esses aspectos podem também auxiliar a compreender os diferentes níveis de envolvimento infracional. Ao refletirmos sobre a intervenção com adolescentes em conflito com a lei, seria necessário ponderar um tratamento diferencial, levando em conta o que funciona, com qual tipo/perfil e em quais circunstâncias. Esse apontamento que vai na direção do que argumenta Brennan (2010), ao afirmar que a

classificação é fundamental no campo da justiça juvenil para testar teorias, melhorar as propostas de programas de intervenção e melhorar o manejo e oferecer pistas para a predição do comportamento.

A reiterada identificação de perfis de adolescentes infratores, mesmo que os estudos partam de um enfoque diferente, com o emprego de instrumentos diversos, sendo realizados em contextos socioculturais distintos, favorece a hipótese da existência de diferentes tipos de delinquência juvenil, apesar do contraponto feito por alguns estudos de que essas diferenças se dariam na realidade em termos de uma única dimensão, sendo necessário, portanto, mais estudos com esse objetivo.

A revisão de literatura também nos aponta que a descrição desses diferentes perfis é um desafio, uma vez que, como o fenômeno da delinquência possui muitos fatores associados, os diferentes perfis apresentam, muitas vezes, como o mencionado por Lenzenger (2004), divisões mais frágeis e critérios de identificação pouco confiáveis. De certa forma, a partir dessas evidências, é possível estabelecer a hipótese de que estruturas diferentes dão origem ao mesmo fenômeno e explicam as suas variações, em termos de topografia. Além do mais, o conhecimento de quais variáveis de fato são capazes de discriminar os adolescentes em termos de perfis ainda não está consolidado, o que inclusive dificulta a comparação entre os diferentes estudos realizados na área. Brennan (1987; 2010) sugere que um referencial teórico, específico da área, pode auxiliar nessa etapa de seleção das variáveis a serem investigadas.

A utilização de métodos de investigação que permitam testar a hipótese da existência de diferentes tipos/perfis em meio aos infratores, ao invés de somente investigar diferenças entre eles, pode ser útil porque, como o que foi discutido por Walters (2011), considerando apenas o padrão de trajetória, por exemplo, não é de fato possível encontrar as estruturas latentes que separam os adolescentes infratores em tipos, sendo necessários mais estudos para confirmar ou não a hipótese do autor. Como o discutido na categoria de trajetórias da conduta delituosa, a análise de classes latentes tem se mostrado uma ferramenta adequada para investigar a possível existência de taxonomias e estruturas latentes distintas dentro de uma amostra (Lenzenwger, 2004; Kreuter & Muthén, 2008; El Sayed, Pacheco, & Morris, 2016; Walker, Bishop, Nurius & Logan-Greene, 2016). Essa análise busca estimar a probabilidade de cada participante da amostra em fazer parte de um subgrupo (classe latente), de acordo com o seu padrão de resposta em relação às variáveis que são mensuradas pelos instrumentos de avaliação. Ao fazer isso, na prática, é pouco provável que cada padrão-chave represente um tipo de indivíduo único, mas, ao estabelecer um conjunto menor de subgrupos, assumindo o nível de erro de medida nos itens usados para medir o pertencimento a cada grupo, é útil, já

que esse número reduzido de subgrupos pode tornar o delineamento de programas de prevenção e de tratamento mais fácil (Lanza & Rhoades, 2013).

Uma questão recorrente nos estudos é a discussão sobre a importância de aplicar o conhecimento adquirido em relação as diferenças em meio aos adolescentes infratores no Sistema de Justiça Juvenil. Esse posicionamento é congruente com as normativas internacionais que discorrem sobre como deve ser o tratamento de adolescentes infratores, uma vez que, segundo as Regras de Beijing (1985), o acompanhamento socioeducativo precisa ser ajustado às necessidades e às dificuldades de cada adolescente. Apesar disso, nem os artigos revisados para o presente estudo, nem as normativas legais descrevem como esse conhecimento poder ser utilizado e as possibilidades de implementações práticas, o que também é uma lacuna importante na área.

Brennan (2010) sugere que, considerando que ainda não há um consenso em relação a uma taxonomia de adolescentes infratores, existe uma proliferação de perfis, com nomes e características diferentes, o que aponta para a necessidade de mais estudos na área e de um processo de validação mais rigoroso dos perfis encontrados, para que, de fato, tipologias de adolescente infratores possam ser utilizadas no processo de avaliação e intervenção diferencial. O autor também discute a relevância de realizar mais pesquisas com esse método, uma vez taxonomias de adolescentes infratores podem possibilitar uma economia cognitiva ao sumarizar uma gama grande de informações complexas, buscando aclarar as representações e descrição.

A diversidade de padrões de condutas delituosas e de variáveis associadas são tantas, que algumas podem passar despercebidas se não for feito uma descrição/análise minuciosa. O agrupamento de objetos similares em classes homogêneas é uma forma por meio da qual dados complexos podem ser progressivamente simplificados para revelar estruturas latentes, buscando a descrição e a simplificação das similaridades entre as amostras de tal modo que seja possível desenvolver classes do objeto. É justamente por essa razão que uma taxonomia descritiva, quando considera as diversas dimensões relacionadas com o fenômeno, é capaz de orientar uma intervenção diferenciada para um mesmo público, de acordo com as diferenças entre os subgrupos (Brennan, 1987). Brennan (2010) ainda discute que, considerando a importância que estudos de taxonomia em delinquência juvenil pode ter para o campo, que esse método é ainda muito negligenciado na área e que seriam necessários mais estudos, principalmente pelo fato de ainda não existir um consenso a respeito de quais aspectos precisariam ser avaliados para a elaboração da taxonomia e dos tipos já descritos, sendo todos os existentes até o momento provisórios, passíveis de contestação

5 OBJETIVO

O objetivo geral da presente pesquisa foi o de estabelecer uma tipologia relativa aos padrões de conduta e variáveis psicossociais de adolescentes em conflito com a Lei, do sexo masculino, de base empírica, no contexto sócio cultural brasileiro, considerando a provável existência de perfis diferenciados em meio a essa população. Com isso, espera-se contribuir para o entendimento do fenômeno, bem como para as reflexões sobre as avaliações necessárias para auxiliar a determinação das medidas socioeducativas e as intervenções psicossociais a serem desenvolvidas em seu escopo.

Os objetivos específicos foram: (a) caracterizar uma amostra de adolescentes em conflito com a Lei em termos de padrão de conduta delituosa, considerando os dados autorrevelados na amostra e os parâmetros idade de início da manifestação da conduta, variedade de delitos praticados e frequência total de delitos praticados no último ano; (b) caracterizar a amostra em termos de variáveis sociodemográficas (renda familiar); (c) caracterizar a amostra em termos de variáveis sociais/relacionais (relações familiares, práticas parentais, desempenho escolar e relacionamentos na escola, relações com pares de idade, rotina e lazer/tempo livre); (d) caracterizar a amostra no tocante a aspectos da personalidade relevantes à delinquência juvenil – traços, valores e atitudes; (e) caracterizar a amostra em termos de recursos psicossociais (habilidades sociais); (f) identificar e descrever na amostra agrupamentos distintos, formados com base na aproximação dos semelhantes, em termos de padrão de conduta delituosa, de variáveis sociais/relacionais e psicológicas (aspectos de personalidade e habilidades sociais); (g) discutir os resultados, comparando os agrupamentos encontrados, a partir de estudos semelhantes da literatura.

6 MÉTODO

6.1 Aspectos éticos

A proposição de um estudo visando estabelecer uma tipologia envolvendo adolescentes infratores requer reflexões de natureza ético-científica como qualquer trabalho de investigação com seres humanos, mas, também, e principalmente, porque, ao longo da história, se tem notícias de trabalhos nessa perspectiva que se prestaram à ideia de classificação das pessoas como um fim em si mesmo, promovendo processos de discriminação negativa, segundo hipóteses reducionistas, como o que se observou na esteira da nascente Antropologia Criminal, retratada na obra de Lombroso (Gould, 1999).

Assim, parece importante esclarecer que o posicionamento assumido para propor e desenvolver este estudo assenta-se, antes de tudo, numa ética do cuidado, regida por princípios que primam por levar em conta vários detalhes da vida das pessoas envolvidas em diferentes situações sociais (Sandel, 2009). Com o avanço do conhecimento na área em que se insere este projeto, fica evidente a importância de se buscar pela identificação das particularidades de cada jovem que comparece diante da Justiça Juvenil para, com isso, atender às necessidades de cada qual, em termos do melhor tratamento a ser oferecido e do desenvolvimento de ações de intervenção preventivas bem fundamentadas. A essa altura, conceber e tratar todos eles de modo semelhante, com base na observação exclusiva da gravidade do delito pelo qual estão sendo processados, ou realizar considerações sobre os problemas e as necessidades de cada jovem de forma intuitiva, sem o apoio de qualquer forma de sistematização, é o que seria absolutamente reprovável, à luz de uma reflexão ética.

Portanto, na base desse posicionamento ético, tomaram-se as providências relativas às normativas nacionais e internacionais nesse campo, sendo que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP – USP, obtendo-se as devidas autorizações e consentimentos para a realização do estudo (CAAE: 77903617.5.0000.5407). O termo de consentimento livre e esclarecido para os participantes com 18 anos ou mais está no Apêndice 1. O termo de consentimento livre e esclarecido concernindo os participantes com menos de 18 anos, dirigido aos pais/responsáveis, está no Apêndice 2. O termo de assentimento para os adolescentes com menos de 18 anos está no Apêndice 3. A autorização judicial para a coleta de dados junto a adolescentes em medida socioeducativa restritiva de liberdade está no Apêndice 4.

6.2 Participantes

Na presente investigação trabalhou-se com uma amostra de 400 adolescentes judicializados. A decisão em torno do tamanho da amostra tomou como referência os estudos de tipologia aos quais se teve acesso, através revisão de literatura, assim como indicativos inerentes ao tipo de análise estatística de dados escolhida. Com relação aos estudos revisados, deve-se frisar que, embora alguns deles tenham sido implementados com amostras de tamanho bastante elevado, a maior parte das investigações foi realizada com amostras cujo número amostral variou entre 100 e 700 adolescentes, sobretudo considerando aqueles com delineamento metodológico similar ao aqui adotado, ou seja,, transversal, descritivo e taxonométrico, visando, do mesmo modo, identificar subgrupos na amostra. Em efeito, esses estudos (n=32) apresentaram uma grande variação no número amostral: a média de participantes foi 638, o desvio padrão foi 1.078 e a mediana de 249 participantes. Vale destacar que o tamanho das amostras variou também conforme a obtenção de autorizações para acessar os adolescentes em conflito com a lei, bem como a disponibilidade individual de cada adolescente em colaborar com a pesquisa.

Com relação às questões estatísticas, o tamanho da amostra implica em considerar a necessidade de dispor de um número mínimo de adolescentes para a realização de um modelo a partir do método estatístico de análise de classes latentes. Segundo Collins e Lanza (2010), nesse tipo de procedimento, o número de participantes (observações) condiciona a quantidade de variáveis possíveis de serem inseridas no modelo.

Os dados utilizados na pesquisa, em parte, já tinham sido coletados e se encontravam armazenados em banco devidamente regularizado no CEP-FFCLRP-USP, sob a responsabilidade da orientadora deste projeto. Esses referem-se a uma amostra de 130 adolescentes em conflito com lei. Assim procedeu-se à coleta junto a mais 270 adolescentes, constituindo a amostra total (n=400).

Em termos de amostragem, é preciso dizer que se trabalhou com uma amostra de conveniência. Os jovens junto aos quais se coletou dados foram recrutados em programas de execução de medida socioeducativa na cidade de Ribeirão Preto – SP. Na cidade, existem aproximadamente 310 vagas para unidades de internação, 100 vagas para internação provisória e 300 vagas para execução de medidas socioeducativas em meio aberto, em programas de liberdade assistida da cidade, totalizando aproximadamente 710 vagas para adolescentes em acompanhamento socioeducativo, segundo o plano municipal da cidade em 2019 (DRADS, 2019). Assim, pode-se dizer que a amostra formada por 400 jovens se refere a

cerca de 55% do total de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Ribeirão Preto – SP. Todavia, apesar do índice elevado, a amostra não representou de forma proporcional a população dos contextos onde os jovens foram recrutados, uma vez que houve uma predominância de participantes provenientes de unidades de internação e de internação provisória.

Optou-se por trabalhar apenas com adolescentes do sexo masculino considerando que as variáveis relacionadas com a delinquência juvenil em adolescentes do sexo masculino são, em parte, diferentes daquelas que são relevantes para adolescentes do sexo feminino (Mullis, Cornille, Mullis & Huber, 2004; Salgado, 2017). Assim, entendeu-se trabalhar com dados de uma amostra mista geraria um efeito confundidor. Também se optou por trabalhar apenas com adolescentes que tinham 16 anos ou mais no momento da coleta, considerando que alguns seriam maiores de idade. Esta opção decorreu do fato de uma das variáveis centrais ao estudo ser o padrão de conduta infracional dos participantes, sendo este melhor apreendido a partir da segunda metade da adolescência. A literatura é consistente em afirmar que “o pico” da implicação dos adolescentes em delitos se dá na segunda metade da adolescência (Moffit, 2018). Portanto, uma investigação pautada em dados sobre a participação em delitos em adolescentes mais jovens, visando aferir o padrão de conduta, seria menos consistente. A distribuição etária da amostra, como é possível notar na Tabela 3, mostra que a maior parte dos participantes tinha entre 16 e 17 anos. Os participantes com 18, 19 e 20 anos estavam em cumprimento de medida socioeducativa por um ato infracional cometido antes dos 18 anos completos.

Tabela 3. Caracterização etária dos participantes

Idade	N	%
16,0	106	27%
17,0	194	49%
18,0	95	24%
19,0	4	1%
20,0	1	0%
Total	400	100%

Da amostra total, 39% relataram já terem tido experiência de trabalho e 14% relataram terem filhos. A figura 8 mostra a distribuição dos participantes em termos de classe

econômica segundo o Critério Brasil (ABEP, 2015) e compara com a distribuição encontrada na região Sudeste, região onde foi realizada a coleta.

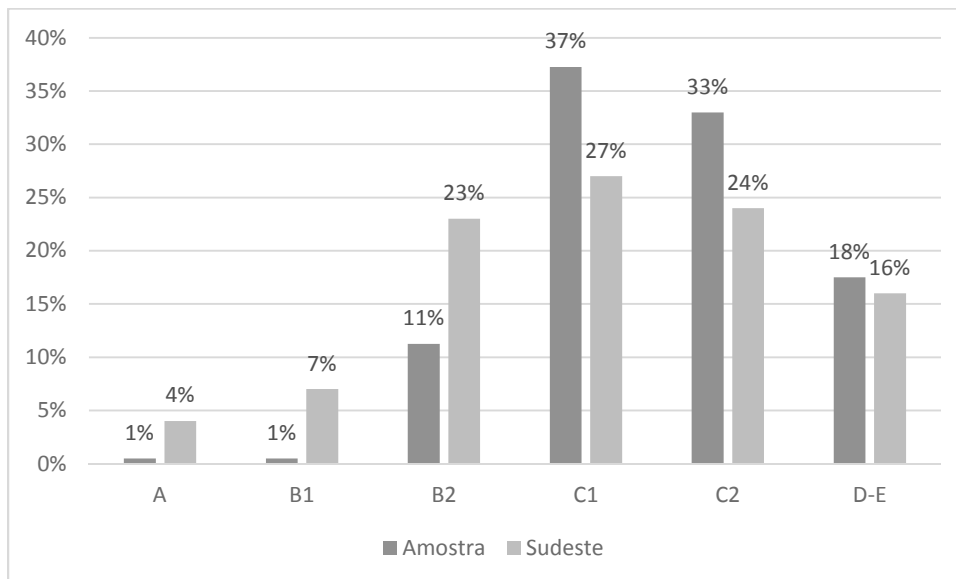


Figura 8. Distribuição em porcentagem dos adolescentes da amostra (n=400) e da população da região Sudeste por classe econômica segundo Critério Brasil

A figura 9 indica o ano escolar no qual o adolescente relatou estar no momento de realização da pesquisa ou o ano em que teria parado de estudar, no caso de o adolescente estar evadido da escola, no momento da pesquisa.

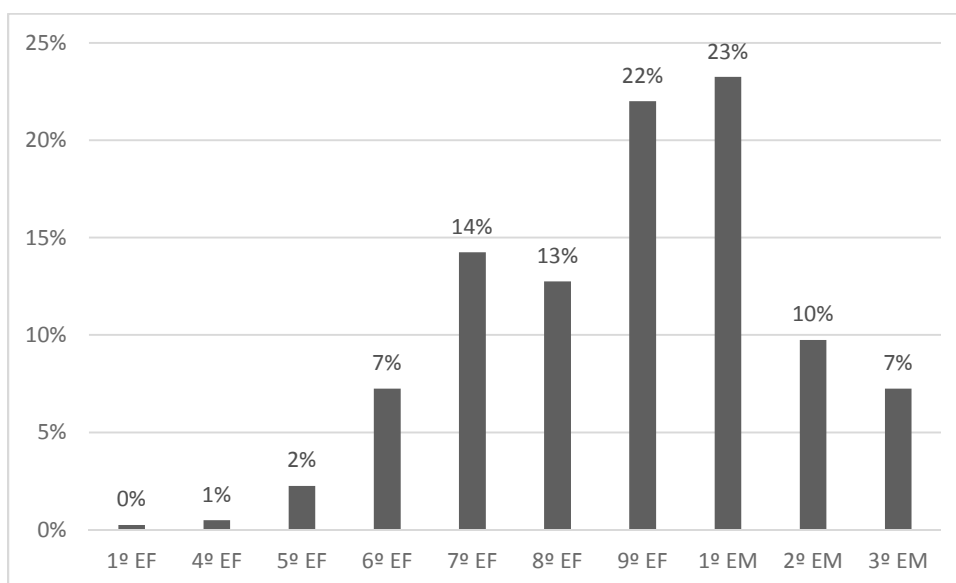


Figura 9. Ano escolar declarado pelos participantes em porcentagem (n=400)

Quanto à distribuição dos participantes em relação ao programa e ao tipo de medida socioeducativa que estavam cumprindo no momento em que foram entrevistados, 48% estavam em uma medida socioeducativa de internação provisória, 35% estavam em cumprimento de uma medida socioeducativa de meio fechado e 16% estavam em cumprimento de uma medida socioeducativa de meio aberto, especificamente a de Liberdade Assistida. A internação provisória não é considerada uma execução de medida socioeducativa; é, na realidade, um programa de meio fechado, com privação de liberdade, na qual os adolescentes estão aguardando a decisão judicial em decorrência de um ato infracional, sendo que o tempo máximo de permanência nessa instituição é de 45 dias. Nessa há, portanto, grande rotatividade de adolescentes, o que favoreceu a coleta nesse contexto.

Em relação ao número de medidas socioeducativas cumpridas previamente pelos adolescentes participantes, 41,5% relataram que a medida que estavam cumprindo no momento da entrevista era a sua primeira, 23,5% relataram que era a segunda, 15,5% a terceira, 10% a quarta e 9,4% relataram ser a quinta (ou mais) medida socioeducativa a qual estavam submetidos. Da amostra total, apenas 14,5% dos participantes não relataram terem cumprido uma medida de internação previamente ao momento da entrevista, 47,5% relataram terem cumprido uma medida de internação, 18% relataram terem cumprido duas medidas de internação, 13,5% três medidas de internação e 6,5% relataram terem cumprido previamente quatro medidas de internação ou mais.

Desse modo, considerando a composição amostral do estudo e a possível diversidade dos adolescentes que estão no sistema socioeducativo, os resultados podem apontar para as diferenças condutuais, sociais e psicológicas entre aqueles adolescentes que são considerados pelo sistema socioeducativo como “mais graves”, seja pelo fato de a maioria ter declarado ser reincidente no sistema (58,5%), seja por estarem, predominantemente, em regimes restritivos de liberdade, que, segundo o SINASE, são para adolescentes que cometeram delitos mais graves e/ou que são reincidentes (SINASE, 2012).

6.3 Instrumentos

Para a coleta de dados foram empregados quatro instrumentos: O Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ), o Inventário Jesness Revisado Brasileiro (IJ-R-Br), a Escala de Autocontrole (EAC) e o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA). É preciso sublinhar que os dados dos 130 adolescentes que estavam armazenados em banco, por terem sido previamente coletados, são provenientes da aplicação, somente, do QCJ e do IJ-R-BR. A EAC e o IHSA foram adicionados, posteriormente, tendo sendo aplicados, juntamente com o QCJ e o IJ-R-Br junto a 270 participantes. Os instrumentos são descritos a seguir.

1. Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ). Trata-se de uma versão do instrumento originalmente elaborado pelo Observatório de Delinquência Juvenil da Escola de Criminologia da Universidade do Porto, adequada para uso no contexto brasileiro (Komatsu, 2014), orientada pelo objetivo de coletar dados sobre a conduta delituosa na adolescência, suscetíveis de descreverem o padrão de conduta, e sobre aspectos comportamentais, sociais e pessoais, atinentes a fatores relevantes associados à delinquência juvenil (Castro, Cardoso & Agra, 2010). Esse instrumento se assemelha ao utilizado no *Second International Self-Reported Delinquency Study* (ISRD-2, Breen, 2010). O questionário, composto por 56 questões, abordam diferentes temáticas relevantes para a compreensão do fenômeno, alinhadas com as variáveis compreendidas como relevantes segundo o referencial teórico adotado, a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência. O instrumento é subdividido em cinco dimensões conforme o apresentado: (1) *o adolescente (pessoal)*: idade, escolaridade, religião, atitudes e valores morais; (2) *os comportamentos antissociais*: condutas divergentes (cabular aula, uso de álcool, uso de maconha e de outras drogas, direção de veículo) e condutas delituosas (tráfico de drogas, receptação, dano, lesão corporal, lesão corporal com instrumentos, maus tratos a animais, rixa, furto, roubo). Para cada comportamento antissocial o instrumento investiga se o participante o teria praticado alguma vez, a idade com que teria praticado pela primeira vez e com que o teria praticado no último ano (Ex.: Alguma vez você já bateu em alguém a ponto de machucar? Quantos anos tinha quando fez isso pela primeira vez? Você fez isso nos últimos 12 meses? Quantas vezes?); (3) *a família*: número de pessoas com as quais reside, status socioeconômico, vínculo, investimento e supervisão parental (Ex.: “Com que frequência você brinca ou pratica esportes com seus pais?”, sendo as respostas em uma escala com quatro níveis: “raramente”, “poucas vezes”, “muitas vezes” ou “sempre”); (4) *escola*: rendimento acadêmico, estresse escolar, valores em relação aos estudos, atraso escolar (em anos) (Ex.: “A escola me ensina coisas que vão me ajudar no futuro.”, sendo as respostas também em uma escala com quatro níveis, “discordo totalmente”, “discordo”, “concordo”, “concordo totalmente”); e (5) *rotina e amigos*: atividades e lugares de frequência no tempo livre e amigos (pró e/ou antissociais);

Vale sublinhar que o QCJ vem sendo utilizado em diversas pesquisas do GEPDIP, mostrando-se sempre eficiente para obter informações de qualidade sobre o padrão de conduta delituosa do adolescente e sobre variáveis sociais e pessoais associadas. As qualidades psicométricas do QCJ foram descritas por Komatsu, Costa, Salgado e Bazon (2019), com base em uma amostra de 836 estudantes do sexo masculino (11 e 18 anos) de três cidades da região sudeste do Brasil. Os alfas de Cronbach variaram de 0,23 a 0,89 e as correlações intradomínio

foram significativas em 81% dos casos, com coeficientes variando de 0,10 a 0,54. As correlações entre as escalas e os Comportamentos Externalizantes foram significativas em 62% dos casos, variando de 0,10 a 0,43. Os constructos que se consegue investigar em cada dimensão, assim como os respectivos valores alfa de Cronbach são apresentados a seguir:

- a) Pessoal: Impulsividade (0,63), atitude violenta (0,69) e oposição a figuras de autoridade (0,60);
- b) Família: Apego parental (0,57), Investimento Familiar (0,22), Supervisão Parental (0,19);
- c) Escola: Vínculo escolar (0,50), Valores positivos frente à escola e aos estudos (0,59), Problemas de comportamento na escola (0,62);
- d) Rotina e Pares: Rotina desestruturada (0,68), Atividades pró-sociais (0,23), Pares infratores (0,83);

Em relação a correção do instrumento, os constructos nos dão, primeiramente, escores brutos. Em seguida, esses escores brutos são transformados em escores T. Esse instrumento apresenta suas normas nacionais, a partir do escore T, também calculados a partir dos dados obtidos junto aos 836 adolescentes da população do sexo masculino de 11 a 18 anos. Para esse estudo, o instrumento foi corrigido considerando três faixas etárias distintas (16 anos, 17 anos e 18 anos ou mais), utilizando apenas a amostra de referência de adolescentes provenientes de escolas públicas.

Ademais, para o presente estudo, algumas questões foram adicionadas ao questionário visando levantar informações em torno de novas variáveis que, se considerou, poderiam ser relevantes para a compreensão das diferenças entre os adolescentes infratores. Os itens foram adicionados após a revisão de literatura, na qual denotou-se apontamentos sublinhando alguns aspectos deveriam ser contemplados. Em consideração às dimensões do QCJ, já mencionados, as variáveis adicionadas são:

Comportamentos antissociais

- No plano das condutas divergentes, especificamente com relação ao uso de substâncias, acrescentaram-se questões relativas à frequência de uso de drogas, considerando as categorias Cerveja/Vinho, Destilados, Maconha, Cigarro, LSD/Lança-Perfume/Ecstasy, Cocaína/Crack, e à frequência total.

- No plano das condutas delituosas, em relação a cada um dos delitos investigados, foram adicionadas questões relativas: à motivação para cometimento dos atos (considerando três categorias possíveis – hedonista, utilitária e liberação de tensão); ao modo de praticar delitos (se sozinho, com pares de idade, com adultos); ao fato de haver ou não intoxicação para a prática de delitos; ao nível de planejamento para a prática de delitos; ao nível de liderança/protagonismo assumindo na prática do delito; ao papel assumindo no tráfico de drogas (se praticado, podendo ser esse mais ou menos organizado, mais ou menos ativo).

Família

- Acrescentaram-se questões sobre: episódios de violência familiar; existência de modelos criminalizados na família; sobre a reação dos pais/cuidadores frente aos comportamentos antissociais.

Escola

- Acrescentaram-se questões visando aferir a frequência das sanções escolares sofridas e sobre o desempenho acadêmico.

Rotina e amigos

- Acrescentaram-se questões sobre o tempo ocioso na semana, a amplitude rede de pares e o apego aos amigos.

Em termos de correção, na mesma linha das demais questões/constructos, esses também geram escores brutos. Por não contarem com processo de validação, nem com dados de uma amostra da população de referência, esses constructos não foram utilizados na análise de classes latentes, a principal do estudo. Eles foram utilizados apenas para caracterizar, de forma posterior, as classes encontradas.

2. Inventário de Jesness Revisado Brasileiro (IJ-R-Br). Versão adaptada e validada para o Brasil do Inventário de Jesness – Revisado (MHS, 2003), o instrumento contempla medidas de disposições pessoais (traços de personalidade), de padrões adaptativos (crenças, valores e atitudes) e indicativos de psicopatologia (especificamente os associados aos Transtornos de Conduta e ao Opositivo Desafiador), sendo ele aplicável a ambos os sexos e apropriado à avaliação de adolescentes que apresentem problemas significativos de comportamento e para os quais a violência é uma preocupação.

O referencial teórico do instrumento compreende que os aspectos pessoais que influenciam a conduta delituosa na adolescência, assim como os demais comportamentos humanos, implicam em um componente motivacional e em uma tendência inibitória do comportamento. Os aspectos motivacionais dizem a respeito da orientação de motivos para o comportamento. É baseado nos padrões adaptativos do indivíduo - crenças, valores, atitudes - que, ao longo do desenvolvimento, se construíram a partir das relações sociais. Já a tendência inibitória consiste na inibição (ou desinibição) do comportamento antissocial, em relação a sua capacidade de autorregulação, o que remete aos traços de personalidade, como a impulsividade e a busca por sensações e pela consideração cognitiva de que as consequências de seu comportamento são (ou não) compatíveis com a sua identidade (Bazon, 2016). Em síntese, o IJ-R-Br avalia opiniões/pensamentos/crenças, atitudes, percepções/distorções, sentimentos/emoções, defesas psicológicas e, também alguns traços de personalidade mais propriamente associados à conduta delituosa, como Impulsividade, Busca de Sensações, Emotividade Negativa e Hostilidade. Oferece uma apreciação do processo de formação da identidade, avaliando o quanto esta está assumindo contorno negativos/antissocial (Bazon, 2016).

Como Bazon (2016) ressalta em seu trabalho, o instrumento avalia características pessoais que têm um caráter dinâmico, ou seja, que são passíveis de intervenções, o que é importante no contexto do atendimento socioeducativo, uma vez que a necessidade de se avaliar aspectos relevantes para a manutenção da conduta delituosa não pode ser um fim em si mesmo, mas sim para dar indicações das necessidades dos adolescentes e de possibilidades de intervenção. Além de serem dinâmicas, o referencial teórico compreende essas características pessoais como sendo resultantes de um processo desenvolvimental, da interação das características do indivíduo e do seu meio.

O instrumento é composto por 160 itens que se constituem em sentenças afirmativas, às quais o adolescente deve responder verdadeiro ou falso. Subconjuntos diferentes de itens compõem 13 escalas que, em sua maioria, têm um caráter multidimensional, sendo que 11 possuem um significado teórico na linha do que foi explanado acima e serão apresentadas em seguida e as outras duas remetem a indicadores de saúde mental, especificamente o Transtorno de Conduta (TC) e o Transtorno Opositor Desafiante (TOD). As escalas, com seu significado teórico resumido e exemplos de itens (Jesness, 2003; Bazon, 2016), são:

- 1) **Desadaptação Social (DS)**, avalia emotividade negativa (mal-estar psicológico e sentimentos de inadequação social), crenças negativas em relação a figuras de autoridade, valores antissociais e uma atitude favorável a utilização de força física para resolução de conflitos – exemplo de itens: Um tipo como eu, primeiro entra na briga e depois faz as perguntas; Quase nunca eu me sinto realmente alegre;

2) Orientação de Valores (OV), avalia crenças negativa em relação a figuras de autoridade; crenças fatalistas remetendo a um locus de controle externo; valores antissociais – exemplo de itens: Vencer uma briga é a maior satisfação que existe/ Quando a sorte está contra mim, não existe grande coisa que eu possa fazer;

3) Autismo (Au), avalia emotividade negativa, identidade (autoconceito) inflada, crenças egocentradas, valores antissociais – exemplo de itens: Muitas pessoas falam de mim por trás/ Eu acho que eu tenho alguma coisa que não funciona na minha cabeça;

4) Alienação (Al) avalia emotividade negativa e crenças de desconfiança em relação ao outro – exemplo de itens: É muito melhor não ter confiança em ninguém/ Pouco me importa se as pessoas gostam ou não de mim;

5) Agressividade Manifesta (AM) avalia identidade (autoconceito) negativo, percepção de sentimentos negativos que remetem a raiva – exemplo de itens: Eu perco a paciência por coisas que não tem muita importância/ Às vezes, eu tenho a impressão que eu vou explodir por pequenas coisas;

6) Ansiedade Social (AS), avalia sentimentos de inadequação social, ansiedade/ tensão na interação com os outros – exemplo de itens: Eu fico sem jeito quando peço para alguém me fazer um favor/ Eu gostaria de ser menos envergonhado e menos tímido;

7) Imaturidade (Im), avalia ingenuidade na avaliação de situações e motivações de outros – exemplo de itens: Somente as crianças pequenas é que choram quando elas se machucam/ Eu tenho muita dificuldade para tomar uma decisão/ Um dia eu gostaria de dirigir um carro de corrida;

8) Retraimento/ Depressão (Rt/Dep), avalia emotividade negativa e crenças de desesperança e desamparo – exemplo de itens: Não acredito que eu vou ter um grande sucesso na vida/ Eu gosto mais de ficar sozinho do que com as outras pessoas;

9) Repressão (Rep), avalia um mecanismo de defesa mais rudimentar, que implica na repressão de aspectos negativos individuais e relacionais – exemplo de itens: Eu gosto de todas as pessoas que eu conheço/ Todas as pessoas que me conhecem gostam de mim;

10) Negação (Neg) avalia crenças positivas em relação a familiares, crenças positivas em relação a si, autoconceito positivo – exemplo de itens: Eu não me preocupo muito pelo que acontece/ Falar com os meus pais é tão fácil como falar com os jovens da minha idade;

11) Índice de Associabilidade (IA), que apesar de não ter um significado teórico em si, reúne os itens do instrumento que remetem a uma atitude antissocial, avaliando o potencial de reincidência.

Em relação às escalas do IJ e o modelo *Big Five*, Wenger (2018) encontrou correlações entre algumas escalas e alguns dos traços do modelo. Considerando apenas as correlações com tamanho de efeito alto, as escalas Desadaptação Social, Orientação de Valores, Autismo e Agressividade Manifesta apresentaram uma correlação fraca e negativa com Amabilidade. Orientação de Valores apresentou uma correlação fraca e negativa com Conscienciosidade. Imaturidade e Agressividade Manifesta uma correlação fraca e negativa com estabilidade emocional. Retraimento/Depressão e Ansiedade Social uma correlação moderada e negativa com Estabilidade Emocional/emotividade negativa, Ansiedade Social uma correlação moderada e negativa com Extroversão, e Negação uma correlação moderada e positiva com Estabilidade Emocional. Existem também evidências nacionais e internacionais de que algumas escalas do instrumento, especificamente aquelas que investigam os valores e as atitudes antissociais, são capazes de prever a reincidência infracional e discriminar uma amostra de adolescentes infratores em relação nível de engajamento na prática de delitos (Olver & Stockdale, 2016; Wenger, 2018; Komatsu, 2019).

Os índices alfa de Cronbach obtidos a partir de uma validação com amostra de adolescentes brasileiros, no IJ-R-Br, variaram de 0,77, em DS, a 0,90, em Ng. Em relação ao instrumento como um todo, o índice obtido foi de 0,83. O instrumento possui normas brasileiras atualizadas (Bazon, 2016). A normatização brasileira foi feita a partir de uma amostra de 955 adolescentes da população, do sexo masculino, de 12 a 18 anos. Quanto a sua correção, cada escala inicialmente gera um escore bruto que é padronizado em um escore T, comparando com a população de referência, por idade. Como a média do escore T é 50, pelas normas do instrumento, Jesness (2003) considera três categorias para cada uma das escalas: Uma zona de subfuncionalidade, abaixo de 40; uma zona de normalidade, entre 40 a 60; e uma zona de disfuncionalidade, acima de 60.

3. Escala de Autocontrole (EAC). Esta refere-se à versão do instrumento originalmente elaborado por Grasmick, Tittle, Bursik e Arneklev (1993), adaptada ao contexto brasileiro por Gouveia, dos Santos, Guerra, Fonseca e Gouveia (2013). A Escala – que é uma das mais utilizadas para avaliar o constructo. Ela operacionaliza a conceituação feita por Gottfredson e Hirschi (1990). Permite a investigação de seis dimensões: I) Interesse por experiências arriscadas e emocionantes; II) Tolerância baixa à frustração; III) Preferência por tarefas simples frente às complexas; IV) Egocentrismo e indiferença pelas necessidades e desejos dos outros; V) Orientação voltada para o aqui e o agora (temperamento volátil); VI) Inabilidade para planificar objetivos a longo prazo (impulsividade) (Tittle, Ward, Grasmick, 2003). Essas são abarcadas pela descrição dada por Le Blanc (2006) no interior dos aspectos por ele descritos como características de uma personalidade mais egocêntrica.

A EAC é composta por 24 itens, quatro para cada uma das dimensões mencionadas. Em cada item é pedido para o participante responder “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Concordo” ou “Concordo totalmente”. São exemplos de itens: “Corro risco só para me divertir”, “Quando estou com muita raiva é melhor que as pessoas fiquem longe de mim”, “Tento conseguir as coisas que quero, mesmo quando sei que isso pode causar problemas para outras pessoas”. A cada item é atribuída uma pontuação de 1 a 4, obtendo-se um escore geral de autocontrole e um escore em cada uma das dimensões, a partir da soma dos itens.

Em relação às evidências de validade, o estudo realizado com 244 estudantes brasileiros indicou alphas de Cronbach nas dimensões variando de 0,62 a 0,82 (Gouveia, dos Santos, Guerra, Fonseca & Gouveia, 2013). Esse instrumento, por ter sido adicionado posteriormente, não foi utilizado na análise de classes latentes, a principal do estudo, mas para caracterizar, a posteriori, as classes encontradas na amostra.

4. Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette). O Inventário, composto por 38 itens, com respostas em uma escala tipo *likert*, investiga a reação do adolescente/a tomada de decisão frente a uma situação descrita. O inventário permite avaliar as habilidades do adolescente em um escore total e em seis subescalas em relação à frequência de emissão e dificuldade: Escore total; Empatia; Autocontrole; Civilidade; Assertividade; Abordagem Afetiva e Desenvoltura Social (F6 - habilidades para situações de exposição social e de conversação) (Del-Prette & Del Prette, 2009). O coeficiente alpha de Cronbach para a frequência, variou, entre as escalas de 0,61 em Desenvoltura Social e 0,82 em Empatia, além de 0,89 no Escore Total; e para a dificuldade, de 0,51 em Desenvoltura Social e 0,86 em Empatia e 0,90 no Escore Total. O repertório de habilidades sociais, nos indicadores de frequência e de dificuldade, é classificado de acordo com faixa de percentil obtida pelo respondente. Segundo o manual do instrumento, os percentis geram as seguintes classificações: 01-25, repertório abaixo da média inferior; 26-35, repertório médio inferior; 36-65, bom repertório; 66-75, repertório elaborado; 76-100, repertório de habilidades sociais altamente elaborado. Em relação à dificuldade, os intervalos geram as seguintes classificações: 01-35, baixo custo de resposta; 36-65, médio custo de resposta; 66-100, alto custo de resposta (Del Prette & Del Prette, 2009).

Apesar de as Habilidades Sociais não terem sido apontadas na revisão de literatura como relevantes para a avaliação de diferentes perfis em meio a adolescentes infratores, elas podem ser consideradas um recurso psicossocial relevante. Assim, decidiu-se adicionar esse instrumento no protocolo de avaliação uma vez que, pensando que esse estudo pode contribuir no sentido de identificar diferentes necessidades de intervenção em uma amostra, os recursos

desses adolescentes precisariam também ser considerados, apesar de as habilidades sociais, ou melhor, os déficits em habilidades sociais, de forma geral, não estarem diretamente relacionados com o fenômeno (Martins, Campos, Komatsu & Bazon, 2018). Assim como os itens adicionados ao QCJ e a EAC, as informações obtidas, levantadas com esse instrumento, não foram utilizadas na análise de classes latentes, a principal do estudo, mas apenas para caracterizar, de forma posterior, as classes encontradas.

Para escolha dos instrumentos, foi feito um esforço para que esses fossem capazes de mensurar a maior parte das variáveis tidas como relevantes para compreender as diferentes trajetórias de desenvolvimento da conduta delituosa na adolescência, segundo o referencial teórico adotado no presente estudo, a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta. A título de síntese, as variáveis estudadas são listadas na tabela abaixo com a indicação do instrumento utilizado para a sua mensuração, de acordo com a dimensão de análise a qual ela pertence, segundo o referencial teórico adotado.

Tabela 4. Variáveis investigadas no estudo a partir do referencial da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência

Variáveis investigadas segundo a Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência		Instrumento utilizado para mensuração			
		QCJ	IJ-R-Br	IHSA	EAC
Comportamento Desviante	Consumo de álcool e outras drogas (cigarro, maconha, LSD, ecstasy, lança-perfume, cocaína, crack); Tipo(s), frequência, variedade, gravidade dos delitos autorrevelados (dano, furto, lesão corporal, tráfico, roubo, rixa); Presença de delitos violentos; Planejamento dos delitos; Presença de cúmplices; Papel desempenhado no cometimento dos delitos; Motivação; Tensão experienciada na passagem ao ato; Intoxicação antes ou durante a passagem ao ato;				
Regulação Familiar	Status Socioeconômico; Conjugalidade; Modelos Parentais, Investimento familiar; Apego familiar; Constrangimentos; Rebelião Familiar;				
Regulação Escolar	Escolaridade dos pais; Estresse escolar, Desempenho escolar; Investimento escolar; Vínculo escolar; Legitimidade das regras escolares;				
Regulação por Pares	Amplitude da rede de pares; Presença de pares infratores e de pró-sociais; Apego aos pares; Investimento na relação com os pares;				
Regulação pela Rotina	Investimento familiar, escolar e em atividades convencionais; Ócio; Frequentação de locais precipitantes; Modelos agressivos;				
Regulação Normativa	Respeito por figuras de autoridade; Conduta divergente/delituosa parental; Sanções parentais; Sanções escolares; Condenações juvenis;				
Regulação Psicológica	Egocentrismo/Alocentrismo; Emotividade negativa; Atitudes Antissociais; Autocontrole;				

6.4 Procedimento de coleta de dados

Os dados armazenados em banco de dados (n=130) foram coletados por meio da aplicação do QCJ e do IJ-R-Br, junto a adolescentes em conflito com a lei, recrutados em programas socioeducativos de Liberdade Assistida (n=46) e de Internação (n=84), na cidade de Ribeirão Preto – SP. Os mesmos procedimentos foram realizados na coleta de dados com os demais 270 adolescentes, em um programa de Liberdade Assistida (n=19), de Internação Provisória (n=195) e em duas unidades de Execução de medida socioeducativa de Internação (n=56). Além da aplicação do QCJ com as questões adicionais e do IJ-R-Br, nessa coleta também se empregaram a EAC e o IHSA, com a intenção de ampliar a gama de informações relevantes sobre os adolescentes.

Nos contextos de recrutamento (programas de execução de medidas socioeducativas da cidade de Ribeirão Preto), os adolescentes foram convidados a colaborar com a pesquisa. Em paralelo, seus pais/responsáveis foram contatados de modo a autorizarem esta colaboração. Também foi obtida a autorização judicial para poder realizar o convite aos adolescentes que estavam em medidas socioeducativas privativas de liberdade. Aos adolescentes e aos seus pais/responsáveis foram entregues os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou de Assentimento, de forma que o aceite/autorização para a participação do adolescente na pesquisa fosse formalmente declarado.

Em relação dos 270 adolescentes recrutados e entrevistados na pesquisa, vale esclarecer que outros 28 adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, mas se recusaram, e outros cinco aceitaram, mas não completaram a entrevista. Os dados referentes a esses 5 adolescentes que não completaram a entrevista não foram contabilizados, nem utilizados nas análises, uma vez que foi feita a opção de não utilizar entrevistas que continham dados faltantes.

Do total de 270 entrevistas, 238 foram realizadas pela própria pesquisadora e 32 por uma assistente de pesquisa que recebeu a devida capacitação para tal e seguiu os mesmos protocolos descritos. As entrevistas que geraram os dados armazenados no banco de dados (n=130) foram realizadas entre janeiro e julho de 2015; as entrevistas realizadas no escopo da presente investigação (n=270) foram realizadas entre janeiro de 2018 e março de 2019.

Para a realização da coleta nos programas de meio aberto, a pesquisadora comparecia aos programas em seu horário de funcionamento e convidava os adolescentes que compareciam para o atendimento com seu orientador de medida socioeducativa de referência. Já nos programas de meio fechado, a pesquisadora teve acesso à relação dos adolescentes que

estavam na unidade e, em uma sala reservada dentro das unidades, convidava individualmente os adolescentes que tinham 16 anos ou mais para participar da pesquisa. Esses adolescentes foram sendo chamados individualmente para conversar sobre a possibilidade de participarem da pesquisa, por ordem alfabética, e em horários nos quais não tinham atividades obrigatórias, de acordo com a rotina do Centro Educacional.

A aplicação dos instrumentos para a coleta de dados se deu de forma individual, no contexto de uma sala reservada, no âmbito dos programas de execução das medidas, negociados os horários e as condições de permanência da pesquisadora no local. Considerando o fato de muitos adolescentes em conflito com a lei não serem proficientes em leitura, a aplicação dos instrumentos foi feita na forma de uma entrevista estruturada (formato oral), no intuito de padronizar os procedimentos de coleta e, assim, a confiabilidade dos dados. A ordem de aplicação dos instrumentos foi: 1) QCJ; 2) EAC; 3) IHSA; 4) IJ-R-Br. O tempo da entrevista individual variou de uma hora a uma hora e meia com cada adolescente.

6.5 Procedimento de análise de dados

Os dados coletados foram armazenados em uma planilha digital e corrigidos de acordo com as normas técnicas dos instrumentos. Em relação ao QCJ, os escores brutos dos constructos que podiam ser padronizados, porque se tinha norma relativa à população de referência para comparação, foram padronizados por meio do escore T, levando em conta as idades (16 anos, 17 anos, 18 anos ou mais), e classificados numa das três categorias a seguir, definidas em função do número de desvio padrão (DP) da média grupo: Abaixo da Norma, para escores menores que 40; Normativo, para escores entre 40 e 60; Acima da Norma, para escores acima de 60. Apesar de o QCJ não ter em suas indicações como categorizar o escore T, foram utilizadas as 3 categorias descritas acima por serem essas as indicadas na utilização no IJ-R-Br, segundo o manual do instrumento. Esse procedimento visou facilitar a análise dos dois instrumentos em conjunto, e permitir identificar rapidamente se o adolescente tinha uma pontuação em determinado constructo abaixo, acima ou dentro da faixa normativa, considerando os adolescentes da população, com a mesma idade. Quanto aos constructos adicionados posteriormente, foram utilizados os escores brutos nas análises secundárias de caracterização das classes identificadas.

Em relação ao IJ-R-Br foram utilizados o escore T padronizado de cada constructo, conforme o adiantado, considerando as normas para cada uma das idades focalizadas no estudo (16 anos, 17 anos, 18 anos ou mais). Assim como com os dados do QCJ, os escores T

padronizado foram classificados em uma das três categorias a seguir, definidas em função do número de desvio padrão (DP) em que estariam distante da média grupo, segundo as normas do instrumento: Abaixo da Norma, para escores menores que 40; Normativo, para escores entre 40 e 60; Acima da Norma, para escores acima de 60. Vale ressaltar que essas categorias, do ponto de vista do significado clínico que têm, segundo a base teórica do instrumento, remetem, respectivamente, a uma zona de subfuncionalidade, de normalidade e de disfuncionalidade, no que respeita ao significado da subsescala em análise.

Para os constructos da EAC foram utilizados os escores brutos das seis subdimensões do autocontrole avaliadas pelo instrumento (podendo eles variarem de 4 a 16) e do escore geral do autocontrole (podendo variar de 24 a 96). Quanto ao IHSA, as respostas dos participantes foram corrigidas de acordo com as normas técnicas do instrumento, gerando escores brutos para as subdimensões avaliadas. Em seguida esses são classificados em categorias relativas às normas da população de referência, indicativas do nível do repertório em HS, com em relação à frequência: “repertório abaixo da média inferior”, “repertório médio inferior”, “bom repertório”, “repertório elaborado” e “altamente elaborado”. Em relação a dificuldade, os escores são classificados nas seguintes categorias: “baixo”, “médio” e “alto” custo para a resposta.

Após a compilação de todos os dados, as análises se deram em três etapas: 1) caracterização dos comportamentos antissociais dos adolescentes da amostra; 2) análise de classes latentes utilizando concomitantemente as variáveis do QCJ e do IJ-R-Br; 3) caracterização e comparação das classes encontradas no tocante às outras variáveis investigadas (IHSA, EAC e variáveis adicionadas ao QCJ). Os procedimentos em cada uma dessas etapas são detalhados a seguir.

1) Caracterização dos comportamentos antissociais dos adolescentes da amostra

Entendendo o envolvimento dos adolescentes em comportamentos desviantes como um dos aspectos centrais à pesquisa, procedeu-se, primeiramente, à caracterização geral dos participantes com relação às condutas divergentes e delituosas avaliados pelo QCJ. Com essa caracterização pretendeu-se verificar se o comportamento dos adolescentes da amostra era de fato heterogênea, conforme apontamentos da literatura. Para isso, foi calculada a porcentagem de adolescentes da amostra que revelaram terem realizado os comportamentos antissociais investigados, bem como a média e o desvio padrão da idade de início e a porcentagem de adolescentes que, tendo revelado algum(alguns) comportamento(s) antissocial(ais), também

revelaram sua realização nos últimos 12 meses e a frequência com que teriam realizado o comportamento nos últimos 12 meses.

Na medida em que a amostra se mostrou bastante heterogênea, em termos da conduta delituosa, decidiu-se também pelo estabelecimento de quartis em relação à frequência de delitos revelados, para ter uma melhor noção de como a amostra se distribuiria em relação a essa variável. Considerando os delitos avaliados pelo instrumento (tráfico de drogas, receptação, dano, lesão corporal, lesão corporal com instrumentos, maus tratos a animais, rixa, furto, roubo), essas análises foram feitas também separando os delitos considerados violentos, ou seja, aqueles envolvendo vítimas humanas diretas (lesão corporal, lesão corporal com uso de instrumentos e roubo).

2) Análise de classes latentes

Na sequência, foram realizadas análises de classes latentes (LCA) com o objetivo de identificar subgrupos na amostra em relação as variáveis do QCJ e do IJ-R-Br. A análise de classes latentes é um modelo estatístico adequado ao objetivo de encontrar diferentes perfis em uma amostra, quando se tem como medida variáveis categóricas. Essa análise supõe a existência de “classes” não-observáveis e que não podem ser diretamente mensuradas, porque são “latentes”. Essas classes dividiriam determinada população em grupos mutualmente exclusivos e exaustivos. Apesar de ser desconhecido a qual grupo cada indivíduo pertence, isso poderia ser inferido em termos probabilísticos a partir de um conjunto de itens de medida, ou seja, de variáveis que podem ser mensuradas. Desse modo, é uma ferramenta estatística que busca encontrar estruturas em uma amostra e identificar subgrupos (classes latentes) que são similares em relação a variáveis teoricamente importantes (Walker, Bishop, Nurius & Logan-Greene, 2016). Esse modelo entende que existe uma distribuição mista da população em relação às variáveis estudadas. Isso porque seria uma distribuição heterogênea através da amostra, mas homogênea dentro das diferentes classes, o que acarretaria em uma probabilidade de distribuição diferente das variáveis em cada grupo. Por meio do estimador de máxima verossimilhança, a análise gera um modelo que tem maior probabilidade de descrever os dados em diferentes classes, dada essas diferenças de distribuição da amostra. Isso permite a identificação de subgrupos e das variáveis que explicam suas diferenças (Fisher, 1922, apud Rosato & Baer, 2012).

A análise de classes latentes busca estimar a probabilidade de cada participante da amostra em fazer parte de um subgrupo (classe latente) de acordo com o seu padrão de resposta em relação às variáveis que são mensuradas pelos instrumentos de avaliação. Por

exemplo, a partir da aplicação de um instrumento com 6 variáveis binárias (sim/não), considerando que todas as combinações de resposta são possíveis, o total de subgrupos possíveis, com diferentes padrões de resposta, seria de 64. A análise de classe latentes permitiria a redução substancial de número de subgrupos de 64 para uma quantidade que represente os padrões-chave de resposta ao longo dos seis itens. Ao fazer isso, na prática, é pouco provável que cada padrão-chave represente um indivíduo único, mas, ao estabelecer um conjunto menor de subgrupos, assumindo o nível de erro de medida nos itens usados para medir o pertencimento a cada grupo, a análise é um método de útil, uma vez que esse número reduzido de subgrupos favorece a apreensão de características e de necessidades que os caracterizam diferencialmente. Esse tipo de procedimento, conforme o já mencionado, é muito útil para o delineamento de modalidades diferentes de programas de prevenção e de tratamento, quando a problemática em foco é complexa, associadas a variáveis multidimensionais (Lanza & Rhoades, 2013).

Rosato e Baer (2012) discutem que esse método de análise pode ser considerado como tendo uma abordagem centrada no indivíduo (*person-centered approach*), uma vez que fornece informações sobre a heterogeneidade em meio aos indivíduos, em contraposição aos métodos de análise mais comumente usados no campo das ciências humanas, que teriam uma abordagem centrada nas variáveis de interesse (*variable-centered approach*), como as análises fatoriais, de regressão e correlação, que fornecem informação sobre como uma variável se comporta na presença da outra.

Em relação às análises de cluster tradicionais, esse método de análise traz como vantagem a possibilidade de estabelecer, de forma mais objetiva, o número ideal de classes, através de critérios de ajuste de modelo, e a de estimar a probabilidade de cada um dos indivíduos da amostra pertencer a cada uma das classes encontradas. É, portanto, compreendido por alguns autores, como sendo o mais adequado para estudos taxonômicos, na atualidade (Goodman, 2002; Schwalbe et al., 2008; Asparouhov & Muthén, 2014; Mastella, 2015; Choi, Weston & Temple, 2016). Lanza e Rhoades (2013) afirmam que a análise de classes latentes começou a ser cada vez mais usado no campo das ciências humanas, sobretudo considerando que programas de prevenção e de intervenção no campo social, das ciências do comportamento e da saúde, têm se atentado mais em oferecer uma intervenção diferenciada para um mesmo público, buscando encontrar subgrupos, em termos de variáveis relevantes, para a intervenção. Deste modo, trata-se uma metodologia que pode ser aplicada para a elaboração de perfis de risco e de proteção, para explicar diferentes efeitos de um mesmo tratamento e, até mesmo, para definir intervenções diferenciais.

Entendendo que os adolescentes infratores podem ser diferentes entre si em termos de padrões de conduta delituosa e em termos de dificuldades/necessidades sociais e pessoais, no modelo de análise decidiu-se incluir variáveis atinentes a essas três dimensões. Como o número de parâmetros que compõe o modelo, para a análise, está condicionado ao tamanho da amostra, foi feita a opção de selecionar, inicialmente, para a composição, as variáveis em relação às quais dispunha-se de informações de todos os participantes da amostra (n=400). No caso, as variáveis inerentes ao IJ-R-Br e ao QCJ. O número total de variáveis resultou em 34. São elas:

- a) IJ-R-Br: *Dimensão pessoal* – 1) Desadaptação Social, 2) Orientação de Valores, 3) Negação, 4) Repressão, 5) Ansiedade Social, 6) Retraimento/Depressão, 7) Autismo, 8) Imaturidade, 9) Alienação, 10) Agressividade Manifesta, 11) Transtorno de Conduta, 12) Transtorno Opositor Desafiante, 13) Índice de Associabilidade;
- b) QCJ: *Dimensão pessoal* – 14) Impulsividade, 15) Atitude Violenta, 16) Oposição a figuras de autoridade, *Dimensão comportamental* – 17) Precocidade no uso de drogas, 18) Diversidade de comportamentos divergentes, 19) precocidade do primeiro delito, 20) diversidade de delitos, 21) Frequência de delitos no último ano, 22) diversidade delitos violentos, 23) Frequência de delitos violentos no último ano, *Dimensão social* - 24) Investimento familiar, 25) Apego parental, 26) Supervisão Parental, 27) Vínculo escolar, 28) Valores positivos frente à escola e aos estudos, 29) Problemas de Comportamento em Contexto Escolar, 30) Atraso escolar, 31) Rotina desestruturada, 32) atividades pró-sociais, 33) Pares antissociais e 34) Apoio Social.

Foram feitas correlações de Pearson entre as 34 variáveis para investigar como elas se relacionavam. Adotando-se um nível de significância de 0,05 foram identificadas as seguintes correlações entre as variáveis:

- a) QCJ e IJ-R-Br: *Correlações positivas moderadas entre Rotina desestruturada e TC; Diversidade de delitos violentos e TC; Pares antissociais e TC;*
- b) QCJ e QCJ: *Correlações positivas moderadas entre Diversidade de delitos e Rotina desestruturada; Diversidade de delitos violentos e Pares antissociais; Correlação positiva forte entre Diversidade de delitos e Pares antissociais; Diversidade de delitos e Diversidade de delitos violentos;*
- c) IJ-R-Br e IJ-R-Br: *Correlações positivas de forte a moderadas entre DS, OV, AU, Im, Al, Am e IA; Correlação positiva forte entre TOD e AM; Correlações negativas de forte a moderada entre Neg com as variáveis DS, OV, AU, Im, Al, Am e IA;*

A partir dessa análise, obteve-se evidências de que dois conjuntos de variáveis se comportariam de forma similar: 1) rotina desestruturada, diversidade de delitos, diversidade de delitos violentos, pares antissociais e TC; 2) DS, OV, AU, IM, AI e IA. Contudo, foi feita a opção de manter essas variáveis uma vez que, em termos teóricos/clínicos, elas possuem significados distintos e, em comparações entre subgrupos de adolescentes infratores, podem representar diferenciações relevantes. Especificamente quanto às correlações entre as escalas do IJ-R-Br, os resultados obtidos eram esperados, uma vez que Bazon (2016) identificou indicativos de multicolinearidade entre os itens referentes a essas escalas, sendo uma característica do instrumento em questão. As significativas correlações entre essas variáveis representam um limite do estudo, em função do instrumento, o que será ponderado na discussão dos resultados. De todo modo, considerando que a maior parte das variáveis não apresentou correlações significativas, entre si, é possível concluir que elas remetem a dimensões distintas, o que é importante para o objetivo do estudo.

No mais, do total de 34 variáveis disponíveis para a análise, optou-se por retirar do modelo cinco delas, todas relativas ao QCJ, por apresentarem propriedades psicométricas fracas e por terem se mostrado pouco discriminativas em comparações entre adolescentes infratores e não infratores e entre os infratores entre si, em estudos anteriores do GEPDIP. Entende-se que, apesar dessas variáveis serem teoricamente importantes, elas são investigadas pelo instrumento de uma maneira pouco eficiente. Essas variáveis são: Supervisão Parental, Vínculo escolar, Valores positivos frente à escola e aos estudos e atividades pró-sociais. Assim, em efeito, 29 variáveis efetivamente compuseram o modelo do presente estudo, tomando o cuidado para que, apesar da exclusão dessas variáveis sociais, o modelo continuasse integrando informações relacionadas à família, à escola, à rotina e aos pares dos adolescentes da amostra.

Optou-se por trabalhar com as categorias de classificação dos escores T padronizado no modelo, tanto por isso possibilitar a padronização das variáveis medidas por diferentes instrumentos, facilitando a implementação do modelo, quanto por questões teóricas, entendendo a importância dessas variáveis serem compreendidas como aspectos que podem se desenvolver e não como atributos estáveis, sendo a norma populacional um parâmetro médio. Em relação à conduta delituosa, por exemplo, há consenso sobre o fato de a maioria dos adolescentes praticar delito, ainda que em baixa frequência e de baixa gravidade. Isto aponta para a necessidade não somente de investigar o padrão de conduta delituosa, a partir dos dados autorrevelados pelos próprios adolescentes, mas também os padronizar em relação à sua população de referência, uma vez que é isso que possibilita verificar se o padrão está

dentro da faixa de normalidade, ou não. Raciocínio semelhante se pode fazer em relação aos fatores sociais e pessoais que representam “risco” para a persistência da conduta infracional na adolescência. Conforme aponta a literatura, o que pode ser considerado “risco” é tanto a exposição a certas variáveis, quanto a exposição em níveis diferenciados daqueles encontrados na população de referência.

Assim, a análise de classes latentes foi realizada no Software R, utilizando o pacote “poLCA – Polytomous Variable Latent Class Analysis” (Linzer, Drew & Lewis, 2013) (script da análise apresentado no apêndice 5), que permite a realização da análise com variáveis politômicas. Foram utilizadas as categorias de classificação dos escores T padronizados das variáveis do IJ-R-Br e QCJ, conforme o já explicado. Como o escore T padronizado nos indica a posição do indivíduo em relação à população de referência (levando-se em conta a idade), as três categorias definidas apontam se o participante apresentou pontuação em determinado constructo em um nível inferior, igual ou superior a maior parte (a norma) dos demais adolescentes da mesma idade.

Vale esclarecer que, à exceção das variáveis com direção invertida, nas quais uma pontuação maior é uma pontuação mais positiva (no caso Apego Parental, Investimento Familiar e Negação), em todas as outras variáveis, uma pontuação maior que a da média é mais negativa. De todo modo, a mera classificação como “acima da norma” não indica a intensidade da problemática, no caso da sua presença. Por conta disso, em relação a algumas variáveis para as quais a questão da intensidade se colocou como relevante, nos resultados encontrados, procedeu-se à comparação das médias obtidas entre as classes.

Para a escolha do número ideal de classes, foram gerados modelos de uma a sete classes e utilizados os critérios AIC e BIC para comparar o ajuste e escolher o modelo que melhor representava os dados da amostra. Não foram gerados modelos com mais de 7 classes, pois esse foi o máximo de soluções permitidas em função do tamanho amostral, uma vez que, a partir da solução com sete classes, o número de parâmetros gerados era maior que o número de observações (n de participantes).

3) Caracterização e comparação das classes encontradas

Realizadas as análises de classes latentes e a escolha da melhor solução, procedeu-se, em seguida, à caracterização das classes em relação as demais variáveis avaliadas no estudo, provenientes das informações coletadas com a EAC e o IHSA, assim como os itens adicionados ao QCJ. Essa caracterização se deu, em relação às variáveis quantitativas, calculando-se as médias e os desvios padrões dos constructos para os participantes de cada

uma das classes encontradas. Em relação às variáveis categóricas, calculou-se a distribuição dos adolescentes de cada classe nas categorias.

Em seguida, procedeu-se às comparações. Com o objetivo de comparar as médias encontradas, a homogeneidade das variâncias foi testada a partir da Estatística de Levene. Como o teste de Levene indicou que a homocedasticidade não foi verificada, foi realizada a ANOVA de Welch, que é mais recomendada para essas situações (Wilcox, 1995). Em seguida foi realizado o pós-teste de Bonferroni para verificar entre quais Classes existiam evidências de diferenças significativas, adotando-se um $p < 0,05$. Para a comparação das variáveis categóricas, foi realizado o teste qui-quadrado e, também, adotado o $p < 0,05$, como nível de significância. Essas análises foram realizadas no Software SPSS.

Após a finalização das análises, foi realizada uma descrição qualitativa sumária das classes encontradas, considerando suas principais características condutuais, sociais e psicológicas, levando em conta, para tal, o significado teórico das escalas do IJ-R-Br e do QCJ, assim como seus resultados médios na EAC, no IHSA e nos itens adicionados ao QCJ.

7 RESULTADOS

Primeiramente serão apresentados os resultados descritivos relativos à caracterização da amostra quanto ao padrão da conduta delituosa e de uso de substâncias psicoativas a partir da avaliação do QCJ, entendendo que o fenômeno da delinquência juvenil é o foco do trabalho, e que, por isso, faz-se necessária a caracterização dessas variáveis. Em seguida, serão apresentados os resultados referentes aos perfis encontrados, ou seja, os subgrupos encontrados a partir da realização da análise de classes latentes com os dados do QCJ e do IJ-R-Br, e posterior caracterização dos subgrupos/das classes em relação às demais variáveis investigadas, e uma síntese descritiva.

Conforme o apresentado, segundo o referencial teórico adotado, faz-se necessária a análise dos padrões de comportamentos divergentes e delituosos, a partir dos dados autorrevelados, para a apreensão de sua trajetória. Na Tabela 5, temos a prevalência do uso de substâncias na amostra, considerando essa a categoria de comportamento divergente investigada com maior profundidade por conta da sua relevância. A droga relatada como a mais utilizada entre os adolescentes é a maconha (93%), sendo que 68% relataram o seu consumo diário. A segunda substância mais utilizada seriam as bebidas alcoólicas destiladas (78%). O comportamento de consumir maconha, além de ser muito difundido na amostra, teria a idade média de início menor, e maior frequência de uso. O uso autorrevelado de cocaína e/ou crack seria o menos difundido na amostra, em relação aos demais (21%). As diferentes substâncias psicoativas apresentaram diferentes padrões em termos da frequência de uso; a maconha e o cigarro, quando usados, apresentaram a frequência de uso mais intensa, com 68% e 63% dos usuários dessas substâncias relatando fazerem uso diário, respectivamente. As demais drogas teriam uma frequência de uso menor, sendo que a maioria dos usuários faria uso na frequência de duas vezes por semana ou menos, como no caso da cerveja/vinho (85%), das bebidas destiladas (74%), do LSD e/ou Ecstasy e/ou lança-perfume (97%) e da cocaína e/ou crack (69%).

Tabela 5. Caracterização do padrão de uso de substâncias psicoativas dos adolescentes da amostra

Substância	Maconha (n=400)	Cerveja/ Vinho (n=400)	Destilados (n=400)	Cigarro (n=270)	LSD/ Ecstasy/ Lança- Perfume (n=270)	Cocaína/ Crack (n=270)
N	373	296	313	134	166	52
%	93%	74%	78%	53%	66%	21%
Idade média de início	12,78	13,59	14,30	13,41	14,61	14,48
DP	2,05	1,63	1,63	2,37	1,48	1,82
Frequência de uso						
Raramente	11%	33%	15%	24%	28%	44%
1 vez por mês	1%	19%	17%	0%	40%	8%
1 ou 2 vezes por semana	7%	33%	42%	7%	29%	17%
3 ou 4 vezes por semana	9%	9%	9%	4%	0%	12%
4 ou mais vezes	4%	3%	2%	1%	2%	2%
Todos os dias	2%	3%	2%	3%	1%	6%
Mais de uma vez por dia	66%	0%	0%	60%	0%	12%

Em relação à conduta delituosa autorrevelada na amostra, a partir da análise da frequência autorrevelada de delitos e de delitos violentos, no último ano, a tabela 6 sintetiza os resultados. Percebe-se que os dados indicam diversidade. O primeiro quartil revelou uma frequência de até quatro delitos no último ano; o último, que revelou 185,25 ou mais delitos no último ano. Uma parte dos adolescentes declarou não ter cometido nenhum delito nos últimos 12 meses. Retoma-se a ressalva de que, mesmo para aqueles adolescentes que estavam em medida de internação, a pergunta da frequência para cada tipo de delito era feita referente aos últimos 12 meses nos quais o adolescente estava em liberdade. A dispersão da frequência de delitos violentos no último ano também foi grande, sendo que esses, de maneira geral, teriam menor frequência.

Tabela 6. Caracterização da conduta delituosa dos adolescentes da amostra

Estatísticas descritivas	Frequência delitos último ano	Frequência delitos violentos último ano
Média	116,08	7,12
Mediana	54	1
Desvio Padrão	149,67	30,14
Mínimo	0	0
Máximo	1227,0	457,0
Percentis		
	25	4
	50	54
	75	185,25
	95	357,65

A Tabela 7 apresenta a caracterização da conduta delituosa a partir dos tipos de delitos investigados. Nela encontram-se também as informações sobre a quantidade de adolescentes que relatou ao menos um delito, a idade média de início, a porcentagem de jovens que relatou delitos nos últimos doze meses e a frequência média de delitos praticados no último ano. Considerando que a amostra do estudo é composta por adolescentes com mais de 16 anos, e que a idade de início de implicação na prática de delitos é mais baixa, a porcentagem de jovens que relataram delitos praticados no último ano pode oferecer um indicador de quais tipos de delitos seriam mais persistentes para a amostra. A frequência média de cada um dos delitos investigados no último ano indica quais delitos seriam mais prevalentes, quando praticados nos últimos doze meses. Tem-se que o tráfico de drogas foi o delito mais frequente ao longo da vida dos adolescentes da amostra (89%), com maior taxa nos últimos doze meses (72%) e com a maior frequência média por adolescente, no último ano (91,8). Isso indica que essa conduta delituosa é o mais comum em meio aos adolescentes da amostra. A frequência média por adolescente tão alta explica-se pelo fato de a prática deste delito em específico ter uma regularidade quotidiana, implicando em dias e em horários fixos ao longo da semana. É importante considerar que, apesar de a frequência média no último ano ser alta (91,8), o desvio-padrão da média também o é (109,48), o que aponta para uma grande dispersão dos dados e para a existência de diferentes padrões relativos a essa prática, o que também se verifica em relação aos demais delitos, através da grande variação na frequência média, no último ano.

Tabela 7. Caracterização da conduta delituosa a partir dos delitos investigados

Ato infracional	N	%	Idade	DP	% último ano	Frequência média	DP Frequência
Dano	153	38%	12,82	2,51	15%	2,04	7,00
Furto comércio	106	27%	12,45	2,27	11%	1,94	4,52
Receptação	270	68%	14,44	1,75	49%	9,97	29,22
Lesão corporal	225	56%	13,60	2,60	29%	2,98	20,82
Furto carro/moto/casa (n=270)	129	32%	14,23	1,74	36%	6,52	12,65
Maus tratos animais	68	17%	12,31	2,68	5%	1,19	4,00
Tráfico de drogas	355	89%	13,39	2,03	72%	91,80	109,48
Porte de arma	215	54%	14,61	1,60	38%	27,06	64,05
Rixa	136	34%	14,72	1,84	24%	1,84	4,91
Roubo	188	47%	14,47	1,61	31%	12,51	42,82
Lesão corporal com instrumento	136	34%	14,52	1,72	21%	2,16	7,31
Furto pequenos objetos	143	36%	13,53	1,81	16%	5,04	12,74

A grande dispersão dos dados que caracterizam a conduta delituosa dos adolescentes da amostra reforça a hipótese da existência de diferentes padrões de implicação, ou seja, diferentes níveis de engajamento infracional. Isso fornece subsídios e reforça a possibilidade de uma investigação de diferentes perfis em meio aos adolescentes, que envolvam tanto a conduta delituosa, quanto variáveis psicossociais. Assim, deu-se andamento aos procedimentos de análise de classes latentes. Para a escolha do número de classes que melhor representava os dados da amostra, fez-se comparações de diferentes modelos, a partir de estatísticas de ajuste, que são geradas no momento da análise. Juntamente, faz-se também a avaliação da consistência em relação ao significado teórico das classes obtidas (Collins & Lanza, 2010).

Assim, primeiramente, foram gerados diferentes modelos com número de classes latentes distintas, a fim de comparar e avaliar qual seria mais adequado em relação às estatísticas de ajuste. Os critérios para a escolha do melhor modelo foram, inicialmente o AIC (Critério de Informação Akaike) e o BIC (Critério de Informação Bayesiano), uma vez que existem evidências de que esses são mais adequados do que a estatística G^2 da razão de verossimilhança para modelos mais complexos. Quanto menor o número de AIC e BIC, melhor o ajuste do modelo (Mastella, 2015). Contudo, não existe um número “ideal” de

AIC/BIC, sendo uma medida de comparação de diferentes modelos. No estudo de Nylund, Asparouhov e Muthén (2007), a partir de técnicas de simulação Monte Carlo (testando números amostrais de 200, 500 e 1.000), os resultados evidenciaram que o critério BIC era o mais robusto e com maior taxa de acerto na maioria dos casos.

A Tabela 8 apresenta as estatísticas de ajuste para os diferentes números de classe testados. Optou-se por trabalhar com a solução de 4 classes, uma vez que foi a que apresentava menor BIC e maior consistência em relação aos dados. Não foram gerados modelos com mais de sete classes uma vez que, a partir dessa solução, o número de parâmetros gerados ultrapassava o número amostral.

Tabela 8. Estatísticas de ajuste para o modelo de classes latentes

N classes	N parâmetros estimados	Graus de liberdade residuais	Log máxima verossimilhança	AIC	BIC	G ²
1	57	343	-9.162.339	18438.68	18666.19	13531.51
2	115	285	-8.126.889	16483.78	16942.8	11460.61
3	173	227	-7.778.558	15903.12	16593.64	10763.94
4	231	169	-7.535.506	15533.01	16455.04	10277.84
5	289	111	-7.371.006	15320.01	16473.55	9948.84
6	347	53	-7.260.272	15214.54	16599.58	9.727.373
7	405	-5	-7.196.789	15203.58	16820.12	9.600.407

Na Tabela 9 apresenta-se o resultado da análise de classes latentes. Para cada variável, que foi medida de forma padronizada a partir do escore T, trabalhou-se com as três categorias de classificação dos escores T padronizado: 1) uma faixa “Abaixo da Norma”, para escores menores que 40; 2) uma faixa “Normativa”, para escores entre 40 e 60; 3) uma faixa “Acima da Norma”, para escores acima de 60. Essas faixas representam o quanto a pontuação de um adolescente está na faixa da normalidade ou não, ou seja, está ou não dentro dos padrões da população de referência (que para ambos instrumentos são adolescentes da mesma idade, provenientes de escolas públicas). A tabela mostra a concentração (em %) de adolescentes em relação à categoria de pertencimento (abaixo da norma/ na norma / acima da norma) para cada escala, em cada uma das Classes. Por exemplo, 100% dos adolescentes da Classe 1 pontuaram entre 40 e 60 para frequência de delitos violentos no último ano, ou seja, encontram-se na faixa de normalidade, o que significa que apresentam uma frequência de delitos violentos no

último ano similar à da sua população de referência. As variáveis foram ordenadas em relação à dimensão às quais elas remetem. As primeiras apresentadas remetem a dimensão da conduta delituosa, seguida das que remetem aos aspectos sociais e, por

fim, as que remetem a dimensão pessoal, do funcionamento psicológico. É importante lembrar que três das variáveis têm sentido invertido, duas na dimensão social (investimento familiar e apego familiar) e uma na dimensão pessoal (negação). As classes identificadas foram ordenadas, aqui, na apresentação, em relação ao padrão de conduta delituoso, da classe com o padrão de conduta delituosa menos grave (Classe 1), à classe com o mais grave (Classe 4). A Classe 1 foi composta por 74 adolescentes da amostra (18,5%), a Classe 2 por 79 adolescentes (19,75%), a Classe 3 por 122 adolescentes (30,5%) e a Classe 4 por 125 adolescentes (31,25%).

Tabela 9. Resultado da análise de classes latentes

Variáveis	Classe 1 (18,5%/ n=74)			Classe 2 (19,75%/ n=79)			Classe 3 (30,5%/ n=122)			Classe 4 (31,25%/ n=125)		
	Abaixo	Norm.	Acima	Abaixo	Norm.	Acima	Abaixo	Norm.	Acima	Abaixo	Norm.	Acima
Precocidade Drogas	0%	36%	64%	0%	20%	80%	0%	7%	93%	0%	6%	94%
Diversidade Divergentes	1%	72%	27%	2%	67%	31%	0%	33%	67%	0%	29%	71%
Precocidade delitos	0%	78%	22%	0%	70%	30%	0%	49%	51%	0%	38%	62%
Diversidade Delitos	0%	86%	14%	0%	77%	23%	0%	5%	95%	0%	0%	100%
Frequência delitos	0%	92%	8%	0%	74%	26%	0%	57%	43%	0%	57%	43%
Diversidade delitos violentos	0%	74%	26%	0%	73%	27%	0%	15%	85%	0%	5%	95%
Frequência delitos violentos	0%	100%	0%	0%	98%	2%	0%	67%	33%	0%	52%	48%
<i>Investimento Familiar</i>	36%	41%	23%	26%	61%	14%	36%	50%	14%	49%	42%	9%
<i>Apego Parental</i>	3%	97%	0%	26%	74%	0%	36%	64%	0%	48%	52%	0%
Problema Compt. Escola	22%	61%	18%	12%	74%	14%	3%	67%	31%	6%	54%	40%
Atraso Escolar	0%	31%	69%	2%	20%	78%	1%	37%	62%	1%	19%	80%
Rotina Desestruturada	0%	27%	72%	9%	85%	6%	1%	66%	32%	1%	57%	42%
Pares infratores	0%	90%	10%	0%	64%	36%	0%	9%	91%	0%	4%	96%
Desadaptação Social	22%	78%	0%	0%	6%	94%	0%	64%	36%	0%	0%	100%
Orientação de Valores	33%	65%	3%	0%	28%	72%	1%	92%	7%	0%	7%	93%
<i>Negação</i>	0%	53%	47%	33%	66%	1%	7%	78%	15%	55%	45%	0%
Repressão	0%	43%	57%	3%	48%	50%	16%	68%	16%	23%	55%	22%
Ansiedade social	25%	69%	7%	4%	75%	21%	15%	74%	11%	2%	64%	34%
Retraimento/ Depressão	35%	56%	9%	0%	49%	51%	12%	77%	11%	1%	44%	55%
Autismo	35%	65%	0%	0%	59%	41%	8%	79%	13%	0%	24%	76%
Imaturidade	41%	59%	0%	0%	47%	53%	14%	85%	1%	0%	26%	74%
Alienação	18%	69%	13%	0%	14%	86%	2%	64%	34%	0%	3%	97%
Agressividade Manifesta	49%	51%	0%	1%	47%	52%	5%	75%	21%	0%	14%	86%
Transtorno de Conduta	46%	53%	1%	5%	82%	13%	2%	54%	43%	0%	16%	84%
Transtorno Opositor	55%	45%	0%	5%	82%	13%	7%	79%	14%	0%	51%	49%
Índice de Associabilidade	3%	70%	27%	0%	18%	82%	0%	34%	66%	0%	13%	87%
Impulsividade	0%	95%	5%	0%	60%	40%	0%	60%	40%	0%	31%	69%
Atitude Violenta	44%	45%	11%	8%	60%	32%	10%	61%	29%	2%	45%	53%
Oposição figuras autoridade	51%	42%	7%	24%	56%	20%	22%	61%	17%	6%	53%	41%

Na figura 10 temos a representação gráfica das classes considerando a porcentagem de adolescentes que se encontram nas faixas abaixo da norma e acima da norma. As barras representam a porcentagem de adolescentes em cada uma das faixas (uma barra vazia representa que 0% dos adolescentes de determinada classe encontram-se na faixa em questão e uma barra totalmente cheia representa que 100% dos adolescentes de determinada classe encontram-se na faixa em questão).

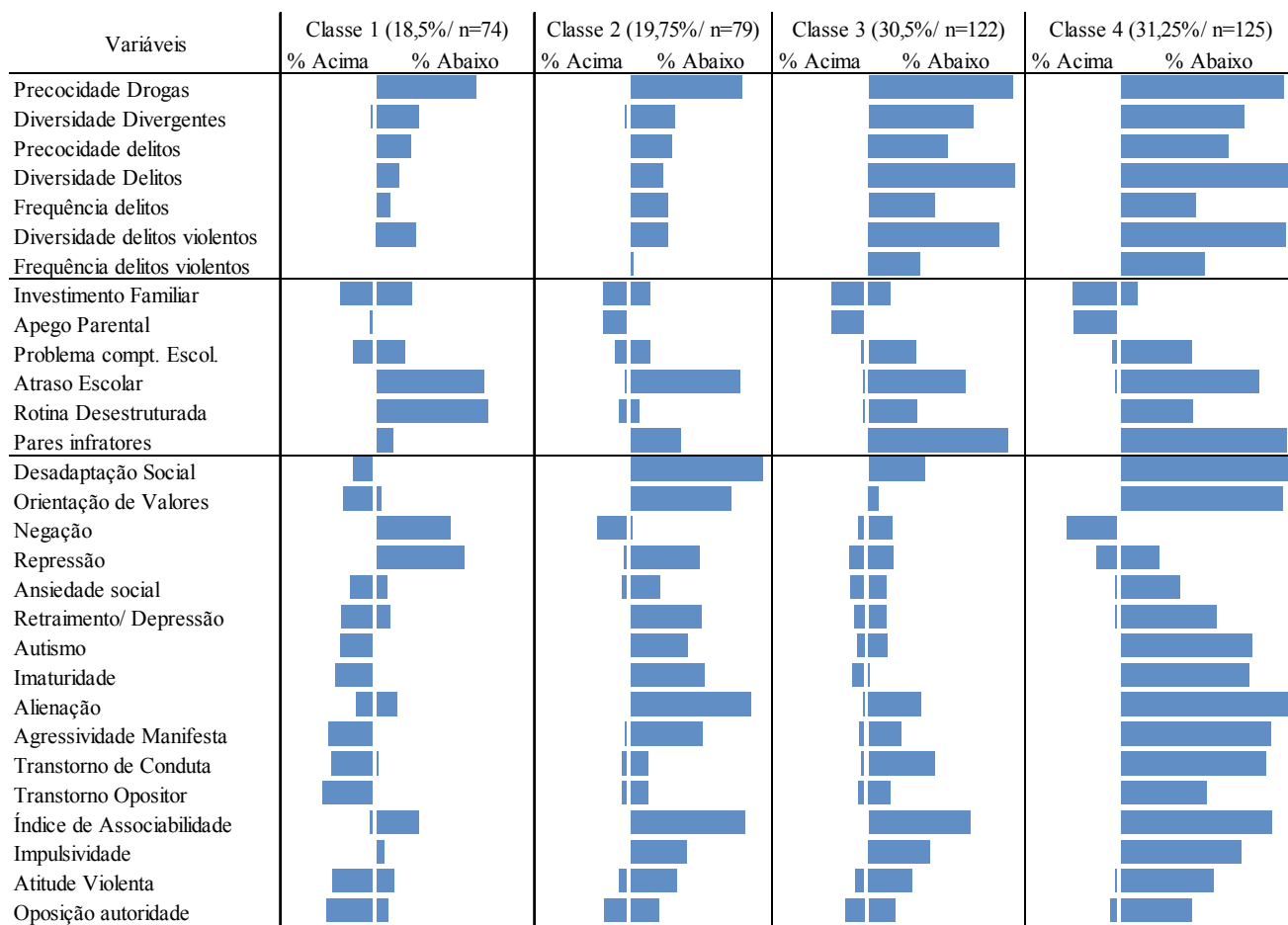


Figura 10. Representação gráfica da concentração de adolescentes nas faixas abaixo e acima da norma.

Já na figura 11 temos a representação gráfica da porcentagem de adolescentes de cada classe com uma pontuação “acima da norma” para cada uma das variáveis. A exceção são as variáveis “Apego Parental”, “Investimento familiar” e “Negação” que por terem uma interpretação invertidas, foi colocado na representação gráfica a porcentagem de adolescentes com pontuação “abaixo da norma” para essas três variáveis.

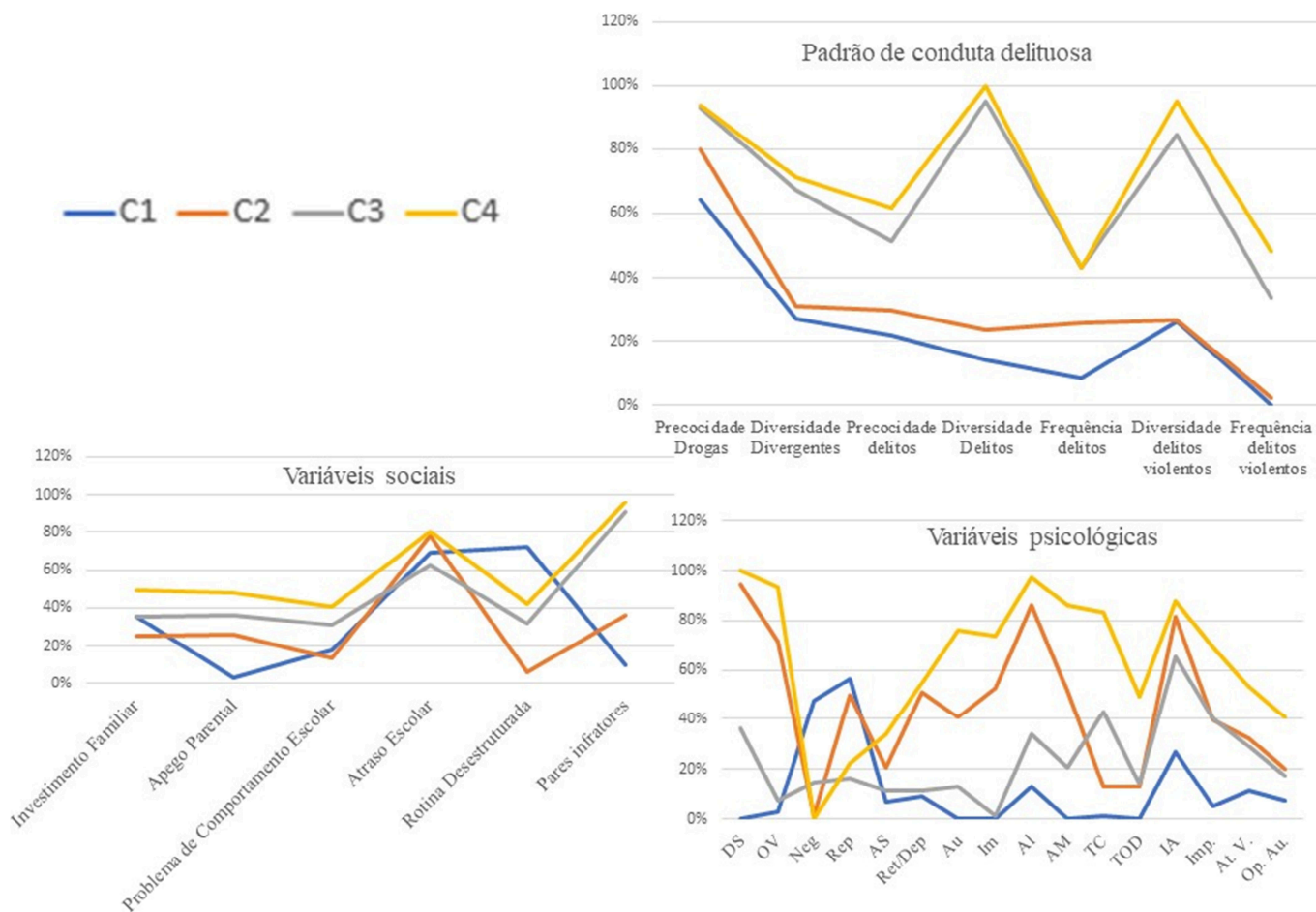


Figura 11. Porcentagem de adolescentes “acima da norma” de cada classe

A Classe 1 foi composta por adolescentes que obtiveram, predominantemente, pontuações similares aos da sua população de referência nas três dimensões (conduta, social e pessoal), à exceção da variável “precocidade no uso de drogas”, na dimensão da conduta, das variáveis “atraso escolar” e “rotina desestruturada”, na dimensão social, e da variável “Repressão”, na dimensão pessoal, lembrando que esta remete a uma dificuldade de entrar em contato com aspectos negativos de sua vida.

A Classe 2 foi composta por adolescentes que obtiveram pontuações indicativas de um padrão de conduta delituosa não muito importante, com poucos problemas na social, mas uma quantidade maior e mais pronunciada de problemas na dimensão pessoal. Na dimensão social, a exceção é a variável atraso escolar, na qual a maior parte dos adolescentes dessa classe (78%) teve escores maiores que a da sua população de referência. Nesse plano destaca-se também uma parcela de mais de um terço com (36%) apresentando afiliação a pares infratores. No tocante à dimensão pessoal, o aspecto central dessa classe é que os adolescentes

apresentaram, em sua maioria, uma pontuação alta naquelas variáveis que avaliam valores e atitudes antissociais, atinentes a uma subcultura criminal.

A Classe 3 é caracterizada por apresentar a maior parte dos adolescentes apresentando um padrão de conduta delituosa mais importante, além de problemas na maioria das variáveis da dimensão social e alguns poucos na dimensão pessoal. Na dimensão social, especificamente, naquelas relativas à família, além de atraso escolar e de afiliação a pares infratores. Na dimensão pessoal, as problemáticas presentes, estão mais relacionadas com a impulsividade, que com uma orientação (crenças e atitudes) antissocial.

Já a Classe 4 se caracteriza por ser composta por adolescentes, que em sua maioria, apresentam problemas nas três dimensões avaliadas. O padrão de conduta nesta é o mais significativo. No mais, teriam, maciçamente, pontuações indicativas de problemas em praticamente todas as variáveis da dimensão social e da dimensão pessoal, remetendo a uma orientação antissocial, assim como a defasagens na regulação emocional (impulsividade, regulação de sentimentos negativos).

Em relação ao tipo de medida socioeducativa que os adolescentes das diferentes classes estavam cumprindo por ocasião da pesquisa, existem evidências que apontam para diferenças na distribuição em cada classe (χ^2 52,46; p 0,000). Na Tabela 10 é possível perceber que os adolescentes da C1, C2 e C4 eram predominantemente provenientes da unidade de internação provisória (que foi o lugar onde mais entrevistas foram realizadas) e que os adolescentes de C3, por outro lado, estavam, em maior concentração em unidades de internação. Em C1 notou-se também uma concentração de adolescentes em cumprimento da medida de Liberdade Assistida, quando comparada com a distribuição amostral geral.

Tabela 10. Distribuição das classes em relação ao tipo de medida socioeducativa

Tipo de medida	C1	C2	C3	C4	Geral
Liberdade Assistida	38%	14%	12%	9%	16%
Internação Provisória	42%	63%	36%	56%	48%
Internação	20%	23%	52%	35%	35%

Quanto à variável socioeconômica, não foram encontradas evidências de que as classes se diferenciavam, lembrando que a avaliação nesse tocante foi feita pelo parâmetro do Critério Brasil (χ^2 12,499; p 0,641). A distribuição na Classe 1 foi de 16% da classe socioeconômica B2, 35% na C1, 27% na C2 e 21% na D-E. Na Classe 2 foi 8% na classe

socioeconômica B2, 40% na C1, 32% na C2 e 17% na D-E. Na Classe 3 foi 13% na B2, 40% na C1, 29% na C2 e 14% na D-E. Na Classe 4 foi de 7% na B2, 33% na C1, 40% na C2 e 17,6% na D-E.

Para a caracterização do padrão de conduta e perfil psicossocial, foram calculadas as médias e os desvio padrão das classes em relação às variáveis de interesse de modo que as semelhanças e as diferenças entre as classes foram verificadas por meio do teste ANOVA de Welch e pós teste de Bonferroni, adotando-se uma significância de $p < 0,05$. Nas tabelas seguintes nas quais esses resultados são apresentados, apresenta-se uma coluna que indica quais diferenças foram encontradas por meio do pós-teste de Bonferroni. Ao lado das médias obtidas em cada classes se sinaliza por meio de números sobrescritos as classes em relação as quais foram encontradas diferenças significativas. Ademais, foi calculado o tamanho de efeito da amostra. Os resultados dessa análise estão no Apêndice 6.

Na tabela 11 tem-se a caracterização das classes em termos de idade média e nas variáveis relacionadas ao padrão de conduta delituosa, segundo avaliação da amostra total ($n=400$). Apesar de as variáveis “diversidade de delitos”, “diversidade de delitos violentos”, “precocidade”, “frequência de delitos no último ano” e “frequência de delitos violentos no último ano” terem sido inseridos no modelo, se fez a opção de caracterizá-las para investigar a existência de diferenças mais finas, entre as classes, visando verificar concentração predominante de indivíduos na mesma categoria. Por exemplo, verificou-se que C1 e C2 tinham concentrações predominantes na faixa de normalidade; em C3 e C4 as concentrações predominantes, contudo, se deram na faixa “acima da norma”, indicativa de um padrão mais grave/sério que aquele normalmente apresentado pelos adolescentes da população. Na mesma tabela, na parte inferior, tem-se os resultados relativos às variáveis adicionadas na coleta de dados feita junto aos 270 participantes, apenas, no tocante ao padrão de conduta. Vale frisar a distribuição dos adolescentes nas classes geradas a partir da amostra total ($n=400$) é similar à da amostra parcial ($n=270$), utilizada para esta caracterização, concernindo as variáveis adicionadas. De um total de 270 adolescentes, 48 pertenciam a Classe 1 (17%), 61 a Classe 2 (22%), 75 a Classe 3 (27%) e 86 a Classe 4 (31%).

Tabela 11. Caracterização das classes em relação a idade e a conduta delituosa

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Idade	C3>C1	16,78 ³	0,82	16,92	0,75	17,11 ¹	0,80	17,02	0,72
n° MS	C4>C1, C2; C3>C1	1,6 ^{3 4}	0,96	2 ⁴	1,34	2,55 ¹	1,61	2,68 ^{1 2}	1,79
n° internações	C4, C3>C1, C2	0,90 ^{3 4}	0,92	1,27 ^{3 4}	0,95	1,83 ^{1 2}	1,40	1,83 ^{1 2}	1,27
Diversidade Delitos	C4>C3>C1, C2	2,01 ^{3 4}	1,30	2,39 ^{3 4}	1,55	7,21 ^{1 2 4}	2,60	8,13 ^{1 2 3}	2,19
Diversidade delitos violentos	C4>C3>C1, C2	0,5 ^{3 4}	0,58	0,56 ^{3 4}	0,73	2,24 ^{1 2 4}	1,15	2,63 ^{1 2 3}	0,97
Precocidade delito	C4>C1, C2	5,52 ⁴	4,58	5,03 ⁴	3,74	6,22	2,31	6,79 ^{1 2}	2,58
Freq. Delitos Último Ano	C4>C1, C2, C3; C3>C1	31,78 ^{3 4}	71,95	77,34 ⁴	108,09	120,61 ^{1 4}	126,15	186,04 ^{1 2 3}	189,42
Intoxicação na passagem ao ato	C4>C1, C2	0,041 ⁴	0,20	0,19 ⁴	0,48	1,33	4,68	1,51 ^{1 2}	2,06
Planejamento	C4, C3>C1, C2	0,12 ^{3 4}	0,39	0,18 ^{3 4}	0,47	1,8 ^{1 2}	1,57	2,12 ^{1 2}	1,81
Liderança	C4, C3>C1, C2	3,56 ^{3 4}	1,32	3,60 ^{3 4}	1,16	4,81 ^{1 2}	2,14	5,11 ^{1 2}	1,75
Papel mais organizado no tráfico	C4, C3>C1, C2	0,68 ^{3 4}	1,24	1,16 ^{3 4}	1,40	2,82 ^{1 2}	1,44	3,02 ^{1 2}	1,56
Freq. Delitos Violentos Último Ano	C4>C1, C2	0,18 ⁴	0,51	0,56 ⁴	2,29	8,65	28,24	13,88 ^{1 2}	45,08

Legenda MS = Medida Socioeducativa

A única diferença encontrada em relação à variável idade foi entre C1 e C3, sendo que os adolescentes de C1 são mais novos que de C3. Os adolescentes de C4 foram os que cumpriram, em média, maior número de medidas socioeducativas prévias e os de C3 e C4 maior número médio de internações prévias. Quanto à diversidade média de delitos e de delitos violentos em cada classe, tem-se que C4 apresentou uma maior média que C3, que apresentou uma média maior que C1 e C2. C4 também apresentou uma maior precocidade média no início da prática de delitos, quando comparada a C1 e C2, ou seja, esses adolescentes teriam iniciado a prática de delitos mais cedo. Além disso, C4 apresentou uma frequência média de delitos no último ano maior que todas as demais classes e C3 apresentou maior frequência média que C1. Além disso, C4 apresentou uma frequência média de delitos violentos no último ano maior que C1 e C2. A partir dessa análise existem evidências de que o padrão de conduta delituosa de C1 e C2 é similar, e menos grave quando comparado com o padrão de C3 e C4. C4, por sua vez, apresenta um padrão de conduta delituosa mais grave que C3 em diversidade de delitos, diversidade de delitos violentos e em frequência média de delitos no último ano. No que concerne às variáveis completarem, ainda relativas ao padrão de conduta, destaca-se que os adolescentes de C4 relataram uma maior intoxicação na passagem ao ato, assim como um maior planejamento no cometimento dos delitos, igualando-se a C3, nesse tocante, além de mais liderança e mais participação ativa/organizado, quando realizavam tráfico de drogas.

A tabela 12 apresenta os dados das comparações entre as classes em relação a comportamentos antissociais, porém em relação às variáveis adicionadas na coleta de dados feita com 270 participantes, apenas, concernindo padrões de uso de substâncias psicoativas. Nesta, destaca-se o fato de C4 apresentar a maior frequência total, C3 a segunda maior frequência, C2 a terceira e C1 a menor frequência total média de uso de substâncias. Em relação à frequência de uso de tabaco/cigarro, não foram encontradas evidências de que as classes se diferenciariam nesse tocante.

Tabela 12. Caracterização das classes em relação a uso de substâncias e conduta delituosa (n=270)

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Freq cerveja	C4>C1, C2, C3	1,33 ⁴	1,21	1,18 ⁴	1,23	1,54 ⁴	1,47	2,17 ^{1 2 3}	1,74
Freq Destilados	C4>C3>C1, C2	1,18 ^{3 4}	1,32	1,45 ^{3 4}	1,35	2,2 ^{1 2 4}	1,25	2,97 ^{1 2 3}	1,33
Freq maconha	C4>C1, C2; C3>C1	3,89 ^{3 4}	2,72	4,81 ⁴	2,60	5,4 ¹	2,45	6,36 ^{1 2}	1,69
Freq cigarro	-	1,40	2,64	2,82	3,36	2,80	3,22	2,85	3,04
Freq LSD	C4, C3>C1, C2	0,37 ^{3 4}	0,73	0,81 ^{3 4}	1,04	1,66 ^{1 2}	1,14	2,04 ^{1 2}	1,18
Freq cocaína/ crack	C4>C1, C2	0,083 ⁴	0,45	0,19 ⁴	0,75	0,63	1,50	0,97 ^{1 2}	1,93
Freq total drogas	C4>C3>C2>C1	8,27 ^{2 3 4}	5,06	11,29 ^{1 3 4}	5,09	14,24 ^{1 2 4}	6,55	17,38 ^{1 2 3}	5,95

Na tabela 13 apresenta-se a caracterização das classes em relação às variáveis sociais que não foram adicionadas no modelo de classes latentes. As variáveis “supervisão parental”, “apoio social”, “valores positivos frente à escola e aos estudos”, “vínculo escolar” e “atraso escolar” contam com respostas dos 400 participantes. As demais variáveis apresentadas na tabela contaram com as respostas de 270 participantes apenas. Não foram encontradas evidências de diferenças entre as classes para as variáveis “apoio social”, “amplitude da rede de amigos” e “sanções escolares”.

Tabela 13. Caracterização das classes em relação a variáveis sociais

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Supervisão Parental	C1, C2>C4	3,24 ⁴	1,36	3,20 ⁴	1,18	2,80	1,14	2,73 ^{1 2}	1,02
Ausência Reação parental uso de substâncias	C4, C3> C1, C2	0,37 ^{3 4}	0,82	0,55 ^{3 4}	0,92	1,16 ^{1 2}	1,39	1,59 ^{1 2}	1,55
Modelos criminalizados na família	C4>C1, C2, C3	1,04 ⁴	1,05	1,50 ⁴	1,21	1,49 ⁴	1,16	2,04 ^{1 2 3}	1,30
Violência familiar	C4>C1, C2, C3; C3>C1	0,062 ^{3 4}	0,24	0,36 ⁴	0,71	0,37 ^{1 4}	0,61	0,65 ^{1 2 3}	0,73
Apoio Social	-	2,20	1,09	2,27	0,93	2,02	1,04	1,98	1,02
Valores positivos frente à escola e aos estudos	C1, C2>C4; C2>C3	2,68 ⁴	0,57	2,74 ^{3 4}	0,47	2,45 ²	0,67	2,36 ^{1 2}	0,74
Vínculo escolar	C1, C2>C4; C1>C3	1,67 ^{3 4}	0,60	1,55 ⁴	0,64	1,34 ¹	0,74	1,24 ^{1 2}	0,74
Atraso escolar	C2>C1, C3; C4>C3	2,39 ²	1,46	3,11 ^{1 3}	1,95	2,31 ^{2 4}	1,34	2,96 ³	1,56
Sanções escolares	-	24,10	66,98	37,07	59,03	46,51	70,02	50,57	53,70
Estresse escolar	C4>C1, C2, C3	2,08 ⁴	0,58	2,16 ⁴	0,55	2,12 ⁴	0,71	2,48 ^{1 2 3}	0,61
Tempo ocioso	C4>C1, C2; C3>C1	2,83 ^{3 4}	1,08	3,16 ⁴	1,10	3,42 ¹	0,95	3,63 ^{1 2}	0,67
Amplitude amigos	-	1,63	1,42	1,93	1,35	1,88	1,35	1,78	1,43
Apego amigos	C3>C1	0,5 ³	0,71	0,82	1,02	1,14 ¹	1,21	0,97	1,12

No tocante às variáveis familiares investigadas, os adolescentes de C1 e C2 apresentaram maior supervisão parental que os de C4. C4 e C3 teriam tido a experiência de mais ausência de reação parental frente ao uso de substâncias psicoativas. C4 teria mais modelos criminalizados na família e mais experiência de violência familiar que em C1, C2 e C3. C3, por sua vez, apresentariam mais violência familiar do que C1. Em relação às variáveis escolares, C1 e C2 apresentariam mais valores positivos frente à escola e aos estudos e maior vínculo escolar que os adolescentes de C4. C1 apresentaria ainda, maior vínculo escolar que C3, e C2 apresentaria mais valores positivos frente à escola e aos estudos que C3. Apesar de C2 ter um maior vínculo escolar e mais valores positivos frente à escola e aos estudos, os adolescentes dessa classe apresentariam maior atraso escolar, quando comparados a C3 e C1. C4 também apresentaria maior atraso escolar, se comparado com C3. C4 apresentaria igualmente um maior tempo ocioso, quando comparado a C1 e a C2, e C3 apresentaria mais apego aos amigos quando comparado a C1. Em síntese, C1 e C2 apresentariam indicadores mais positivos nas variáveis sociais, quando comparadas com C3 e C4, sendo que C2, quando comparado com C1, apresentaria significativamente mais atraso escolar. C3 e C4, por seu turno, seriam compostas por adolescentes apresentando mais indicadores negativos nessas mesmas variáveis, tendo C4, diferencialmente, mais modelos criminalizados, mais violência familiar e mais atraso escolar que C3.

Na Tabela 14 temos a caracterização das classes em relação às variáveis mensuradas por meio da Escala de Autocontrole (n=270). Os adolescentes de C4 apresentaram, em média, as maiores pontuações em impulsividade. Em C2 se teriam maiores pontuações médias que em C3 e em C1. Ademais, C4 e C2 tiveram pontuações médias maiores que C3 e C1 em preferência por atividades físicas. C4 apresentou pontuações também maiores que C3 em busca pelo risco, preferência por tarefas simples e temperamento volátil. C2 apresentou maiores pontuações em busca pelo risco, preferência por tarefas simples e temperamento volátil que C1. C4 e C2 pontuaram mais em egocentrismo, quando comparados a C1. C4 teria um escore geral em baixo autocontrole maior que C3. C2 teria um escore geral maior que C1. Assim, conclui-se que C4 e C2 apresentariam mais defasagens nas variáveis avaliadas pelo EAC que C1 e C3, sendo que C4 apresentaria mais problemas, sendo esses em maior intensidade que C2.

Tabela 14. Caracterização das classes em relação ao autocontrole (n=270)

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Impulsividade	C4>C2>C3, C1	8,61 ^{2 3 4}	1,91	10,32 ^{1 4}	1,70	9,79 ^{1 4}	1,40	11,18 ^{1 2 3}	1,89
Preferência por atividades físicas	C4, C2 >C1, C3;	9,79 ^{1 4}	1,51	10,72 ^{1 3}	1,42	10,04 ^{2 4}	1,05	10,90 ^{1 3}	1,61
Busca pelo risco	C4>C3; C2>C1	7,69 ^{2 3 4}	1,51	8,86 ^{1 4}	1,58	8,97 ^{1 4}	1,50	10,23 ^{1 2 3}	1,63
Egocentrismo	C4>C1; C2>C1	10,51 ^{2 4}	1,64	11,25 ¹	1,03	10,78	1,36	11,27 ¹	1,25
Tarefas simples	C4>C3, C2>C1	8,53 ^{2 3 4}	1,47	9,55 ^{1 4}	1,37	9,51 ^{1 4}	1,36	10,38 ^{1 2 3}	1,59
Temperamento volátil	C4>C3, C2>C1	8,61 ^{2 3 4}	1,55	10,27 ^{1 4}	1,35	10,25 ^{1 4}	1,58	11,55 ^{1 2 3}	1,50
Score total	C4>C3, C2>C1	53,76 ^{2 3 4}	6,81	61 ^{1 4}	4,85	59,35 ^{1 4}	4,38	65,54 ^{1 2 3}	5,37

Na Tabela 15 tem-se a caracterização das classes em relação às variáveis mensuradas com o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes, concernindo a amostra parcial (n=270). Não foram encontradas evidências de diferenças entre as classes para as variáveis “frequência em assertividade”, “frequência em abordagem afetiva” e “dificuldade em abordagem afetiva”. C1 e C2 apresentaram uma frequência total de HS e uma frequência de autocontrole maior que C3 e C4. C1 e C2 apresentaram também uma maior frequência média em civilidade que C4. C2 apresentou uma frequência média de empatia maior que C3. Além disso, C1 apresentou uma maior frequência em desenvoltura social que C4. Os adolescentes em C4 também apresentariam uma maior dificuldade total média na emissão das HS avaliadas pelo instrumento, quando comparados com C1 e C2. Além disso, C3 apresentou uma maior dificuldade quando comparado a C1. C4 apresentou uma maior dificuldade média, quando comparado a C1 nas HS de empatia, autocontrole, civilidade, assertividade e desenvoltura social. C3 apresentou também mais dificuldade em autocontrole quando comparado a C1 e C2.

Tabela 15. Caracterização das classes em relação a habilidades sociais (n=270)

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Frequência total	C1, C2>C4, C3	122,85 ^{3 4}	26,20	120,50 ^{3 4}	19,71	109,13 ^{1 2}	19,52	108,22 ^{1 2}	23,88
Freq Empatia	C2>C3	32,91	7,75	33,40 ³	5,63	30,12 ²	6,76	30,66	7,51
Freq Autocontrole	C1, C2>C4, C3	26,66 ^{3 4}	6,51	24,21 ^{3 4}	5,59	20,4 ^{1 2}	7,20	18,95 ^{1 2}	7,92
Freq Civilidade	C1, C2>C4	21,54 ⁴	4,55	21,57 ⁴	3,39	19,66	4,02	19,43 ^{1 2}	4,60
Freq Assertividade	-	23,08	4,52	23,74	4,53	22,36	3,53	21,97	4,58
Freq Abordagem afetiva	-	17,52	5,65	17,62	5,00	15,69	5,31	17,07	5,36
Freq Desenvoltura social	C1>C4	14,10 ⁴	5,21	12,74	4,70	11,96	4,44	11,12 ¹	4,78
Dificuldade total	C4>C1, C2, C3>C1	12,31 ^{3 4}	15,90	18,90 ⁴	14,48	22,62 ¹	14,52	28,29 ^{1 2}	19,05
Dif Empatia	C4>C1	2,64 ⁴	4,31	3,15	3,70	4,19	4,02	4,94 ¹	4,69
Dif Autocontrole	C4, C3> C1, C2	26,66 ^{3 4}	6,51	24,21 ^{3 4}	5,59	20,4 ^{1 2}	7,20	18,95 ^{1 2}	7,92
Dif Civilidade	C4>C1, C2	21,54 ⁴	4,55	21,57 ⁴	3,39	19,67	4,02	19,43 ^{1 2}	4,60
Dif Assertividade	C4>C1	2,08 ⁴	3,12	3,18	3,89	3,20	3,49	3,95 ¹	3,93
Dif Abordagem afetiva	-	2,77	3,49	3,46	3,88	4,24	4,22	3,98	4,15
Dif Desenvoltura social	C4>C1	2,87 ⁴	3,58	4,39	3,70	4,24	3,60	5,76 ¹	4,17

Na tabela 16 tem-se a caracterização das classes em relação às variáveis avaliadas pelo IJ-R-Br. Apesar de todas essas variáveis terem sido inseridas no modelo de classes latentes, foi feita a opção por comparar as classes para investigar diferenças em termos de intensidade dentro de uma mesma categoria de classificação do escore em relação à norma, uma vez que C1-C3 e C2-C4 tiveram concentrações muito similares nas categorias utilizadas no modelo para esse instrumento. Apesar de C2 e C4 terem concentrações na faixa Acima da Norma muito similares em muitas das variáveis avaliadas (DS, OV, AI e IA), existiam indícios de as duas classes apresentarem problemáticas diferentes em termos de intensidade, uma vez que as médias das duas classes nessas variáveis (e nas demais do IJ-R-Br) foram significativamente diferentes, sendo que C4 apresentou uma pontuação média mais alta que C2. O mesmo ocorreu com C1 e C3, apesar da concentração em ambas as classes serem predominantemente na faixa normativa. As médias obtidas por C3 foram maiores que as obtidas por C1. Como é possível verificar no apêndice 6, as diferenças médias entre as classes tiveram, em geral, um tamanho de efeito alto. De maneira geral, os adolescentes em C4 apresentaram uma maior pontuação média que em C2, na qual se verificou uma maior pontuação que em C3, que apresentou uma maior pontuação que C1. A exceção nisso foram as variáveis Negação, Repressão, Ansiedade Social, Transtorno de Conduta e Transtorno Opositor Desafiador. Em relação à Negação, C1 teve pontuação maior que C3, que teve uma pontuação maior que C2, que teve uma pontuação maior que C4. Reitera-se que essa escala tem pontuação invertida; assim, o resultado alinha-se ao esperado. Em relação à variável repressão, C1 e C2 tiveram uma pontuação maior que C3 e C4. Em relação à variável ansiedade social C4 e C2 tiveram uma pontuação maior que C1 e C3. Em relação à transtorno de conduta, C3 obteve uma pontuação maior que C2.

Tabela 16. Caracterização das classes em relação ao funcionamento psicológico avaliado pelo IJ-R-Br (n=400)

Variáveis	Diferenças encontradas	C1		C2		C3		C4	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Desadaptação Social	C4>C2>C3>C1	47,78 ^{2 3 4}	7,86	67,12 ^{1 3 4}	6,01	57,31 ^{1 2 4}	5,42	72,72 ^{1 2 3}	6,53
Orientação de Valores	C4>C2>C3>C1	45,02 ^{2 3 4}	8,69	63,47 ^{1 2 4}	6,46	52,91 ^{1 2 4}	5,92	68,67 ^{1 2 3}	6,43
Negação	C1>C3>C2>C4	58,23 ^{2 3 4}	7,78	43,90 ^{1 3 4}	7,59	51,87 ^{1 2 4}	9,43	40,09 ^{1 2 3}	6,81
Repressão	C1, C2>C3, C4	61,28 ^{3 4}	10,52	59,82 ^{3 4}	10,77	50,39 ^{1 2}	9,21	50,29 ^{1 2}	11,44
Ansiedade social	C4, C2> C1, C3	45,99 ^{2 3 4}	9,13	53,14 ^{1 3}	7,53	49,43 ^{1 2 4}	9,78	56,23 ^{1 3}	7,72
Retraimento/ Depressão	C4, C2> C1, C3	45,10 ^{2 3 4}	9,94	59,84 ^{1 3 4}	9,09	49,62 ^{1 2 4}	8,90	60,32 ^{1 3}	8,65
Autismo	C4>C2>C3>C1	42,90 ^{2 3 4}	7,60	59,02 ^{1 3 4}	9,63	50,13 ^{1 2 4}	7,61	65,98 ^{1 2 3}	9,55
Imaturidade	C4>C2>C3>C1	42,35 ^{2 3 4}	8,36	60,56 ^{1 3 4}	8,07	49,63 ^{1 2 4}	6,51	65,17 ^{1 2 4}	7,61
Alienação	C4>C2>C3>C1	48,98 ^{2 3 4}	9,60	66,01 ^{1 3 4}	6,28	55,58 ^{1 2 3}	7,23	69,53 ^{1 2 3}	6,35
Agressividade Manifesta	C4>C2>C3>C1	39,64 ^{2 3 4}	7,86	59,50 ^{1 3 4}	9,55	52,61 ^{1 2 4}	8,76	67,83 ^{1 2 3}	7,05
Transtorno de Conduta	C4>C3>C2>C1	42,19 ^{2 3 4}	6,12	51,95 ^{1 3 4}	7,74	57,28 ^{1 2 4}	9,14	68,08 ^{1 2 3}	8,36
Transtorno Opositor	C4>C3, C2>C1	39,90 ^{2 3 4}	7,31	51,63 ^{1 4}	7,69	51,92 ^{1 4}	8,07	59,5 ^{1 2 3}	6,47
Índice de Associabilidade	C4>C2>C3>C1	54,30 ^{2 3 4}	8,06	66,46 ^{1 3 4}	7,27	62,43 ^{1 2 4}	7,26	69,43 ^{1 2 3}	7,64

Na Tabela 17 apresenta uma síntese das principais informações que caracterizaram as classes em termos de padrão de conduta delituosa e aspectos sociais e pessoais investigados.

Tabela 17. Síntese das características das classes identificadas

	Comportamento Antissocial	Dimensão social	Dimensão pessoal
C1	Pouco delitos e baixa diversidade. Apenas delitos contra propriedade. Não há precocidade. Delitos com pouco planejamento. Uso de drogas com pouca diversidade e frequência reduzida.	Funcionamento familiar normativo (apego parental, investimento familiar e supervisão). Vínculo e empenho escolar normativos, com possível atraso escolar. Rotina desestruturada, embora sem frequência de pares infratores.	Bom repertório de habilidades para o relacionamento interpessoal. Controle de impulsos e regulação emocional. Autoconceito positivo. Uso de defesas psicológica acima da norma, talvez por dificuldade para lidar com aspectos negativos em si mesmo e nos outros.
C2	Número total de delitos moderado, mas baixa diversidade. Apenas contra propriedade. Não há precocidade. Delitos com pouco planejamento. Uso de drogas com pouca diversidade, mas em frequência moderada.	Funcionamento familiar normativo (apego parental, investimento familiar e supervisão). Vínculo e empenho escolar normativos, mas com muito atraso escolar. Frequência moderada de infratores.	Bom repertório de habilidades para o relacionamento interpessoal. Dificuldades no controle de impulsos e na regulação das emoções. Orientação antissocial e desconfiança em intensidade moderada. Indicadores de retraimento social e distímia. Uso de defesas psicológica acima da norma, talvez por dificuldade para lidar com aspectos negativos em si mesmo e nos outros.
C3	Número total de delitos grande e com alta diversidade, violentos e não violentos, embora estes últimos em menor frequência. Presença de precocidade. Delitos com planejamento. Uso de drogas com muita diversidade e alta frequência.	Funcionamento familiar problemático, com baixo apego parental, pouco investimento e supervisão familiar. Violência familiar. Baixo empenho e vínculo escolar. Problemas de comportamento na escola, mas pouca defasagem. Muitos pares infratores com apego aos amigos.	Dificuldades moderadas em habilidades de relacionamento interpessoal. Dificuldades no controle de impulsos e na regulação emocional. Baixa orientação antissocial e autoconceito positivo.
C4	Número total de delitos grande e com alta diversidade, violentos e não violentos. Há precocidade. Delitos com planejamento e intoxicação na passagem ao ato. Uso drogas com muita diversidade e alta frequência.	Funcionamento familiar problemático, com baixo apego parental, pouco investimento e supervisão familiar. Há modelos criminalizados e violência na família. Baixo empenho e vínculo escolar. Problemas de comportamento e estresse na escola, acompanhado de muita defasagem. Rotina desestruturada. Muitos pares infratores.	Dificuldades em habilidades de relacionamento interpessoal. Baixo controle dos impulsos e na regulação emocional. Orientação antissocial significativa e autoconceito negativo, em muita intensidade. Hostilidade a figuras de autoridade, egocentrismo e fatalismo. Mal-estar psicológico e sentimentos de inadequação social.

De forma sumária, pode-se considerar que C1 foi composta por adolescentes que se assemelham muito aos da população geral. Em termos de problemática, teriam uma delinquência comum e uso de drogas em baixo nível; uma rotina desestruturada e dificuldade para entrar em contato com aspectos negativos em si e nos outros, o que, talvez, indique maior imaturidade. Em C2, os adolescentes apresentariam mais condutas antissociais, mas não delitos violentos, envolvendo vítimas direta. Apresentariam uma defasagem escolar e alguma frequência de pares infratores. No plano psicológico, teriam valores e atitudes antissociais em níveis moderados, indicadores de retraimento e depressão, dificuldades para entrar em contato com aspectos negativos em si mesmo e nos outros, o que, talvez, indique maior imaturidade. Os adolescentes de C3 apresentariam um padrão de conduta delituosa mais grave, com delitos violentos, porém, ainda, em baixa frequência. Do mesmo modo, teriam uso mais intenso de substâncias psicoativas. Apresentariam dificuldades no âmbito familiar relacionadas ao vínculo, à supervisão e à violência. Teriam baixo empenho escolar, embora sem apresentar grande defasagem. Manifestariam fraco vínculo escolar e problemas de comportamento na escola. Possuiriam muitos pares infratores, mas teriam apego a esses adolescentes. No plano psicológico, teriam algumas dificuldades relacionais e no controle dos impulsos / das emoções negativas, mas não apresentariam muitas atitudes antissociais. Já os adolescentes de C4 apresentariam um padrão de conduta delituosa mais grave, com defasagens mais importantes que os das demais classes, assim como mais problemas em todas as dimensões avaliadas. Seriam adolescentes oriundos de ambientes familiares marcados por violência e convivências com modelos criminalizados. Frequentariam muitos pares infratores. Teriam muitas dificuldades nas habilidades para o relacionamento interpessoal. No plano psicológico, teriam forte orientação antissocial e autoconceito negativo. Manifestariam baixo controle dos impulsos, hostilidade, egocentrismo, fatalismo, mal-estar psicológico e sentimentos de inadequação social.

Assim, é possível identificar que C1 e C2 apresentam um padrão de conduta delituosa menos grave quando comparados a C3 e C4. Pode-se considerar que C1 e C4 representam os extremos no que tange à avaliação realizada, uma vez que C1 apresenta poucos problemas em todas as dimensões e C4 muitos problemas em todas as dimensões. Em relação às classes intermediárias, C2 apresenta uma concentração de problemas maior na dimensão pessoal, enquanto C3 apresenta uma concentração maior de problemas na dimensão social (apesar de também apresentar algumas dificuldades em um nível pessoal/psicológico). Comparando C2 e C3, o padrão de conduta delituosa em C3 pode ser considerada mais séria/grave que a de C2. Desse modo, as classes identificadas representam diferenças na amostra, tanto em termos quantitativos, de gradação/intensidade de problemas, quanto em termos qualitativos, de natureza de problemáticas.

8 DISCUSSÃO

As classes que foram encontradas no presente estudo serão primeiramente discutidas de maneira comparativa aos perfis encontrados em estudos com o mesmo objetivo, destacando suas similaridades e diferenças. Essa comparação geral será realizada com as tipologias quebequenses, chilenas e com o resumo das tipologias clássicas sistematizadas por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008). Além disso, cada uma das classes identificadas será sintetizada e discutida de forma individual, considerando suas peculiaridades em termos do referencial teórico adotado, no presente estudo, e dos resultados encontrados na revisão integrativa da literatura, apresentada anteriormente.

8.1 As classes encontradas: síntese

A Classe 1

Nesta, os adolescentes teriam um padrão de conduta delituosa normativo, remetendo diretamente à denominada “delinquência comum”. Também apresentariam um uso de substâncias psicoativas pouco frequente, apesar de parte dos adolescentes dessa classe ter uma idade de início de consumo mais precoce, se comparados aos da população de referência. Em relação às variáveis familiares, existem indícios de que viriam de uma família com funcionamento preservado, com vínculo familiar e com práticas parentais adequadas. Em relação à escola, uma parte importante desses adolescentes apresentou atraso escolar maior que aqueles da sua população de referência. Apesar disso, teriam empenho/compromisso com a escolarização, e vínculo escolar preservados. Esses adolescentes não apresentariam uma afiliação a pares infratores significativa, mas, apesar disso, teriam uma rotina mais desestruturada quando comparados com os da sua população de referência. Quanto às variáveis pessoais, não se encontrou indícios de que esses adolescentes apresentariam dificuldades substanciais em relação ao autocontrole. Não teriam uma orientação antissocial marcada, tampouco hostilidade/desconfiança em relação ao outro e emotividade negativa. Como característica psicológica principal, esses adolescentes tenderiam a ser mais otimistas frente as adversidades, o que remete a um autoconceito e a crenças positivas a respeito de si e da vida. Apresentariam HS em maior frequência geral e, especificamente, a de autocontrole, civilidade e desenvoltura social. Além disso, teriam menos dificuldade em emitir esses comportamentos. Mostraram somente alguma dificuldade para entrar em contato com aspectos negativos em si mesmo e nos outros, defendendo-se, assim, da realidade, de modo

um pouco mais acentuado que os adolescentes da população de referência. Em relação ao tipo de medida socioeducativa, é a classe que apresentou maior concentração de adolescentes em medida de meio aberto. Esses adolescentes teriam, em média, um menor número de medidas socioeducativas anteriores e um menor número de internações.

A Classe 2

Os adolescentes que compõe essa classe teriam um padrão delituosa também semelhante àquele dito normativo, apesar de mais adolescentes nessa classe terem uma frequência maior de delitos que os da sua população de referência, e que em C1. A frequência de delitos violentos, contudo, seria baixa, estando dentro da faixa normativa. Esses adolescentes apresentariam comportamentos desviantes em um nível mais importante que a norma: início de uso de substâncias psicoativas precoce e com uma frequência maior que os adolescentes da C1. Em relação às variáveis familiares, esses adolescentes, assim como os de C1, seriam oriundos de famílias com um funcionamento preservado, com vínculo familiar. Quanto às variáveis escolares, teriam um maior atraso, quando comparados com C1, mas teriam o vínculo escolar preservado. Uma parte desses adolescentes teria maior afiliação a pares infratores. Na dimensão pessoal, existem indicadores de uma maior dificuldade em regular seu comportamento, associados à impulsividade. Haveria indicadores de uma orientação antissocial mais marcada, concernindo valores referentes a uma subcultura criminalizada e desconfiança em relação ao outro. Esses adolescentes teriam uma emotividade negativa maior e mal-estar psicológico associados a sentimentos de inadequação social, além de apresentarem indicadores de retraimento e depressão. Além disso, esses adolescentes teriam a tendência de tirar a consciência aspectos negativos de si próprio e dos outros, usando defesas psicológicas mais desadaptativas, de modo mais intenso. Todavia, estes adolescentes, em conjunto com os de C1, apresentariam as HS em maior frequência geral e, especificamente, as de autocontrole, civilidade e desenvoltura social. Além disso, não teriam dificuldades para emitir esses comportamentos. Junto aos de C1, seriam os adolescentes com menor histórico de medidas socioeducativas anteriores e de internação.

A Classe 3

Os adolescentes dessa classe apresentariam um padrão de conduta delituosa que pode ser considerado não normativo, portanto, mais sério/grave. Apresentariam uma frequência de delitos maior que a de sua população de referência, com maior diversidade, incluindo alguns delitos considerados violentos. Apesar de uma parcela desses adolescentes terem uma

frequência de delitos violentos mais alta que as classes anteriores, essa seria menor que a observada em C4. Outro indicador de padrão de conduta delituosa mais sérios/grave, é que esses adolescentes, ao contrário dos adolescentes das duas primeiras classes, apresentariam mais planejamento e mais liderança no cometimento dos delitos e, quando implicados em tráfico de drogas, teriam um papel mais ativo/mais organizado, embalado drogas, transportado e distribuído as substâncias. Além disso, teriam uma frequência de uso de substâncias maior que a de C1 e C2, tendo iniciado esta prática mais precocemente. Esses adolescentes seriam oriundos de famílias mais problemáticas, com vínculos mais frágeis (menos investimento familiar e menos apego parental que na sua população de referência e que nas duas primeiras classes). Esses adolescentes teriam pais/cuidadores mesmo implicados em sua socialização, em se vista à falta de reação parental frente ao uso de substâncias psicoativas. Em suas famílias teria mais violência intrafamiliar que em C1. Em relação à escola, esses adolescentes mostrariam menor empenho e, portanto, vinculação escolar, apresentando mais problemas de comportamento nesse contexto, embora menor atraso escolar que aquele observado em C2. Esses adolescentes teriam afiliações pares antissociais, e mostrariam apego a esses. Esses adolescentes também teriam uma rotina desestruturada, com muito tempo ocioso. Em relação à dimensão pessoal, os adolescentes de C3 teriam problemas em relação ao autocontrole similares aos adolescentes de C2. Ou seja, apresentariam mais baixo autocontrole que C1. Todavia, teriam um funcionamento psicológico normativo no que respeita à orientação antissocial. Quanto ao repertório de HS, os adolescentes de C3 apresentariam uma frequência média total menor que C1 e C2 e uma maior dificuldade total média que C1. Parte importante desses adolescentes estava cumprindo uma medida socioeducativa em meio fechado, sendo a classe com a maior porcentagem de adolescentes provenientes desse local de coleta.

A Classe 4

Os adolescentes nessa classe apresentariam o padrão de conduta delituosa mais sério/grave, com uma maior frequência e diversidade de delitos em geral e de delitos violentos em particular no último ano, tendo se iniciado mais precocemente nessa prática. Ademais, igual a C3, apresentariam maior planejamento e papel de liderança no cometimento dos delitos e, quando implicados no tráfico de drogas, teriam um papel que ativo/mais organizado, com maior envolvimento, para além daqueles de vender drogas na rua, teriam assumido responsabilidades de embalar, transportar e distribuir drogas. Quanto ao uso de substâncias psicoativas, em comparação com os adolescentes das demais classes, esses teriam um mais frequente e mais diversificado (talvez um poliuso). Em relação aos aspectos sociais, C4 teve

maior concentração de adolescentes que seriam oriundos de famílias com investimento familiar e apego parental em um menor nível, quando comparado com a população normativa. Além disso, esses adolescentes teriam menos supervisão parental, quando comparado com os demais, além da experiência de não-reação parental frente ao uso de substâncias. Nas suas famílias haveria mais modelos criminalizados e mais violência familiar que nas demais classes. Em relação às variáveis escolares, os adolescentes teriam apresentado mais problemas de comportamento e maior atraso escolar, demonstrando menor vínculo escolar quando comparados com os de C1 e C2. Haveria mais relato de vivências de estresse escolar, quando comparados com C1, C2 e C3. E mais tempo ocioso quando comparados com C1 e C2. Esses adolescentes também apresentariam afiliação a pares infratores. Em relação às características pessoais, esses adolescentes tiveram as pontuações mais alta em baixo autocontrole: seriam mais impulsivos, com maior orientação de busca pelo risco, maior preferência por tarefas simples, temperamento mais volátil que os de C1, C2 e C3. Apresentariam indicadores de uma orientação antissocial marcada, assentada em valores criminalizados, e na desconfiança em relação aos outros, inclusive a figuras de autoridade. Esses adolescentes teriam uma visão muito negativa e fatalista da realidade e experienciaríamos muitos sentimentos de raiva e de desconforto psicológico, vivenciando mal-estar psicológico. Quanto ao repertório de HS, C4 teve uma frequência total, e em autocontrole e em civilidade menor que C1 e C2, e mais dificuldade na emissão das HS, quando comparado com essas duas classes. Ademais, teriam mais dificuldade total, e em empatia, e em autocontrole, e em civilidade, e em assertividade e em desenvoltura social, quando comparado com C1 e C2. Juntamente com C3, em C4 os adolescentes seriam teriam sido submetidos a mais medidas socioeducativas prévias, e também internações anteriores.

8.2 Considerações teóricas sobre as classes e similaridades com perfis da literatura

Sob a ótica da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência, os adolescentes da Classe 1 apresentam uma concentração importante de fatores protetivos que seriam capazes de explicar o porquê desses adolescentes serem aqueles com padrão de conduta delituosa mais próximo ao normativo. Em relação à teoria geral, pode-se hipotetizar, a partir das características dessa classe, que seriam adolescentes com os vínculos sociais preservados, o que favorece a conformidade às normas/regras sociais, a sensibilidade aos constrangimentos externos e o desenvolvimento de constrangimentos internos, os quais funcionariam como uma barreira frente à conduta delituosa. Em termos

peçoais, teriam feito aquisições suficientes para controlar o próprio comportamento. Apresentaram crenças, valores e atitudes convencionais, implicando em uma boa adaptação ao seu meio (Le Blanc, 2006). Em termos de modelos e oportunidades, não apresentariam ligações expressivas com modelos criminalizados e pares antissociais, o que pode contar como fator de proteção. Contudo, teriam uma rotina desestruturada, com muito tempo livre, sem supervisão de adultos. Esse fator de risco, apesar de poder ser considerado mais circunstancial e menos grave em termos de efeitos sobre o desenvolvimento da conduta delituosa, colocaria esses adolescentes em risco, em termos de oportunidades para o comportamento desviante (Le Blanc, Ouimet, & Tremblay, 1988; Le Blanc, 2003). Para C1 talvez seja esse o fator que melhor explique o seu envolvimento aparentemente pontual com a prática de delitos.

Especificamente em relação às variáveis avaliadas pelo estudo, que remetem a Regulação do Comportamento Delituoso pela Escola, que podem desempenhar um papel importante para C1, tem-se que esses adolescentes não apresentariam estresse escolar e teriam o vínculo com essa instituição preservado, valorizando os estudos, o que os tornariam sensíveis aos constrangimentos da instituição escolar (Le Blanc, 2006; Silva & Bazon, 2018; Franco & Bazon, 2019). Apesar disso, possuiriam algum atraso escolar (ainda que menor do que C2 e C4), o que pode indicar algumas dificuldades nesse ambiente. A partir daquilo que se avaliou no presente estudo, não é possível apreender quais aspectos estariam associados a esse atraso escolar (por exemplo, dificuldades da família em matricular no tempo certo, evasão temporária por problemas sociais, dificuldades de aprendizagem com reprovações, etc). De todo modo, em se considerando que, segundo a TRSPC, o vínculo escolar é uma variável que se constrói ao longo do tempo, é possível que esse atraso esteja circunscrito a dificuldades momentâneas, inerentes a uma “crise” e às próprias características do sistema escolar. É preciso ressaltar a importância de se compreender os sentidos que os adolescentes dão às vivências escolares, aspecto que não abarcado pelo presente estudo. Nessa linha, a partir de entrevistas qualitativas com adolescentes infratores, Franco e Bazon (2019) discutem que, apesar de muitos adolescentes infratores apresentarem vivências conturbadas, no ambiente escolar, diferentes subgrupos as experienciam de formas distintas (podendo reagir às vivências estressoras de forma mais ou menos hostil), o que acarreta em atitudes diferentes em relação a instituição.

Para os adolescentes de C1, o uso de drogas em baixa frequência, uma rotina desestruturada, o atraso escolar e as dificuldades para entrar em “contato psicológico” com aspectos negativos da sua vida, o que denotariam certa imaturidade, seriam os fatores de risco

associados à prática de delitos. Apesar disso, esses adolescentes contariam com fatores de proteção importantes (uma família funcional e boas habilidades relacionais). Desse modo, podemos considerar que, apesar de alguns desses adolescentes apresentarem necessidades que indiquem intervenções sociais, eles apresentariam uma baixa chance de persistência do comportamento delituoso. É importante destacar que uma parte desses adolescentes estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, o que, considerando o funcionamento discutido acima, ante apontamentos da literatura, seria muito danoso para esses adolescentes. Segundo alguns autores, o processo de institucionalização pode ser nocivo para uma trajetória desenvolvimental normativa devido aos aspectos de estigmatização e de socialização negativa que, em geral, acompanham a aplicação dessa medida socioeducativa (Lowekamp & Latessa, 2004).

O perfil que se delineia em C1 é semelhante ao perfil Divergente Esporádico do MIID (Piché, 2006), ao denominado Trajetória Normal Desviada do MMIDA (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017) e ao Infrator Normal/Situacional indicado por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008). Em C1, os adolescentes teriam uma delinquência que se aproxima da delinquência comum, mas com alguns fatores de risco associados. Esses, contudo, contariam mais como dificuldades circunstanciais, que como déficits desenvolvimentais mais sérios.

Em se pensando nas metatrajetórias da conduta delituosa identificadas na revisão de literatura, a de C1 seria mais próxima daquela descrita como Limitada à Adolescência, identificada por Moffit (1993) e corroborada em diversos estudos da revisão. Nessa, os adolescentes cometeriam delitos em baixa frequência e de gravidade, sem muita precocidade e não teriam muitos fatores de risco associados. Como os estudos de metatrajetórias são longitudinais, tem-se o dado de que adolescentes apresentando esse padrão tenderiam a parar de cometer delitos, espontaneamente, na medida em que se aproximariam da vida adulta, mesmo sem intervenção (Kratzer & Hodgins, 1999; Loeber, Stouthamer-Loeber & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001; Piquero, Daigle, Gibson, Piquero & Tibbetts, 2007; Reingle, Jennings & Maldonado-Molina, 2012; El Sayed, Pacheco & Morris, 2016). Apesar disso, na linha do discutido a respeito de C1, Barrett e Katsiyannis (2016) indicam que, apesar de problemas menores, essa trajetória remete a algumas dificuldades que merecem alguma forma de ajuda.

Comparando com os perfis psicológicos identificados na revisão, C1 se aproxima do perfil descritos em estudos com adolescentes infratores, cuja característica central é funcionamento normativo, sem dificuldades/defasagens psicológicas (Stefurak, Calhoun, &

Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006; Stefurak & Calhoun, 2007; Vinet & Bañares, 2009). Em relação aos perfis psicossociais, especificamente em relação àqueles descritos em estudo que buscaram identificar perfis relativos à exposição a fatores de risco para a reincidência infracional, C1 teria características próximas ao perfil considerado de baixo risco, uma vez que esses pontuaram em um nível não-clínico nas variáveis avaliadas, que são similares as utilizadas no presente estudo (Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Whitney et al., 2010; Brennan et al., 2008). Cuervo e colaboradores (2017) indicam a existência de um perfil formado por adolescentes que pontuam, ainda que em baixa intensidade, em aspectos contextuais/sociais como tempo livre, escola e pares, similarmente ao descrito a respeito de C1, que apresentou dificuldades na escola e na rotina, apesar de não ter indicadores de socialização com pares antissociais. Jones e Harris (1999) identificaram um perfil muito similar a C1, que era composto por adolescentes com uma boa regulação social (sem fatores de risco na família, escola, pares e rotina), mas uma característica psicológica de maior imaturidade, que os colocariam em risco para a prática de delitos. Podemos fazer um paralelo dessa imaturidade com as dificuldades de C1 em entrar em contato com aspectos negativos em si mesmo e nos outros, o que acarretaria uma dificuldade em lidar mais realisticamente com a realidade, inclusive para prever consequências para o seu próprio comportamento.

Podemos sintetizar que os principais recursos de C1 são, em termos sociais, seriam a boa vinculação familiar, escolar e a não frequência de pares infratores. Em termos pessoais, não apresentar valores/attitudes antissociais e hostilidade em relação ao outro, atrelada a um autoconceito positivo, capacidade em regular o próprio comportamento e as emoções, além de boas habilidades relacionais. Em termos de riscos/necessidades no plano social esses adolescentes teriam um atraso escolar e uma rotina desestruturada. E no plano pessoal, mais imaturidade e dificuldade em prever as consequências de seu comportamento. Por essas razões, esse perfil poderia ser denominado como **“Infrator Circunstancial”**, enquanto nomenclatura que sintetiza suas principais características.

Focalizando a Classe 2, agora, sob a ótica da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência, é possível concluir que os adolescentes nela reunidos estariam mais em risco para a persistência da conduta delituosa, em virtude de aspectos da sua socialização e do seu funcionamento pessoal, ainda que essa conduta remeta a um padrão de baixa gravidade (em termos de frequência e de violência). Os adolescentes nesta classe teriam os vínculos sociais relativamente preservados, apesar de problemas escolares, representados na defasagem idade/série, e na convivência mais significativa com pares antissociais. No

plano pessoal teriam orientação antissocial mais pronunciada. Os dados sugerem o desenvolvimento em um contexto, talvez comunitário, perpassado por subcultura desviante, na qual se veiculam valores não-convencionais. Hipotetiza-se que essa socialização desviante/antissocial se deu no convívio em um meio desviante, fora da família, porque não se teve evidências de modelos criminalizados nesta. Conforme o discutido por Hitilin (2003), a identidade, os valores e as atitudes do indivíduo, embora sejam aspectos subjetivos no indivíduo, fazem referência também a vivências, em se considerando o contexto sociodemográfico no qual o indivíduo está inserido. Essas características pessoais desses adolescentes os deixariam mais suscetíveis à prática de delitos. No plano da regulação pessoal, esses adolescentes apresentariam mais dificuldades em regular o próprio comportamento e traços de emotividade negativa, enquanto indicadores de possíveis déficits em seu processo de desenvolvimento (Le Blanc, 2006; Wikstrom & Treiber, 2007). Apesar dessas dificuldades, reitera-se, o padrão da conduta delituosa, nessa classe, seria de baixa gravidade, denotando-se pouco planejamento e pouca liderança na consecução dos delitos. Nesse tocante, cogita-se o benefício de fatores de proteção, para essa classe, funcionando como uma barreira para a escalada da gravidade da conduta delituosa: os vínculos preservados com as instituições família e escola, além de habilidades relacionais preservadas, seriam os principais (Le Blanc, 2006). Adicionalmente, as características pessoais que se apresentam como risco estariam presentes em uma intensidade moderada, não tão alta como em outros perfis (como na C4, por exemplo).

Uma característica que passa a ser relevante a partir dessa classe é o uso mais frequente de substâncias psicoativas. O abuso de substâncias psicoativas é reiteradamente apontado como um fator de risco para a delinquência juvenil (Andrews & Bonta, 2006; Assink et al., 2015). Nessa linha, considerando que esses adolescentes além do uso de substâncias, tem dificuldades na regulação de seu comportamento, é importante sublinhar que existe uma relação complexa entre impulsividade e uso abusivo de drogas. Existem evidências de que essas variáveis se influenciam mutuamente, ou seja, que o abuso de substâncias favorece escolhas impulsivas e diminuem o controle inibitório, assim como a impulsividade funciona como um fator de risco para o uso abusivo de drogas (Urcelay & Dalley, 2011). Sendo essa portanto, uma variável importante em termos de necessidades interventivas para esse grupo de adolescentes.

Especificamente em relação às variáveis avaliadas pelo estudo que remetem a Regulação da Conduta pela Escola, apesar da vinculação com a instituição escolar, a qual incluiria validação e respeito pelas regras escolares, sem uma oposição às figuras de

autoridade, nesse ambiente, os adolescentes nesta classe seriam aqueles com maior defasagem escolar. O atraso escolar em grande intensidade, apesar dos vínculos preservados, pode remeter a dificuldades em acompanhar os conteúdos escolares, ou seja, a baixo desempenho nesse ambiente e/ou reprovações e/ou abandonos temporários. Esses dados fazem lembrar uma das trajetórias escolares de infratores, descrita por Franco e Bazon (2019), perpassada por muitas dificuldades de ajustamento relativo às aprendizagens acadêmicas, mas não no plano disciplinar, conduzindo, mais cedo ou mais tarde à evasão, sendo essa, contudo, não associada a sentimentos hostis em relação a escola, mas sentimentos de inadequação a esse ambiente. Esses adolescentes tenderiam a atribuir essas dificuldades a si mesmo, à própria performance individual, e não a sua relação com o contexto escolar.

Em relação ao funcionamento psicológico, seus valores e atitudes antissociais e suas crenças negativas com relação às figuras de autoridade, sua emotividade negativa, seu retraimento e sua desesperança, mais a tendência a reprimir os aspectos desagradáveis da vida ou a mostrar uma certa dificuldade para apreendê-lo, devida a uma dificuldade de introspecção, mediante a ausência de raiva e de um egocentrismo exagerado, resultariam em uma característica pessoal sintetizada por outros estudos tipológicos, nos quais se indentificou perfis semelhantes a esse, como uma certa “resignação” a contextos desviantes, e uma fuga passiva de ambientes convencionais, por se sentirem pouco aptos e à vontade nesses contextos. Esses adolescentes se enxergariam como bem adaptados ao seu meio, desde que esse seja pouco exigente, menos que aqueles mais convencionais. Assim, o perfil que se depreende remete, ao mesmo tempo, a uma socialização convencional deficitária, em contraposição a uma socialização desviante mais eficaz.

É possível fazer um paralelo entre C2 e o perfil Inadequado Regressivo do MIID (Piché, 2006), ao perfil descrito como tendo uma Trajetória Passiva Desesperançada do MMIDA (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017) e ao Infrator Socializado/Sociopata Comum/Infrator Subcultural indicada por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008), recorrente nos estudos tipológicos clássicos. O perfil aqui descrito se aproxima desses três tipos por apresentar um padrão de conduta que não é tão sério/grave, mas associado a mais fatores, mais relevantes, para a persistência da conduta delituosa, relativos a uma socialização em uma subcultura divergente, perpassada por valores antissociais, uso importante de substâncias importante e dificuldades escolares, indicativas de dificuldades de adaptação social. Apesar das semelhanças, o perfil representado em C2 não teria a negligência familiar, nem a incompetência social marcada, como no perfil descrito como Inadequado Regressivo, do MIID, e o relativo à Trajetória Passiva Desesperançada, do

MMIDA. Eles até apresentariam recursos relacionais. Haveria mais semelhança entre C2 o perfil descrito por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008). É certo que no presente estudo não se trabalhou com indicadores específicos para a avaliação de negligência familiar. Somente como os de Investimento Familiar, Apego Parental, Violência Familiar, Supervisão Parental e um aspecto da disciplina parental, a reação frente ao uso de substâncias. Nessas, a classe C2 teria pontuações normativas, ou seja, viveriam em famílias semelhantes àquelas dos adolescentes da população, provenientes de realidades semelhantes. Para além dessas considerações metodológicas, é possível cogitar que as dificuldades na socialização convencional em C2 estejam mais relacionadas a um contexto social de exclusão, de marginalização, do que à negligência familiar.

Em relação aos estudos revisados concernindo metatrajetórias da conduta delituosa, não se conseguiu identificar uma com características similares às de C2, um padrão persistente, porém pouco grave, associado a uso de substância psicoativas. Isso pode ter acontecido porque apesar desse perfil ser frequente em estudos que buscam caracterizar adolescentes infratores, essas variáveis em conjunto não aparecem quando o foco da pesquisa é a persistência ou a não persistência da conduta delituosa. Quanto aos estudos da revisão de literatura que buscaram identificar perfis psicológicos, C2 se mostrou semelhante aos subgrupos identificados como tendo orientação antissocial (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006). Em relação aos perfis psicossociais identificados na revisão da literatura, Schwalbe e colaboradores (2008) descrevem um caracterizado por muitas dificuldades no ambiente escolar, mas pontuações baixas em outras problemáticas, para além de atitudes antissociais em nível moderado. C2 mais se aproxima de um perfil identificado por alguns estudos que trabalharam com níveis de exposição a risco, especificamente o descrito como apresentando um “risco moderado” para a reincidência infracional, em razão, principalmente, de problemas na dimensão social e de algumas dificuldades na dimensão pessoal (valores/atitudes antissociais) (Cuervo, Badenes & Castillo, 2017; Onifade et al., 2010; Onifade et al., 2008; Schwalbe et al., 2008; Geluk et al., 2014; Brennan, Breitenbach & Dieterich, 2008; Hillege et al., 2017).

Os principais recursos deste perfil relativos à dimensão social, seria, a boa vinculação familiar; os relativos à dimensão pessoal, seriam bom repertório de habilidades relacionais e baixo nível de desconfiança/hostilidade em relação aos outros. Em termos de riscos/necessidades no plano social esse perfil remeteria a problemas na escolarização, com atraso escolar muito grande, e convívio com pares infratores. Em relação às variáveis pessoais, ter-se-ia uso importante de substâncias, crenças e atitudes antissociais, retraimento e

desesperança, e uma dificuldade em entrar em contato com aspectos negativos em si mesmo e nos outros. Por essas razões, esse perfil poderia ser denominado como **“Infrator Subsocializado”**, enquanto nomenclatura que sintetiza suas principais características.

Tratando da Classe 3, agora, sob o referencial da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência, é possível afirmar que ela remete a um perfil em mais alto risco para a persistência de uma conduta delituosa séria/grave. Os adolescentes reunidos nessa classe teriam problemáticas na regulação social e pessoal. De forma notável, esses adolescentes viveriam conflitos importantes na família e na escola, o que impede que essas instituições regulem o comportamento de C3 de forma a proteger frente ao cometimento de delitos. Ademais, estariam expostos a modelos e oportunidades antissociais, por meio de um tempo ocioso e frequência de pares desviantes. Somando-se a essas variáveis que remetem a uma difícil regulação da conduta delituosa pelas instituições sociais, esses adolescentes apresentariam algumas características pessoais que os tornariam vulneráveis, ainda que em uma intensidade moderada: impulsividade/problemas de comportamento, e atitudes antissociais. Além disso, ter-se-ia uma alta frequência de uso de substâncias psicoativas.

Quanto ao padrão de conduta delituosa, essa seria mais séria/grave. Teriam iniciado a prática de delitos precocemente, apresentando diversidade e alta frequência tanto em delitos sem e com violência (com vítimas diretas). Ressalta-se, todavia, uma aparente desaceleração na manifestação da conduta, uma vez que grande parte dos adolescentes de C3 teriam revelado uma significativa diminuição da frequência de delitos violentos nos últimos 12 meses, estando essa dentro da norma da população de referência. Embora esses adolescentes tenham se envolvido em delitos violentos (diversidade alta), a prática desses não parece ter se consolidado no repertório comportamental da maioria deles. É interessante notar que os adolescentes nesta classe seriam aqueles com número mais alto de medidas socioeducativas anteriores, o que pode representar mais um indicador de persistência e de gravidade da sua conduta.

O centro problemático da regulação da conduta deste adolescente seria, aparentemente, a família. O vínculo familiar, para esses adolescentes, estaria fragilizado, em razão de frágil apego parental e de pouco investimento familiar. Além disso, em suas famílias haveria possivelmente mais situações de violência familiar. Em paralelo, sua família seria mais demissionária em relação aos seus comportamentos antissociais, além de implementar fraca/inadequada supervisão. Dada essa dinâmica, com as relações familiares conflitivas/desgastadas, essa instituição exerceria pouco efeito de constrangimento à conduta

delituosa desses adolescentes e, para além disso, sendo fonte de estresse, que colaboraria com a prática de delitos (Le Blanc & Janosz, 2002).

De igual modo, a regulação da conduta pela escola seria problemática em razão do frágil vínculo com essa instituição, dos problemas de comportamento nesse ambiente. Contudo, nesse perfil o atraso escolar não seria significativo, indicando desempenho escolar dentro do esperado, talvez devido a uma boa capacidade intelectual. Nesse contexto, pode-se hipotetizar, apesar das aquisições em termos acadêmicos, os problemas relacionais e de comportamento, concorrendo para disrupção, e provável sanção escolar, tenham minado a vinculação escolar, o que, por seu turno, teria acarretado em posterior afastamento dessa instituição (Le Blanc, 2006).

Quanto à regulação do comportamento delituoso pelos pares e pela rotina, esses adolescentes apresentariam predominantemente pares infratores e uma rotina desestruturada, com muito tempo ocioso, com sobre-investimento desta na relação com esses pares. Nessa esteira, apresentariam apego a esses pares. Todos esses fatores, de forma dinâmica, concorreriam para a conduta delituosa (Le Blanc, 2006; Bazon & Estevão, 2012). A frequência e o apego a pares infratores é, sem dúvida, um fator de risco para a persistência na prática de delitos, mas, ao mesmo tempo, dá indícios das necessidades relacionais, nesse perfil, ou do recurso para tal. Apresentar abertura relacional e capacidade de vinculação, apesar das dificuldades com as demais instituições sociais, seria um indicativo de recurso pessoal. Na adolescência, estabelecer relações com pares de idade representa uma necessidade importante. Não conseguir é mais problemático do que conseguir com pares desviantes (Bazon & Estevão, 2012).

Em relação ao funcionamento pessoal, pode-se hipotetizar que esses adolescentes buscariam uma resolução para as suas necessidades e problemas por meio das condutas antissociais, ainda que mantenham um autoconceito positivo, sem atribuir a si uma identidade negativa. Essas duas características em conjunto podem parecer contraditórias, mas suas dificuldades relacionais, os conflitos na família e na escola, mais os problemas de comportamento, funcionariam mais como fonte de disrupção, e não como oposição às normas/ aos valores convencionais da sociedade. É certo que a prática de delitos, à medida que vai sendo realizada, em pareceria com pares infratores, junto aos quais encontra alento, e termos de apego, fortaleceria, gradativamente, uma orientação antissocial, ainda que essa não se mostre completamente consolidada. Como aspectos de proteção, no nível pessoal, ter-se-ia um desenvolvimento psicológico satisfatório no plano do alocentrismo, com baixa hostilidade e baixa desconfiança em relação ao outro.

Pode-se fazer um paralelo entre o perfil que se depreende de C3 e o perfil Conflitual Explosivo do MIID (Piché, 2006), os denominados como tendo a Trajetória transgressora vinculada e a Trajetória explosiva autodestrutiva do MMIDA (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017) e a estrutura do Infrator Neurótico/Internalizante indicada por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008). Esses perfis se assemelham por remeterem a adolescentes que apresentam um padrão de conduta delituosa grave, contextualizados em uma situação de conflitos com as instituições sociais, mas não necessariamente motivadas por uma clara/forte orientação antissocial. Assim, na literatura algo recorrente, é a indicação da existência de um subgrupo de adolescentes infratores que, mesmo tendo um padrão de conduta delituosa sério/grave, não apresenta valores/atitudes antissociais, o que mostra que, essas características, apesar de relevantes, devendo ser investigadas, não são capazes de explicar, sozinhas, a ocorrência de uma conduta delituosa grave. Uma característica desses perfis seria problemática de saúde mental: ansiedade, depressão e de mal-estar psicológico, aspectos que não foram investigados pelo presente estudo, o que pode ser considerado uma limitação. Contudo, os indicadores de conflitos na família, na escola, os problemas de comportamento, o uso de substâncias psicoativas e as dificuldades de relacionamento interpessoal certamente se associam a sofrimento psíquico.

Tanto a trajetória transgressora vinculada quanto a trajetória explosiva autodestrutiva descritas no MMIDA remeteriam a adolescentes infratores com uma conduta delituosa grave, sem muitas características antissociais, sendo, portanto, possível fazer um paralelo entre C3 e essas duas trajetórias identificadas pelo estudo chileno. A diferença entre as duas trajetórias é que a explosiva autodestrutiva assentar-se-ia mais em conflitos familiares intensos e em grande instabilidade emocional, enquanto a transgressora vinculada não apresentaria essas dificuldades, mas destacaria a socialização junto a pares infratores, havendo nesse perfil alternância entre condutas prósociais e antissociais. Assim, C3 se aproximaria da explosiva autodestrutiva por apresentar muitas dificuldades no âmbito familiar e se afastaria por não haver evidências de marcada instabilidade emocional. E C3 se aproximaria da transgressora vinculada por ter muitos pares antissociais e se afastaria por ter dificuldades relacionais nas dimensões sociais, o que não é indicado nessa trajetória chilena (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017).

Em relação aos estudos da revisão de literatura que identificaram metatrajetórias da conduta delituosa, o perfil que se depreende de C3 aproximar-se-ia das trajetórias que persistem para a vida adulta, identificadas pelos estudos, por remeterem a adolescentes com um padrão da conduta delituosa sério/grave e submetidos a fatores de risco específicos para a

delinquência, como a associação a pares desviantes, mediante fragilização da ligação com a família e a escola (Loeber, Stouthamer-Loeber & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001). No tocante aos perfis psicológicos identificados na revisão de literatura, o relativo a C3 aproximar-se-ia ao perfil encontrado por Decuyper e colaboradores (2013), que é caracterizado por não ter uma orientação antissocial tão marcada, mas ter traços de impulsividade que acarretariam um comportamento conflitivo e disruptivo. Em muitos estudos, esse perfil também é caracterizado por ter níveis importantes de mal-estar psicológico, ansiedade e depressão (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet & Salvo, 2005; Decuyper et al., 2013). Quanto aos estudos que identificaram perfis psicossociais, pode-se fazer um paralelo entre C3 e alguns perfis avaliados como apresentado um risco moderado para reincidência, com fatores de risco concentrados em maior intensidade em variáveis sociais (familiares e escolares), com práticas parentais negativas, violência familiar, abuso e negligência (Walker, Bishop, Nurius, & Logan-Greene, 2016; van der Put et al., 2014; Lemos, 2010; Onifade et al., 2008; Hillege et al., 2017).

No tocante aos recursos, pode-se considerar que o perfil que decorre da classe 3 apresentaria poucos indicadores de recursos na dimensão social, à exceção do pequeno atraso escolar, indicativo de desempenho satisfatório e, talvez, recurso intelectual. Quanto aos recursos pessoais, ter-se-ia o autoconceito positivo, orientação antissocial não marcada, com sensibilidade ao outro e baixa demonstração de desconfiança/hostilidade em relação aos outros. No tocante a riscos/necessidades no plano social, destaca-se novamente os problemas familiares e escolares que teriam concorrido para uma fragilização significativa com essas instituições sociais. Em relação às variáveis pessoais, ter-se-iam dificuldades em habilidades relacionais/sociais, dificuldades para controlar o próprio comportamento e uso abusivo de substâncias psicoativas. Por essas razões, esse perfil poderia ser denominado como **“Infrator Conflitual”**, enquanto nomenclatura que sintetiza suas principais características.

Por fim, focalizando o perfil que se depreende da classe 4, encontrada e descrita no presente estudo, à luz da Teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta Delituosa na Adolescência, muitos indicadores explicariam o porquê de nesse o padrão de conduta delituosa ser o mais sério/grave, uma vez que seriam muitos os problemas nas dimensões social e pessoal. Como indicadores de uma conduta delituosa séria/grave, ter-se-ia a alta frequência de delitos e alta diversidade, com delitos não violentos e violentos também. Eles teriam a maior precocidade na prática de delitos e múltipla reincidência (maior número de medidas socioeducativas anteriores). Além disso, fariam delitos com maior planejamento, mais organização e mais proatividade, em termos de liderança. Apresentariam também o uso

mais intenso de drogas. Essas características denotariam adolescentes com mais engajamento infracional e maior risco para a persistência da conduta delituosa (Le Blanc & Fréchette, 1989; Le Blanc, 2002).

Em relação à teoria geral, a baixa vinculação às instituições convencionais, em paralelo à exposição a modelos antissociais, incluindo adultos criminalizados na família, e a oportunidades desviantes, tornaria esses adolescentes pouco sensíveis aos constrangimentos externos, o que, por sua vez, dificultaria o desenvolvimento de constrangimentos internos e de um sistema internalizado de normas pró-sociais. Na dimensão pessoal, significativas defasagens desenvolvimentais dificultariam a aquisição de capacidades de autorregulação do comportamento e o alocentrismo, o que, em paralelo a uma franca aquisição de valores e atitudes antissociais, fomentariam o risco para a persistência da conduta delituosa de C4.

Quanto à regulação da conduta delituosa pela família, os adolescentes nesse perfil viveriam em famílias com modelos criminalizados, nas quais os vínculos seriam frágeis, havendo violência familiar, e fraca supervisão dos comportamentos dos adolescentes por parte dos responsáveis. Para Le Blanc, a ocorrência em conjunto de todas essas variáveis, funcionaria como fator de risco para uma rebelião familiar e para a persistência da conduta delituosa. Além disso, a presença de modelos criminalizados/violentos seria um fator adicional no processo de socialização desses adolescentes, inserindo-os em um contexto favorável a uma socialização antissocial (Le Blanc & Janosz, 2002). Em relação à regulação da conduta delituosa pela escola, esses adolescentes teriam experienciado um alto nível de estresse escolar, remetendo a um histórico de vivências aversivas nesse contexto (atinentes ao fato de se sentirem vigiados nesse contexto e inaptos para ele). Ademais, teriam um importante atraso escolar, talvez decorrente de um possível baixo desempenho. Daí uma frágil vinculação escolar. Nessa linha, manifestariam problemas de comportamento externalizantes significativos, na escola, talvez indicando um modo de reagir a essa vivência escolar de forma hostil, opositora, conflituosa, experienciando raiva (o que é confirmado pelas características pessoais nessa classe). Esse padrão de experiência escolar também foi identificado na pesquisa de Franco e Bazon (2019). Alguns adolescentes infratores encarariam as vivências escolares com ressentimento e hostilidade, colocando-se gradativamente em oposição a essa instituição.

Em adição à frágil vinculação a essas importantes instituições de socialização pró-sociais, a regulação da conduta delituosa pelos pares e pela rotina, nesse perfil, amplificariam a orientação antissocial, oportunizando também a conduta delituosa desses adolescentes. Esses adolescentes apresentariam a mais forte afiliação a pares infratores, a rotina mais

desestruturada, com tempo ocioso. Pela perspectiva da teoria da regulação, a baixa vinculação social desses adolescentes seria mais um retrato de um processo de muitas vivências aversivas nos contextos de socialização, que de uma incapacidade de se relacionar (Le Blanc, 2006).

Considerando os aspectos que compõe a regulação pessoal da conduta delituosa, os indicadores remeteriam a importantes defasagens desenvolvimentais e a uma forte orientação antissocial. Os adolescentes seriam mais egocentros e mais impulsivos, indicando que, ao longo do desenvolvimento, esses adolescentes teriam tido dificuldades significativas em suas interações sociais e, conseqüentemente, em seus processos maturacionais, ocasionando uma capacidade diminuída em considerar os outros em seu processo de tomada de decisão, quando comparado com outros adolescentes da mesma faixa etária (Le Blanc, 2006). Adicionalmente, teriam os valores e as atitudes antissociais fortes, assim como a dificuldade em inibir e regular o seu próprio comportamento, teriam concorrido para a manutenção da conduta delituosa séria e grave. Em relação à dinâmica do funcionamento psicológico, apresentariam um autoconceito negativo, fatalismo, desesperança, mal-estar psicológico e ansiedade na interação com os outros, permeada por um forte sentimento de inadequação social. Sobre essas características, que remetem a sofrimento, esses adolescentes seriam mais fortemente invadidos por sentimentos de raiva, a qual seria agida, frequentemente ao outro, através de uma atitude hostil (Jesness, 2003; Bazon, 2016). Pode-se hipotetizar que muitas vivências conturbadas ao longo da vida em muitos aspectos, com poucos fatores protetivos, somadas ao acesso a muitos modelos e oportunidades antissociais, teriam uma adaptação social, a essas situações, por meio de uma conduta delituosa séria/grave.

Pode-se fazer um paralelo entre o perfil aqui identificado e descrito e o perfil Estruturado Autônomo do MIID (Piché, 2006), e aquele relacionado à Trajetória Antissocial Estabilizada do MMIDA (Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Salvo & Chesta, 2017), assim como ao infrator grave sub-controlado/impulsivo e ao não-socializado, identificados por Brennan, Breitenbach e Dieterich (2008). Esses perfis se assemelham por representarem os adolescentes com padrão de conduta delituosa mais grave e com mais fatores de risco em todas as dimensões investigadas (social e pessoal); essas dificuldades que se colocam como fator de risco girariam em torno de uma fraca vinculação social devido a um processo desenvolvimental conturbado, de características pessoais como impulsividade, agressividade, egocentrismo, baixo autocontrole e crenças/valores/atitudes antissociais. Uma característica quase sempre presente na caracterização desses perfis postos na literatura seriam a apresentação um comportamento de um charme superficial e de uma tendência a manipular o outro, em seu benefício. Estes aspectos não foram, contudo, investigados no presente estudo.

Ainda, é possível fazer um paralelo entre este perfil e aqueles que se depreende da descrição da trajetória persistente para a vida adulta, identificada nos estudos sobre metatrajetórias, na revisão da literatura. Esses adolescentes apresentariam a maior precocidade, a maior frequência, a maior diversidade e maior gravidade de delitos, padrão associado a um maior número de fatores de risco. A partir dos acompanhamentos longitudinais, esses são os adolescentes com maior probabilidade de continuar cometendo delitos, mesmo após a transição para a vida adulta (Kratzer & Hodgins, 1999; Loeber, Stouthamer-Loeber, & White, 1999; Aalsma & Lapsley, 2001; Piquero, Daigle, Gibson, Piquero, & Tibbetts, 2007; Kreuter & Muthén, 2008; Reingle, Jennings, & Maldonado-Molina, 2012; Wiesner, Capaldi, & Kim, 2012; Kolivoski, Shook, Goodkind, & Kim, 2014; McGee et al., 2015; Barrett & Katsiyannis, 2016; El Sayed, Pacheco, & Morris, 2016; Nedelec, Park, & Silver, 2016; El Saye, Piquero & Teneyck, 2018). Em relação aos perfis psicológicos identificados nos estudos revisados, há similaridades com um perfil identificado por alguns estudos, caracterizado por altos níveis de egocentrismo, hostilidade, valores/atitudes antissociais, além de um baixo autocontrole (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006; Stefurak & Calhoun, 2007; Vinet & Bañares, 2009). Para alguns autores, esse perfil também se caracterizaria pela insensibilidade ao outro, e comportamento manipulativo, com charme superficial (Stefurak, Calhoun, & Glaser, 2004; Alarcon, Vinet, & Salvo, 2005; Taylor, Kemper, Loney, & Kistner, 2006). Considerando os perfis psicossociais explanados na revisão de literatura, as similaridades se dariam com os perfis de alto risco para a reincidência infracional (Mulder et al., 2012; Walker et al., 2016; Cuervo et al., 2017).

Apesar de o perfil que se depreende da classe 4 remeter a casos mais graves, composto pelos adolescentes expostos a mais fatores de risco, faz-se a ressalva de que podem existir variáveis protetoras que poderiam moderar o “alto risco”. Por exemplo, Craig, Piquero e Farrington (2019) verificaram que um QI verbal alto, apego escolar, baixa hiperatividade, alto engajamento parental e com adequada supervisão se mostraram como preditores de sucesso na vida adulta para indivíduos que, quando crianças, foram classificados como pertencentes ao grupo de alto risco para a delinquência. Além do mais, como a maioria das variáveis integradas às tipologias tem um caráter dinâmico, a perspectiva de mudança e possibilidades de intervenções devem ser sempre sublinhadas. Assim, ao refletir sobre as necessidades de adolescentes com tal perfil, tendo um alto risco para reincidência, Walker e colaboradores (2016) discutem que esses teriam uma necessidade de tratamento complexa e multidimensional, devido à quantidade e à intensidade de problemas que apresentam. Ainda

nessa linha, Lipsey (2009), ao realizar uma meta-análise sobre a efetividade de intervenções com adolescentes infratores, identificou que adolescentes classificados como tendo um “alto risco” foram os que mais se beneficiaram de programas de intervenção, com maior diminuição no índice de reincidência. O autor faz a ressalva de que os programas que tiveram maior eficácia foram aqueles com maior qualidade na implementação e que focavam as necessidades criminogênicas dos adolescentes (ou seja, os fatores de risco efetivamente relacionados à delinquência juvenil).

No tocante aos recursos e às necessidades, podemos considerar que o perfil, segundo as variáveis avaliadas pelo estudo, apresentou poucos indicadores de recursos nas dimensões sociais e pessoais. Em termos de riscos/necessidades no plano social ter-se-ia a baixa vinculação familiar e escolar, a exposição a modelos criminalizados e à violência na família, estresse e problemas de comportamento no ambiente escolar, e convívio com pares infratores. Em relação às variáveis pessoais, ter-se-iam dificuldades em habilidades relacionais/sociais, sentimentos de inadequação social, desamparo e desesperança, fatalismo, dificuldades para controlar seu próprio comportamento, hostilidade e desconfiança em relação ao outro, com oposição a figuras de autoridade e forte orientação antissocial, concorrendo para a assunção de uma identidade negativa. Ademais, teriam consumo de substâncias psicoativas importante. Por essas razões, esse perfil poderia ser denominado como “**Infrator Antissocial**”, enquanto nomenclatura que sintetiza suas principais características.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante apontar alguns limites relacionados ao alcance da pesquisa em questão e de sua generalização. O primeiro limite que deve ser considerado refere-se à composição amostral. O sistema socioeducativo preconiza seis tipos de medidas diferentes e os adolescentes da amostra estavam, predominantemente em unidades de internação e internação provisória. Considerando que essas são as medidas mais restritivas de liberdade, é possível hipotetizar que um estudo semelhante com uma distribuição com maior representatividade identificaria uma maior concentração de adolescentes em classes com um padrão de conduta delituoso menos grave, ao contrário do que foi identificado no presente estudo. Ademais, levantamentos do SINASE apontam que a porcentagem de adolescentes internados possui uma grande variação em diferentes estados, sendo o estado de São Paulo o terceiro do país com maior taxa de adolescentes internados (SINASE, 2011). Então a generalização desses resultados para outros estados também pode ser limitada.

Além disso, considerando que uma tipologia pode auxiliar a identificar diferentes necessidades de intervenção, em termos das escolhas das variáveis estudadas, uma limitação seria não ter incluído na avaliação dos participantes aquelas relacionadas a questões de saúde mental; o maior foco em fatores de risco do que em fatores protetivos e aspectos cognitivos que podem se relacionar com uma maior ou menor abertura a intervenção, na linha do princípio da responsividade explanada por Andrews e Bonta (2006), que será descrita adiante. Apesar disso, especificamente em relação a abertura à intervenção, Samel (2016), ao fazer uma análise do IJ-R indica que a avaliação feita pelo instrumento a respeito de uma orientação antissocial, hostilidade e de aspectos de funcionamento psicológico, são congruentes com o princípio da responsividade e que podem apontar a necessidade de diferentes formas de “manejo” durante o tratamento de acordo com o funcionamento psicológico do adolescente.

Em relação as contribuições da investigação, quanto ao conhecimento científico, o presente estudo confirma a existência de uma heterogeneidade dos adolescentes inseridos no sistema de justiça juvenil e indica que apesar de existirem fatores de risco bem solidificados e conhecidos que aumentam a chance de um adolescente envolver-se com a prática de delitos de forma séria, esses não se apresentam da mesma forma para todos os adolescentes com uma conduta delituosa persistente, e, além disso, que diferentes padrões de conduta delituosa podem ser mantidos por diferentes fatores associados. Por exemplo, a literatura indica que para um subgrupo de adolescentes infratores, a dimensão pessoal tem pouca relevância, e que, para esses, as variáveis sociais teriam um peso explicativo maior (Harris & Jones, 1999;

Brennan, Breitenbach & Dieterich, 2008; Alarcón, Pérez-Luco, Wenger, Chesta, Lagos, Salvo, Báez & Berríos, 2014; Bazon & Galinari, 2018). Desse modo, faz-se necessário não só a compreensão de quais aspectos pessoais (considerando a quais dimensões eles remetem) relacionam-se com a conduta delituosa, mas também uma teoria explicativa que integre essas variáveis às demais dimensões de cunho social, considerando a existência de diferentes perfis.

Ao identificar perfis distintos considerando fatores de risco dinâmicos (passíveis de intervenção), o presente estudo também contribuiu na reflexão de quais poderiam ser os principais focos de intervenção psicossocial, considerando as diferentes necessidades dos adolescentes da amostra. Pode-se considerar que o presente estudo se centra em necessidades no plano pessoal em quatro domínios - uso de substâncias psicoativas, habilidades relacionais, atitudes antissociais e controle dos impulsos/autocontrole - e em outras relativas a quatro domínios em um plano social/comunitário - família, escola, rotina e pares. As variáveis consideradas nos domínios são, segundo a literatura da área e os próprios resultados obtidos, relevantes para a compreensão do fenômeno da delinquência juvenil, podendo assumir o papel de fatores de risco para a persistência da conduta delituosa, devendo ser foco de intervenção, por conseguinte (Andrews & Bonta, 2006; Le Blanc, 2006; Moffit, 2018). Ao tratar da intervenção junto a adolescentes infratores com foco na diminuição da reincidência, Andrews e Bonta (2006) propõe um modelo de avaliação e de intervenção que vem se mostrando eficiente para tal fim, e que pode ser utilizado para a reflexão sobre as necessidades interventivas de cada perfil identificado no presente estudo, levando em conta, também, a compatibilidade teórica do modelo e do referencial aqui adotado.

O modelo se pauta em três princípios, que são o risco, a necessidade e a responsividade. Daí, por vezes, ser chamado de o modelo Risco-Necessidade-Responsividade (R-N-R). O princípio do risco propõe a importância de alinhar o nível do serviço (intensidade e restrição) ao risco de reincidência; o princípio da necessidade propõe a avaliação e a definição, como foco da intervenção, as necessidades criminogênicas apresentadas pelo adolescente (aquelas efetivamente relacionadas aos fatores de risco para a persistência da conduta); o princípio da responsividade propõe a maximização do aproveitamento da intervenção realizada, oferecendo um tratamento cognitivo-comportamental alinhado ao estilo de aprendizagem, ao nível de motivação, às habilidades e às forças/recursos do adolescente. Os autores apontam que intervenções que seguem esses princípios seriam mais bem-sucedidas que aquelas que não seguem, e que propõem ações mais generalizadas, para todos os adolescentes de um mesmo serviço (Andrews & Bonta, 2006). A partir da realização de meta-análises os autores definiram sete dimensões de risco dinâmicos que precisariam ser avaliados e que poderiam representar as necessidades criminogênicas mais relevantes, foco da

intervenção. Esses são: a) Padrão de personalidade antissocial (dificuldade no controle dos impulsos, hostilidade, raiva/irritabilidade, agressividade); b) atitudes antissociais (atitudes negativas frente às normas, às leis, racionalizações a respeito do crime, atitudes pró-crime); c) suporte social para o crime (amigos infratores); d) abuso de substâncias psicoativas; e) relacionamentos familiares problemáticos (habilidades parentais inadequadas, vínculo familiar fragilizado); f) escola/trabalho (baixo desempenho e satisfação); g) atividades recreacionais (baixo envolvimento em atividades de lazer pró-sociais). Para cada uma dessas dimensões os autores apontam objetivos interventivos que serão tratados abaixo, considerando as necessidades das classes identificadas.

Para a reflexão a respeito das necessidades interventivas dos adolescentes em cada classe e dos tipos de intervenção requeridos, a Tabela 18 busca sintetizar os achados em torno das necessidades de intervenção avaliadas no estudo, nas oito dimensões sublinhadas, indicando a intensidade da necessidade, em cada dimensão. Na tabela, buscou-se representar uma intensidade nula, dizendo respeito ao fato de não haver necessidades específicas em determinada dimensão, em determinada classe, em razão de a pontuação ter sido normativa, deixando o espaço em branco, assim como uma intensidade baixa com a colocação de um asterisco (*), uma intensidade moderada com a colocação de dois asteriscos (**), e uma intensidade alta com a colocação de três asteriscos (***). A avaliação/interpretação da intensidade remete aos escores nas classes, nas variáveis, quando “Abaixo” ou “Acima” da norma, e às comparações das pontuações entre as classes. A partir dessa interpretação dos resultados é possível identificar em quais aspectos estão concentradas as necessidades de cada classe (e se essas necessidades estão presentes e em qual medida - baixa, moderada ou alta intensidade).

Tabela 18. Indicação das necessidades interventivas das classes identificadas

Necessidades interventivas		C1	C2	C3	C4
		Infrator Circunstancial	Infrator Subsocioalizado	Infrator Conflitual	Infrator Antissocial
Dimensão individual	Substâncias psicoativas	*	**	***	***
	Habilidades sociais			*	**
	Atitudes antissociais		**	*	***
	Controle dos impulsos		*	**	***
Dimensão social	Família			***	***
	Escola		*	**	***
	Rotina	*	*	*	***
	Pares		*	***	***

É interessante notar que, apesar de as classes terem características próprias, tanto em termos de tipo de necessidade e de intensidade da necessidade, elas também apresentam similaridades. Essas similaridades são importantes de serem consideradas uma vez que podem retratar intervenções que beneficiariam a maior parte dos adolescentes, nos diferentes programas, ao passo que as especificidades inerentes aos perfis indicariam algumas ações mais direcionadas, a necessidades/dificuldades de cada um.

A intervenção para diminuição do uso de substâncias psicoativas, por exemplo, remete a uma necessidade mais ou menos intensa nos quatro perfis. Ou seja, uma intervenção visando a redução do uso de substâncias psicoativas poderia beneficiar diferentes adolescentes, ainda que o padrão de uso de drogas se mostre distinto e que as intervenções nessa área devam considerar essa diferença na intensidade do problema, considerando frequência de uso e tipo(s) de substância(s) utilizada(s) (Tait & Hulse, 2009). Para Andrews e Bonta (2006), a intervenção nesse campo tem como foco a redução do abuso das substâncias utilizadas pelo adolescente por meio do desenvolvimento de alternativas para o uso. Feldstein e Ginsburg (2006) apresentam evidências de que a utilização da entrevista motivacional no escopo da justiça juvenil pode auxiliar na diminuição do consumo de substâncias psicoativas em meio a esses adolescentes. Os autores indicam que a entrevista motivacional é uma estratégia diretiva que favorece o desenvolvimento de uma motivação intrínseca para a mudança do comportamento, explorando a ambivalência frente a uma dificuldade (uso abusivo de drogas). Examinando valores, interesses e preocupações individuais e auxiliando no desenvolvimento de um processo de tomadas de decisão com menos consequências negativas para o indivíduo. D'Amico, Osilla e Hunter (2010) apontam resultados positivos ao realizarem uma intervenção baseada na entrevista motivacional, em modalidade grupal, junto a adolescentes infratores.

A intervenção para desenvolvimento de habilidades sociais, sobretudo aquelas relacionadas à empatia, à desenvoltura social e ao autocontrole, ao que parece, seria uma questão mais particular a dois perfis, aqueles apresentando mais problemáticas, em variáveis nos vários domínios: o Infrator Conflitual e o Antissocial. Tomando por base as meta-análises realizadas por Andrews e Bonta (2006), as habilidades sociais não representam uma “necessidade criminogênica”, no sentido de que déficits e/ou dificuldades em manifestá-las não consistem em fator de risco específico para a delinquência juvenil, ainda que muitos estudos evidenciem que adolescentes infratores apresentam, em média, um repertório em habilidades sociais mais deficitário quando comparados com adolescentes da população (Snow & Powell, 2007; Visioli, Campos, Komatsu & Bazon, 2018).

É certo que ter habilidades sociais e conseguir utilizá-las adequadamente pode propiciar melhores interações sociais, e essas podem proteger o desenvolvimento psicossocial. Um maior/melhor desenvolvimento das habilidades sociais, portanto, pode facilitar/favorecer a intervenção em outros domínios considerados fatores de risco para a delinquência juvenil (por exemplo, favorecer ações visando a reinserção social, em contextos convencionais, no plano da família, da escola e dos grupos de pares pró sociais). Nessa linha, uma intervenção nessas habilidades sociais avaliadas, apesar de não dever ser o foco principal de todo processo interventivo, é compatível com o princípio da responsividade proposto no modelo R-N-R, uma vez que auxilia na adequação da intervenção frente às características do adolescente.

A intervenção com foco na mudança de atitudes antissociais, por seu turno, seria uma necessidade criminogênica bastante bem documentada na literatura. Para Andrews e Bonta (2006), uma atitude a favor de comportamentos antissociais ou “pró-criminais” se pauta em crenças/valores que justificam a conduta delituosa e atitudes negativas frente a lei. Essa problemática seria uma característica mais importante do Infrator Subsocializado e Antissocial, mas também presente no Infrator Conflitual. As intervenções relativas a essa necessidade passam pelo desenvolvimento de uma identidade pró-social e de modificação dessas crenças/valores/atitudes antissociais. Intervenções de reestruturação cognitiva e de resolução de problemas podem auxiliar na modificação desta “cognição antissocial” (Biggam & Power, 2002; Rodrigues, Dias & Freitas, 2010). Lipsey, Landenberger e Wilson (2007) indicam em sua meta-análise que programas cognitivo-comportamentais para adolescentes infratores que abarcam a reestruturação cognitiva e resolução de problemas auxiliam na redução da reincidência infracional.

A intervenção para desenvolvimento de um melhor controle dos impulsos também seria uma necessidade criminogênica bastante ressaltada na literatura e, aqui, uma questão mais ou menos importante para três dos perfis: o Infrator Subsocializado, o Infrator Conflitual e o Infrator Antissocial. Para Andrews e Bonta (2006), os indicadores de um padrão de personalidade que funciona como fator de risco para o engajamento na prática de delitos relaciona-se com os traços de impulsividade, busca por sensações, agressividade/irritabilidade e dificuldade regular o próprio comportamento. A intervenção sobre esses fatores de risco/necessidades passaria estratégias visando desenvolver habilidades de autocontrole/auto-gestão do comportamento e o manejo da raiva. Essas intervenções podem ser realizadas por meio do ensino de habilidades relacionadas à regulação emocional (Macedo & Sperb, 2013; Silva & Freire, 2014) e do desenvolvimento da capacidade de prever consequências para o próprio comportamento (Dittrich, 2010). Esses focos de intervenção vêm se confirmando

como conteúdos incontornáveis aos programas de intervenção com adolescentes infratores, visando a diminuição da reincidência infracional (Landenberguer & Lipsey, 2005; Lipsey, Landenberger & Wilson, 2007).

Por fim, porém não menos importante, tem-se as **intervenções comunitárias, nos contextos da família, da escola, da rotina e dos pares**. Os quatros perfis apresentam necessidades nesse plano, notadamente no que se refere à rotina que, ao que parece, é em geral marcada por muito tempo ocioso, vazia em conteúdo e em oportunidade de aprendizagem, e sem supervisão de adultos. Essa característica remete à debilidade de políticas públicas de lazer, cultura e esporte para a juventude, na comunidade onde vivem a grande parte dos adolescentes. Associado a essa questão, tem-se, especialmente para o Subsocializado, o Conflitual e o Antissocial, problemas na escola e problemas com pares de idade. Da análise depreende-se que para esses perfis tem-se uma dificuldade de adaptação escolar, por vezes ligada ao baixo desempenho, o que talvez afaste os adolescentes com tais características da escola, e, por sobre isso, uma associação mais ou menos importante, com outros jovens que apresentam problemáticas semelhantes. Quanto às intervenções relativas a rotina, Andrews e Bonta (2006) indicam que o foco deve ser o favorecimento da participação do adolescente em atividades recreacionais, hobbies prossociais/atividades esportivas; em relação à escola, a intervenção deve favorecer as competências acadêmicas, visando um melhor desempenho e habilidades que auxiliem em um melhor relacionamento do adolescente nesse contexto, com colegas e funcionários/professores; quanto à frequência de pares antissociais, os autores indicam que o objetivo interventivo principal é uma gradativa substituição desses por colegas/amigos pró-sociais, aspecto que talvez se processe no bojo aquisições no plano da rotina e da escola. Interessantemente, dificuldades na família, mais diretamente relacionadas à delinquência juvenil, se mostraram realmente importantes somente para o Infrator Conflitual e para o Antissocial. Para esses, as dificuldades nesse âmbito são muitas e importantes. Os focos de intervenção deveriam ser, nesse contexto, a promoção de habilidades parentais adequadas, focalizando a melhor comunicação pais/cuidadores-adolescente, e o desenvolvimento de relações mais próximas, com mais demonstração de afeto e cuidado. Vale ressaltar que na meta-análise realizada por Curtis, Ronan e Borduin (2004) destaca-se que uma melhor efetividade da intervenção com adolescentes infratores, com melhores resultados relativos à diminuição da reincidência, quando se é adota uma estratégia multisistêmica de intervenção, tendo como foco não só aspectos individuais, mas também comunitários do adolescente.

Em relação a proposição de pesquisas futuras, investigações que repliquem o método adotado em amostras maiores, representativas e agregando variáveis relacionadas a problemáticas de saúde mental e mais fatores de proteção podem ser capazes de identificar tipologias mais robustas e contribuir com o conhecimento da área. Além disso, pode ser interessante também replicar o estudo em uma amostra independente de adolescentes infratores para avaliar se os resultados encontrados se mantêm. Ademais, considerando as diferentes necessidades interventivas que o presente estudo identificou, seria importante que investigações que se propõe a implementar e avaliar protocolos de intervenção considerassem a possível heterogeneidade entre os adolescentes infratores e avaliassem suas diferentes necessidades, tanto para implementar uma intervenção diferencial, ou, caso isso não seja possível, avaliar os resultados considerando que diferentes perfis podem responder de maneira diferente às intervenções propostas.

REFERÊNCIAS

- Aalsma, M. C., & Lapsley, D. K. (2001). A typology of adolescent delinquency: sex differences and implications for treatment. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 11(3), 173–191. <https://doi.org/10.1002/cbm.386>
- Aalsma, M. C., & Lapsley, D. K. (2001). A typology of adolescent delinquency: sex differences and implications for treatment. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 11(3), 173–191. <https://doi.org/10.1002/cbm.386>
- Adams, G. R.; Munro, B.; Munro, G.; Doherty-Poirer, M.; Edwards, J. (2005). Identity Processing Styles and Canadian Adolescents' Self-Reported Delinquency. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, 5(1), 57-65.
- Aebi, M., Barra, S., Bessler, C., Steinhausen, H., Walitza, S., & Plattner, B. (2016). Oppositional defiant disorder dimensions and subtypes among detained male adolescent offenders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12473>
- Aebi, M., Linhart, S., Thun-Hohenstein, L., Bessler, C., Steinhausen, H.-C., & Plattner, B. (2015). Detained male adolescent offender's emotional, physical and sexual maltreatment profiles and their associations to psychiatric disorders and criminal behaviors. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 43(5), 999–1009. <https://doi.org/10.1007/s10802-014-9961-y>.
- Aganette, E.; Alvarenga, L. & Souza, R. (2010). Elementos constitutivos do conceito de taxonomia. *Inf. & Soc*, 20(3), 77-93.
- Ajzen, I.; Fishbein, M. (1977). Attitude-behavior relations: A theoretical analysis and review of empirical research. *Psychological Bulletin*, 84(5), 888-918. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.84.5.888>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- Alarcón, P., Pérez-Luco, R., Wenger, L., Chesta, S., Lagos, L. Salva, S., Báez, C. & Berríos, C. (2014) Manual de Evaluación Diferenciada. *Ediciones Universidad de La Frontera*: Temuco, Chile.
- Alarcon, P., Vinet, E., & Salvo, S. (2005). Estilos de Personalidad y Desadaptación Social Durante la Adolescencia. [Personality Styles and Adjustment Problems in Adolescence. *Psykhé: Revista de La Escuela de Psicología*, 14(1), 3–16.
- Alves, F. M. (2016). *Comportamento social na adolescência: as normas e a rotina na regulação da conduta delituosa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/D.59.2016.tde-11052016-104347. Recuperado em 2019-10-22, de www.teses.usp.br

- Andrews, D.A. & Bonta, J. (2006) *The Psychology of Criminal Conduct*. LexisNexis: Newark.
- Andrews, Zinger, Hoge, Bonta, Gendreau & Cullen (1990). Does Correctional Treatment Work? A Clinically Relevant and Psychologically Informed Meta-Analysis. *Criminology*, 28(3), 369-404.
- Asendorpf, J. & Denissen, J. (2006). Predictive Validity of Personality Types Versus Personality Dimensions From Early Childhood to Adulthood: Implications for the Distinction Between Core and Surface Traits. *Merrill-Palmer quarterly*. 52. 486-513. 10.1353/mpq.2006.0022.
- Asparouhov, T. & Muthén, B. (2014) Auxiliary Variables in Mixture Modeling: Three-Step Approaches Using Mplus. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 21(3), 329-341, DOI: [10.1080/10705511.2014.915181](https://doi.org/10.1080/10705511.2014.915181).
- Asparouhov, T. & Muthén, B. (2014) Auxiliary Variables in Mixture Modeling: Three-Step Approaches Using Mplus. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 21(3), 329-341.
- Barrett, D. E., & Katsiyannis, A. (2016). Juvenile Offending and Crime in Early Adulthood: A Large Sample Analysis. *JOURNAL OF CHILD AND FAMILY STUDIES*, 25(4), 1086–1097. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0304-6>
- Bazon, M. R. & Galinari, L. S. (2017). Psychological profiles of Brazilian adolescent offenders. *International annals of criminology*, 55(2), 158-171.
- Bazon, M. R. (2016) Avaliação Psicológica de Adolescentes em Conflito com a lei: Validação do Inventário Jesness – Revisado. Tese de Livre Docência. USP, Ribeirão Preto, Brasil.
- Bazon, M. R.; Komatsu, A. V.; Panosso, I. R.; Estevão, R. (2011). Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 5, 59-87.
- Biggam, F. H. & Power, K. G. (2002). A controlled, problem-solving, group-based intervention with vulnerable incarcerated young offenders. *Int J Offender Ther Comp Criminol*, 46(6), 678-698.
- Blackburn, R. (2000). Classification and assessment of personality disorders in mentally disordered offenders: A psychological perspective. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 10, S8–S33.

- Brasil (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/90, 13 de Julho de 1990. Brasília: Senado Federal.
- Brasil (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/90, 13 de Julho de 1990. Brasília: Senado Federal.
- Brennan T. (2010) Taxonomies of Delinquents. In “Encyclopedia of Adolescence”. Levesque; D. Farrington. Springer Publications.
- Brennan, T. (1987). Classification: Na Overview of Selected Methodological Issues. In: *Crime and Justice*, 9, Prediction and Classification: Criminal Justice Decision Making, 201-248.
- Brennan, T., Breitenbach, M., & Dieterich, W. (2008). Towards an explanatory taxonomy of adolescent delinquents: Identifying several social-psychological profiles. *Journal of Quantitative Criminology*, 24(2), 179–203. <https://doi.org/10.1007/s10940-008-9045-7>
- Cauffman, E., Piquero, A. R., Broidy, L., Espelage, D. L., & Mazerolle, P. (2004). Heterogeneity in the Association Between Social-Emotional Adjustment Profiles and Deviant Behavior Among Male and Female Serious Juvenile Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*. <https://doi.org/10.1177/0306624X03261255>
- Choi, H. J.; Wston, R. & Temple, J. R. (2016). A Three-Step Latent Class Analysis to Identify How Different Patterns of Teen Dating Violence and Psychosocial Factors Influence Mental Health. *J Youth Adolescence*.
- Choi, H.J.; Weston, R. & Temple, J. R. (2017). A Three-Step Latent Class Analysis to Identify How Different Patterns of Teen Dating Violence and Psychosocial Factors Influence Mental Health. *J Youth Adolesc.*, 46(4), 854-866.
- Collins, L.M. and Lanza, S.T. (2010) Latent Class and Latent Transition Analysis: With Applications in the Social, Behavioral and Health Sciences. Wiley, New York.
- Conner, B. T.; Stein, J. A.; Longshore, D. (2009). Examining Self-Control as a Multidimensional Predictor of Crime and Drug Use in Adolescents with Criminal Histories. *J Behav Health Serv Res.*, 36(2), 137-149.
- Craig, J.; Piquero, A. & Farrington, D. (2019). Not All At-Risk Boys Have Bad Outcomes: Predictors of Later Life Success. *Crime & Delinquency*. 10.1177/0011128719854344.

- Cuervo Gomez, K., Villanueva Badenes, L., & Perez Castillo, J. M. (2017). EVOLUTION OF RECIDIVISM RISK, USING THE YLS/CMI INVENTORY IN A POPULATION OF JUVENILE OFFENDERS. *REVISTA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA*, 75(2). <https://doi.org/10.3989/ris.2017.75.2.15.94>
- Cuervo, K., Villanueva, L., González, F., Carrión, C., & Busquets, P. (2015). Characteristics of young offenders depending on the type of crime. *Psychosocial Intervention*, 24(1), 9-15.
- Curtis, N. M., Ronan, K. R. & Borduin, C. M. (2004). Multisystemic treatment: A meta-analysis of outcome studies. *Journal of family psychology*, 18(3), 411-419.
- D'Amico, E. J., Osilla, K. C., & Hunter, S. B. (2010). Developing a Group Motivational Interviewing Intervention for Adolescents At-Risk for Developing an Alcohol or Drug use Disorder. *Alcoholism treatment quarterly*, 28(4), 417–436. doi:10.1080/07347324.2010.511076
- Decuyper, M., Colins, O. F., De Clercq, B., Vermeiren, R., Broekaert, E., Bijttebier, P., ... De Fruyt, F. (2013). Latent personality profiles and the relations with psychopathology and psychopathic traits in detained adolescents. *Child Psychiatry and Human Development*. <https://doi.org/10.1007/s10578-012-0320-3>
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2009). *Inventário de habilidades sociais para adolescentes (IHSA-Del Prette): Manual de aplicação, apuração e aplicação*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Desjardins, S. (2011) Le suivi régulier différencié dans la communauté. *Centre jeunesse de Montréal: Montréal, Québec, Canadá*.
- Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Perspectivas*, 1(1), 44-54.
- Dowden, C. & Andrews, A. (1999). What Works in Young Offender Treatment: A Meta-Analysis. *Forum on Corrections Research*, 11(2), 21-24.
- Edens, J. F., Marcus, D. K., & Vaughn, M. G. (2011). Exploring the taxometric status of psychopathy among youthful offenders: Is there a juvenile psychopath taxon? *Law and Human Behavior*. <https://doi.org/10.1007/s10979-010-9230-8>
- El Sayed, S. A., Pacheco, D. F., & Morris, R. G. (2016). The link between onset age and adult offending: The role of developmental profiles. *Deviant Behavior*, 37(9), 989–1002. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1161458>

- Erikson, E. H. *Childhood and Society*. New York: Norton, 1950.
- Espelage, D. L., Cauffman, E., Broidy, L., Piquero, A. R., Mazerolle, P., & Steiner, H. (2003). A cluster-analytic investigation of MMPI profiles of serious male and female juvenile offenders. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*. <https://doi.org/10.1097/01.CHI.0000046877.27264.F6>
- Feldstein, S. & Ginsburg, J. (2006). Motivacional interviewing with dually diagnosed adolescents in juvenile justice settings. *Brief Treatment and crisis intervention*, 6(3), 218-233.
- Fishbein, M. (1963). An investigation of the relationship between beliefs about an object and the attitude toward that object. *Human Relations*, 16(3), 233-239. <http://dx.doi.org/10.1177/001872676301600302>
- Franco, M. & Bazon, M. R. (2019). Percurso e Experiência Escolar de Adolescentes em Conflito com a Lei: Trajetórias Possíveis. *Educação em Revista*, 35, 1-35.
- Geluk, C. A. M. L., van Domburgh, L., Doreleijers, T. A. H., Jansen, L. M. C., Bouwmeester, S., Garre, F. G., & Vermeiren, R. (2014). Identifying children at risk of problematic development: Latent clusters among childhood arrestees. *Journal of Abnormal Child Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s10802-013-9811-3>
- Glowacz, F., & Born, M. (2013). Do adolescent child abusers, peer abusers, and non-sex offenders have different personality profiles? *European Child & Adolescent Psychiatry*. <https://doi.org/10.1007/s00787-012-0333-2>
- Goodman, L. A. (2002) The empirical Study of Latent Types, Latent Variables and Latent Structures. In Hageaars, J. A. & McCutcheon, A. L. (Ed.) *Applied Latent Class Analysis*, Cambridge University Press: Cambridge.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). A general theory of crime. Stanford University Press.
- Gould, S. J. (1999). A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes.
- Gouveia, V. V.; dos Santos, W. S.; Guerra, V. M.; Fonseca, P. N.; Gouveia, R. S. V. (2013) Escala de autocontrole: adaptação brasileira e evidências de validade de constructo. *Avaliação psicológica*, 12(3), 379-386.
- Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30(1), 5-29. <http://dx.doi.org/10.1177/0022427893030001002>

- Harding, D. J.; Morenoff, J. D.; Nguyen, A. P.; Bushway, S. D. & Binswanger, I.A. (2019). A natural experiment study of the effects of imprisonment on violence in the community. *Nature Human Behavior*, 3(7), 671-677.
- Harris, P. W. & Jones, P. R. (1999). Differentiating Delinquent Youths for Program Planning and Evaluation. *Criminal Justice and Behavior* 26(4), 403-434.
- Hill, P. L., & Lapsley, D. K (2011). Adaptive and maladaptive narcissism in adolescent development. In Barry, C. T.; Kerig, P. K.; Stellwagen, K. K.; T. D. Barry (Eds.). *Narcissism and Machiavellianism in youth: Implications for the development of adaptive and maladaptive behavior*. Washington, DC, US: American Psychological Association, 89-105. <http://dx.doi.org/10.1037/12352-005>.
- Hill, P. L.; Edmonds, G. W. (2017). Personality development in adolescence. *Personality development across the lifespan*, 25-38.
- Hitlin, S. (2003). Values as the Core of Personal Identity: Drawing Links between Two Theories of Self. *Social Psychology Quarterly*, 66 (2).
- Hogan, R.; Roberts, B. (2004). A socioanalytic model of maturity. *Journal of career assessment*, 12(2).
- Izzo, R. L., & Ross, R. R. (1990). Meta-analysis of rehabilitation programs for juvenile delinquents: A brief report. *Criminal Justice and Behavior*, 17(1), 134-142. <http://dx.doi.org/10.1177/0093854890017001008>
- Jesness, C. F. (2003). Jesness Inventory-Revised. Technical Manual. North Tonawanda, USA: MHS.
- Jones, P. R., & Harris, P. W. (1999). Developing an empirically based typology of delinquent youths. *Journal of Quantitative Criminology*, 15(3), 251–276. <https://doi.org/10.1023/A:1007524414432>
- Klimstra, T. (2013). Adolescent personality development and identity formation. *Child development perspectives*, 7(2), 80-84.
- Klimstra, T. A.; Crocetti, E., Hale, W. W.; Kolman, A. I.M.; Fortanier, E.; Meeus, W. H. J. (2011). Identity formation in juvenile delinquents and clinically referred youth. *European Review of Applied Psychology / Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 61, (3), 123-130. <http://dx.doi.org/10.1016/j.erap.2011.05.002>.
- Klimstra, T. A.; Hale, W. W. Iii; Raaijmakers, Q. A. W.; Branje, S. J. T.; Meeus, W. H. J. (2009). Maturation of personality in adolescence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, (4), 898-912.

- Kolivoski, K. M., Shook, J. J., Goodkind, S., & Kim, K. H. (2014). Developmental trajectories and predictors of juvenile detention, placement, and jail among youth with out-of-home child welfare placement. *Journal of the Society for Social Work and Research*, 5(2), 137–160. <https://doi.org/10.1086/676520>
- Komatsu, A. V. & Bazon, M. R. (2015) Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(2), 725-735.
- Komatsu, A. V. (2014) Comportamentos antissociais em adolescentes do sexo masculino: um estudo exploratório na cidade de Ribeirão Preto – SP. Dissertação para defesa de mestrado. USP, Ribeirão Preto, Brasil.
- Kratzer, L., & Hodgins, S. (1999). A typology of offenders: A test of Moffitt's theory among males and females from childhood to age 30. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 9(1), 57–73. <https://doi.org/10.1002/cbm.291>
- Kreuter, F., & Muthén, B. (2008). Analyzing criminal trajectory profiles: Bridging multilevel and group-based approaches using growth mixture modeling. *Journal of Quantitative Criminology*, 24(1), 1–31. <https://doi.org/10.1007/s10940-007-9036-0>
- Kroger, J.; Martinussem, M. & Marcia, J. E. (2010). Identity status change during adolescence and young adulthood: a meta-analysis. *J. Adolesc.*, 33(5), 683-698.
- Kroger, J.; Martinussen, M.; Marcia, J. (2010). Identity status change during adolescence and young adulthood: A meta-analysis. *Journal of Adolescence*, 33(5), 638-698.
- Lanza, S.T. & Rhoades, B. L. (2013). Latent class analysis: an alternative perspective on subgroup analysis in prevention and treatment. *Prev Sci.* 14(2), 157-168.
- Le Blanc, M. & Fréchette, M. (1989). Male Criminal Activity from Childhood through Youth: Multilevel and developmental perspectives. In Farrington, D. & Blumstein, A. (Eds.). *Research in Criminology*. New York: Springer-Verlag.
- Le Blanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescents: son développement et son explication. In M. Leblanc, M. Ouimet, & D. Szabo. *Traité de criminologie empirique*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.
- Le Blanc, M. (2006). Self-control and social control of deviant behavior in context: development and interactions along the life course. In P. O. H. Wikström & R. J. Sampson (Eds.). *The explanation of crime: context, mechanisms, and development*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Le Blanc, M.; Ouimet, M. & Tremblay, R. E. (1988) An integrative control theory of delinquent behavior: A validation 1976-1985. *Psychiatry*, 51, 164-176.
- Lemos, I. T. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 28(1), 117–132. Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100009&lang=pt
- Linzer, D. A. & Lewis, J. (2013). "poLCA: Polytomous Variable Latent Class Analysis." R package version 1.4.
- Lipsey, M. (2009). The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-Analytic Overview. *Victims & Offenders*. 4. 124-147. 10.1080/15564880802612573.
- Lipsey, M. W., & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In *Serious & violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. (pp. 86–105). Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- Lipsey, M.; Landenberger, N. & Wilson, S. (2007). Effects of Cognitive-Behavioral Programs for Criminal Offenders. *Campbell Systematic Reviews*. 6. 10.4073/csr.2007.6.
- Loeber, R., Slot, N. W., Van Der Laan, P. H. & Hoeve, M. (Editors) (2008) Tomorrow's Criminals: the development of child delinquency and effective interventions. Farnham: Ashgate.
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R. (1999). Developmental aspects of delinquency and internalizing problems and their association with persistent juvenile substance use between ages 7 and 18. *JOURNAL OF CLINICAL CHILD PSYCHOLOGY*, 28(3), 322–332. <https://doi.org/10.1207/S15374424jccp280304>
- Loeber, R.; Farrington, D. P.; Stouthamer-Loeber, M.; Moffit, T. E.; Caspi, A. (1998). The Development of Male Offending: Key Findings from the First Decade of the Pittsburgh Youth Study. *Studies on Crime and Prevention* 7(2), 141-171.
- Lowenkamp, C. & Latessa, E. (2004). Understanding the risk principle: How and why correctional interventions can harm low-risk offenders [Technical report]. 3-8.
- Macedo, L. S. R., & Sperb, T. M. (2013). Regulação de emoções na pré-adolescência e influência da conversação familiar [Emotional regulation in preadolescence and the influence of family conversation]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 133-140. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000200002>

- Mancini, M. & Sampaio, R. (2006). Quando o objeto do estudo é a literatura: Estudos de revisão. *Rev. Bras. Fisioter.*, 10(4), 361-472.
- Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of Adolescent Psychology*. New York: Wiley.
- Mastella, J. O. (2015) Análise de Classes Latentes: Da teoria à prática. Monografia, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil.
- McAdams, D. P.; Olson, B. (2010) Personality Development: Continuity and change over the life course. *Annual review of psychology*, 61, 517-542.
- Mezzich, A. C., Coffman, G. & Mezzich, J. E. (1991). A typology of violent delinquent adolescents. *The Journal of Psychiatry & Law/Spring/Summer*, p. 63-78.
- Moffitt, T. E. (2018) Male antisocial behaviour in adolescence and beyond. *Nature Human Behaviour*, 2(3), 177-186. doi: 10.1038/s41562-018-0309-4.
- Mulder, E., Vermunt, J., Brand, E., Bullens, R., & Marle, H. (2012). Recidivism in subgroups of serious juvenile offenders: Different profiles, different risks? *Criminal Behaviour and Mental Health*. <https://doi.org/10.1002/cbm.1819>
- Mullis, R. L., Cornille, T. A., Mullis, A. K., & Huber, J. (2004). Female Juvenile Offending: A Review of Characteristics and Contexts. *Journal of Child and Family Studies*, 13(2), 205-218. <http://dx.doi.org/10.1023/B:JCFS.0000015708.71295.2a>
- Mun, E., Windle, M. & Schainker, L. (2008). A Model-based cluster analysis approach to adolescent problem behaviors and young adult outcomes. *Dev Psychopathol.*, 20(1), 291-318.
- Nakhaie, M. R.; Silverman, R. A.; LaGrange, T. (2000) Self-control and social control: An examination of gender, ethnicity, class and delinquency. *The Canadian journal of sociology*, 25(1), 35-59.
- Nedelec, J. L., Park, I., & Silver, I. A. (2016). The effect of the maturity gap on delinquency and drug use over the life course: A genetically sensitive longitudinal design. *Journal of Criminal Justice*, 47, 84–99. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.07.001>
- Nederlof, E., van der Ham, A., Dingemans, P., & Oei, K. (2010). The relation between dimensions of personality and personality pathology and offence type and severity in juvenile delinquents. *JOURNAL OF FORENSIC PSYCHIATRY & PSYCHOLOGY*, 21(5), 711–720. <https://doi.org/10.1080/14789949.2010.483284>.

- Neyer, F. J. And Lehnart, J. (2007). Relationships Matter in Personality Development: Evidence From an 8-Year Longitudinal Study Across Young Adulthood. *Journal of Personality*, 75, 535-568. doi:10.1111/j.1467-6494.2007.00448.x.
- Novo, H. F. A elaboração de taxonomia: princípios classificatórios para domínios interdisciplinares. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Convênio UFF/IBICT, Niterói.
- Nylund-Gibson, K.; Asparouhov, T. & Muthén, B. (2007). Deciding On the Number of Classes In Latent Class Analysis and Growth Mixture Modeling: A Monte Carlo Simulation Study. 14. 535-569. 10.1080/10705510701575396.
- Onifade, E., Davidson, W., Livsey, S., Turke, G., Horton, C., Malinowski, J., ... Wimberly, D. (2008). Risk assessment: Identifying patterns of risk in young offenders with the Youth Level of Service/Case Management Inventory. *Journal of Criminal Justice*, 36(2), 165–173. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.02.006>
- Onifade, E., Smith Nyandoro, A., Davidson II, W. S., & Campbell, C. (2010). Truancy and patterns of criminogenic risk in a young offender population. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 8(1), 3–18. <https://doi.org/10.1177/1541204009338251>
- ONU. *Declaração dos direitos da criança* - Resolução ONU, 20 de novembro de 1959. ONU. Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing - Resolução 40/33 – ONU – 29 de novembro de 1950. ONU. Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil – Diretrizes de Riad - 1º de março de 1988 – RIAD.
- Parks-Leduc, L.; Feldman, G. & Bardi, A. (2014). Personality traits and personal values: A meta-analysis. *Personality and Social Psychology Review*. 19. 10.1177/1088868314538548.
- Pérez-Luco, R.; Alarcón, P.; Zambrano, A.; Alarcón, M. & Wenger, S. (2017). Taxonomía de la delincuencia adolescente con base en evidencia chilena. In Bringas, C. & Novo, M. (Eds) *Psicología Jurídica: Conocimiento y práctica*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 14, 251-327.
- Piché, J. (2006) Guide to Intervention in Youth Probation. *Communications du ministère de la Santé et des Services sociaux*: Québec, Canadá.
- Piquero, A. R., Daigle, L. E., Gibson, C., Piquero, N. L., & Tibbetts, S. G. (2007). Are life-course-persistent offenders at risk for adverse health outcomes? *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 44(2), 185–207. <https://doi.org/10.1177/0022427806297739>

- Reingle, J. M., Jennings, W. G., & Maldonado-Molina, M. M. (2012). Risk and protective factors for trajectories of violent delinquency among a nationally representative sample of early adolescents. *Youth Violence and Juvenile Justice*.
- Roberts, B. & DelVecchio, W. (2000). The Rank-Order Consistency of Personality Traits from Childhood to Old Age: A Quantitative Review of Longitudinal Studies. *Psychological bulletin*, 126, 3-25. 10.1037/0033-2909.126.1.3.
- Roberts, B. W.; Wood, D.; Caspi, A. (2008). The development of personality traits in adulthood. In John O. P.; Robins R. W.; Pervin L. A. (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research*. New York, NY, US: The Guilford Press.
- Roberts, B. W.; Wood, D.; Smith, J. L. (2005). Evaluating five factor theory and social investment perspectives on personality development. *Journal of Research in Personality*, 39(1), 166-184.
- Rodrigues, M. C., Dias, J. P. & Freitas, M. F. R. L (2010). Resolução de problemas interpessoais: Promovendo o desenvolvimento sociocognitivo na escola. *Psicologia em Estudo*, 15, 831-839.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Nova York: Free Press, 1973.
- Rosato, S. & Baer, J. (2012). Latent Class Analysis: A Method for Capturing Heterogeneity. *Social Work Research*, 36(1), 61-69.
- Sandel, M. (2009) *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schwalbe, C. S., Macy, R. J., Day, S. H., & Fraser, M. W. (2008). Classifying offenders: An application of latent class analysis to needs assessment in juvenile justice. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 6(3), 279–294. <https://doi.org/10.1177/1541204007313383>
- Secretaria de Direitos Humanos. (2016). Levantamento Anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – 2016. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA.
- Silva, J. & Bazon, M. R. (2018). School Experience During Adolescence: A Comparative Study Between Adolescent Offenders and Not Offenders. *Psico-USF*, 23, 437-449.

- Silva, J. L., Cianflone, A. R. L., & Bazon, M. R. (2016) School bonding of adolescent offenders. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 26, 91-100. doi: 10.1590/1982-43272663201611.
- Snow, P. & Powell, M. (2007). Oral Language Competence, Social Skills and High-risk Boys: What are Juvenile Offenders Trying to Tell us?. *Children & Society*, 22(1), 16-28.
- Soto, C. J.; Tackett, J. L. (2015). Personality traits in childhood and adolescence: Structure, development and outcomes. *Current directions in psychological science*, 24(5), 358-362.
- Stanko V. (2007). Confidence and cognitive test performance. *ETS Research report series*, 32(1).
- Stefurak, T., & Calhoun, G. B. (2007). Subtypes of female juvenile offenders: A cluster analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory. *International Journal of Law and Psychiatry*. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2006.04.003>
- Stefurak, T., Calhoun, G. B., & Glaser, B. A. (2004). Personality typologies of male juvenile offenders using a cluster analysis of the Millon Adolescent Clinical Inventory introduction. *INTERNATIONAL JOURNAL OF OFFENDER THERAPY AND COMPARATIVE CRIMINOLOGY*, 48(1), 96–110. <https://doi.org/10.1177/0306624X03258478>
- Stern, P. C.; Dietz, T.; Kalof, L.; Guagnano, G. A. (1995). Values, beliefs, and proenvironmental action: Attitude formation toward emergent attitude objects. *Journal of Applied Social Psychology*, 26(18), 1611-1636. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1559-1816.1995.tb02636.x>
- Sutherland, E., & Cressey, D. (1966). *The principles of criminology*. Philadelphia: Lippincott Comp.
- Syed, M.; Seiffge-Krenke, I. (2013). Personality development from adolescence to emerging adulthood: Linking trajectories of ego development to the family context and identity formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(2), 371-384.
- Tait, R. & Hulse, G. (2009). A systematic review of the effectiveness of brief interventions with substance using adolescents by type of drug. *Drug and alcohol review*, 22(3), 337-346.
- Taylor, J., Kemper, T. S., Loney, B. R., & Kistner, J. A. (2006). Classification of Severe Male Juvenile Offenders Using the MACI Clinical and Personality Scales. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*.

- Tittle, C. R.; Ward, D. A.; Grasmick, H. G. (2003) Self-control and crime/deviance: Cognitive vs. behavioral measures. *Journal of quantitative criminology*, 19(4), 333-365.
- Urcelay, G. P. & Dalley, J. W. (2011). Linking ADHD, impulsivity, and drug abuse: a neuropsychological perspective. *Curr Top Behav Neurosci.*, 9, 173-197.
- van der Put, C. E., Deković, M., Hoeve, M., Stams, G. J. J. M., van der Laan, P. H., & Langewouters, F. E. M. (2014). Risk assessment of girls: Are there any sex differences in risk factors for re-offending and in risk profiles? *Crime & Delinquency*, 60(7), 1033–1056. <https://doi.org/10.1177/0011128710384776>
- Vinet, E., & Bañares, P. A. (2009). Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo TT - Personality characterization of female juvenile offenders: a comparative study TT - Caracterização da personalidade de adolescentes do sexo feminino. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(43), 143–152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000200002>
- Visioli, M. M. M. R., Campos, J. R., Komatsu, A. V. & Bazon, M. R. (2018). Repertório de habilidades sociais e atraso escolar em adolescentes em conflito com a lei. *Estudos interdisciplinares em psicologia*, 9(2), 118-140.
- Walker, S. C., Bishop, A. S., Nurius, P. S., & Logan-Greene, P. (2016). The heterogeneity of treatment needs for justice-involved girls: A typology using latent class analysis: A typology using latent class analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 43(3), 323–342. <https://doi.org/10.1177/0093854815615162>
- Walters, G. D. (2011). The latent structure of life-course-persistent antisocial behavior: Is Moffitt's developmental taxonomy a true taxonomy? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. <https://doi.org/10.1037/a0021519>
- Whitney, S. D., Renner, L. M., & Herrenkohl, T. I. (2010). Gender differences in risk and promotive classifications associated with adolescent delinquency. *The Journal of Genetic Psychology: Research and Theory on Human Development*. <https://doi.org/10.1080/00221320903548092>
- Wiesner, M., Capaldi, D. M., & Kim, H. K. (2012). General versus specific predictors of male arrest trajectories: A test of the Moffitt and Patterson theories. *Journal of Youth and Adolescence*. <https://doi.org/10.1007/s10964-011-9683-1>.
- Wilcox, R. (1995). ANOVA: The practical importance of heteroscedastic methods, using trimmed means versus means, and designing simulation studies. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 48(1).

Wilson, S. J., & Lipsey, M. W. (2000). Wilderness challenge programs for delinquent youth: A metaanalysis of outcome evaluations. *Evaluation and Program Planning*, 23(1), 1-12. [http://dx.doi.org/10.1016/S0149-7189\(99\)00040-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0149-7189(99)00040-3)

APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice 1. TCLE para participante com mais de 18 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – AO PARTICIPANTE **(Jovem com 18 anos ou mais)**

Prezado,

Meu nome é **Lais Sette Galinari**, sou psicóloga e estou realizando uma pesquisa sobre o comportamento dos jovens. A pesquisa se chama “*Prática de Atos Infracionais na Adolescência: Identificação de Perfis Comportamentais e Psicossociais*”. A pesquisa é orientada pela **Professora Dra. Marina Rezende Bazon**, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – **Universidade de São Paulo (USP)**.

Este documento que vocês está lendo – que se chama **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** - é para te explicar o que é essa pesquisa e pedir a sua colaboração com a pesquisa.

O objetivo da pesquisa é ver se existem diferenças entre jovens em conflito com a Lei, considerando as características sociais e pessoais destes jovens, mesmo que tenham cometido as mesmas infrações, antes da maioridade. Com isso, pretendemos contribuir para entender melhor os jovens que se envolvem na prática de delitos, suas características, dificuldades e necessidades de atendimento. Este estudo pode também, no futuro, ajudar a refletir sobre a escolha da medida sócio educativa a ser cumprida pelo adolescente.

Se você aceitar participar da pesquisa, você responderá a três questionários muito simples; eles contêm perguntas a respeito de atividades cotidianas, comportamentos sociais, pensamentos e emoções que os jovens podem ter em situações frequentes na juventude. As respostas às perguntas dos questionários são, em sua maioria, alternativas que você vai escolher que constam no próprio questionário. É importante você saber que não existem respostas certas ou erradas e que, por meio dos questionários se busca conhecer o que os jovens pensam e sentem, e sobre determinados comportamentos que eles podem apresentar nessa etapa da vida. O tempo aproximado para responder aos questionários é de 60 minutos, em um único dia.

Os riscos em participar da pesquisa são muito pequenos. O único risco previsto é um desconforto em pensar sobre certos assuntos considerados incômodos por algumas pessoas. Então, você pode escolher se quer ou não participar e pode desistir da participação a qualquer momento, pois não há qualquer consequência ou problema para você ou para sua família por desistir de participar.

Todas as respostas dadas aos questionários serão sem identificação; ou seja, os questionários respondidos pelos jovens convidados para a pesquisa não são identificados com o seu nome. O questionário é codificado, ou seja, a gente dá a ele um número no momento da entrevista, de modo que o nome da pessoa que respondeu não aparece no questionário; além disso, a informação de quem participou do estudo é mantida em sigilo. Os resultados da pesquisa que serão divulgados em artigos e livros científicos referem-se aos dados de todos os participantes em conjunto; assim, os nomes dos participantes jamais apareceram em qualquer lugar.

É importante que você saiba que a tua participação na pesquisa é voluntária; você não será pago/remunerado pagamento pela participação, mas você também não terá nenhum custo. Caso

você aconteça de você ter alguma despesa não prevista por conta da participação na pesquisa, haverá reembolso da quantia gasta, ou seja, a gente te dará o dinheiro que você gastou para poder colaborar com a gente.

Caso você tenha alguma dúvida agora ou em qualquer outro momento da pesquisa, estou disponível para responder. Para esclarecimento de dúvidas sobre ética você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa que conhece essa pesquisa e autorizou que ela pudesse ser realizada.

Os dados para o contato com o Comitê de Ética são os seguintes:

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 – bloco 01 – Prédio Administração – Sala 07
Fone: (16) 3315-4811 / Fax: (16) 3315-2660
E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br

Notar que o Comitê deve ser acionado somente em caso de dúvidas/questões de natureza ética.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Declaro que li este documento e confirmo que entendi as informações apresentadas nesta declaração. Também tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas.

Portanto, eu (NOME) _____, portador do documento de identidade (RG) _____ confirmo que concordo em participar da pesquisa referida, e que me foi garantido que serão tomados todos os cuidados técnicos e éticos da profissão de psicólogo e àqueles próprios à pesquisa com seres humanos.

Confirmo que estou recebendo uma via assinada e datada deste Termo de Consentimento.

Nome:

Assinatura:

Lais Sette Galinari (Pesquisadora)
Telefone:(16)982078839
e-mail: laissette@gmail.com

Profª. Dra. Marina Rezende Bazon
(Coordenadora da Pesquisa)
Telefone: (16) 3602-3830/
e-mail: mbazon@ffclrp.usp.br

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 20__.

Apêndice 2. TCLE para participante com menos de 18 anos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS PELO ADOLESCENTE

Prezado,

Meu nome é **Lais Sette Galinari**, sou psicóloga e estou realizando uma pesquisa sobre o comportamento dos jovens. A pesquisa se chama “*Prática de Atos Infracionais na Adolescência: Identificação de Perfis Comportamentais e Psicossociais*”. A pesquisa é orientada pela **Professora Dra. Marina Rezende Bazon**, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – **Universidade de São Paulo (USP)**.

Este documento que vocês está lendo – que se chama **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** - é para te explicar o que é essa pesquisa e pedir a sua autorização para que seu filho colabore com a pesquisa.

O objetivo da pesquisa é ver se existem diferenças entre jovens em conflito com a Lei, considerando as características sociais e pessoais destes jovens, mesmo que tenham cometido as mesmas infrações, antes da maioridade. Com isso, pretendemos contribuir para entender melhor os jovens que se envolvem na prática de delitos, suas características, dificuldades e necessidades de atendimento. Este estudo pode também, no futuro, ajudar a refletir sobre a escolha da medida sócio educativa a ser cumprida pelo adolescente.

Se você autorizar que seu filho participe dessa pesquisa, ele responderá a três questionários muito simples; eles contêm perguntas a respeito de atividades cotidianas, comportamentos sociais, pensamentos e emoções que os jovens podem ter em situações frequentes na juventude. As respostas às perguntas dos questionários são, em sua maioria, alternativas que você vai escolher que constam no próprio questionário. É importante você saber que não existem respostas certas ou erradas e que, por meio dos questionários se busca conhecer o que os jovens pensam e sentem, e sobre determinados comportamentos que eles podem apresentar nessa etapa da vida. O tempo aproximado para responder aos questionários é de 60 minutos, em um único dia.

Os riscos em participar da pesquisa são muito pequenos. O único risco previsto é um desconforto em pensar sobre certos assuntos considerados incômodos por algumas pessoas. Então, seu filho pode escolher se quer ou não participar e pode desistir da participação a qualquer momento, pois não há qualquer consequência ou problema para ele ou para sua família por desistir de participar.

Todas as respostas dadas aos questionários serão sem identificação; ou seja, os questionários respondidos pelos jovens convidados para a pesquisa não são identificados com o seu nome. O questionário é codificado, ou seja, a gente dá a ele um número no momento da entrevista, de modo que o nome da pessoa que respondeu não aparece no questionário; além disso, a informação de quem participou do estudo é mantida em sigilo. Os resultados da pesquisa que serão divulgados em artigos e livros científicos referem-se aos dados de todos os participantes em conjunto; assim, os nomes dos participantes jamais apareceram em qualquer lugar.

É importante que você saiba que a participação de seu filho na pesquisa é voluntária; ele não será pago/remunerado pagamento pela participação, mas também não terá nenhum custo. Caso você aconteça de você ter alguma despesa não prevista por conta da participação na pesquisa, haverá reembolso da quantia gasta, ou seja, a gente te dará o dinheiro que você gastou para poder colaborar com a gente.

Caso você tenha alguma dúvida agora ou em qualquer outro momento da pesquisa, estou disponível para responder. Para esclarecimento de dúvidas sobre ética você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa que conhece essa pesquisa e autorizou que ela pudesse ser realizada.

Os dados para o contato com o Comitê de Ética são os seguintes:

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 – bloco 01 – Prédio Administração – Sala 07
Fone: (16) 3315-4811 / Fax: (16) 3315-2660
E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br

Notar que o Comitê deve ser acionado somente em caso de dúvidas/questões de natureza ética.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS PELO ADOLESCENTE

Declaro que li este documento e confirmo que entendi as informações apresentadas nesta declaração. Também tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas.

Portanto, eu (NOME) _____ autorizo o adolescente - _____, portador do documento de identidade número _____, a participar do projeto de pesquisa, tendo a garantia de que serão tomados todos os cuidados técnicos e éticos da profissão de psicólogo e próprios à pesquisa com seres humanos.

Confirmo que estou recebendo uma via assinada e datada deste Termo de Consentimento.

Nome do Responsável:

Assinatura:

Lais Sette Galinari (Pesquisadora)
Telefone:(16)982078839
e-mail: laissette@gmail.com

Profa. Dra. Marina Rezende Bazon
(Coordenadora da Pesquisa)
Telefone: (16) 3602-3830/
e-mail: mbazon@ffclrp.usp.br

Ribeirão Preto, ___ de _____ de 20__.

Apêndice 3. Termo de assentimento para participante com menos de 18 anos

TERMO DE ASSENTIMENTO (Jovem com até 18 anos incompletos)

Prezado,

Meu nome é **Lais Sette Galinari**, sou psicóloga e estou realizando uma pesquisa sobre o comportamento dos jovens. A pesquisa se chama “*Prática de Atos Infracionais na Adolescência: Identificação de Perfis Comportamentais e Psicossociais*”. A pesquisa é orientada pela **Professora Dra. Marina Rezende Bazon**, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – **Universidade de São Paulo (USP)**.

Este documento que você está lendo – que se chama **TERMO DE ASSENTIMENTO** - é para te explicar o que é essa pesquisa e pedir a sua colaboração com a pesquisa.

O objetivo da pesquisa é ver se existem diferenças entre jovens em conflito com a Lei, considerando as características sociais e pessoais destes jovens, mesmo que tenham cometido as mesmas infrações, antes da maioridade. Com isso, pretendemos contribuir para entender melhor os jovens que se envolvem na prática de delitos, suas características, dificuldades e necessidades de atendimento. Este estudo pode também, no futuro, ajudar a refletir sobre a escolha da medida sócio educativa a ser cumprida pelo adolescente.

Se você aceitar participar da pesquisa, você responderá a três questionários muito simples; eles contêm perguntas a respeito de atividades cotidianas, comportamentos sociais, pensamentos e emoções que os jovens podem ter em situações frequentes na juventude. As respostas às perguntas dos questionários são, em sua maioria, alternativas que você vai escolher que constam no próprio questionário. É importante você saber que não existem respostas certas ou erradas e que, por meio dos questionários se busca conhecer o que os jovens pensam e sentem, e sobre determinados comportamentos que eles podem apresentar nessa etapa da vida. O tempo aproximado para responder aos questionários é de 60 minutos, em um único dia.

Os riscos em participar da pesquisa são muito pequenos. O único risco previsto é um desconforto em pensar sobre certos assuntos considerados incômodos por algumas pessoas. Então, você pode escolher se quer ou não participar e pode desistir da participação a qualquer momento, pois não há qualquer consequência ou problema para você ou para sua família por desistir de participar.

Todas as respostas dadas aos questionários serão sem identificação; ou seja, os questionários respondidos pelos jovens convidados para a pesquisa não são identificados com o seu nome. O questionário é codificado, ou seja, a gente dá a ele um número no momento da entrevista, de modo que o nome da pessoa que respondeu não aparece no questionário; além disso, a informação de quem participou do estudo é mantida em sigilo. Os resultados da pesquisa que serão divulgados em artigos e livros científicos referem-se aos dados de todos os participantes em conjunto; assim, os nomes dos participantes jamais apareceram em qualquer lugar.

É importante que você saiba que a tua participação na pesquisa é voluntária; você não será pago/remunerado pagamento pela participação, mas você também não terá nenhum custo. Caso você aconteça de você ter alguma despesa não prevista por conta da participação na pesquisa, haverá reembolso da quantia gasta, ou seja, a gente te dará o dinheiro que você gastou para poder colaborar com a gente.

Caso você tenha alguma dúvida agora ou em qualquer outro momento da pesquisa, estou disponível para responder. Para esclarecimento de dúvidas sobre ética você pode entrar em contato

com o Comitê de Ética em Pesquisa que conhece essa pesquisa e autorizou que ela pudesse ser realizada.

Os dados para o contato com o Comitê de Ética são os seguintes:

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP
Avenida Bandeirantes, 3900 – bloco 01 – Prédio Administração – Sala 07
Fone: (16) 3315-4811 / Fax: (16) 3315-2660
E-mail: coetp@listas.ffclrp.usp.br

Notar que o Comitê deve ser acionado somente em caso de dúvidas/questões de natureza ética.

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO PROJETO DE PESQUISA

Declaro que li este documento e confirmo que entendi as informações apresentadas nesta declaração. Também tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas.

Portanto, eu (NOME) _____, portador do documento de identidade (RG) _____ confirmo que concordo em participar da pesquisa referida, e que me foi garantido que serão tomados todos os cuidados técnicos e éticos da profissão de psicólogo e àqueles próprios à pesquisa com seres humanos.

Confirmo que estou recebendo uma via assinada e datada deste Termo de Assentimento.

Nome do Participante
Assinatura

Lais Sette Galinari (Pesquisadora)
Telefone:(16)982078839
e-mail: laissette@gmail.com

Profa. Dra. Marina Rezende Bazon
(Coordenadora da Pesquisa)
Telefone: (16) 3602-3830/
e-mail: mbazon@ffclrp.usp.br

Ribeirão Preto, ___ de _____ de 20__.

Apêndice 4. Autorização judicial para coleta de dados



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do
Ribeirão Preto
Departamento de Psicologia
"Campus" de Ribeirão Preto



Ao Ex.º Juiz da Vara da Infância e Juventude de Ribeirão Preto
Dr. Paulo César Gentile,

Eu, LAIS SETTE GALNARI, venho por meio desta, solicitar vossa autorização para a realização da coleta de dados junto aos adolescentes internados na Fundação CASA – Complexo Ribeirão Preto. Esta coleta está no escopo da pesquisa, em nível de mestrado, que implementarei no quadro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, nomeada **PRÁTICA DE ATOS INFRACIONAIS NA ADOLESCÊNCIA: IDENTIFICAÇÃO DE PERFS COMPORTAMENTAIS E PSICOSSOCIAIS**, sob a orientação da Professora Doutora Marina Rezende Bazon, docente do Departamento de Psicologia, quem subscreve igualmente essa carta.

A investigação implica em investigar as características de adolescentes que cometem atos infracionais, por meio da aplicação de instrumentos específicos, no tocante à trajetória desenvolvimental dos mesmos e bem como em relação ao seu desenvolvimento psicológico, de modo a verificar a existência de diferentes perfis psicossociais e comportamentais em meio ao grupo. A investigação pode oferecer uma base para o desenvolvimento de avaliações mais aprofundadas dos adolescentes em conflito com a Lei e para a implementação de programas mais aprimorados, no contexto da execução das medidas socioeducativas.

Cumpra informar que a Fundação CASA já concedeu a autorização para a minha entrada nos Centros Educacionais referidos, mas condicionou o contato com os adolescentes à autorização que deve ser dada por V. Senhoria. Com a vossa autorização eu poderei convidar os adolescentes a participarem da pesquisa, no contexto da Instituição e em momento conveniente à sua programação.

O adolescente poderá escolher se quer ou não participar e pode desistir da participação a qualquer momento. A pesquisa conta com a participação voluntária dos adolescentes.

Todos os dados coletados serão mantidos na confidencialidade, ou seja, a identidade dos adolescentes será guardada em sigilo e não será divulgada. Os dados utilizados em conjunto, ou seja, de todos os adolescentes juntos, serão usados em publicações científicas sobre o desenvolvimento na adolescência, e em contextos de divulgação/difusão do conhecimento à comunidade. Ao final do estudo eu estarei disponível para conversar sobre os resultados obtidos no estudo.

A Instituição pública, contexto na qual se pretende recrutar os adolescentes, depois de vossa autorização, não será onerada com a pesquisa, pois todo o material necessário para a sua realização sai do orçamento da pesquisa.

Contando desde já com a Vossa atenção e compreensão, agradecemos a atenção e colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Ribeirão Preto, 22 de Março de 2018


Laís Sette Galinari
Mestranda / Pesquisadora Responsável
Tel. Contato (16) 982018839



Prof. Dra. Marina Rezende Bazon
Orientadora da Pesquisa
Tel. Contato (16) 3315-3830

Fone: (16) 3032-3790
Fax (16) 3819-3790
E-mail: dpe-ps-psicologia@ffrp.usp.br
Av. Bandeirantes, 3900 - Bloco 5
14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

De acordo
Paulo César Gentile

Paulo César Gentile
Juiz de Direito

Apêndice 5. Script Análise Classes Latentes R e resultados

Referência do pacote poLCA: Linzer, Drew A. and Jeffrey Lewis. 2013. "poLCA: Polytomous Variable Latent Class Analysis." R package version 1.4. <http://dlinzer.github.com/poLCA>.

Pacotes

```
install.packages("poLCA")
```

```
install.packages("xlsx")
```

```
library(poLCA)
```

```
library(xlsx)
```

Carregando o banco

```
data <- read.table(file.choose(), header=TRUE, sep=";") #
```

```
head(data)
```

LCA

```
classes <- 4
```

```
analise.lca <- poLCA(cbind(DST, OVT, NegT, RepT, AST, Rt.Dep.T, AUT, ImT, AIT, AMT, CDT, ODDT, IAT,  
Imp, atv, Opo, Precdro, Diversidiv, precocdel, diversdeli, Freq.De, Div.vio, Freq.vio, Invfa, apefa, probl.es,  
atra.es, ret.des, ParesI)~1, data, nclass = classes, maxiter = 1000, graphs = TRUE, tol = 1e-10, na.rm = TRUE,  
probs.start = NULL, nrep = 1, verbose = TRUE, calc.se = TRUE)
```

```
sink("resultadoFINAL4classes3cat.txt")
```

```
analise.lca
```

```
sink()
```

```
analise.lca$P
```

```
write.xlsx(analise.lca$predclass, file = "resultadosfinal4classes3cat.xlsx", sheetName = "Dimensões", append =  
FALSE)
```


Conditional item response (column) probabilities,
by outcome variable, for each class (row)

\$DST	class 1: 0.3490 0.5624 0.0886	class 3: 0.0000 0.1649 0.8351
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.1165 0.7726 0.1109	class 4: 0.0485 0.8221 0.1294
class 1: 0.2164 0.7836 0.0000	class 3: 0.0091 0.4429 0.5480	
class 2: 0.0000 0.6393 0.3607	class 4: 0.0000 0.4928 0.5072	\$ODDT
class 3: 0.0000 0.0000 1.0000		Pr(1) Pr(2) Pr(3)
class 4: 0.0000 0.0575 0.9425	\$AUT	class 1: 0.5547 0.4453 0.0000
	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0656 0.7924 0.1420
\$OVT	class 1: 0.3548 0.6452 0.0000	class 3: 0.0000 0.5093 0.4907
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0808 0.7908 0.1284	class 4: 0.0491 0.8209 0.1299
class 1: 0.3252 0.6487 0.0260	class 3: 0.0000 0.2426 0.7574	
class 2: 0.0079 0.9206 0.0714	class 4: 0.0000 0.5920 0.4080	\$IAT
class 3: 0.0000 0.0674 0.9326		Pr(1) Pr(2) Pr(3)
class 4: 0.0000 0.2834 0.7166	\$ImT	class 1: 0.0271 0.7018 0.2711
	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0000 0.3447 0.6553
\$NegT	class 1: 0.4110 0.5890 0.0000	class 3: 0.0000 0.1254 0.8746
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.1374 0.8534 0.0092	class 4: 0.0000 0.1823 0.8177
class 1: 0.0000 0.5251 0.4749	class 3: 0.0000 0.2621 0.7379	
class 2: 0.0721 0.7801 0.1478	class 4: 0.0000 0.4734 0.5266	\$Imp
class 3: 0.5540 0.4460 0.0000		Pr(1) Pr(2) Pr(3)
class 4: 0.3320 0.6558 0.0122	\$AIT	class 1: 0 0.9483 0.0517
	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0 0.5997 0.4003
\$RepT	class 1: 0.1764 0.6923 0.1313	class 3: 0 0.3064 0.6936
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0162 0.6440 0.3398	class 4: 0 0.6028 0.3972
class 1: 0.0000 0.4345 0.5655	class 3: 0.0000 0.0294 0.9706	
class 2: 0.1573 0.6799 0.1628	class 4: 0.0000 0.1370 0.8630	\$atv
class 3: 0.2274 0.5494 0.2233		Pr(1) Pr(2) Pr(3)
class 4: 0.0258 0.4764 0.4979	\$AMT	class 1: 0.4368 0.4507 0.1125
	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.1002 0.6115 0.2883
\$AST	class 1: 0.4868 0.5132 0.0000	class 3: 0.0153 0.4524 0.5323
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0497 0.7450 0.2052	class 4: 0.0812 0.5966 0.3222
class 1: 0.2476 0.6869 0.0655	class 3: 0.0000 0.1379 0.8621	
class 2: 0.1472 0.7421 0.1106	class 4: 0.0121 0.4723 0.5156	\$Opo
class 3: 0.0181 0.6423 0.3396		Pr(1) Pr(2) Pr(3)
class 4: 0.0444 0.7476 0.2080	\$CDT	class 1: 0.5094 0.4196 0.0710
	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.2204 0.6064 0.1732
\$Rt.Dep.T	class 1: 0.4597 0.5267 0.0135	class 3: 0.0626 0.5279 0.4095
Pr(1) Pr(2) Pr(3)	class 2: 0.0249 0.5448 0.4303	class 4: 0.2421 0.5563 0.2016

	class 3: 0 0.0478 0.9522	class 1: 0.2656 0.7194 0.0149
\$Precdro	class 4: 0 0.7338 0.2662	class 2: 0.0191 0.6642 0.3167
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		class 3: 0.0073 0.5738 0.4189
class 1: 0 0.3572 0.6428	\$Freq.vio	class 4: 0.0865 0.8493 0.0641
class 2: 0 0.0692 0.9308	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	
class 3: 0 0.0621 0.9379	class 1: 0 1.0000 0.0000	\$ParesI
class 4: 0 0.2010 0.7990	class 2: 0 0.6663 0.3337	Pr(1) Pr(2) Pr(3)
	class 3: 0 0.5195 0.4805	class 1: 0 0.8987 0.1013
\$Diversidiv	class 4: 0 0.9781 0.0219	class 2: 0 0.0937 0.9063
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		class 3: 0 0.0443 0.9557
class 1: 0.0135 0.7172 0.2692	\$Invfa	class 4: 0 0.6386 0.3614
class 2: 0.0000 0.3275 0.6725	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	
class 3: 0.0000 0.2890 0.7110	class 1: 0.3572 0.4134 0.2294	
class 4: 0.0242 0.6650 0.3108	class 2: 0.3576 0.4990 0.1434	
	class 3: 0.4917 0.4159 0.0924	
\$precocdel	class 4: 0.2556 0.6068 0.1376	
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		
class 1: 0 0.7830 0.2170	\$apefa	
class 2: 0 0.4855 0.5145	Pr(1) Pr(2)	
class 3: 0 0.3849 0.6151	class 1: 0.0309 0.9691	
class 4: 0 0.7046 0.2954	class 2: 0.3627 0.6373	
	class 3: 0.4767 0.5233	
\$diversdeli	class 4: 0.2598 0.7402	
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		
class 1: 0 0.8595 0.1405	\$proble.s	
class 2: 0 0.0507 0.9493	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	
class 3: 0 0.0000 1.0000	class 1: 0.2161 0.6058 0.1781	
class 4: 0 0.7659 0.2341	class 2: 0.0254 0.6668 0.3078	
	class 3: 0.0550 0.5411 0.4038	
\$Freq.De	class 4: 0.1235 0.7414 0.1350	
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		
class 1: 0 0.9188 0.0812	\$atra.es	
class 2: 0 0.5715 0.4285	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	
class 3: 0 0.5688 0.4312	class 1: 0.0000 0.3093 0.6907	
class 4: 0 0.7416 0.2584	class 2: 0.0083 0.3673 0.6245	
	class 3: 0.0083 0.1917 0.8000	
\$Div.vio	class 4: 0.0240 0.1964 0.7796	
Pr(1) Pr(2) Pr(3)		
class 1: 0 0.7410 0.2590	\$ret.des	
class 2: 0 0.1546 0.8454	Pr(1) Pr(2) Pr(3)	

Estimated class population shares

0.1848 0.3024 0.3061 0.2067

Predicted class memberships (by modal posterior prob.)

0.185 0.305 0.3125 0.1975

=====
Fit for 4 latent classes:
=====

number of observations: 400

number of estimated parameters: 231

residual degrees of freedom: 169

maximum log-likelihood: -7535.506

AIC(4): 15533.01

BIC(4): 16455.04

$G^2(4)$: 10277.84 (Likelihood ratio/deviance statistic)

$X^2(4)$: 44345847786 (Chi-square goodness of fit)

Apêndice 6. Tamanho do efeito das diferenças entre as classes

Variáveis	d cohen					
	C1XC2	C1XC3	C1XC4	C2XC3	C2XC4	C3XC4
Idade	-0,18	-0,41	-0,32	-0,24	-0,14	0,11
n° ms	-0,34	-0,71	-0,75	-0,37	-0,43	-0,08
n° internações	-0,40	-0,78	-0,84	-0,47	-0,50	0,00
Diversidade Delitos	-0,27	-2,53	-3,40	-2,25	-3,02	-0,38
Diversidade delitos violentos	-0,09	-1,90	-2,66	-1,74	-2,41	-0,37
Precocidade delíto	0,12	-0,19	-0,34	-0,38	-0,55	-0,23
Freq. Delitos Último Ano	-0,50	-0,87	-1,08	-0,37	-0,70	-0,41
Freq. Delitos Violentos Último Ano	-0,23	-0,42	-0,43	-0,40	-0,42	-0,14
Supervisão Parental	0,03	0,35	0,42	0,34	0,43	0,07
Apoio Social	-0,06	0,18	0,22	0,25	0,30	0,04
Valores positivos frente à escola e aos estudos	-0,12	0,37	0,48	0,50	0,61	0,13
Vínculo escolar	0,19	0,49	0,64	0,30	0,45	0,13
Atraso escolar	-0,42	0,06	-0,38	0,48	0,08	-0,45
Ausência Reação parental uso de substâncias	-0,21	-0,69	-0,98	-0,52	-0,81	-0,29
Modelos criminalizados na família	-0,41	-0,41	-0,85	0,01	-0,43	-0,45
Violência familiar	-0,56	-0,67	-1,08	-0,02	-0,40	-0,42
Tempo ocioso	-0,30	-0,58	-0,89	-0,25	-0,52	-0,26
Amplitude amigos	-0,22	-0,18	-0,11	0,04	0,11	0,07
Apego amigos	-0,36	-0,64	-0,49	-0,29	-0,14	0,15
Sanções escolares	-0,21	-0,33	-0,44	-0,15	-0,24	-0,07
Estresse escolar	-0,14	-0,06	-0,67	0,06	-0,55	-0,54
Freq cerveja	0,12	-0,16	-0,56	-0,27	-0,66	-0,39
Freq Destilados	-0,20	-0,79	-1,35	-0,58	-1,14	-0,60
Freq maconha	-0,35	-0,58	-1,09	-0,23	-0,71	-0,46
Freq cigarro	-0,47	-0,48	-0,51	0,01	-0,01	-0,02
Freq LSD	-0,49	-1,35	-1,70	-0,78	-1,11	-0,33
Freq cocaína	-0,17	-0,49	-0,63	-0,37	-0,53	-0,20
Freq total drogas	-0,60	-1,02	-1,65	-0,50	-1,10	-0,50
Intoxicação na passagem ao ato	-0,41	-0,39	-1,01	-0,34	-0,88	-0,05
Planejamento	-0,14	-1,46	-1,52	-1,40	-1,47	-0,19
Liderança	-0,03	-0,70	-1,00	-0,70	-1,02	-0,15
Papel + organizado no tráfico	-0,36	-1,59	-1,66	-1,17	-1,25	-0,13
Impulsividade	-0,95	-0,70	-1,35	0,34	-0,48	-0,84
Preferência por atividades físicas	-0,63	-0,19	-0,71	0,54	-0,12	-0,63
Busca pelo risco	-0,76	-0,85	-1,62	-0,07	-0,85	-0,80
Egocentrado	-0,54	-0,18	-0,52	0,39	-0,02	-0,38
Tarefas simples	-0,72	-0,69	-1,21	0,03	-0,56	-0,59
Temperamento volátil	-1,14	-1,05	-1,93	0,01	-0,90	-0,85
Score total	-1,23	-0,98	-1,92	0,36	-0,89	-1,26
Frequência total	0,10	0,59	0,58	0,58	0,56	0,04
Freq. Empatia	-0,07	0,38	0,29	0,53	0,41	-0,08

Freq.Autocontrole	0,40	0,91	1,06	0,59	0,77	0,19
Freq.Civilidade	-0,01	0,44	0,46	0,51	0,53	0,05
Freq.Assertividade	-0,14	0,18	0,25	0,34	0,39	0,10
Freq.Abordagem afetiva	-0,02	0,33	0,08	0,37	0,11	-0,26
Freq.Desenvoltura social	0,27	0,44	0,60	0,17	0,34	0,18
Dificuldade total	-0,43	-0,68	-0,91	-0,26	-0,55	-0,33
Dif. Empatia	-0,13	-0,37	-0,51	-0,27	-0,42	-0,17
Dif. Autocontrole	0,40	0,91	1,06	0,59	0,77	0,19
Dif. Civilidade	-0,01	0,44	0,46	0,51	0,53	0,05
Dif. Assertividade	-0,31	-0,34	-0,53	-0,01	-0,20	-0,20
Dif. Abordagem afetiva	-0,19	-0,38	-0,31	-0,19	-0,13	0,06
Dif. Desenvoltura social	-0,42	-0,38	-0,74	0,04	-0,35	-0,39
DST	-2,77	-1,41	-3,45	1,72	-0,89	-2,57
OVT	-2,41	-1,06	-3,09	1,70	-0,81	-2,55
NegT	1,86	0,74	2,48	-0,93	0,53	1,43
RepT	0,14	1,10	1,00	0,94	0,86	0,01
AST	-0,85	-0,36	-1,21	0,43	-0,41	-0,77
Rt.Dep.T	-1,55	-0,48	-1,63	1,14	-0,05	-1,22
AUT	-1,86	-0,95	-2,67	1,02	-0,73	-1,84
ImT	-2,22	-0,97	-2,86	1,49	-0,59	-2,19
AIT	-2,10	-0,78	-2,53	1,54	-0,56	-2,05
AMT	-2,27	-1,56	-3,78	0,75	-0,99	-1,91
CDT	-1,40	-1,94	-3,53	-0,63	-2,00	-1,23
ODDT	-1,56	-1,56	-2,84	-0,04	-1,11	-1,04
IAT	-1,59	-1,06	-1,93	0,55	-0,40	-0,94

Anexo 1. Questionário de Comportamentos Juvenis (QCJ)

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Departamento de Psicologia

Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial

(GEPDIP)

Questionário sobre Comportamentos Juvenis

I – Informações sobre o adolescente

Nome Completo:

Data aplicação:

1. **Qual a sua idade?** **Data de nascimento:**
2. **Idade da mãe:** **Idade do pai:**
3. **Em que ano escolar você está?** () 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano () 5º ano () 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano () 1º ano EM () 2ºano EM () 3º ano EM
4. **Você trabalha?** () Não () Sim -> Há quanto tempo? Em que ? _____
5. **Você é praticante de alguma religião?** *(Vai com frequência e segue as regras estabelecidas)*
() Não () Sim -> Qual?
6. **Você tem filhos?** () Não () Sim -> 6.1. Quantos? () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais 6.2 Que idade tinha quando nasceu o primeiro filho?
7. **Alguma vez você teve que ir a um juiz por alguma coisa que tenha feito ou sido acusado?** ()
Nunca () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () Mais de 3 vezes
8. **Qual medida socioeducativa está?** _____
8.1. É a primeira? () Sim () Não -> Qual? _____ Quais medidas já recebeu ? _____
9. **Você tem algum desses itens na sua casa? Marque a quantidade:**
Banheiros () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Empregados domésticos () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Automóveis () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Microcomputador () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Lava-louça () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Geladeira () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Freezer () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais
Lava roupa () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais

DVD 0 1 2 3 4 ou mais

Micro-ondas 0 1 2 3 4 ou mais

Motocicleta 0 1 2 3 4 ou mais

Secador de roupa 0 1 2 3 4 ou mais

10. **Grau de instrução do chefe de família:** Analfabeto/ Fundamental I inc. Fundamental I completo/ Fundamental II inc. Fundamental II completo/ médio inc. Médio completo/ superior inc. Superior completo
11. **Na sua casa tem água encanada?** Não Sim E rua pavimentada? Não Sim

II – Sua família e as pessoas com quem convive

1. **Quantas pessoas moram na casa onde você vive?** *(Contando com você)*
 1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas 5 pessoas 6 pessoas 7 ou mais pessoas
2. **Quem são as pessoas com quem você vive?**
3. **Em geral, como é a relação que você tem com a sua mãe?**
 Muito boa Boa Não muito boa Ruim Não vivo com ela
4. **E com o seu pai?**
 Muito boa Boa Não muito boa Ruim Não vivo com ele
5. **Quantas vezes por semana costuma jantar com seus pais?** *(ou responsáveis)*
 Nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes 4 vezes 5 vezes 6 vezes Todos os dias
6. **Em geral, quando você sai à noite, os seus pais (ou responsáveis) dizem a hora que você deve voltar?**
 Eu não saio à noite Não, nunca Sim, uma ou algumas vezes Sim, muitas vezes
7. **Alguma vez passou a noite fora de casa sem que seus pais (ou responsáveis) soubessem onde estava?**
 Eu não saio à noite Não, nunca Sim, uma ou algumas vezes Sim, muitas vezes
8. **O seu pai tem emprego ou trabalho pago?** *(ou adulto que vive com você e desempenha papel de pai)*
 Não vivo com meu pai (nem com um adulto que desempenha o papel de pai)
 Sim, ele tem um emprego fixo Ele trabalha por conta própria Ele trabalha às vezes Ele está aposentado Não
- 8.1 Atualmente, qual a profissão do seu pai? *(Se ele não estiver trabalhando, o que ele fazia)*
9. **A sua mãe tem emprego ou trabalho pago?** *(ou adulto que vive com você e desempenha papel de mãe)*
 Não vivo com minha mãe (nem com um adulto que desempenha o papel de mãe)
 Sim, ela tem um emprego fixo Ela trabalha por conta própria Ela trabalha às vezes Ela está aposentada Não
- 9.1 Atualmente, qual a profissão da sua mãe? *(Se ela não estiver trabalhando, o que ela fazia)*

10. Os seus pais (ou responsáveis) costumam lhe dar dinheiro regularmente?

Não

Sim, me dão dinheiro quando preciso Sim, me dão uma quantia mais ou menos fixa todos os dias, semanas ou meses ->

10.1 Em média, quanto dinheiro recebe por uma semana? Até 10 reais Até 30 reais Até 60 reais Mais de 60 reais

11. Os seus pais (ou responsáveis) fizeram alguma coisa quando souberam que você teve problema com a polícia? Não Sim -> 11.1. Se sim, o que? Conversou Brigou Bateu

Deixou de castigo Outro. O que? _____

12. Com que frequência acontece as seguintes situações com você?

12.1. Converso com meus pais: Nunca ou raramente Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.2. Brinco ou pratico esportes com meus pais: Nunca ou raramente Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.3 Meus pais conferem se eu fiz as tarefas da escola: Nunca ou raramente Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.4 Meus pais me encorajam e me apoiam nos estudos: Nunca ou raramente Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.5. Faço coisas sem pensar Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.6. Me sinto inquieto em aulas ou palestras Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.7. Perco a cabeça Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.8 Minto para os meus pais sobre onde ou com quem estava Nunca ou raramente Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.9. Tenho alguém para me dar bons conselhos Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.10. Tenho alguém para me divertir junto Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

12.11. Tenho alguém em quem confiar Raramente ou nunca Poucas vezes Muitas vezes Quase sempre ou sempre

13. Os seus pais (ou responsáveis) já tiveram problema com a polícia? Não Sim

13.1 E outra pessoa da sua família? Não Sim -> Se sim, quem?

14. As pessoas da sua família bebem? Não Sim -> Quem? _____

14.1. Se sim, com que frequência? () 1 vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias ->

14.2 Com que frequência eles ficam bêbados/alterados? () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre

15. **As pessoas da sua família usam drogas ilícitas?** () Não () Sim ->

Quem? _____ Qual droga/Quais drogas? _____

15.1. Se sim, com que frequência? () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias ->

15.2. Com que frequência eles ficam muito alterados? () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre

16. **Os adultos da sua família brigam muito entre si?** () Não () Sim -> 16.1. A ponto de se agredirem fisicamente? () Não () Sim

III – Tempo livre e amigos

1. **Quanto tempo você tem livre na semana?** () Somente os finais de semana () 1 período por dia () 2 períodos por dia () Os dias inteiros

2. **Com quem você passa a maior parte do seu tempo livre?**
() Sozinho () Com minha família () Com alguns amigos (até 3) () Com muitos amigos (4 ou mais)

3. **O que você faz no seu tempo livre?** () Vejo televisão () Vou à lan house () Uso a internet () Fico na rua / “pracinhas” com amigos () Vou à festas () Fico próximo à “biqueiras”. () Outro. O que?

4. **Quantas vezes por semana costuma sair à noite para ir a alguma festa, ir à casa de alguém ou apenas para “dar umas voltas” pela rua?**
() Nunca ou raramente () 1 vez por semana () 2 vezes por semana () 3 vezes por semana () 4 vezes por semana () 5 vezes por semana () 6 vezes por semana () Todos os dias

5. **Quantos colegas você tem?** () Nenhum () 1 ou 2 () 3 ou 4 () 5 a 10 () Mais de 10

6. **Quantos amigos você tem?** () Nenhum () 1 ou 2 () 3 ou 4 () 5 a 10 () Mais de 10

7. **Você conta para alguns de seus amigos os seus problemas e pensamentos?**
() Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre

8. **Quantos dos seus amigos já tiveram problemas com a polícia?**
() Nenhum () Um ou alguns () A maioria () Não sei

9. **Os seus pais conhecem seus amigos?**
() Conhecem a maioria ou todos () Conhecem um ou alguns () Não conhecem nenhum dos meus amigos

10. **Os seus pais aprovam seus amigos?**
() Aprovam a maioria ou todos () Aprovam um ou alguns () Não aprovam nenhum dos meus amigos

11. **Quando você sai com seus amigos, com que frequência vocês fazem as seguintes coisas:**

- 11.1. Tocamos num grupo musical () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.2. Bebemos bebidas alcoólicas () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.3. Vamos ao cinema () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.4. Arrumamos confusão () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.5. Usamos drogas () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.6. Quebramos ou danificamos coisas () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.7. Vamos a um bar, boate ou festa () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.8. Praticamos esportes () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.9. Importunamos ou zuamos outras pessoas () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre
- 11.10. Vamos a shows de música () Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre

IV – Escola

1. **Você está frequentando a escola?** () Não () Sim
2. **Você já repetiu de ano?** () Não () Sim. Quantas vezes? _____ Qual ano/Quais anos? _____
3. **Em quantas escolas já estudou?**
4. **Já levou advertência?** () Não () Sim. Quantas vezes?
5. **Já foi suspenso?** () Não () Sim. Quantas vezes?
6. **Você acha que os professores e funcionários gostam de você?** () Não () Sim, a maioria
7. **Você já foi conversar com o diretor por algo que você fez?** () Não () Sim. Quantas vezes?
8. **Você já se sentiu obrigado a mudar de escola porque não gostavam do seu comportamento?** () Não () Sim
9. **Como você avalia os seus resultados escolares quando os compara com os dos seus colegas?**
() Meus resultados são melhores do que o da maioria da turma () Sou um aluno médio () Meus resultados são piores do que o da maioria da turma
10. **Você se sente /ou se sentia perseguido ou vigiado pelos professores e funcionários?**
() Nunca ou raramente () Poucas vezes () Muitas vezes () Quase sempre ou sempre

11. **Nos últimos 12 meses, aconteceu com você algumas das seguintes situações na escola?** Se a resposta for SIM, informe quantas vezes

- 8.1. Alguém fez brincadeiras com você a ponto de te desagradar bastante? () Não () Sim. Quantas?
- 8.2. Alguém te bateu ou machucou? () Não () Sim. Quantas?
- 8.3. Alguém espalhou boatos desagradáveis sobre você? () Não () Sim. Quantas?
- 8.4. Alguém ameaçou te bater ou te machucar? () Não () Sim. Quantas?
- 8.5. Alguém te machucou ou tentou te machucar com alguma arma? () Não () Sim. Quantas?
- 8.6. Alguém roubou algo seu sem você perceber? () Não () Sim. Quantas?
- 8.7. Alguém roubou ou tentou roubar algo seu a força ou ameaçando? () Não () Sim. Quantas?
- 8.8. Alguém te desrespeitou por causa da sua cor de pele ou outra característica física? () Não () Sim. Quantas?

9. **O quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações sobre a escola?**

- 9.1. Em geral, eu gosto de estudar () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.2. A escola me ensina coisas que vão me ajudar no futuro () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.3. A escola me ajudará a arranjar um bom emprego () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.4. Não gostaria de mudar de escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.5. Eu tenho bons professores () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.6. Tem muitos roubos na minha escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.7. Tem muitas brigas na minha escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.8. Tem muita indisciplina em sala de aula na minha escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.9. Tem muito consumo de álcool/ drogas na minha escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.10. Tem muitas coisas quebradas ou estragadas na minha escola () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.11. Um pouco de violência faz parte da diversão () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.12. Uma pessoa tem de usar a força para ser respeitado () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente

- 9.13. Se alguém me agredir, eu revido () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.14. Não faz mal bater em alguém se ele insultou meus familiares () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.15. Devemos viver o presente sem se preocupar com o futuro () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.16. Às vezes eu quebro as regras porque ajo sem pensar () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.17. Quando um adulto me manda fazer algo, tenho vontade de fazer o contrário () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.18. Não há mal nenhum em roubar se eu não for pego () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.19. A maioria das pessoas que mandam são metidas () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente
- 9.20. Quando um adulto me repreende eu sinto raiva e brigo ou discuto com ele () Concordo totalmente () Concordo () Discordo () Discordo totalmente

10. **Alguma vez você “matou” aula?** () Não () Sim ->

- 10.1. No último ano, quantas vezes você fez isso?
- 10.2. Na última vez, você fez sozinho ou acompanhado? () Sozinho () Com outras pessoas
- 10.3. Na última vez, foi punido? () Sim () Não

V – Coisas que, às vezes, os jovens fazem

1. Algum dos seus amigos já fez alguma das seguintes coisas?

- 1.1. Pegar alguma coisa de uma loja sem pagar () Sim () Não () Não sei
- 1.2. Pegar de alguém dinheiro ou coisa que não pertencia () Sim () Não () Não sei
- 1.3. Andar armado (com faca, canivete ou arma de fogo) () Sim () Não () Não sei
- 1.4. Danificar propositalmente alguma coisa que não lhe pertencia () Sim () Não () Não sei
- 1.5. Vender drogas () Sim () Não () Não sei
- 1.6. Bater em alguém com a intenção de machucar ou ferir () Sim () Não () Não sei
- 1.7. Roubar um carro ou moto () Sim () Não () Não sei
- 1.8. Invadir uma casa com a intenção de roubar alguma coisa () Sim () Não () Não sei
- 1.9. Ameaçar/ usar a força para conseguir dinheiro/ outra coisa de alguém () Sim () Não () Não sei
- 1.10. Bater em outra pessoa com algum instrumento () Sim () Não () Não sei
- 1.11. Abrir um carro para roubar alguma coisa em seu interior () Sim () Não () Não sei
2. **Você já bebeu cerveja ou vinho?** () Não () Sim

- 2.1. Quantos anos você tinha quando bebeu pela primeira vez?
- 2.2. Com que frequência costuma beber cerveja ou vinho? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia
- 2.3. Alguma vez já ficou bêbado com essas bebidas? () Não () Sim -> Quantas vezes? _____
Alguma vez precisou ser medicado/hospitalizado ? () Não () Sim
- 2.4. Você bebe mais sozinho ou com amigos? () Sozinho () Amigos () Ambos
- 2.5. Geralmente, onde você costuma beber cerveja ou vinho? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)
- 2.6. Seus pais/ responsáveis sabem que você bebe? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito?

3. **Você já bebeu vodka, whisky, pinga, rum ou tequila?** () Não () Sim
- 3.1. Quantos anos você tinha quando bebeu pela primeira vez?
- 3.2. Com que frequência costuma beber bebidas fortes? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia
- 3.3. Alguma vez já ficou bêbado com essas bebidas? () Não () Sim -> Quantas vezes? ? _____
Alguma vez precisou ser medicado/hospitalizado ? () Não () Sim
- 3.4. Você bebe mais sozinho ou com amigos? () Sozinho () Amigos () Ambos
- 3.5. Geralmente, onde você costuma beber bebidas fortes? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)
- 3.6. Se pais/ responsáveis sabem que você bebe? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito?

4. **Você já fumou maconha?** () Não () Sim
- 4.1. Quantos anos você tinha quando fumou maconha pela primeira vez?
- 4.2. Quantas vezes no último mês?
- 4.3. Com que frequência costuma fumar maconha? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia ->
- 4.4. Quando fuma, quantos cigarros de maconha costuma ser? _____
- 4.5. Alguma vez já ficou muito alterado? () Não () Sim -> Quantas vezes?
Alguma vez precisou ser medicado/hospitalizado ? () Não () Sim
- 4.6. Você fuma mais sozinho ou com colegas? () Sozinho () Jovens () Adultos () Ambos
- 4.7. Geralmente, onde você costuma fumar? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)
- 4.8. Se pais/ responsáveis sabem que você fuma maconha? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito? _____

5. **Você já fumou cigarro?** () Não () Sim

5.1. Quantos anos você tinha quando fumou cigarro pela primeira vez?

5.2. Com que frequência costuma fumar cigarro? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia

5.3. Quando fuma, quantos cigarros costuma ser? _____

5.4. Você fuma mais sozinho ou com colegas? () Sozinho () Colegas () Ambos

5.5. Geralmente, onde você costuma fumar? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)

5.6. Se pais/ responsáveis sabem que você fuma cigarro? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito? _____

6. **Você já usou lança-perfume, LSD ou Ecstasy (diabo verde, loló, doce, bala)?** () Não () Sim

6.1. Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez?

6.2. Com que frequência costuma usar? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia

6.3. Quando usa, quanto costuma ser? (explorar as doses) _____

6.4. Alguma vez já ficou muito alterado? () Não () Sim -> Quantas vezes?

Alguma vez precisou ser medicado/hospitalizado ? () Não () Sim

6.5. Você usa mais sozinho ou com colegas? () Sozinho () Colegas () Ambos

6.6. Geralmente, onde você costuma usar? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)

6.7. Se pais/ responsáveis sabem que você usa essas substâncias ? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito? _____

7. **Você já usou cocaína ou crack?** () Não () Sim

7.1. Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez?

7.2. Com que frequência costuma usar? () Raramente () Uma vez por mês () 1 ou 2 vezes por semana () De 3 a 4 vezes por semana () 4 ou mais vezes por semana () Todos os dias () Mais de uma vez por dia

7.3. Quando usa, quanto costuma ser a cada vez ? (explorar as quantidades) _____

7.4. Alguma vez já ficou muito alterado? () Não () Sim -> Quantas vezes?

Alguma vez precisou ser medicado/hospitalizado ? () Não () Sim

7.5. Você usa mais sozinho ou com colegas? () Sozinho () Colegas () Ambos

7.6. Geralmente, onde você costuma usar? () Em festas () Em minha casa () Em bares () Em casa de amigos () Em lugares públicos ao ar livre (rua, praça)

7.7. Se pais/ responsáveis sabem que você usa essas substâncias? () Não () Sim O que falam / fazem a esse respeito? _____

8. **Alguma vez você destruiu ou danificou de propósito algum objeto (como placa de trânsito, poste, latão de lixo, carro, moto, objetos da escola, janelas ou vidros, orelhão)?** () Não () Sim

8.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?

8.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?

8.3. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos

8.4. Na última vez, você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não

8.5. Na primeira vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina ()
Conseguir alguma coisa que queria () extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?

8.6. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina
() Conseguir bens que queria () extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?

8.7. Na última vez, foi pego/descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)

8.8. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)

9. **Alguma vez pegou alguma coisa e não pagou em algum estabelecimento comercial (loja, supermercado)?** () Não () Sim

9.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?

9.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?

9.3. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos

9.4. Na última vez, qual era o preço do objeto que você pegou?

9.5. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não

9.6. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor ()
Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa

9.7. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)

10. **Alguma vez dirigiu um carro ou moto sem carteira de habilitação?** () Não () Sim

10.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?

10.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?

10.3. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos

10.4. Na última vez, que tipo de veículo conduziu? () Moto () Carro

10.5. Na última vez, de quem era o veículo? () Era meu () Dos meus pais () Outros familiares
() De amigos () De desconhecidos

10.6. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não

- 10.7. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor () Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 10.8. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____(verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
11. **Alguma vez comprou / vendeu alguma coisa que soubesse que tinha sido roubada?** () Não () Sim
- 11.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?
- 11.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 11.3. Na última vez, o que foi que comprou ou vendeu?
- 11.4. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor () Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 11.5. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____(verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
12. **Você já bateu em alguém a ponto de a pessoa ficar roxa, machucada?** () Não () Sim
- 12.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?
- 12.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 12.3. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não
- 12.4. Na última vez, quem era a pessoa em quem bateu? () Irmão / Irmã () Outro familiar () Amigo/ colega () Professor () Outra pessoa conhecida () Em alguém desconhecido
- 12.5. Na última vez, a pessoa precisou de cuidados médicos? () Sim () Não () Não sei
- 12.6. Na última vez aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de bater na pessoa? () Não, aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 12.7. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor () Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 12.8. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____(verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
13. **Alguma vez roubou carro, moto ou uma casa sem que o dono percebesse?** () Não () Sim
- 13.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?
- 13.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 13.3. Na primeira vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens () Com adultos
- 13.4. Na primeira vez, você usou algum instrumento? () Não () Sim
- 13.5. Na primeira vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não
- 13.6. Na primeira vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina () Conseguir alguma coisa que queria () extravasar emoções como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 13.7. Na primeira vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar? () Não, aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 13.8. Na primeira vez você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim

- 13.9. Na primeira vez, você que deu a ideia? () Não () Sim
- 13.10. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos
- 13.11. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não
- 13.12. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina ()
Conseguir alguma coisa que queria () Extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 13.13. Na última vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar? () Não,
aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 13.14. Na última vez, você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim
- 13.15. Na última vez, você usou algum instrumento? () Não () Sim
- 13.16. Na última vez, você que deu a ideia? () Não () Sim
- 13.17. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 13.18. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
14. **Você já feriu ou maltratou animais de propósito?** () Não () Sim
- 14.1. Que idade tinha quando fez isso pela primeira vez?
- 14.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 14.3. Da última vez, que animal você feriu ou maltratou? () Gato () Cachorro () Pássaro () Outro:
- 14.4. Da última vez, de quem era o animal? () Era meu () De alguém que eu conheço () Era um
animal abandonado
- 14.5. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com jovens
() Com adultos
- 14.6. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 14.7. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
15. **Alguma vez vendeu, guardou, embalou ou transportou drogas?** () Não () Sim
- 15.1. Que idade tinha quando fez isso pela primeira vez?
- 15.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 15.3. Qual foi o papel desempenhado na venda? () Vender na rua () Transportar () Embalar
() Guardar/Esconder () Distribuir () Outro. Qual?
- 15.4. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos
- 15.5. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa

- 15.6. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
16. **Alguma vez andou armado (pedaço de pau, faca, arma de fogo)?** () Não () Sim Com que tipo de arma / Com quais tipos? _____
- 16.1. Que idade tinha quando fez isso pela primeira vez?
- 16.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 16.3. Na primeira vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens () Com adultos
- 16.4. Na primeira vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina () Conseguir alguma coisa que queria () extravasar emoções como raiva, vingança () Para me proteger () Outro. Qual?
- 16.5. Na primeira vez você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim
- 16.6. Da última vez, qual era a arma? () Pau, bastão ou taco () Faca ou canivete () Corrente ou outro objeto metálico () Spray () Arma de fogo () Outro. Qual?
- 16.7. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens () Com adultos
- 16.8. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina () Conseguir alguma coisa que queria () Extravasar emoções como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 16.9. Na última vez, você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim
- 16.10. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor () Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa Por quem? _____ Como? _____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
- 16.11. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
17. **Alguma vez participou de uma luta de grupo na escola, na rua ou em outro espaço público?** () Não () Sim
- 17.1. Que idade tinha quando fez isso pela primeira vez?
- 17.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 17.3. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens () Com adultos
- 17.4. Na última vez, onde aconteceu? () Na rua () Nos transportes públicos () Num local de diversão () Na escola () Em uma loja/Shopping () Outro lugar
- 17.5. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor () Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 17.6. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como? _____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)

18. Alguma vez roubou carro, moto, casa, celular, loja, usando a força, mediante ameaça? Não Sim

18.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?

18.2. Fez isso nos últimos 12 meses? Não Sim Quantas vezes?18.3. Na primeira vez, você fez isso sozinho ou com colegas? Sozinho Com outros jovens
 Com adultos18.4. Na primeira vez, você usou algum instrumento? Não Sim18.5. Na primeira vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? Sim Não18.6. Na primeira vez que você fez isso você acha que fez para: Se divertir, sentir adrenalina
 Conseguir alguma coisa que queria extravasar emoções, como raiva, vingança Outro. Qual?18.7. Na primeira vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar?
 Não, aconteceu de repente Sim, eu pensei por um tempo18.8. Na primeira vez você ficou tenso ou sentiu medo? Não Sim18.9. Na primeira vez, você que teve a ideia? Não Sim18.10. Na primeira vez, que arma usou para ameaçar? Não usei arma Canivete, faca ou navalha
 Arma de fogo Pau, bastão ou taco Corrente ou outro objeto metálico Outra18.11. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? Sozinho Com outros jovens
 Com adultos18.12. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? Sim Não18.13. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: Se divertir, sentir adrenalina
 Conseguir alguma coisa que queria Extravasar emoções, como raiva, vingança Outro. Qual?18.14. Na última vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar?
 Não, aconteceu de repente Sim, eu pensei por um tempo18.15. Na última vez, você ficou tenso ou sentiu medo? Não Sim18.16. Na última vez, você usou algum instrumento? Não Sim18.17. Na última vez, você que teve a ideia? Não Sim18.18. Na última vez, que arma usou para ameaçar? Não usei arma Canivete, faca ou navalha
 Arma de fogo Pau, bastão ou taco Corrente ou outro objeto metálico Outra18.19. Na última vez, foi descoberto? Não Sim, pelos meus pais Sim, por um professor
 Sim, pela polícia Sim, por outra pessoa18.20. Na última vez, foi punido? Não Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)**19. Você já bateu em alguém com algum instrumento (pedaço de pau, faca)?** Não Sim

19.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?

19.2. Fez isso nos últimos 12 meses? Não Sim Quantas vezes?19.3. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? Sim Não

- 19.4. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos
- 19.5. Na última vez, quem era a pessoa em quem bateu? () Irmão/ Irmã () Outro familiar
() Amigo/ colega () Professor () Outra pessoa conhecida () Em alguém desconhecido
- 19.6. Na última vez, a pessoa precisou de cuidados médicos? () Sim () Não () Não sei
- 19.7. Na última vez aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de bater na pessoa?
() Não, aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 19.8. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina
() Conseguir alguma coisa que queria () Extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 19.9. Na última vez, que arma usou para ameaçar? () Spray () Canivete, faca ou navalha () Arma
de fogo () Pau, bastão ou taco () Corrente ou outro objeto metálico () Outra
- 19.10. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 19.11. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)
20. **Alguma vez roubou dinheiro ou outro objeto pessoal (como celular, carteira) sem que o dono percebesse?** () Não () Sim
- 20.1. Que idade tinha quando fez a primeira vez?
- 20.2. Fez isso nos últimos 12 meses? () Não () Sim Quantas vezes?
- 20.3. Na primeira vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos
- 20.4. Na primeira vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não
- 20.5. Na primeira vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina
() Conseguir alguma coisa que queria () extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 20.6. Na primeira vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar?
() Não, aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 20.7. Na primeira vez você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim
- 20.8. Na primeira vez, você que deu a ideia? () Não () Sim
- 20.9. Na última vez, você fez isso sozinho ou com colegas? () Sozinho () Com outros jovens
() Com adultos
- 20.10. Na última vez, você fez isso você estava bêbado ou chapado? () Sim () Não
- 20.11. Na última vez que você fez isso você acha que fez para: () Se divertir, sentir adrenalina
() Conseguir alguma coisa que queria () Extravasar emoções, como raiva, vingança () Outro. Qual?
- 20.12. Na última vez, aconteceu de repente ou você pensou por um tempo antes de roubar? () Não,
aconteceu de repente () Sim, eu pensei por um tempo
- 20.13. Na última vez, você ficou tenso ou sentiu medo? () Não () Sim
- 20.14. Na última vez, você usou algum instrumento? () Não () Sim

- 20.15. Na última vez, você que deu a ideia? () Não () Sim
- 20.16. Na última vez, foi descoberto? () Não () Sim, pelos meus pais () Sim, por um professor
() Sim, pela polícia () Sim, por outra pessoa
- 20.17. Na última vez, foi punido? () Não () Sim Por quem? _____ Como?
_____ (verificar se teve processo judicial e pegou medida socioeducativa)

21. Na sua opinião, qual é o grau de gravidade de cada uma dessas ações?

- 21.1. Entrar num carro para roubar algo do seu interior () Muito Grave () Grave () Pouco
() Grave () Nada Grave
- 21.2. Faltar às aulas sem motivo sério que o justifique () Muito Grave () Grave () Pouco () Grave
() Nada Grave
- 21.3. Danificar propositadamente algo que não lhe pertence () Muito Grave () Grave () Pouco
() Grave () Nada Grave
- 21.4. Pegar dinheiro ou algo que não te pertence em casa ou na escola () Muito Grave () Grave
() Pouco () Grave () Nada Grave
- 21.5. Pegar alguma coisa de uma loja sem pagar () Muito Grave () Grave () Pouco () Grave
() Nada Grave
- 21.6. Bater em alguém () Muito Grave () Grave () Pouco () Grave () Nada Grave
- 21.7. Entrar em uma casa para roubar () Muito Grave () Grave () Pouco () Grave () Nada Grave
- 21.8. Roubar um carro ou dirigir um carro roubado () Muito Grave () Grave () Pouco () Grave
() Nada Grave